

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v. 13 • n. 1 • JUNHO 2003

ISSN 0103 8117

BAHIA
E PORTUGAL:
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS



FACULDADES

JORGE AMADO



Informação
a Serviço da
Sociedade

www.sei.ba.gov.br





ISSN 0103 8117

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Salvador SEI v. 13 n. 1 p. 1-143 Trimestral jun. 2003





Governo do Estado da Bahia
Paulo Ganen Souto

Secretaria do Planejamento – SEPLAN
Armando Avena

Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Junior

Gerência de Análise Conjuntural
Luiz Mário Ribeiro Vieira



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Esta publicação está indexada na *Ulrich's International Periodicals Directory*.

Conselho Editorial

André Garcez Ghirardi, Ângela Borges,
Angela Franco, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall,
Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto,
Edmundo Figueirôa, Eduardo Pereira Nunes,
Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, Fernando Cardoso Pedrão,
Guaraci Adeodato de Souza, Inaiá Carvalho,
José Célio Silveira Andrade, José Eli da Veiga,
Lino Mosquera Navarro, Luis Antônio Pinto de Oliveira,
Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira,
Mauro Eduardo Del Grossi, Moema José de Carvalho Augusto,
Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Paulo Gonzalez,
Renata Proserpio, Ricardo Carneiro, Ricardo Lima,
Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu,
Vitor de Athayde Couto, Vitor de Athayde Couto Filho

Coordenação Editorial

Ana Georgina Peixoto Rocha
Leonel Leal Neto

Normalização

Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

Revisão de Linguagem

Marlene Lopes
Dina Beck

Coordenação Gráfica

Dadá Marques

Capa

Humberto Farias

Editoração

Designers Associados

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2002.

Trimestral
ISSN 0103 8117

CDD 338.91
CDU 338.984

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares
Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador – Bahia
Fone: (0**71) 370-4823/370-4704
Fax: (0**71) 371-1853
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br



Av. Marquês de Pombal

SUMÁRIO

Apresentação	5
ECONOMIA LUSO-BRASILEIRA: “REDESCOBRINDO” NEGÓCIOS	
A mundialização do capital e seus rebatimentos sobre a economia brasileira: análise dos processos de abertura econômica e de privatização	9
<i>Ana Maria Ferreira Menezes e Manoel Justiniano Melo da Fonseca</i>	
Significado e perspectivas do reencontro econômico entre Brasil e Portugal	23
<i>Joaquim Ramos Silva</i>	
Portugal e Brasil: mais que um passado colonial	31
<i>Leonel Leal Neto</i>	
A Câmara de Comércio Brasil-Portugal na Bahia	43
O investimento das grandes empresas ibéricas na América Latina	45
<i>Mario Gómez Olivares e Cezar Guedes</i>	
Os incentivos ao investimento no estado da Bahia e as oportunidades para o Investimento Direto Português	59
<i>Rogério Pinheiro e Elivan Ribeiro</i>	
A integração econômica e seus efeitos sobre o livre comércio: o caso da Bahia e Portugal	73
<i>Roberta Lourenço de Souza e Sandra Cristina Santos Oliveira</i>	
HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA	
Propriedade fundiária: Península Ibérica e América Latina, século XIX	87
<i>Erivaldo Fagundes Neves</i>	
Contribuições das abordagens institucionalistas para a análise da política internacional	99
<i>André Misi</i>	
Relações Bahia-Portugal na contemporaneidade: memória e esquecimento; encontros e desencontros	107
<i>Maria de Fátima Maia Ribeiro</i>	
O Projeto Reconfigurações	119
Familiaridade lusófona	121
<i>Eneida Leal Cunha</i>	
Considerações sobre a atual crítica ao cinema brasileiro exibido em Portugal	127
<i>Regina Gomes</i>	
Salvador: a Lisboa brasileira	133
<i>Edson Tomaz de Aquino</i>	
Índice Geral	139



APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI apresenta mais uma edição da **Bahia Análise & Dados**, com o tema **Bahia e Portugal: Relações Internacionais**. Neste número, a SEI, em parceria com as Faculdades Jorge Amado (FJA), resgata o passado e analisa o presente das relações entre Brasil e Portugal, e, particularmente, entre Bahia e Portugal.

As heranças históricas e culturais são elementos de identificação entre os dois países, capazes de incentivar e facilitar as relações comerciais, em um contexto impulsionado pelos processos de internacionalização das economias e abertura dos mercados. Na década de 90, o Brasil recebeu um considerável fluxo de investimentos diretos, com presença importante dos investimentos portugueses que buscam novos mercados. Em sentido contrário, as iniciativas de empresários brasileiros na economia portuguesa podem significar uma *porta de entrada* para as demais economias da União Européia.

É no estado da Bahia que os caminhos entre Brasil e Portugal revelam um *redescobrimento* dos negócios e investimentos. E é na semelhança dos cenários de Salvador e Lisboa que as heranças do passado são mais evidentes. Nessa perspectiva, a SEI aborda neste número, de forma multidisciplinar, os diferentes aspectos das ligações entre Bahia e Portugal, disponibilizando um conjunto diversificado de artigos, agrupados em dois blocos. Em *Economia luso-brasileira: “redescobrimo” negócios*, os artigos privilegiam os aspectos econômicos, desde os processos de abertura econômica e de privatização até os investimentos portugueses na economia baiana. No bloco seguinte, foram reunidos os artigos que analisam diferentes dimensões da *História, cultura e política* entre Bahia e Portugal. Elementos como as atividades culturais dos anos 1950 ou o cinema brasileiro dos anos 1990 são tomados como referência para o debate sobre o intercâmbio sociocultural e político.

Colocamos aqui os nossos agradecimentos a todos os colaboradores, cujos esforços possibilitaram a realização de mais uma **Bahia Análise & Dados**.





Economia Luso- Brasileira: “Redescobrimos” Negócios

A mundialização do capital e seus rebatimentos na economia brasileira: análise dos processos de abertura econômica e de privatização

Ana Maria Ferreira Menezes*
Manoel Justiniano Melo da Fonseca**

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar o processo de intensificação geral do movimento internacional de capitais e seu rebatimento sobre a chamada abertura dos mercados e o processo de privatização brasileiro nos anos 90. Para isto, trilhou-se o seguinte caminho: contextualizou-se o processo de mundialização do capital no final do século XX; buscou-se relacionar a influência deste processo sobre a economia brasileira, que resultou na chamada abertura econômica; que, por sua vez, propiciou as privatizações. Por último, à guisa de conclusão, foram salientados os principais argumentos elaborados ao longo do trabalho.

Palavras-chave: mundialização do capital, abertura econômica, privatização, economia brasileira.

Abstract

This paper aims at analyzing the general intensification process of the international capital movement and its rebate on the so-called opening of the markets and the Brazilian privatization process of the 90s. To reach its objective, the following alternatives were chosen: the globalization process was contextualized in late 20th Century, with an attempt to make a connection with the influence of this process on the Brazilian economy that led to the so-called economic opening. By way of conclusion, the main arguments that were elaborated throughout the process were stressed.

Key words: capital globalization, economic opening, privatization, Brazilian economy.

INTRODUÇÃO

Os anos 80 marcam uma clara divisão entre dois períodos que se diferenciam tanto no relacionamento econômico entre países quanto no tipo de indústria que caracterizou cada um dos dois. En-

quanto até meados dos anos 70, os programas de industrialização dos maiores e mais ricos países do Terceiro Mundo convergiam com a lógica organizacional (divisão entre as tarefas de concepção e execução) e locacional (transferência das etapas pesadas e poluentes) da produção em massa em nível global. Todavia, nos anos 90, as condições de competição capitalista tornam-se amplamente diversas das que existiam duas décadas antes.

Segundo Piquet (1994), contrastando com o padrão industrial dos anos precedentes, o novo padrão tecnológico institucional assenta-se, primordi-

* Doutora em Administração, pela Escola de Administração da UFBA; mestre e graduada em Economia, pela Faculdade de Economia da UFBA; professora de Economia do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS) da UEFS; e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Economia e Administração Municipal (NIEAM) do DCIS. amfm@ufba.br

** Mestrando em Economia Internacional, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

almente, em quatro grupos de indústria – eletrônica, informática, biotecnologia, novos materiais – e em sistemas flexíveis de produção¹.

Nem a lógica organizacional nem a locacional da produção em massa são dominantes em qualquer desses grupos de indústria, sendo os sistemas “flexíveis de produção” caracterizados, na empresa, pela habilidade de rápido deslocamento de uma configuração de processo e/ou produto para outra e de ajustes de quantidades de produção para cima ou para baixo, sem efeitos negativos nos níveis de eficiência.

No campo das relações entre empresas, a flexibilidade é obtida pela fragmentação organizacional do processo de produção, criando-se uma profunda divisão social do trabalho entre as empresas, sendo a subcontratação a principal forma assumida por essa divisão do trabalho, de modo tal que a unidade de produção transforma-se em “parte de uma cadeia de produção”.

Ao mesmo tempo, os mercados de trabalho associados aos sistemas flexíveis de produção são caracterizados por altas taxas de rotatividade e pela proliferação do trabalho temporário, de meio período, ou por trabalho em domicílio. Em consequência, as unidades de produção são geralmente menores e menos especializadas do que as unidades de produção em massa; a diferenciação dos produtos é maior e os mercados mais competitivos.

A produção flexível impõe, assim, novos requisitos, pois depende da rápida mobilização e sustentação de recursos (trabalho qualificado, por exemplo) e da alimentação de complexas relações entre firmas.

É neste contexto de transformações tecnológicas que se assentam as bases para a chamada mundialização do capital. Assim, o presente artigo objetiva contextualizar a chamada mundialização do capital e seus rebatimentos sobre a economia brasileira, nos anos 90, para fins de situar historicamente as transformações pelas quais passou o

Brasil e que culminaram com os processos de abertura econômica e de privatização.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO FINAL DO SÉCULO XX

A economia mundial vivencia hoje o que se pode denominar de novo regime de acumulação sob a égide do capital financeiro, que pode ser caracterizado, segundo Chesnais (1998, p. 26-29), por três aspectos principais.

O primeiro aspecto está relacionado ao fato de que este processo está se estruturando como “totalidade sistêmica mundial”, ao mesmo tempo diferenciada e fortemente hierarquizada. Esta “totalidade sistêmica mundial” possibilita ao regime de acumulação se organizar de maneira que o capital, altamente concentrado, converta-se em valor como capital industrial, mas também e cada vez mais como “capital portador de juros”, na medida em que conserva a forma dinheiro e vive de rendimentos oriundos de aplicações financeiras.

Decorre disto, o fato de Chesnais considerar que o segundo aspecto definidor deste novo regime é o de estar subordinado à dominação do capital financeiro. Assim, a entrada em cena do novo regime pressupõe a reconstituição do “capital portador de juros” pelos estratos rentistas e a sua concentração.

A natureza fictícia da imensa acumulação de ativos financeiros, cujo *locus* são os mercados financeiros, torna-se evidente tão logo os reveses da conjuntura impossibilitem a realização integral dos ativos e dos créditos, que representa o montante pretendido de apropriação de parcelas do valor previamente gerado pela indústria, pela agricultura e pelos serviços². A predominância do capital financeiro traz como consequência uma dimensão especulativa nas decisões de afluxo ou retraimento de investimentos, que, por sua vez, influencia no ritmo da acumulação assim como no nível da demanda, da produção e do emprego.

Por fim, a terceira característica do regime de acumulação está relacionada ao fato de ser um re-

¹ Por “tecnologia flexível” entende-se o uso de equipamento e maquinaria de destinação geral não vinculados, isto é, reprogramáveis. A produção flexível contemporânea assenta-se, primordialmente, nos seguintes grupos de indústrias: indústrias de alta tecnologia e serviços associados; produção por lotes (usualmente com trabalho intensivo); serviços financeiros e indústrias de bens de consumo duráveis reestruturadas e indústrias pesadas de bens de capital.

² Haja vista as crises ocorridas nos mercados financeiros, no final da década de 90, que levaram à profundas crises econômicas em seus países de origem, como nos países asiáticos em 1997, na Rússia em 1998 e no Brasil em 1999.

gime de taxas de crescimento baixas, cuja emergência e consolidação acompanharam a busca e a consecução, inauguradas no período 1973-75, da desaceleração das taxas de crescimento, mas também do investimento e da poupança.

Para que este regime de acumulação se consolidasse foi necessário que muitas transformações ocorressem, tais como: desintegração vertical da produção; tecnologias eletrônicas; diminuição dos estoques; velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra; aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição; proliferação do setor de serviços; crescimento da economia informal e paralela; e novos meios para prover os serviços financeiros, como a desregulação econômica e a formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira.

Essas transformações passaram a se constituir no chamado novo paradigma tecnológico, ou melhor nova economia. De acordo com Guimarães (2000, p. 6), pode-se tentar entender no que consiste a nova economia através da compreensão de que

o paradigma que atualmente se encontra estabelecido como fenômeno central da "Nova Economia" organiza-se em torno do feixe de conhecimentos avançados (científicos, tecnológicos, organizacionais e outros) inerentes ao cruzamento das áreas e atividade de informação e comunicação. Um aspecto a relevar é o de que o paradigma se projeta a nível dos conhecimentos que reestruturam as formas de produzir, organizar e decidir, mas igualmente se materializam nos equipamentos e nas articulações inerentes (infra-estruturas) que concretizam materialmente as novas funcionalidades e a reprodutibilidade da economia. Desse modo, conhecer a fisionomia do paradigma em questão, compreender os fatores que presidiram a sua emergência e as dimensões que enquadram e explicam a sua funcionalidade, é uma condição indispensável, e mesmo incontornável, a preencher para se chegar à compreensão substantiva dos fenômenos em curso na economia mundial (sem prejuízo de uma distribuição de impactos muito heterogênea).

Na nova economia, idéias inovadoras e tecnologias voltadas para produtos e serviços são as cha-

ves para a criação de empregos e o aumento do padrão de vida. Nela prevalecem o risco, a incerteza e a constante mudança. O elemento mais importante dessa revolução não é o computador, mas a possibilidade deste se conectar a outro e, com isso, interligar interesses entre pontos antes isolados, criar parcerias antes impossíveis de sequer serem imaginadas.

O elemento mais importante dessa revolução não é o computador, mas a possibilidade deste se conectar a outro e, com isso, interligar interesses entre pontos antes isolados, criar parcerias antes impossíveis de sequer serem imaginadas

A tecnologia transforma todo o processo de produção: compra, venda, produção e distribuição. De um modelo de marketing antes voltado para a massa sem rosto muda-se para um marketing personalizado, dirigido para a satisfação de necessidades individualizadas. E, graças ao e-mail e as novas práticas profissionais na internet, acordos, parcerias e contratos podem ser realizados ao redor do mundo em questão de horas.

A origem desse processo remonta para há mais de 15 anos, com a difusão de novas tecnologias como a internet, por um lado, e a introdução de novas formas de organização nas empresas, voltadas para o mercado global. A nova economia é, como já dito, consequência direta do processo de globalização, que se caracteriza por fatores como a queda progressiva das barreiras comerciais entre os países, o aumento do fluxo de investimentos estrangeiros e a internacionalização da produção.

A nova economia decorre diretamente do processo de globalização em curso e como este processo se caracteriza, de acordo com Waters (1999, p. 152), através do fato de que

a economia tende para a liberalização, isto é, livre do comando, do constrangimento e do monopólio de status e de classe; a política tende para a democratização, para a desconcentração do poder; e a cultura tende para a universalização, para a abstração de padrões e valores a um grau muito elevado de generalidade, que permitirá alcançar níveis extremos de diferenciação cultural.

Então, pode-se caracterizar a nova economia como sendo um fenômeno que se globaliza e se abre cada vez mais, com a concorrência a fazer-se sentir em escala mundial. Caracteriza-se, também,

pelo fato de se constituir em uma economia essencialmente baseada no conhecimento, onde o motor do desenvolvimento, mais do que no capital tradicional, está na capacidade para aplicar tecnologias informáticas e de comunicação – ou seja, o capital intelectual é o fator decisivo.

Guimarães (2000, p. 6) caracteriza este fenômeno da seguinte maneira:

este paradigma também se constitui por sucessivas vagas de abrangência e de alteração qualitativa num curioso paralelo com o processo de reorganização das relações econômicas internacionais, nas últimas décadas. Passa-se assim de um paradigma tecno-empresarial baseado na “microeletrônica” para o paradigma ICT/TIC³, decorrente da integração tecnológica e funcional das áreas de comunicação com as de informação, abrindo subsequente e contemporaneamente para o paradigma ICTM/TICM⁴ (também designado por TIC), que inter-articula também as atividades telefônica, fixa e móvel, e de rádio e áudio e vídeo difusão (bem como os respectivos conteúdos).

Sendo assim, no nível estrutural, a nova economia pode ser caracterizada através dos seguintes fatores:

- economia de material: dados, textos, sons, imagens e programas podem ser distribuídos em rede, reduzindo o custo de produção ao custo de uma pesquisa.
- substituição de intermediários: por meio de um site, é possível investir na bolsa de valores, vender um móvel, comparar os preços dos fabricantes, eliminando os intermediários.
- preços dinâmicos: o comércio eletrônico se desenvolve em todas as áreas e, em alguns sites especializados, os consumidores podem fixar o quanto vão gastar com passagens de avião, reservas de hotéis etc.
- redução de estoques: os produtores se ligam diretamente a seus clientes na internet. A produção é lançada em tempo real ao cliente, diminuindo a necessidade de estoques.
- personalização: o usuário pode, por exemplo, criar sua própria página de entrada e ver sua seleção de informações. Também, pode ter um computador personalizado selecionando as opções de sua escolha no menu.

- a economia de atenção: o que conta para as empresas é chamar a atenção do consumidor para o seu produto. Criar audiência se tornou imprescindível para atrair os olhos dos consumidores para os produtos dos anunciantes e para seu próprio produto.

De maneira geral, a nova economia é caracterizada através de uma concorrência em nível mundial, que significa competir com empresas de todos os países, incluindo os países mais pobres do planeta. Sendo que é a tecnologia e a sua capacidade de moldar o mundo material que estão na base do desenvolvimento econômico, da produção de riqueza e do eventual aumento do bem-estar.

De acordo com Guimarães (2000), a utilização descentralizada do microcomputador, nos anos 80, permitiu uma larga aplicação no tratamento da informação para fins de gestão, investigação e automatização da produção, identificando, neste contexto, o conceito de sociedade da informação. Todavia, nos anos 90, assistiu-se à constituição de formas sistemáticas de convergência entre as tecnologias de informação e de telecomunicação, o que permitiu a construção das chamadas “auto-estradas” da informação, através da internet.

A convergência das tecnologias de informação e comunicação – ao facilitar e baratear o relacionamento entre as pessoas (físicas ou jurídicas), independentemente de distâncias, fusos horários e fronteiras – vem acelerando o surgimento de uma nova economia, na qual o que agrega valor a bens e serviços baseia-se crescentemente em ativos intangíveis e dinâmicos, tais como informação e conhecimento, comunicação e cooperação, inovação e rapidez.

Neste contexto, a internet surge como uma plataforma para o projeto e a concepção de empreendimentos inovadores com características complexas e aparentemente antagônicas: abrangência mundial e foco local; intensivos em tecnologia e centrados no cliente; planejados e mutáveis; flexíveis e gerenciáveis; massificados e personalizados.

Nessa nova economia digital, onde todas as organizações e pessoas podem ou já estão interconectadas e tradicionais modelos de negócios estão sofrendo grande impacto, novos modelos de negó-

³ A sigla, em português, significa: tecnologia da informação e da comunicação.

⁴ A sigla, em português, significa: tecnologia da informação, comunicação e dos “media” e respectivas atividades.

cios estão surgindo e a gerência e operação de negócios tradicionais estão sendo afetados.

Não há como desconhecer a profundidade e a velocidade das transformações que vêm redesenhando o mundo desde o início dos anos 70, como tampouco pode se desconhecer a especificidade destas transformações dentro do movimento permanente de internacionalização do capital e do contexto mais próximo da internacionalização produtiva ocorrida depois da II Guerra Mundial.

O corpo de inovações que se apresenta sob o nome de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), com suas possibilidades de criação de redes a baixo custo ao redor do mundo, é o principal fator que torna possível ao capital financeiro “tornar-se global”. E isto, por sua vez, representa a fonte de força fundamental para o processo de globalização como um todo.

Para Fiori (1997), o elemento distintivo do atual movimento de internacionalização capitalista é a forma em que se deu a globalização das finanças viabilizadas pelas políticas liberais de desregulação dos mercados, iniciada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, e alavancada pelo sistema de taxas cambiais flutuantes.

Chesnais (1998), por sua vez, considera que o regime de acumulação, enquanto totalidade sistêmica mundial, se organiza de forma a permitir ao capital altamente concentrado (cuja concentração progride incessantemente a um ritmo sustentado) converter-se em valor como capital industrial, mas também e cada vez mais como “capital portador de juros”, que conserva a forma dinheiro e vive de rendimentos oriundos de aplicações financeiras, as quais se alimentam, naturalmente, da punção exercida sobre as rendas cativas dos sistemas fiscais ou da partilha do lucro industrial.

Muzio (1999) considera que a expansão do comércio internacional deve-se muito mais às possibilidades tecnológicas que resultaram em viagens de longa distância mais rápidas e mais baratas. Este comércio tem crescido não somente em sua modalidade tradicional, mas também através dos chamados produtos relacionados com a informação, como software, música, filmes, jornais, revistas e educação – e isto graças ao uso da internet.

No plano ideológico surge o chamado neoliberalismo, que provoca três grandes inversões: substitui a lógica da produção pela da circulação; substitui a lógica do trabalho pela da comunicação; e substitui a lógica da luta de classes pela da satisfação-insatisfação dos indivíduos no consumo.

A lógica da circulação assume a primazia, dado o fato de que a sociedade é analisada através da concepção neoclássica, que a vê como um aglomerado de indivíduos cuja natureza é fixa, que não se congregam num processo produtivo social e que têm como único fio a uni-los a compra e a venda de mercadorias. Assim, os fenômenos de mercado assumem, inevitavelmente, importância capital.

A primazia do mercado decorre do fato de que a concepção neoclássica parte do pressuposto do individualismo metodológico e do subjetivismo, que pretende explicar os fenômenos sociais relacionando-os com as características psicológicas dos indivíduos. Assim, a sociedade é explicada em termos do indivíduo e não o indivíduo em termos da sociedade.

A questão da comunicação assume, também, um papel primordial ao possibilitar a ampliação da dinâmica do comércio (circulação das mercadorias) e da satisfação individual no consumo. Assim, a revolução simbolizada pela internet possibilitou a transmissão de enormes volumes de dados, áudio, imagens por todo o globo em tempo real, com custos cada vez mais baixos. Por meio da web, não apenas é possível atingir consumidores de Londres e Caracas simultaneamente, como também interagir com eles e adequar os produtos a suas preferências.

De acordo com Chauí (1999, p. 48),

O neoliberalismo, ao afirmar que os imperativos do mercado são racionais e que, por si mesmos, são capazes de organizar a vida econômica, social e política, introduz a idéia de competição e competitividade como solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais. Desta maneira, transforma a violência econômica em paradigma e ideal da ação humana. (...). O pós-modernismo, subproduto da ideologia neoliberal, ao afirmar que as antigas idéias de razão, universalidade, consciência, liberdade, sentido da história, luta de classes, justiça, responsabilidade e que as distinções entre natureza e cultura, público e privado, ciência e técnica, subjetividade e objetividade perderam a validade, passa a afirmar como realidades únicas e últimas a superflúe veloz do aparecer social, a intimidade e a privacidade

narcísicas, expostas publicamente sob a forma da propaganda e da publicidade, a competição e a vitória individual a qualquer preço.

Assim, a ampliação da competição pauta-se, de acordo com esta linha de raciocínio, na ressurreição do livre cambismo como peça principal. A luta contra o protecionismo foi uma arma de comprovação da eficiência ao possibilitar a abertura dos mercados nacionais, principalmente das “economias emergentes”, como será visto mais adiante para o caso brasileiro. Esta luta objetivava criar um amplo mercado único, praticamente sem barreiras, um mercado mundial dominado naturalmente por aqueles que já estavam nele instalados, em condições hegemônicas incontestáveis, em posição de domínio absoluto e que usufruíam privilégios ilimitados com essa franquia geral.

Este tipo de argumentação faz surgir explicações, que objetivam demonstrar que o Estado contemporâneo está sendo gestado no processo de se conferir sentido a uma nova ordem, em escala planetária, que possibilitará a superação do Estado-Nação e a criação de um Estado supranacional.

Assim, Octávio Ianni (1993) desenvolveu a tese de que este Estado está além do domínio de grupos nacionalistas, constituindo-se em um Estado supranacional. A emergência deste decorreria do fato de o Estado-Nação vir passando por um processo de debilidade – na medida em que o país se torna pequeno como unidade de comércio e vai perdendo algumas de suas prerrogativas econômicas, políticas, culturais e sociais. O exemplo disto seria dado pelo fato de que os grandes conglomerados vêm se desobrigando da adesão de regras estabelecidas pelas metrópoles e esta ação poderia ser uma espécie de estratégia de dissolução dos Estados-Nação.

A emergência do Estado supranacional é vista através da diluição do poder político dos centros de decisão dessa sociedade global espalhados em diferentes instituições, destacando-se: a Organização das Nações Unidas (ONU); o sistema monetá-

A emergência do Estado supranacional é vista através da diluição do poder político dos centros de decisão dessa sociedade global espalhados em diferentes instituições

rio internacional, através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – atual Organização Mundial do Comércio (OMC); os instrumentos de política econômica global; e, o interesse e predomínio das classes dominantes, através da indústria cultural. Todavia, esta tendência não se expressa enquanto dissolução do Estado capitalista. As teorizações encaminham-se na linha das concepções neoliberais, que advogam um Estado “mínimo” mas “forte”.

Esta concepção se coaduna com a segunda peça importante da ideologia neoliberal que está relacionada com o esforço para destruir tudo o que representasse o elemento nacional de cada país. A categoria nação, surgida com a própria ascensão da burguesia, deveria ceder lugar à integração num mundo decisivamente internacionalizado, começando pela integração de todas as estruturas econômicas em uma só, sem barreiras.

A “destruição” do elemento nacional coloca em xeque a soberania dos países, posto que exige que se destrua, se extirpe pelas raízes, todas as características e instrumentos que possibilitem preservar a soberania nacional. A exemplo disto, temos a questão da alienação cultural com que nos deparamos e que responde pela estagnação em todos os gêneros de criação artística, nesta fase, e que deriva dessa pressão que pretende, justamente, nos desfigurar, nos descaracterizar.

A terceira peça chave do neoliberalismo é a guerra ao Estado ao buscar a redução do seu papel ao mínimo, ou melhor às tarefas puramente administrativas. Segundo essa lógica, o Estado não só deveria ser despojado das empresas estatais, como deveria financiar as operações de privatizações. Privatizar, então, passou a ser a palavra de ordem do neoliberalismo. Assim, o principal caminho para eliminar o Estado como agente econômico tem sido a privatização das empresas públicas.

Em última instância, o neoliberalismo requer o retorno à ortodoxia clássica do liberalismo econômico pautado no “*laissez-faire*”, “*laissez-passer*” e

no “liberalismo político” espúrio da Escola da Escola Livre (Public Choice), que constitui o ataque mais encarniçado e frontal ao intervencionismo do Estado e a todas as conquistas sociais, duramente alcançadas pelo Estado do bem-estar social (Welfare State), que surge da revolução keynesiana e do Estado planejador e promotor do desenvolvimento econômico que teve origem na rebelião estruturalista cepalina.

Desta forma, assistimos ao retorno da ortodoxia clássica, que consiste na contração monetária pautada no credo friedmaniano, eliminação do Estado como agente econômico e liberalização do mercado sob o velho dogma do “*laissez-faire, laissez-passer*”. Este movimento desenrolou-se na Inglaterra sob o “thatcherismo” e nos Estados Unidos com a “reaganomia”, que tentou reabilitar a antiga Lei de Say.

A reabilitação da Lei de Say se dá na medida em que se descarta

as políticas estimuladoras do crescimento da produção através da expansão da demanda, com a criação de moeda e através de gastos do setor público, já que a demanda não cria oferta, mas meramente responde a ela.

Caso se estimule a demanda, consegue-se apenas que surjam três problemas que caracterizam o mundo industrializado: inflação, recessão e tendência declinante da produtividade. Assim, descartadas as políticas do lado da demanda, os propugnadores da economia da oferta concentram a atenção nos determinantes da riqueza das nações, que se encontrariam não no volume de suas reservas monetárias, mas em sua capacidade produtiva.

A disseminação dessa concepção não ocorreu somente nas economias nacionais dos dois grandes centros industriais (Estados Unidos e Grã-Bretanha), mas também na própria política exterior dos Estados Unidos que resultou em importantes passos para sua consolidação em escala mundial. Então, vejamos como este processo se rebateu no Brasil, tanto em termos da chamada abertura econômica, como em termos da privatização.

O BRASIL E A CHAMADA ABERTURA ECONÔMICA

A onda liberalizante que marcou o mundo no final dos anos 80 e início dos 90, particularmente, a derrocada do leste europeu e as experiências de abertura comercial da América Latina, possibilitou o sucesso na remoção das barreiras tarifárias e não-tarifárias no Brasil.

A onda liberalizante que marcou o mundo no final dos anos 80 e início dos 90, particularmente, a derrocada do leste europeu e as experiências de abertura comercial da América Latina, possibilitou o sucesso na remoção das barreiras tarifárias e não-tarifárias no Brasil

No plano interno, este sucesso decorreu, em primeiro lugar, do singular quadro político do início do Governo Collor, que não representava interesse de nenhum segmento político relevante; e, em segundo lugar, da desorganização que se seguiu à mal conduzida reforma administrativa do Governo Collor, responsável pela desarticulação de possíveis grupos de resistência dentro da burocracia federal.

Assim, no início da década de 1990, o Brasil passou a adotar uma

política de abertura comercial ou abertura econômica que, inicialmente, se constituiu no elemento central da política industrial. Esta política difere da política vigente nas décadas anteriores por deslocar seu eixo central de preocupação da expansão da capacidade produtiva para a questão da eficiência e da competitividade.

A possibilidade de fazer avançar sem retrocessos o processo de abertura decorre também, e não menos, do realismo com que essa política foi formulada – vale dizer, do seu caráter gradual e do fato de que, embora abrindo a economia, preservava ainda um nível elevado de proteção tarifária.

De acordo com Guimarães (1995), em seu desenho original, essa política compreendia: 1) uma política de liberalização comercial, orientada para a remoção da estrutura de proteção erigida nas décadas anteriores e para a exposição da indústria brasileira à concorrência externa; e, 2) uma política de competitividade, destinada a apoiar as empresas em seus esforços para aumentar sua eficiência e a induzir as transformações requeridas na estrutura produtiva e assim dotar a indústria brasileira de

condições de enfrentar a maior concorrência de produtos importados e a alcançar maior penetração no mercado externo.

O processo de abertura da economia nacional induziu o setor produtivo a intensos ajustes em busca da competitividade, tanto em função do decréscimo das barreiras alfandegárias quanto pela redução da demanda agregada interna. Assim, pode-se destacar o significativo esforço de ajustamento empreendido por amplos segmentos do setor manufatureiro no sentido de se tornarem mais competitivos através da redução de custos e da melhoria da qualidade de seus produtos – apesar do contexto recessivo e inflacionário, que tende a desestimular a realização de investimentos, e da ausência de uma política industrial mais vigorosa de apoio a essas transformações.

Uma avaliação do processo de implementação da política industrial sugere que os resultados alcançados nessas diversas linhas de ação foram desiguais. Assim, enquanto a política de abertura comercial foi bem sucedida, os avanços observados na implementação da política de competitividade foram modestos.

A política de abertura comercial pode ser considerada como bem sucedida, seja no sentido estrito de sua implementação, seja pelos resultados alcançados. Do ponto de vista de sua implementação, pelo simples fato de ter sido levada a cabo e, em particular, por ter sido levada a cabo sem contramarchas, segundo o cronograma previsto. Do ponto de vista dos resultados alcançados, por ter sido capaz de gerar os efeitos positivos esperados – vale dizer, o início de um processo de ajuste capaz de conferir maior eficiência e competitividade aos produtores locais.

De fato, foi significativo o esforço de ajustamento empreendido por amplos segmentos do setor manufatureiro no sentido de se tornarem mais competitivos através da redução de custos e da melhoria da qualidade de seus produtos – apesar do contexto recessivo e inflacionário, que tendia a desestimular a realização de investimentos, e das limitações registradas na formulação e implementação de uma política de competitividade, que viesse a apoiar de forma mais vigorosa essas transformações.

Com o Plano Real, em 1994, a abertura passa a desempenhar também um papel explícito no contexto da política de estabilização. Trata-se, agora, de utilizar a exposição do setor produtivo à concorrência externa como um mecanismo voltado para assegurar a estabilidade de preços e, assim, viabilizar o sucesso da política de combate à inflação (GUIMARÃES, 1995).

O recurso a esse mecanismo só foi possível em função dos avanços realizados nos anos anteriores pelo processo de liberalização comercial. Contudo, ao atribuir à abertura da economia uma nova função, a política de implementação do Plano Real acentuou a exposição da economia à concorrência externa: 1) seja através de nova rodada de redução tarifária, com a antecipação da vigência da tarifa externa comum e com a adoção de reduções pontuais de alíquota para fazer face a ameaças de aumentos de preços ou a escassez de oferta; 2) seja através de uma política de valorização cambial, resultante de um regime de câmbio flutuante associado a saldos positivos na balança comercial e taxas de juros elevadas.

Neste aspecto, como em muitos outros, o Plano Real difere dos planos de estabilização implementados ao longo dos últimos dez anos. Nos planos anteriores, assistiu-se também, nos meses que se seguiram à sua implementação, a um processo de valorização cambial decorrente de congelamento da taxa de câmbio associada à permanência de taxas positivas de inflação. Essa estabilidade da taxa nominal de câmbio, no entanto, além de ser uma decorrência natural da política geral de controle de preços, que caracterizava aqueles planos, e de levar em conta o papel exercido pela evolução do câmbio na formação de expectativas, refletia basicamente a intenção de evitar pressões de custo que viessem a ser repassadas aos preços.

Assim, a dimensão que caracteriza a política cambial do Plano Real – a exposição deliberada do sistema produtivo do país à concorrência externa – estava ausente da valorização cambial promovida por aqueles planos. Essa dimensão estava ausente então, seja porque era dispensável, já que a estabilidade dos preços estava assegurada pelo congelamento, seja porque o nível de proteção tarifária e as barreiras não-tarifárias então vigentes tornavam

inócua a valorização cambial do ponto de vista da promoção de uma maior exposição da economia à concorrência externa. Na verdade, o aumento das importações registradas nas fases iniciais de implementação de alguns daqueles planos parece refletir, sobretudo, a evolução do nível de atividade econômica e o crescimento da renda naqueles períodos.

No caso do Plano Real, a ausência de mecanismos de controle de preços implicou que a estabilidade de preços dependesse estritamente das condições dos mercados dos diversos produtos, vale dizer, do controle da demanda ou do aumento da oferta e da intensificação da concorrência entre os vendedores. Face à dificuldade de conter a demanda, restava aos gestores da política econômica atuar do lado da oferta, aprofundando o processo de abertura e aumentando a exposição à concorrência dos produtos importados e, eventualmente, ameaçando recorrer à legislação de defesa da concorrência para coibir aumentos localizados de preços.

Nesse sentido, a abertura da economia e a maior exposição do setor produtivo à concorrência externa constitui, no Plano Real, um instrumento fundamental para garantir a estabilidade de preços nos meses que se seguem imediatamente à sua implementação – desempenhando assim o mesmo papel assumido pelo congelamento de preços nos planos anteriores.

Nesse contexto, o impacto da valorização cambial propiciado pelo Plano Real sobre o setor produtivo é radicalmente distinto daquele observado nas tentativas anteriores de estabilização. Naqueles casos, a apreciação do câmbio era ressentida pelos setores exportadores que perdiam competitividade. Contudo, seu impacto sobre os setores não exportadores era, de certa forma, favorável, já que tinha efeito positivo sobre os custos e não tinha consequências do ponto de vista dos preços que podiam praticar no mercado.

Esta política de abertura comercial brasileira está coadunada com os objetivos da política exter-

na americana, que, segundo Fiori (1997), orientou-se numa direção quase única e obsessiva: “a caça aos mercados externos”, que consistiu numa luta pelo livre cambismo que, por sua vez, se impôs contra todas as resistências nacionais, nos acordos que deram origem à nova Organização Mundial do Comércio (OMC), dotada de regras e instrumentos extremamente rigorosos que interditam todo tipo de proteção, subsídio ou política de quota capaz de sustentar estratégias de desenvolvimento da produção nacional.

Tendo salientado a política de abertura econômica brasileira e o fato dela estar coadunada com a política externa norte-americana de eliminação de barreiras comerciais, objetivando a formação de um único mercado mundial, vamos agora passar à análise do processo de privatização ocorrido no Brasil, que também está identificado com a ideologia neoliberal.

A guerra ao Estado se constituiu em outra peça essencial da ideologia do neoliberalismo. Assim, passou a existir uma pregação sistemática no sentido de o Estado se despojar das empresas, ditas estatais, como também deveria financiar as operações de privatização

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRO

Como já salientado, a guerra ao Estado se constituiu em outra peça essencial da ideologia do neoliberalismo. Assim, passou a existir uma pregação sistemática no sentido de o Estado se despojar das empresas, ditas estatais, como também deveria financiar as operações de privatização. Todavia, segundo Danahue (1992, p. 13-14),

Privatização é não somente um termo deselegante; é também lamentavelmente impreciso. A palavra pode significar algo tão amplo como reduzir o Estado do bem-estar, promovendo ao mesmo tempo o espírito da iniciativa e o voluntarismo; ou algo tão estreito como substituir por um grupo de trabalhadores privados um grupo inteiramente idêntico de servidores públicos, para executar uma determinada tarefa.

De acordo ainda com Danahue, esta confusão quanto à definição do que seja privatização se deve, em grande medida, à diferença entre este processo nos EUA e na maior parte do resto do mundo. Em países como Inglaterra, França, Espanha, Itália, Japão, Turquia, Argentina, México e Brasil, entre outros, o processo de privatização tem sido principalmente uma questão de alienar partes

de abundante estoque de ativos públicos. Já nos EUA, pelo simples fato de que este país “nunca teve tantas empresas governamentais e outros ativos semelhantes”, o processo de privatização se refere mais freqüentemente ao fornecimento privado de bens e serviços pagos coletivamente.

A privatização, através da transferência do patrimônio, tem sido caracterizada como exemplo para indicar a retração do papel do Estado na condução da economia e as atividades relacionadas com o desenvolvimento econômico, em benefício da sociedade civil e da iniciativa privada. Neste sentido, a privatização produz um enxugamento das funções do Estado.

O processo de privatização, no Brasil, remonta suas origens a 1981, quando foi criada a Comissão Especial de Desestatização que, entre aquele ano e 1984, privatizou 20 empresas (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 1992, p. 262). Ao término da década de 80, havia um total de 38 empresas privatizadas. A característica básica desta primeira etapa das privatizações no Brasil consistiu num processo de “reprivatizações”, dado que boa parte dessas empresas havia sido absorvida, anteriormente, pelo Estado em função da sua situação falimentar (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 91).

Nessa fase do programa, a forma de venda das empresas privatizadas variou entre concorrência, leilão e venda direta. O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – não fez todas as vendas à vista e também não vendeu todo o lote de ações de uma mesma empresa em sua carteira de uma só vez. Em muitos casos, o BNDES ofereceu financiamento ao comprador, de até 70% do valor da venda, através do Programa de Financiamento ao Acionista (FINAC), pelo prazo de oito anos, indexado pela inflação mais juros de 12%. As empresas vendidas nessa fase foram submetidas a programas de saneamento prévio, que permitiram aumentar o grau de atratividade da sua aquisição por parte do setor privado (MELLO, 1994).

O principal objetivo desta primeira etapa do processo de privatização no Brasil foi o saneamento financeiro da carteira do BNDES. Apesar de não ter havido a privatização de nenhuma das “grandes” empresas estatais, essa etapa foi importante no que diz respeito ao ganho de experiência – por par-

te, principalmente, do BNDES que, posteriormente, se tornou o principal agente de privatização do governo – e à construção de uma mentalidade pró-privatizante por parte da opinião pública. Outra característica dessa fase do programa que vale a pena mencionar foi a total inexistência de mobilização política em torno das operações de venda. Algumas delas foram suspensas por medidas judiciais tomadas por interessados na venda, principalmente acionistas minoritários.

Uma segunda etapa do processo de privatização ocorreu através da instituição do chamado Plano Nacional de Desestatização (PND) do governo Collor, que objetivou a contribuição para a modernidade do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e induzindo a capacidade empresarial nos diversos setores da economia. Esta etapa caracterizou-se pela alienação dos ativos públicos em troca das chamadas “moedas podres”⁵ (MENEZES, 1995).

Essa segunda etapa privilegiou a venda de empresas tradicionalmente estatais, ao contrário do que ocorreu na primeira, quando predominaram as reprivatizações de empresas que já tinham pertencido ao setor privado anteriormente. Este fator refletiu-se, principalmente, no aumento do porte das empresas privatizadas a partir de 1990.

Uma outra característica dessa etapa, segundo Giambiagi e Além (1999), foi o fato de que o enfoque foi o da privatização de setores, ao contrário do que ocorreu até 1990, quando predominaram as vendas de empresas isoladas. Salienta-se, também, que a partir de 1990 passou a existir um marco regulatório do processo de desestatização, com a promulgação de uma lei de privatização. Por fim, a partir de 1990 o processo de privatização esteve inserido em uma estratégia geral do governo, que contemplava a promoção das chamadas “reformas de mercado” (abertura comercial, desregulamentação da economia, redução do tamanho do Estado etc.).

Essa segunda fase do programa de privatização brasileiro tem sofrido muitas críticas, concentradas, principalmente, na questão das chamadas “moe-

⁵ São consideradas “moedas podres” os títulos da dívida da União, a exemplo das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) e dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), entre outros. Ou seja, títulos que seriam resgatados no longo prazo.

das podres” e nos efeitos danosos à eficiência alocativa, e tem sido alvo de grande resistência política, advinda, preponderantemente, de grupos ligados direta ou indiretamente às próprias empresas estatais.

O processo de privatização passa pela sua terceira etapa no governo de Itamar Franco, apresentando como principal característica a venda de ações das empresas estatais com vistas a um ajuste das contas públicas. Vale ressaltar que, nesse período, as “moedas podres” já se encontravam quase que totalmente esgotadas, sendo alijadas formalmente do processo e da legislação privatista. A segunda e a terceira etapas privilegiaram a venda de empresas dos setores industriais – siderurgia, petroquímica e fertilizantes.

No setor de siderurgia, a predominância estatal era absoluta. Apenas a produção dos aços especiais e não-planos, ressalvado o caso dos aços inoxidáveis, produzidos pela ACESITA, estatal controlada pelo Banco do Brasil, era controlada por empresas privadas.

Na petroquímica, a principal ação estatal dava-se por meio da PETROQUISA, que controlava as principais produtoras de insumos (a COPESUL e a PQU) e tinha participações significativas na COPENE e na SALGEMA, além de deter participações minoritárias em uma infinidade de pequenas empresas cujo controle acionário era compartilhado com sócios privados.

No setor de fertilizantes, a ação do Estado se faria por meio da PETROFÉRTIL, que controlava toda a produção de insumos básicos nitrogenados (NITROFÉRTIL e ULTRAFÉRTIL) e boa parcela dos insumos (FOSFÉRTIL, ICC e GOIASFÉRTIL).

A quarta etapa do processo de privatização no Brasil é identificada no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação, em fevereiro de 1995, da Lei de Concessões – que objetivou estabelecer regras gerais pelas quais o governo concede a terceiros o direito de explorar a “produção” de serviços públicos, a exemplo dos serviços de geração de energia elétrica e de telecomunicações. A privatização desses setores requereu um esquema adequado de regulação, objetivando proporcionar uma maior competição do setor, eliminando, portanto, a situação de monopólio público.

O serviço público pode ser definido como toda atividade material exercida pelo poder público, direta ou indiretamente, mediante delegação, com a finalidade de satisfazer às necessidades coletivas sob o regime do direito público, caracterizado pela subordinação do interesse particular ao interesse coletivo.

Assim, a prestação de serviço público pode ser centralizada quando o poder público a realiza por meio de suas próprias repartições, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade ou descentralizada com a transferência da titularidade do serviço, outorgada, por lei, às autarquias ou outras entidades paraestatais, ou, simplesmente, com a transferência da execução do serviço, delegada a particulares, por ato administrativo bilateral (contrato de concessão) ou unilateral (permissão ou autorização).

Neste sentido, a privatização pela concessão de serviços públicos, diferentemente da venda direta de ativos, não suprime o controle do Estado sobre a atividade em questão. O governo passa a determinar as diretrizes e fixar as regras gerais, enquanto a produção dos serviços fica a cargo do agente concessionário que, pela orientação atual, deverá ser da iniciativa privada. Isso permite que esta última exerça atividades produtivas historicamente desempenhadas pelo Estado.

Essa etapa da privatização iniciou-se com o setor elétrico, quando da colocação à venda das duas empresas distribuidoras de energia de propriedade do governo federal, pertencentes à *holding* Eletrobrás: Escelsa e Light. Nas telecomunicações, o processo começou com a venda das concessões da chamada “banda B” de telefonia celular.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante da crise dos anos 70, que passou a ser apontada como a clara demonstração do esgotamento das idéias intervencionistas (que vigorou durante todo o pós-guerra), assentadas nas concepções keynesianas e nas do bem-estar social, e da radical alteração do paradigma tecnológico (que possibilitou a chamada revolução nos meios de comunicações) abre-se a possibilidade para o ressurgimento das idéias liberais. Esta possibilidade se

apresentou na medida em que as políticas intervencionistas do Estado já não mais respondiam aos seus objetivos, fazendo com que a apologia ao mercado se revigorasse numa declarada guerra aos Estados-Nações, que deveriam, segundo esta lógica, passar por uma reestruturação que desembocaria em processos de privatizações, desregulamentações etc. (SODRÉ, 1995).

Assim, a maioria dos países no mundo inteiro passou a seguir, de alguma forma, a lógica do modelo neoliberal, a qual seria: a abertura da economia aos mercados internacionais, a redução da função econômica e social do Estado e a privatização das empresas estatais, cortes nos gastos públicos e eliminação de subsídios e, por fim, o estabelecimento das formas mais apropriadas para a inversão estrangeira. A adoção quase generalizada desse modelo, segundo o qual o processo de globalização dos mercados se impõe, parece tratar-se de um imperativo tecnológico.

Este contexto de intensificação geral do movimento internacional de capitais “induziu” a chamada abertura dos mercados e ao processo de privatização brasileiro, ocorridos nos anos 90, e que se constituiu no objeto de análise do presente artigo.

Salientado o objeto de investigação do presente trabalho, adotou-se como procedimento metodológico a análise do processo denominado de mundialização do capital como sendo o contexto no qual se inseriu a economia brasileira, de forma a que se pudesse identificar as principais modificações que possibilitaram a chamada abertura econômica e a privatização das empresas estatais brasileiras.

O processo de abertura da economia brasileira induziu o setor produtivo a intensos ajustes em busca da competitividade, tanto em função do decréscimo das barreiras alfandegárias, quanto pela redução da demanda agregada interna.

A política de abertura comercial pode ser considerada como bem sucedida, seja no sentido estrito de sua implementação, seja pelos resultados alcançados. Do ponto de vista de sua implementação, pelo simples fato de ter sido levada a cabo e, em particular, por ter sido levada a cabo sem contramarchas, segundo o cronograma previsto. Do ponto de vista dos resultados alcançados, por ter sido capaz de gerar os efeitos positivos esperados

– vale dizer, o início de um processo de ajuste capaz de conferir maior eficiência e competitividade aos produtores locais.

De fato, foi significativo o esforço de ajustamento empreendido por amplos segmentos do setor manufatureiro no sentido de se tornarem mais competitivos através da redução de custos e da melhoria da qualidade de seus produtos – apesar do contexto recessivo e inflacionário, que tendia a desestimular a realização de investimentos, e das limitações registradas na formulação e implementação de uma política de competitividade, que viesse a apoiar de forma mais vigorosa essas transformações.

Esta política de abertura econômica tornou-se coadjuvante no processo de entrada de capitais externos na economia brasileira, posto que, juntamente com as privatizações empreendidas pelo governo, criaram-se as condições favoráveis e atrativas para o capital externo, e aqui se inserem as possibilidades de inserção do investimento direto português, particularmente no setor de telecomunicações.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: política do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 27-51.
- CHESNAIS, François. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 52, p. 21-53. nov. 1998.
- DANAHUE, John D. *Privatização: fins públicos e meios privados*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Abertura econômica, estabilização e política industrial. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *O Real e o futuro da economia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 128.

- GUIMARÃES, Rui A. Inovação: conceito, abordagem teórica e intervenção pública – com particular referência à temática dos sistemas de inovação. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E DA INOVAÇÃO, ISEG/UTL, dezembro de 1996. (mimeo).
- _____. *Sobre a “nova economia”*: emergência do paradigma TICM (TIC) e reconfiguração da economia mundial. Lisboa, maio 2000. Mimeografado.
- _____. *Sobre as políticas de regulação*: reforma regulamentar e intervenção pública no contexto da dinâmica de globalização. Lisboa: 1º DRAFT, 1999. Mimeografado.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994. 122 p.
- HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global. *Lua Nova*, n. 23, p. 145-194. 1991.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- MATOS FILHO, José Coelho; OLIVEIRA, Carlos Wagner. O processo de privatização das empresas estatais brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 1996. (Texto para discussão n. 422). Capturado em: <<http://www.ipea.gov.br>>, acesso em: 21 de junho de 2002.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 15-24.
- MELLO, Marina Figueira de. Privatização e ajuste fiscal no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 445-518, dez. 1994.
- MENEZES, Ana Maria Ferreira. *O processo de privatização no Brasil*: algumas questões sobre produtividade, eficiência e competição. Caderno do CEAS, n. 159, set./out. 1995. p. 38-49.
- _____. MENEZES, Eline Viana. *Globalização da Economia*: nova ordem, nova sociedade, novo estado? Caderno do CEAS, n. 167, p. 32-48, jan./fev. 1997.
- MUZIO, Gabriele. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*: política do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, pp. 131-161.
- NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 4, out./dez. 1994.
- OITICICA, Daniel. A desvalorização do Real amplia perdas da Embratel. *Gazeta Mercantil*, 24 jul. 2002.
- OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo de. O timing da privatização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). In: *Brasil em mudança*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 87-96.
- PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. As empresas estatais e o programa de privatização do Governo Collor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: v. 22, n. 2, ago. 1992. p. 241-288.
- PIQUET, Rosélia. Competitividade e novos espaços industriais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 31-46, abr./jun. 1994.
- POCHMANN, Marcio. *Novas tecnologias de informação e juventude*. Disponível em: <<http://www.primapagina.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2000.
- RAMALHO, Luciano. *O gênio saiu da lâmpada*. Disponível em: <<http://www.primapagina.com.br>> Acesso em: 21 jun. 2000.
- RAMONET, Ignacio. Nova economia. *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, abr. 2000, v. 1, n. 13.
- ROWTHORN, Bob. Capitalismo, conflito e inflação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SANTOS, Theotonio dos. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHNEIDER, Bem Ross. A privatização no Governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista? *REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA*, vol. 12, n. 1 (45), jan/mar 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. Cap. I.
- THORSTENSEN, Vera et al. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel, 1994. p. 243-261 e 263-277. 277p.
- TOLEDO, José Roberto de. O aumento das distâncias. Disponível em: <<http://www.primapagina.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2000.
- VILLARREAL, Renê. *A contra-revolução monetarista*: teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- _____. *Economia mista e jurisdição do estado*: para uma teoria da intervenção do estado na economia. *Revista de Economia Política*, v. 4, 4, p. 62-88, 1984.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luís Dario Teixeira. A transição para uma nova ordem internacional. In: VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). *A grande crise*: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90. Petrópolis: Vozes, 1992. Cap. V.
- WATERS, Malcolm. *Globalização*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

Significado e perspectivas do reencontro económico entre Brasil e Portugal

Joaquim Ramos Silva*

Resumo

Nos anos 90 assistiu-se a uma importante viragem nas relações económicas entre o Brasil e Portugal no sentido da sua intensificação, bem como da sua generalização aos principais fluxos. Após apresentar, de uma forma sintética, as grandes tendências do processo bilateral, afirma-se que ele tem raízes profundas na globalização e regionalização em curso na economia mundial, que aproxima naturalmente os países que têm determinadas características comuns, como língua e história, ou afinidades culturais. No que respeita ao futuro, embora a sua sustentabilidade não pareça, desde já, assegurada, sobretudo devido às incertezas que envolvem a globalização, os factores relativos aos dois países, nomeadamente às suas empresas, após as mudanças da última década, parecem estar a adaptar-se melhor à prossecução e consolidação de uma maior proximidade. A concluir, considera-se que Brasil e Portugal têm muito a ganhar se cuidarem desta relação e souberem criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: relações bilaterais, Brasil-Portugal, investimento e comércio, tendências globais, relações especiais.

Abstract

In the 1990s, Brazil and Portugal experienced a major shift in the economic relationships, intensifying and generalizing its main flows. After briefly introducing the major trends of the bilateral process, the paper shows that it is deeply rooted in the ongoing globalization and regionalization processes of the international economy, thus bringing together countries with similar features, namely language, history or cultural affinities. In terms of future, its sustainability does not seem to be assured, due to the uncertainty surrounding globalization. The issues related to both countries, or more specifically to their companies, seem suitable to the changes experienced in the last decade, thus preparing them to face a closer proximity. Summing up, it is worth noting that Brazil and Portugal have a lot to benefit from this relationship, if they manage to look after it, creating an environment favorable to its development.

Key words: bilateral relations, Brazil-Portugal, investment and trade, global trends, special relationships.

Durante a maior parte do século XX, não obstante a retórica da proximidade, glosada em vários tonalidades e épocas, Brasil e Portugal assistiram a um afrouxamento progressivo dos seus laços económicos. Todavia, a partir do começo dos anos 1990, verificou-se uma notável inversão desta tendência. Com efeito, desde então, do comércio de

bens e serviços à circulação de pessoas, aos rendimentos e às transferências, sendo porém de destacar a importância assumida pelo investimento directo (IDE), a generalidade dos grandes fluxos desenvolveram-se vigorosamente, na maior parte dos casos, em ambos os sentidos. Deste modo, as relações económicas bilaterais atingiram níveis mais elevados e envolventes do que nas décadas anteriores e, tornaram-se, de facto, um elemento visível nas relações externas de cada um dos países (e,

* Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa. jrsilva@iseg.utl.pt.

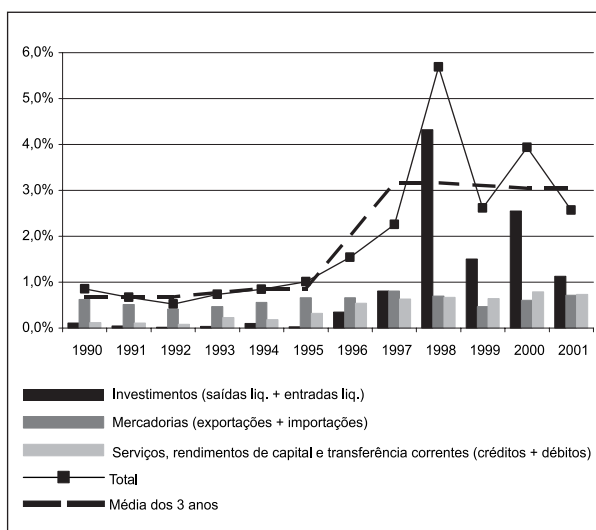
como é lógico, também entre os Estados brasileiros e as regiões portuguesas). Esta evolução é tanto mais de salientar quanto, na actualidade, elos económicos fortes são um elemento básico de qualquer parceria internacional que se queira relevante.

O novo processo bilateral está agora amplamente documentado, em particular na obra *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações económicas, 1992-2002*.¹ De acordo com o estudo realizado, é possível, *grosso modo*, distinguir duas fases desta expansão.² Na primeira, de 1992 a 1998, verificou-se um crescimento rápido, uniforme e em cadeia dos principais fluxos. Na segunda fase, de 1999 a 2002, de uma forma geral, a ascensão continuou mas verificando-se também maiores disparidades de ritmo e desequilíbrios, entre os diversos movimentos que nela participaram. Várias causas, de origem macroeconómica, monetária, ou propagação de efeitos a partir do exterior, contribuíram para estas diferenças, mas o que importa sobretudo salientar aqui é que, no final da referida década, a paisagem das relações económicas entre o Brasil e Portugal se achava profundamente alterada, tendo aumentado, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

A Figura 1 ilustra bem os referidos desenvolvimentos, mostrando a existência de um maior número de fluxos com peso significativo e o seu incremento geral. Por outro lado, ao longo do período, analisando a evolução anual com algum detalhe, na mesma figura, constata-se que, ao aumento de importância do IDE, evidente a partir de 1996, correspondeu também uma maior instabilidade.³ Porém, se isolarmos o efeito desta variável (cuja ir-

Figura 1

Portugal: peso dos fluxos com o Brasil no PIB



Fonte: Banco de Portugal e INE

regularidade é aliás uma das suas características bem conhecidas), a tendência para um crescimento gradual das relações económicas luso-brasileiras é perceptível.

Seja como for, e antes de tudo o mais, importa realçar o papel determinante do IDE neste processo, sobretudo no sentido Portugal-Brasil, desde meados da década de 90. Com efeito, entre 1995 e 2002, o Brasil encontrou-se sempre nos três lugares cimeiros de destino do IDE português (de uma forma geral, alternando posições com a Espanha e a Holanda), tendo atingido, segundo as informações fornecidas pelo Banco de Portugal, 16068.9 milhões de euros (10557.9 milhões de euros em termos líquidos).⁴ Por outro lado, no início de 2002, foram identificadas cerca de 370 subsidiárias portuguesas interagindo no tecido empresarial brasileiro (em sectores muito variados, desde as infra-estruturas como a energia e o cimento, passando pelo agro-alimentar, até às novas tecnologias de informação e ao turismo), quando

em termos líquidos, um valor bastante inferior ao dos outros anos depois de 1995 (utilizando o mesmo critério, as empresas brasileiras terão investido em Portugal 193 milhões de euros em 2002, ou seja, uma quantia quase idêntica), – enquanto a maior parte dos outros fluxos davam mostras de evolução mais regular. Para uma análise mais detalhada do IDE português no Brasil neste período, veja-se também Silva, Fernandes e Costa, 2003, e Silva e Fernandes, 2003.

⁴ Para mais detalhes, ver Silva, Fernandes e Costa, 2003; inclusive sobre a questão dos dados apresentados se situarem aquém da realidade.

¹ Ver Silva 2002; obra publicada pela editora Terramar, Lisboa, em dezembro de 2002.

² No presente artigo, salvo algumas informações de carácter sintético, que se justificam a fim de compreender o contexto geral, não apresentamos extensivamente evidência empírica do processo económico bilateral; a este respeito, recomendamos a consulta da obra acabada de referir; sobre as suas fases, em particular, ver p. 16.

³ Neste sentido, o ano de 1998 foi paradigmático, representando o “pico” do relacionamento bilateral quantitativo de todo o período (cf. Figura 1). Este facto ficou principalmente a dever-se à aquisição da Telesp Celular pela Portugal Telecom, dado que esta operação correspondeu a um investimento de cerca de 4200 milhões de USD (mais de um terço do total líquido investido pelas empresas portuguesas entre 1995 e 2002), no essencial, contabilizados em 1998. Se considerarmos os actuais valores oficiais (Banco de Portugal) para 2002, a forte contribuição do IDE português para a instabilidade da relação mantinha-se – 1439 milhões de euros versus 1238 milhões de euros de desinvestimento, o que dá 201 milhões

no início dos anos 90, eram em número de escasas dezenas e não passavam, em geral, de meras agências de representação. Apesar do investimento brasileiro em Portugal ser bastante menos expressivo, de um ponto de vista global, isso não quer dizer que ele não tivesse também um papel importante no processo, designadamente em termos de pioneirismo, como aliás, já se chamou a atenção há quase dez anos (SILVA, 1994). Deve-se assim reconhecer que, mais do que qualquer outro factor, a entrada em larga escala do negócio, em particular das grandes empresas, deu toda a força e substância à relação bilateral dos anos 90.

Se o comércio de mercadorias constituía o essencial das relações económicas luso-brasileiras no início dos anos 90, o que estava longe de ser o caso no limiar da nova década,⁵ não o devemos por isso subestimar. Neste sentido, não deixa de ser elucidativo sublinhar o facto do crescimento do próprio comércio de mercadorias, ter permitido ainda assim que o Brasil se tornasse no segundo parceiro comercial não comunitário de Portugal (7º em 1992),⁶ ultrapassando o Japão, e mesmo alguns tradicionais parceiros europeus como a Suíça e a Noruega (cf. Figura 2). Esta tendência, por parte do fluxo que conheceu menor dinamismo no conjunto do período,⁷ é bem significativa da força do processo.

Este crescimento dos laços económicos bilaterais é tanto mais notável quanto, à primeira vista, a distância geográfica, e concomitantemente, a pertença a mundos geopolíticos diferentes como a Europa e a América Latina, não o fazia prever. Por outro lado, como se pode constatar no Quadro 1, rela-

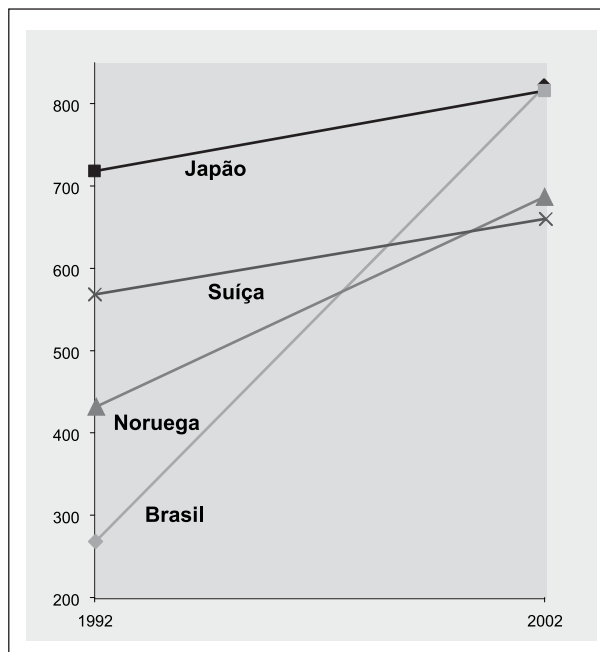
⁵ A título de exemplo, segundo os dados fornecidos pelo Banco de Portugal, para 2002, exportações + importações de mercadorias perfizeram um total de 848 milhões de euros e o somatório (créditos + débitos) dos outros três grandes fluxos da balança corrente (serviços, rendimentos e transferências correntes) atingia 1218 milhões de euros; enquanto que, como se pode verificar na Figura 1, até 1996, as mercadorias sempre foram o fluxo preponderante.

⁶ Em 2002, mantendo o mesmo critério (importações + exportações, mercadorias), só os Estados Unidos, que não incluímos na Figura com o intuito de simplificar, superaram o Brasil em valor (atingindo 2454 milhões de euros, ou seja, um valor três vezes superior ao brasileiro; em 1992, os EUA, quedavam-se por 1047 milhões de euros); outros países comercialmente ultrapassados pelo Brasil entre 1992 e 2002 e que não constam da Figura foram Angola e Nigéria.

⁷ Uma das principais evidências estatísticas do 2º capítulo de Silva, 2002.

Figura 2

Portugal: desempenho do Brasil em comparação com outros parceiros de importância comercial semelhante 1992, 2002 (mercadorias: exp. + imp.; milhões de euros)



Fonte: INE

Quadro 1

Brasil e Portugal: Comparação de indicadores de base

	Brasil	Portugal
1. Superfície (em km²)	8 511 995	92 390
2. População (milhares de habitantes, 2001)	172 600	10 200
3. PNB, em milhões de USD, 2001	528 500	109 200
4. PIB por habitante (em USD, 1999)		
• Ao câmbio corrente	4 468	11 370
• Paridade poder de compra	7 625	17 290
5. Comércio externo de bens e serviços, 2000		
• Exportações (USD milhões)	63 932	31 638
• Quota mundial exportações (%)	0,82	0,41
• Importações (USD milhões)	74 401	44 652
• Quota mundial importações (%)	0,98	0,58
6. Stock de IDE (milhões de USD, 2001)	219 342	32 671
7. Stock de IDE no exterior (milhões de USD, 2001)	11 041	24 881
8. Índice de Desenvolvimento Humano, 1999	0,750	0,874

Fonte: Banco Mundial, OMC, UNCTAD e ONU

tivamente a Portugal, o Brasil tem 92 vezes mais superfície, 17 vezes mais população, e, em 2001, um PNB cerca de 5 vezes superior;⁸ ainda que, de

⁸ Não considerando agora, entre outros efeitos monetários possíveis, a forte desvalorização do real depois de 1999 (travada nos primeiros meses de 2003), subsequente à passagem para uma política de flutuação em Janeiro daquele ano, e que tornou esta relação relativamente mais desfavorável ao Brasil (e mais favorável, antes de 1999).

uma forma geral, os dados sobre o comércio e o investimento indiquem uma maior proximidade, as assimetrias entre os dois países são demasiado grandes para deixarem de ser levadas em conta. Como é óbvio, este conjunto de características não constitui necessariamente um obstáculo a uma parceria bilateral, mas pode dificultar a convergência e pressupõe maneiras muito distintas de se integrar na economia mundial (“grande país *versus* pequeno país”). Além disso, a economia portuguesa surge como sendo relativamente mais desenvolvida e estabilizada. Aliás, numa das reviravoltas históricas mais significativas destes anos, Portugal passou a receber um volume considerável de mão-de-obra brasileira, pelo que as remessas para o Brasil suplantaram a corrente inversa, durante muito tempo dominante na rubrica transferências correntes da balança de pagamentos portuguesa (cf. Quadro 2).⁹

Quadro 2

Portugal: Remessas de e/imigrantes com o Brasil (transferências privadas; milhares de euros)

Ano	Crédito	Débito	Saldo
1996	16 264	4 833	11 431
1997	26 807	1 384	25 423
1998	18 986	1 154	17 832
1999	16 453	8 061	8 391
2000	17 779	33 792	-16 013
2001	14 123	40 284	-26 161
2002	24 620	169 017	-144 397

Fonte: Banco de Portugal

Sendo assim, que razões estiveram na base de uma mudança tão rápida quanto profunda e que ocorreu, mesmo sem haver um terreno especialmente favorável?¹⁰ Esta viragem é sustentável ou apenas característica dos anos compreendidos entre 1992 e 2002, sendo portanto, passageira? Quais os seus contornos concretos e as suas principais implicações? Vale ou não a pena investir, a vários níveis, no reforço das relações económicas luso-brasileiras numa perspectiva de longo prazo? Po-

dem ou não estas relações potenciar a posição internacional de cada um dos dois países? Tantas e tão diversas são as questões que se podem colocar perante este interessante caso de reencontro económico nas actuais condições de globalização e regionalização à escala mundial. Naturalmente, neste artigo, é forçoso restringir o nosso objecto de estudo, e que nos concentremos apenas no significado e perspectivas do processo económico bilateral da última década.

Muitas razões têm sido apontadas como estando na base da evolução verificada: desde uma maior estabilidade macroeconómica (evidente em Portugal com a entrada na Comunidade Europeia e mais ainda com a progressiva participação, ao longo dos anos 90, na União Económica e Monetária, e no Brasil, com a implementação do Plano Real em 1994 e o combate vitorioso contra a hiperinflação das décadas anteriores) a outras de natureza microeconómica, em particular o facto das empresas nos estágios iniciais da sua internacionalização, avançarem de preferência nas áreas de menor distância psicológica (COSTA, 2002). Entre diversos outros exemplos, poder-se-ia ainda referir que certas reformas, como as privatizações no Brasil, de uma forma directa ou indirecta, desempenharam de igual modo um papel importante, atraindo particularmente os capitais portugueses.

Sem dúvida, os factores que acabámos de enunciar, contribuíram para o processo em análise. Contudo, porque aí reside, a nosso ver, uma explicação com grande potencial, queremos destacar, tendo em conta o movimento paralelo de globalização, a adopção quase simultânea de estratégias de abertura e internacionalização das economias e empresas dos dois países na viragem para os anos 1990 (SILVA, 1999). Esta orientação, desta vez mais firmemente prosseguida, revigorou os laços bilaterais, em particular na base de factores antes subestimados num contexto de economias fechadas (língua, história e raízes culturais comuns), mas que tendem a sobressair num ambiente de maior circulação geral, facilitando a aproximação entre Portugal e o Brasil. Na verdade, aqueles factores, quando partilhados por dois ou mais países da comunidade internacional, podem veicular van-

⁹ Sobre a evolução dos imigrantes brasileiros no conjunto da população estrangeira residente (legalizada) em Portugal, desde os anos 60, ver Silva, 2002, p. 258.

¹⁰ Isto, sem se levarmos aqui em conta a oposição, mais surda ou mais ruidosa, mas nem por isso menos presente, sobretudo ao IDE português no Brasil, de uma parte do *establishment* político e jornalístico português; esta questão é abordada e exemplificada em várias passagens de Silva, 2002, como nas pp. 18, 143-4, 170, 227.

tagens económicas, em muitos casos talvez pareçam pequenas, mas que não devem ser negligenciadas numa escala competitiva mais intensa e global, como uma redução nos custos de comunicação ou o usufruto de externalidades positivas (por exemplo, decorrentes da utilização de uma língua comum).

Deste ponto de vista, a possibilidade do processo se manter e aprofundar depende assim, sobretudo, de duas ordens de factores: *internos*, ou melhor comuns a esta relação; e *externos* (ou globais), sobre os quais a sua influência é marginal.

Quanto ao primeiro aspecto, torna-se essencial que os dois países mantenham e melhorem as suas políticas e estratégias de internacionalização das suas economias que têm vindo a desenvolver, frequentemente ainda de uma forma quase embrionária ou mesmo espontânea, tornando-as mais exigentes e ajustadas à realidade, de forma a produzirem os efeitos óptimos esperados. Nesta área, a médio prazo e se as condições gerais da última década prevalecerem, o processo não parece ameaçado. Os dois países, nomeadamente através das suas empresas, “redescobriram” o vasto potencial de crescimento conjunto, não facilitando políticas de desincentivo ou uma clara inversão de marcha, para além dos inevitáveis ajustamentos. Mas, por outro lado, será preciso ter em conta que, uma linha de aproximação entre as duas economias, mesmo correspondendo a uma tendência natural, para ser efectiva e optimizada, necessita de um estímulo continuado que não de inércia.

A título de exemplo, e para além do plano rigorosamente bilateral, os governos dos dois países têm todo o interesse em contribuir para o aprofundamento dos laços entre a União Europeia e o Mercosul, onde têm bastante a ganhar com a eliminação de barreiras. Aliás, isso não seria mais do que um corolário da evolução da última década. Portugal é o Estado membro com o comércio mais concentrado na própria União Europeia, sobretudo na Espanha, e apenas o crescimento das relações económicas com o Brasil, em especial ao nível do investimento directo estrangeiro, contrabalançou esta situação (de resto, apenas ligeiramente, de um ponto de vista global). Por seu lado, quanto à eco-

nomia brasileira, o aumento das suas relações com a UE pode ser uma grande oportunidade para a sua internacionalização em bases mais alargadas e sólidas,¹¹ pois até há poucos anos, ela era inexistente e passiva. Este processo seria pois claramente benéfico para os países envolvidos¹² e um complemento necessário às relações bilaterais. Embora a acção isolada do Brasil ou de Portugal não seja de modo algum suficiente para abrir as portas a uma circulação sem entraves significativos entre a UE e o Mercosul (em particular, em certos mercados que interessam especialmente a estes países, como o agrícola), por exemplo no quadro de uma área de comércio livre, pode pelo menos reforçar a posição dos países e grupos mais favoráveis à abertura. Como se mostra em Silva (2002, p.189-193), o facto de Portugal não ser um país beneficiário da Política Agrícola Comum, posiciona-o muito favoravelmente para desempenhar um papel activo no aprofundamento das relações entre União Europeia e Mercosul.

Quanto à segunda ordem de factores, a condição principal é que o processo de participação numa economia mundial que se globaliza continue. Ora, existem sérias dúvidas neste sentido. Com efeito, um conjunto de indicadores económicos, políticos e sociais dos últimos anos (para não recuarmos à década de 90 e à mudança, na sequência da eclosão da crise asiática, para expectativas pessimistas na América Latina, a partir de 1998), como o *crash* bolsista de 2000, que começou nas indústrias ligadas às novas tecnologias de informação e depois atingiu outros sectores, e que, passados vários anos, ainda não se encontra debelado, a continuação da prolongada crise japonesa e a quase estagnação europeia; a implosão devastadora do “*currency board*” argentino em 2001-02, os ataques de 11 de Setembro de 2001 e a guerra do Iraque em 2003; os impasses nas negociações comerciais multilaterais (*Doha Round*) e o movimento anti-globalização que se tem desenvolvido nos últimos

¹¹ Como se chama a atenção em Silva e Fernandes (2003), depois de 1995, face ao IDE e em particular na política de privatizações, era evidente, por parte do governo brasileiro, o objectivo de reforçar os laços com a Europa e aumentar assim a margem de acção do país na economia mundial.

¹² Sobre o interesse do Mercosul em geral (e do Brasil em particular) na intensificação dos laços com a UE, veja-se o estudo de Castilho, 2002.

anos, lançam um conjunto de incertezas sobre a evolução a médio prazo da economia mundial, que podem eventualmente traduzir-se num abrandamento mais ou menos duradouro da liberalização mundial ou conduzir a novos e grandes choques. Aliás, alguns destes processos põem em causa a ordem internacional antiga, embora não seja ainda claro como vai ser substituída (por exemplo, no campo monetário ou no funcionamento das organizações internacionais). O impacto desta evolução sobre as relações bilaterais não se pode certamente determinar com facilidade, mas como se teve ocasião de referir, uma lógica de mais livre circulação geral tem sido um dos seus grandes parâmetros e, se esta for seriamente ameaçada, elas serão também afectadas.

De qualquer modo, o reencontro económico luso-brasileiro, que dura há cerca de uma década, tornou-se uma realidade incontornável nas relações bilaterais, fazendo-as ascender a um novo patamar mais elevado e exigente. Obviamente, embora seja difícil prever o futuro desta relação, deve-se aceitar que ela não será linear e que, consequentemente, conhecerá altos e baixos. Apesar disso, os agentes económicos portugueses e brasileiros puderam constatar que há uma série de vantagens associadas ao processo bilateral e aos seus condicionantes. Assim, se as condições macroeconómicas, de internacionalização e abertura se mantiverem em cada um dos países, a dinâmica interna será favorável ao seu prosseguimento, mesmo que as políticas mais desejáveis ao seu fomento não sejam necessariamente implementadas ou facilitadas. Já quanto à evolução de factores exteriores, nomeadamente ligados à globalização e à integração regional (por exemplo, o aprofundamento dos laços entre blocos económicos, no caso, sobretudo entre a União Europeia e o Mercosul), é mais difícil fazer previsões; no entanto, a prossecução destas tendências, ao invés da sua interrupção, terá impacto positivo sobre a relação bilateral. No caso concreto da regionalização, e em particular, do

aprofundamento dos laços entre União Europeia e Mercosul, os dois países podem mesmo ter algum papel.

Em suma, ao contrário da maior parte do século XX, a última década pôs em evidência a entrada das relações luso-brasileiras numa nova fase, com forte conteúdo económico e participação das empresas, mas, como a sustentabilidade de alguns factores que estão na base deste processo é incerta,

pelo menos temporariamente, torna-se por agora, prematuro considerar que se trata do início de uma nova e prolongada era. Todavia, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais diversas que se podem colocar, o reencontro económico entre os dois países, em boa medida fundado em vantagens comuns, corresponde a uma das tendências emergentes na economia mundial. Assim, Brasil e Portugal devem cuidar desta relação e explorá-la convenientemente, pois só têm a ganhar com uma política que me-

lhore o posicionamento internacional de ambos, sendo isto, de resto, uma premissa necessária à ultrapassagem dos desafios económicos que têm pela frente (competitividade, internacionalização empresarial com sucesso, *catching up*, etc.).

O reencontro económico entre os dois países, em boa medida fundado em vantagens comuns, corresponde a uma das tendências emergentes na economia mundial. Brasil e Portugal devem cuidar desta relação e explorá-la convenientemente, pois só têm a ganhar com uma política que melhore o posicionamento internacional de ambos

REFERÊNCIAS

- CASTILHO, M. R. L'accès des exportations du Mercosur au Marché unique dans la perspective d'un accord de libre échange. *Économie internationale*, n. 89-90, p. 281-313, 2002.
- COSTA, C. G. *Portuguese Investments in Brazil – Traditional determinants and the contribution of cultural proximity*. Lancashire: UK AIB, Academy of International Business, Doctoral Colloquium Tutorial, 2002. 26 p.
- SILVA, J. R. La nouvelle géopolitique de l'économie portugaise. *Lusotopie*, Paris: L'Harmattan, n. 1/2, p. 51-73, 1994.
- _____. Les relations économiques luso-brésiliennes au temps de la mondialisation. *Lusotopie*, Paris: Karthala, p. 55-89, 1999.

_____. *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações económicas, 1992-2002*. Questões de economia. Lisboa. Terra-mar, 2002. 278 p.

_____. FERNANDES, F. C.; COSTA, C. G. Empresas e subsidiárias portuguesas no Brasil: um panorama. *Prospectiva e Planeamento*, Lisboa, v. 9, nº especial, 2003. No prelo.

_____. FERNANDES, F. C. Novos fluxos de IDE para o Brasil desde 1995. *Prospectiva e Planeamento*, Lisboa, v. 9, nº especial, 2003. No prelo.

Portugal e Brasil: mais que um passado colonial

Leonel Leal Neto*

Resumo

A existência de fortes laços culturais, históricos e lingüísticos entre Brasil e Portugal fez com que a coincidência temporal na implantação de estratégias de internacionalização aproximasse os dois países. Portugal, optando em meados da década de 90 por um processo de internacionalização ativa que favorecesse o desenvolvimento da sua economia e do seu tecido empresarial, criou uma série de mecanismos de apoio às empresas que desejavam se instalar no além-mar. O Brasil, por sua vez, vindo de um passado desenvolvimentista ancorado na forte presença estatal na economia, iniciou os anos 90 sob forte influência neoliberal e implementou um vigoroso plano de ajustamento macro-econômico que resultou na desregulação da economia e na privatização de estatais. A complementaridade nos processos brasileiro e português de abertura ao exterior e o apoio recebido das instâncias governamentais portuguesas fez com que Portugal tenha ocupado papel de destaque nos investimentos estrangeiros realizados no Brasil desde então.

Palavras-chave: internacionalização brasileira, IDE (Investimento Direto Estrangeiro) português, privatização, CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), relacionamento luso-brasileiro.

Ao longo da segunda metade da década de 90 e início deste século XXI, o Brasil voltou às manchetes dos jornais europeus, norte-americanos e, mesmo, asiáticos. Desta feita, não foi somente devido às suas belas praias, ao seu futebol ou mesmo ao carnaval exuberante. Também não o foi devido aos problemas apresentados com a preservação da Amazônia ou a violência urbana. Proble-

Abstract

The strong cultural, historic and linguistic ties between Brazil and Portugal led to the introduction of internationalization strategies, which in its turn brought the two countries even closer together. In mid 90s, Portugal adopted a process of active internationalization to develop its economy, thus creating a series of mechanisms to support companies that intended to be established abroad. On the other hand, Brazil, with its history of development highly dependent on the strong presence of the state in its economy, introduced a vigorous neo-liberal plan of macro-economic adjustment in the 1990s, leading to the deregulation of its economy and the privatization of state companies. Both Brazilian and Portuguese processes towards foreign trade opening, as well as the support received from the Portuguese government, have granted Portugal an outstanding role amongst foreign investors in Brazil.

Key words: *brazilian internationalization, Portuguese IDE (Foreign Direct Investment), privatization, CPLP (Community of Portuguese-Speaking Countries), Portuguese-Brazilian relationship.*

mas estes que existem, ainda que às vezes estejam maximizados pela imprensa mundial ávida por manchetes espetaculares, e que enodoam as características pacíficas da sociedade brasileira.

O Brasil voltou às manchetes da imprensa mundial especializada em economia e finanças, mas não só dela, em virtude de um vigoroso plano de ajustamento macroeconômico implementado em meados dos anos 90, que recebeu as atenções de todo o mundo pelos êxitos notáveis que alcançou deste então, mais intensamente a partir de 1994 quando implementou o Plano Real.

* Mestre em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna, em Lisboa. Coordenador do curso de Relações Internacionais das Faculdades Jorge Amado. coordri@faculdadesjorgeamado.com.br.

A atratividade é justificada pelo tamanho do seu mercado interno, pelo fato de ter conseguido controlar a inflação, que, na década de 80, ultrapassou o patamar de 2000% a.a., por ter conseguido implementar um plano de integração regional vitorioso e consistente – o Mercosul, e por ter privatizado estatais de expressividade mundial.

O Brasil recebeu, portanto, considerável fluxo de investimentos diretos na última década, tendo sido o país da América Latina que mais investimentos estrangeiros recebeu ao longo dos anos 90.

Neste cenário, constata-se com agradável surpresa a presença de investidores portugueses. Agradável surpresa, pois as ligações entre os dois países são viscerais, e, com a onda de internacionalização que as respectivas economias têm experimentado, seria um contra-senso que a efetiva proximidade cultural e lingüística existente entre os dois povos não fosse aproveitada como diferencial competitivo no momento da decisão de investimentos internacionais.

O presente trabalho avaliará, portanto, o relacionamento entre Brasil e Portugal, intensificado na década de 90, mais especificamente a partir de 1995, com a identificação dos fatores condicionantes e das perspectivas decorrentes desta opção política definida pelas lideranças políticas e empresariais portuguesas.

Para tanto, será analisado o contexto em que se encontra o Brasil como mercado destinatário de expressiva soma de investimentos internacionais, que não só optam por aplicações de curto prazo, mas, também, e, principalmente, por investimentos de longo prazo, em aquisições de bancos, indústrias e outros projetos de longa maturação.

Será ainda motivo de análise a internacionalização da economia portuguesa, para o que será também feito um breve recuo histórico, em que serão analisados os principais fatos causadores deste processo de abertura política e econômica.

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

Breve Histórico

As relações entre Portugal e Brasil transcendem às simples trocas comerciais ou mesmo aos investimentos diretos realizados por empresários de um país no outro. Ligações viscerais unem os dois países, dado à relação colonizador/colônia, reforçado ainda pelo fato de que são os únicos de língua materna oficial portuguesa cuja amplitude ascende a 100% da população. Mesmo nos países africanos, em que a experiência colonial portuguesa durou até meados da década de 70, a proximidade cultural e lingüística não é tão intensa.

O período compreendido desde o início do século XIX, quando o Brasil se tornou independente em 1822, até o final dos anos 80, já no século XX, quando ambos países se voltaram para a internacionalização das suas economias, foi marcado por grandes lacunas no relacionamento. Ainda que eventualmente tenha ocorrido alguma aproximação política no período compreendido entre os anos 60 e meados dos anos 80, o foi no âmbito dos governos centrais, dada a identidade dos regimes ditatoriais que passaram os dois países. Portugal experimentou uma ditadura desde 1926 até 1974 e o Brasil viveu semelhante situação com regimes ditatoriais militares desde 1964 até 1985, quando finalmente foi eleito indiretamente um novo presidente civil. A Revolução dos Cravos, que extinguiu o regime ditatorial em Portugal, em 1974, foi festejada no Brasil, ainda que timidamente em virtude do regime de censura que se vivia então, como sendo precursora de novos tempos de liberdades democráticas. Tais expectativas mais tarde se verificaram, o que caracterizou o citado movimento como sendo o epicentro de ondas democráticas que acabaram por varrer todo o ocidente.

Cada um dos países em questão teve motivações distintas para promover sua abertura política

As ligações entre os dois países são viscerais, e, com a onda de internacionalização que as respectivas economias têm experimentado, seria um contra-senso que a efetiva proximidade cultural e lingüística existente entre os dois povos não fosse aproveitada como diferencial competitivo no momento da decisão de investimentos internacionais

e comercial e seguiu cronologia própria. Enquanto Portugal, nos anos 80, ingressava na União Européia e optava por um processo de intensa abertura das suas fronteiras econômicas no espaço intra Europa, o Brasil ainda vivia um período de incipiente abertura democrática e passava por períodos de precariedade econômica, caracterizados por diversos planos econômicos que não conseguiram resolver o problema crônico da inflação e da crise da dívida externa.

A compreensão da relação entre o Brasil e Portugal passa por uma análise mais aprofundada da evolução política e econômica de cada um dos dois países. Embora uma análise exaustiva não seja o objetivo deste texto, será feito um breve recuo histórico, para melhor compreensão das relações luso-brasileiras a partir da segunda metade da década de 90.

Brasil – do nacionalismo dos anos 30 à internacionalização dos anos 90

A identificação da necessidade de criar uma indústria nacional que desse sustentação ao processo de crescimento da economia brasileira foi fator marcante da política desenvolvida pelo então presidente Getúlio Vargas, na década de 30. O Estado seria o responsável por promover os investimentos necessários para a indústria de consumo, até então inexistente, e também por elaborar a legislação que desse suporte às relações trabalhistas e econômicas, que também ganhavam corpo naquele momento (BRUM, 1996).

Nessa altura, a opção pelo nacionalismo no processo de industrialização brasileira ficou patente pela escolha do modelo de substituição de importações que foi adotado como sendo necessário para promover a indústria nacional. Adotando este modelo, o Brasil optava por produzir internamente os produtos que até então importava, mesmo que não possuísse vantagem comparativa para assim o fazer. Como o país até então, começo dos anos 30, não possuía estrutura básica que desse suporte a um processo de forte industrialização, era necessário vultoso investimento em infra-estrutura e em insumos básicos. Não havendo classe empresarial que possuísse recursos para promover tais investi-

mentos, o governo assumiu o papel, com dois objetivos básicos:

- promover a infra-estrutura (energia, transportes, comunicações, etc.);
- intermediar, conciliar e arbitrar os interesses de classe, ou seja, os conflitos entre o capital e o trabalho.

Deu-se, então, o início do processo de industrialização brasileira, com duas características determinantes, qual seja a forte presença do Estado e o nacionalismo como condição necessária e subjacente ao protecionismo que iria conhecer diferentes dimensões, indo até o início dos anos 90.

O próximo período determinante na evolução política e econômica brasileira é a década de 50. O presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 3 de outubro de 1955 com o lema “50 anos em cinco”, promove novo surto de crescimento e industrialização no país. Desta feita, o uso de recursos financeiros internacionais é constante, e o Brasil recebe maciça investida de multinacionais de grande porte que se valem das vantagens oferecidas para se instalarem. A dívida externa brasileira sofre brutal elevação e o projeto de construção da capital federal, Brasília, consome investimentos de grande monta (BRUM, 1996).

A instalação das multinacionais não representa a internacionalização da economia, ao contrário, permanecem elevadas as barreiras aduaneiras, e esta migração representa a continuidade do processo de substituição de importações, ainda que a produção nacional fosse efetuada por multinacionais. Com isto, fragilizava-se a empresa nacional, que não podia competir com as multinacionais de grande porte nem com as empresas estatais que iam se proliferando na economia brasileira. A empresa nacional não possuía capacidade de desenvolver tecnologia própria, e a tecnologia que era importada já se encontrava obsoleta em muitos dos países de onde provinha.

O período subsequente, que vai de 1964 até 1985, é marcado por governos militares que assumem o poder através de um golpe militar e permanecem até o esgotamento do modelo político e econômico, durante as graves dificuldades por que passa o país durante a década de 80. O projeto

desenvolvido pelos governos militares, denominado Brasil Potência, compreendia o fortalecimento da participação estatal na economia, implantação de política de promoção e financiamento de áreas de infra-estrutura e ampliação da entrada de investimentos externos em diversas áreas da indústria de transformação. Manteve também o mercado interno protegido, além de empreender algumas medidas de apoio às exportações.

Ainda que este modelo tenha efetuado algumas opções estrategicamente corretas, as falhas cometidas, sobretudo por alijar a sociedade civil do processo de construção nacional e por optar por contínuo crescimento do PIB em momentos dramáticos da economia mundial, foram determinantes na grave crise que adveio nos anos 80. Os momentos dramáticos podem ser descritos pelos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, quando mesmo países desenvolvidos optaram por reduzir o crescimento e aguardar que as condições internacionais fossem mais propícias para alavancagem de nova evolução no PIB. Naquele período, os custos da energia e do capital financeiro internacional tornavam proibitivas quaisquer tentativas de crescimento. O Brasil, entretanto, optou por continuar o crescimento, ainda que dependesse dos recursos externos para o fazer e importasse cerca de 80% do petróleo que consumia na época. Como consequência, experimentou elevada taxa de crescimento durante os anos 70 e brutal recessão e mesmo a insolvência internacional durante os anos 80 (SKIDMORE, 1969).

Os anos 80 encontrariam o Brasil fortemente endividado internacionalmente e o custo da dívida sendo elevado acima das possibilidades de pagamentos por parte do país. Os juros internacionais e a taxa base USA Prime vão a 21,5% a.a. e a Libor seis meses ascende a 16,8% a.a.. O preço do petróleo sofre também evolução e passa de cerca de USD 12 por barril no início dos anos 80 para USD 34 no início dos anos 90.

O declínio no crescimento, aliado ao corte no fluxo de recursos para o Brasil no início dos anos 80, fez com que a inflação atingisse valores elevados. A partir de então, pode-se dizer que o país deixa de ter um projeto de crescimento para se dedicar quase que exclusivamente a elaboração de

planos econômicos que conseguissem dar freio à inflação e restabelecer o vínculo com o capital internacional.

Em meados dos anos 80, o país formaliza sua incapacidade de continuar pagando o serviço da dívida externa e a situação econômica se complica de tal forma que é diagnosticada, tanto interna quanto externamente, a falência do modelo até então adotado.

O governo militar se afasta do poder, dá-se uma transição democrática em 1985 com a eleição indireta de um presidente civil após 21 anos de governos militares. A partir de então, a política de substituição de importações entra em esgotamento, e implementa-se o início da internacionalização da economia, que seria retomada com mais ímpeto a partir da eleição direta do presidente Fernando Collor de Melo, em 1989.

O presidente Collor, de concepções neoliberais, promove forte abertura da economia, inicia a redução da participação do Estado na vida social do país e opta pela mudança do modelo de produção até então adotado. A assinatura pelo Brasil em 26 de março de 1991 do Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul (Mercosul), em conjunto com a Argentina, Paraguai e Uruguai, representa o marco inicial da abertura econômica brasileira, com a desgravação tarifária, que é reduzida de cerca de 33% em média para cerca de 14% em 1994.

A renegociação da dívida externa, posto que o Brasil se encontrava inadimplente e afastado do circuito financeiro internacional desde meados dos anos 80, foi outro grande passo no sentido da internacionalização da economia. O Plano Brady, que levava o nome do então Secretário do Tesouro Norte Americano Nicholas Brady, dá o arcabouço de novas garantias aos credores internacionais, promovendo o aumento dos prazos de pagamento e a redução dos juros até então pactuados. Os juros das dívidas contraídas ao longo da história recente brasileira, e, mais intensamente, durante os anos 70, haviam sofrido brutal elevação. Seria necessária a redução desse patamar para que o país voltasse a se comportar dignamente no cenário internacional. Em troca desta renegociação, o governo brasileiro se comprometia a efetuar mudanças macroeconômicas que permitissem o fluxo de investi-

mentos estrangeiros operar no país e participar ativamente da sua vida econômica.

A continuidade do processo de abertura econômica foi assegurada mesmo após o afastamento do presidente Collor por *impeachment*, quando foi acusado de corrupção e tráfico de influência. Os governos que lhe sucederam, Itamar Franco, seu vice-presidente que assumiu até 1994, e Fernando Henrique Cardoso, em dois mandatos, de 1995 até 2002, perseguiram obstinadamente a abertura da economia, a captação de investimentos diretos e a privatização de empresas estatais. O elevado nível de juros oferecidos ao investidor internacional, aliado ao pujante processo de privatização das estatais que foram se avolumando na história de desenvolvimento do país, desde os anos 30, conferem ao Brasil o *status* de economia emergente, cuja atratividade é reconhecida no cenário internacional.

Sendo assim, não é sem razão que o Brasil tenha sido o principal receptor de Investimentos Diretos no Estrangeiro – IDE, e, também, não é sem razão que empresários e investidores portugueses tenham ocorrido ao mercado brasileiro.

Portugal – evolução político-econômica a partir dos anos 60

O período que antecede aos anos 60 é marcado por grande assimetria entre Portugal e os demais países europeus. A renda *per capita* portuguesa era equivalente a um terço da renda dos países mais desenvolvidos, a agricultura ocupava cerca de 45% da força de trabalho e a indústria utilizava tecnologia pouco avançada para as atividades de transformação de produtos primários, que era a principal atividade desempenhada. Os anos 60 são, por assim dizer, o início de um período de crescimento e evolução da economia de Portugal (LOPES, 1996).

Entre 1960 e 1973, a economia sofreu grande aceleração, houve crescente abertura ao exterior e o país não sofreu graves crises macroeconômicas. O PIB português veio a crescer a uma taxa média de 6,9% a.a. neste período, em conformidade com significativas alterações na estrutura de produção e do emprego, na distribuição geográfica da popula-

ção, no nível de produtividade e em outros aspectos estruturais que foram sendo modernizados, acompanhando e favorecendo o crescimento econômico do país.

Este período é marcado, também, por sucessivos acordos de adesão a organismos multilaterais, o que veio a ratificar a predisposição de abertura da economia e escolha de um modelo de industrialização voltado para a internacionalização. Não optava, assim, pelo modelo de substituição de importações que havia sido escolhido por muitos outros países em desenvolvimento, inclusive pelo Brasil. Em 1948, Portugal ingressou na Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE). Aderiu à European Free Trade Area (EFTA), em 1960; efetuou um acordo de livre comércio com a Comunidade Europeia (CE), em 1972, acabando por aderir à mesma em 1986; também aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, em 1960, e, em 1962, assinou o tratado de adesão ao GATT. A progressiva e sucessiva eliminação de barreiras pautais, de restrições quantitativas e de outros obstáculos ao comércio de mercadorias, além de facilitar progressivamente as transações correntes e as movimentações de capitais, foram medidas que se completavam com os acordos e tratados firmados com os organismos multilaterais (LOPES, 1996). A opção de participar dos movimentos de integração europeia logo a partir de 1960 foi uma estratégia fundamental para alcançar o desenvolvimento do país.

O início da década de 70 foi marcado por forte isolamento internacional, provocado pelas guerras coloniais na África que, obviamente, mereceram a reprovação dos demais países europeus, mesmo aqueles de tradição colonialista. Foi um período de forte dirigismo estatal, concentração do poder econômico num reduzido número de agentes privados e significativo atraso nas áreas da educação, saúde e segurança social.

Não obstante os objetivos do movimento que levou à queda do Estado Novo em 25 de abril de 1974 – descolonizar, democratizar e desenvolver a economia –, houve crescimento mais lento da economia nacional, com o PIB crescendo em média apenas 2,5% a.a. entre 1974 e 1994. Neste período, houve, inclusive, necessidade de dois acordos

com o FMI, motivados por fortes desequilíbrios das contas externas. Os choques do petróleo, tão sentidos também no Brasil, provocaram fortes constrangimentos à economia portuguesa.

O período que se seguiria a 1985 foi significativamente diferente do antecessor. O ingresso na Comunidade Europeia (CE), em 1986, abriu novas perspectivas e imprimiu transformações expressivas na estrutura macroeconômica. A inflação recuou de 21% a.a., em 1984, para 8,9% a.a., em 1987, a taxa de desemprego baixou de 8,7% para 4,1% em 1991 e a balança de transações correntes apresentou saldo positivo em 1985, sendo a primeira vez que tal fato ocorria desde 1973.

Pode-se atribuir a expansão no período entre 1985 e 1990 à melhoria nos termos de troca, aos efeitos iniciais da entrada na CE e à estabilidade política. O combate à inflação não era prioridade nesse período, com o governo se voltando claramente para a promoção do crescimento da produção.

Em 1990, houve significativa alteração da política macroeconômica, voltando-se para o cumprimento dos critérios de convergência nominal no seio da UE com o combate à inflação assumindo caráter prioritário. Com isso, somado ao recuo do crescimento quase generalizado experimentado pelos países europeus, houve uma crise aguda, com o crescimento do PIB vindo a arrefecer, chegando mesmo a -1% a.a. em 1993.

Houve, entretanto, aumento dos salários e dos bens não transacionáveis, entre 1991 e 1994, e expressivo volume de obras públicas oriundos dos recursos dos fundos comunitários, provindos da CE. As remessas recebidas da CE vieram a contribuir positivamente no investimento de infra-estruturas, notadamente estradas e auto-estradas. Também foram realizados investimentos na indústria, na agricultura e na formação profissional. Embora o incremento no investimento tenha sido de 9%, inferior ao do consumo público e privado, de 14%, a ocorrência dos fundos veio dar um reforço na melhoria da economia portuguesa e permitiu uma aprecia-

ção real da taxa de câmbio, com maior volume de importações destinadas ao consumo sem que tivesse havido dificuldades com a balança de pagamentos.

CARACTERÍSTICAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA E DA PORTUGUESA

Os processos de internacionalização das economias brasileira e portuguesa foram bastante distintos entre si. Se classificarmos como internacionalização ativa o processo no qual os agentes econômicos buscam novos parceiros e mercados no espaço além fronteiras e, com isto, atingem um raio de ação mais amplo, e se considerarmos internacionalização passiva as medidas que visam à

abertura dos mercados internos a agentes externos, aumentando a concorrência interna e forçando os agentes locais a melhorarem a qualidade dos seus serviços e produtos para se manterem competitivos, podemos identificar claramente uma notável distinção entre os processos de internacionalização português e brasileiro.

Portugal, em relação ao Brasil, atuou de forma ativa, deslocando-se para além das suas fronteiras regionais em direção ao mercado brasileiro. O fluxo de IDE entre os dois países é ratificador desta afirmação.

Quadro 1

Fluxo de investimento direto entre Brasil e Portugal (em milhares de euros)

	1998	1999	2000	2001
Brasil em Portugal	83.303	237.287	145.004	351.978
Portugal no Brasil	4.326.526	3.395.153	3.524.883	1.073.726

Fonte: Banco de Portugal
Nota: investimento bruto

Os empresários e investidores portugueses identificaram o Brasil, mais intensamente a partir de 1995, como sendo o país mais desenvolvido e com economia mais diversificada em que eles apresentam significativas vantagens competitivas. Tais vantagens podem ser atribuídas aos seguintes fatores:

- o custo do dinheiro é significativamente mais baixo em Portugal do que no Brasil. Enquanto o médio empresário brasileiro só dispõe de recursos se arcar com juros reais que ultrapassam os 50 % a.a., os portugueses o têm a menos que 15% a.a.. Isto reflete na diferença da competitividade entre os dois tecidos empresariais, com expressiva vantagem para o português.
- o processo de internacionalização português se deu antes do brasileiro. Ocorrido de forma menos abrupta, contou ainda com a existência de fundos estruturantes oriundos da União Europeia, o que contribuiu para minorar os efeitos negativos inerentes ao processo.
- Portugal é, tradicionalmente, um país com vocação para a internacionalização. Desde muitos séculos atrás que os portugueses se lançam no além mar com a finalidade de expandir mercados, e o fazem com naturalidade e determinação. Salvo em momentos de excepcional situação de exceção política, em que esteve fechado ao exterior, sempre houve predisposição para desenvolver relações com o exterior da forma mais ampla e sólida possível.
- o Brasil, em todos os momentos em que buscou a internacionalização, o fez de forma passiva. Foi assim quando, em 1808, promoveu a “abertura dos portos”, repetiu em meados do século XX ao buscar o crescimento acelerado pregado pelo governo de Juscelino Kubitschek e o volta a fazer a partir de meados dos anos 90, quando busca a internacionalização através da desgravação tarifária, desregulamentação da economia e redução do Estado, em benefício dos agentes privados, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Em que pese o acelerado incremento de investimentos diretos a partir de 1995, o nível de trocas comerciais ainda é bastante incipiente, contribuindo para tal as fortes barreiras protecionistas existentes na União Europeia, em setores em que o Brasil é competitivo, e o fato de não haver significativa complementariedade das economias, no que toca às pautas de exportações dos dois países.

Quadro 2

Evolução da balança comercial portuguesa com o Brasil (em milhares de euros)

	1998	1999	2000	2001
Exportações	199.189	136.401	196.923	224.862
Importações	462.738	368.086	479.444	556.569
Saldo	-263.549	-231.685	-282.521	-331.707
Coef. Cob.	43,05	37,06	41,07	40,40

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Não havendo, é verdade, complementariedade nas pautas de exportações, pode-se identificar que, sendo os processos de internacionalização complementares, ativa por parte de Portugal e passiva por parte de Brasil, a perspectiva das internacionalizações contribuiu para que houvesse a observada evolução do IDE.

A CPLP NO CONTEXTO DO RELACIONAMENTO BILATERAL ENTRE PORTUGAL E O BRASIL

Como resultado da internacionalização das economias brasileira e portuguesa, os dois países passaram a desfrutar de relação bilateral mais intensa nos campos diplomáticos, cultural e econômico. Em 1989, com Portugal já experimentando os resultados iniciais da sua adesão à União Europeia ocorrida em 1986 e o Brasil ainda concluindo a tristemente famosa década perdida, seus chefes de Estado e de governo se reuniram em São Luís do Maranhão, no Brasil, juntamente com os demais chefes de governo dos países que futuramente viriam a compor a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), para decidir a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

A criação da CPLP, em 17 de junho de 1996, motivada a dar subsídios “...à concertação político diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais...”, e visando “a cooperação, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e tecno-científico”, e ainda objetivando “a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”, veio dar o contorno formal de uma relação que vinha amadurecendo e se intensificando a partir dos finais dos anos 80 (CPLP, 1996).

Há, entretanto, críticas quanto à criação da CPLP, por esta ser desprovida de objeto. Ela não serviria à formação de uma área de livre comércio, pois os estatutos possuídos pelo Brasil, junto ao Mercosul, e por Portugal, junto à União Européia, não permitiriam a constituição de tal zona fora do âmbito destas duas instâncias regionais. Também não existiria sentido na sua criação como forma de aumentar as trocas comerciais, pelo inexpressivo fluxo de comércio ou de IDE no espaço intra CPLP, à exceção de Portugal com os demais países. Entretanto, o fato é que, ao menos no âmbito das relações Portugal/Brasil, mesmo não sendo a criação da CPLP que deu o início da aproximação econômica e cultural, é certo que pode vir a contribuir para cimentar o processo que já vinha se desenhando desde então.

Investimentos portugueses no Brasil

O investimento direto português no exterior – IDE – aumentou substancialmente na última década, em virtude do crescente envolvimento das empresas lusitanas no mercado global. O somatório dos valores do IDE português, em termos brutos, no período 1995-2000 foi de 33,1 bilhões de dólares, tendo subido de 922 milhões de dólares, em 1995, para 10.268 milhões de dólares, em 2000, o que traduz um ritmo de crescimento médio anual de 80,5% naquele período (ICEP, 2003).

Até 1990, o investimento no exterior tinha sido canalizado, principalmente, para o Reino Unido, a Espanha, os EUA e a França. No período compreendido entre 1991 até 1995, a Espanha foi o primeiro destino do investimento português, tendo representado mais de 40% do total, em 1995. A partir de 1996, entretanto, notou-se uma alteração de tendência, traduzida por uma maior diversificação geográfica dos destinos do IDE português, com a quota da UE recuando de 80%, em 1995, para 50%, em 1997, e 46%, em 2000. O Brasil surgiu como sendo o mercado prioritário para os investidores portugueses, passando a representar cerca de 30% do IDE em 1997, 40%, em 1998, 21%, em 1999 e 26%, em 2000. Nestes dois últimos anos, registrou-se uma maior diversificação de destinos do investimento português (ICEP, 2003). O acom-

panhamento mais cuidadoso do investimento direto português no Brasil permite afirmar que este incremento se deu em razão da conjugação de três grandes fatores:

- situação favorável da economia portuguesa e da capacidade de expansão das suas empresas nacionais para o exterior;
- empenho do governo português a partir de 1995 na reaproximação das duas economias, elegendo o Brasil como prioridade em termos de política externa;
- afinidades culturais e conseqüentes vantagens competitivas existentes para empresários portugueses que aportam no Brasil.

Assim, expressivos investimentos têm sido efetuados no Brasil, notadamente nos setores de geração e distribuição de eletricidade, telecomunicações, setor financeiro, distribuição alimentar, transportes, metal-mecânica, indústria cerâmica, cimenteiro, agrícola, dentre outras.

São, na verdade, médias e grandes empresas públicas e privadas que se associam com parceiros locais formando *joint ventures*, ou adquirem empresas estatais privatizadas, ou mesmo chegam a constituir empresas novas, sendo esta opção a menos utilizada, pelas desvantagens e riscos que apresenta.

Há que ser ressaltada ainda a importância do FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas que, na forma de uma sociedade gestora de participações sociais, vem dar o apoio financeiro necessário aos projetos portugueses. De formação mista entre o governo e a iniciativa privada, possui capacidade de apoiar projetos que englobem também a co-participação financeira do tomador, criando assim a divisão dos riscos e o maior envolvimento do agente investidor (BUSTORFF, 1998).

Investimentos de raiz, aumentos de capital social, aquisições de participações sociais (incluindo transmissões de quotas ou ações), além de operações de futuro são as várias modalidades de investimento elegíveis no âmbito do FIEP, que abrange todos os setores de atividade, excetuando-se o financeiro.

Quadro 3

Principais países receptores de investimentos portugueses em 2000

País de Destino	Percentagens
Países Baixos	33
Brasil	26
Outros	28
Outros UE	5
Espanha	5
Irlanda	3
Total	100

Fonte: Banco de Portugal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo analisado, pode-se inferir que o processo de aproximação entre Portugal e Brasil tende a crescer e a se solidificar. Entretanto, faz-se necessário proceder a algumas considerações sobre a continuidade desta aproximação.

É salutar ressaltar que tais tendências são válidas no contexto da continuidade dos processos de internacionalização por que passam os dois países. Portugal, por já estar envolvido no processo de integração à União Européia há mais de 17 anos, não apresenta reais possibilidades de surpreender com retrocessos econômicos. Entretanto, o processo de alargamento a leste por que passa a União Européia sinaliza que novos mercados poderão se tornar atraentes, retirando do Brasil o caráter de destino prioritário dos investimentos portugueses.

O Brasil, por sua vez, em que pese o relativo sucesso apresentado com a estabilização da sua economia e o controle da inflação, apresenta ainda alguns grandes problemas, quais sejam o elevado déficit interno e a morosidade em efetuar as mudanças estruturais que lhe dariam o almejado equilíbrio orçamentário. O risco identificado em um eventual retrocesso econômico brasileiro poderia minar as relações econômicas entre o Brasil e Portugal e servir como um freio para o crescente estreitamento das relações econômicas. Cabe, por fim, ressaltar que esta possibilidade, embora exista, não é a mais provável, devendo permanecer válidas as diretivas gerais que nortearam o reaproximar das duas economias em 1995.

Mesmo não sendo a única opção para a internacionalização da economia portuguesa, visto que este país apresenta sólidos laços com diversos pa-

íses africanos, no âmbito da CPLP, ou mesmo fora dela, como é o caso de Marrocos ou da Argélia, de onde provém expressivo volume do GLP consumido em Portugal, e mesmo o *status* que possui em Macau para um estreitamento de relações econômicas com a China, o Brasil se configura como parceiro de grande valia.

A internacionalização das economias se apresenta assim como sendo necessária no contexto da globalização, havendo, contudo, a forçosa obrigatoriedade de que cada país defina estratégias de inserção que melhor lhe posicione no novo cenário que está em processo de redefinição. Novas polaridades estão sendo definidas e cada país deverá se posicionar de modo a obter vantagens competitivas no novo arranjo mundial em curso.

Nesse sentido, os processos de integração regional por que passam Portugal e Brasil e que se contextualizam na redefinição das polaridades mundiais após a queda do muro de Berlim em 1989 têm imposto simultaneamente limitações e desafios aos dois países.

Assim, Mercosul e União Européia atuam entre duas lógicas distintas e complementares. Por um lado, buscam o estreitamento das relações internas e, por outro, a ampliação com demais parceiros, embora esta última se dê de forma mais lenta e menos intensa. Se for correto afirmar que ambos os blocos se esforçam no sentido de atrair para sua órbita demais países de forma isolada, através de acordos preferenciais de trocas comerciais, também se pode identificar um profundo esforço no sentido de estabelecer acordos mais sólidos entre os diversos blocos.

O Mercosul se posiciona como importante parceiro estratégico, tanto para a União Européia como para as negociações da Alca. Enquanto os Estados Unidos não desejam a emergência de um país líder na América do Sul, a União Européia também não pretende que os EUA estendam sua hegemonia de forma definitiva por toda a América, cobrindo-a desde o Alasca até a Terra do Fogo.

A aproximação entre o Mercosul e a União Européia, ainda que não dependa fundamentalmente das relações entre Brasil e Portugal, possui neste relacionamento um porto seguro para ancorar. A opção já referida anteriormente que os portu-
gue-

ses fizeram pelo Brasil como parceiro prioritário para investimentos; vai criando no Brasil uma massa de conhecimento do funcionamento dos mecanismos da UE e das novas limitações impostas a cada um dos seus países membros.

Sendo assim, as opções de crescimento passam pela ampliação de mercados, seja formando novas parcerias na América Latina, África ou Ásia, ou ainda pelo alargamento da União Europeia aos países do Leste Europeu, por meio dos tratados assinados em março de 2003, em Atenas. Não sendo nenhuma das opções excludentes entre si, o alargamento vai sendo construído paulatinamente, com a devida precaução para que não cessem os fluxos estruturantes e de coesão destinados aos países menos desenvolvidos e nem onerem em demasia os países mais desenvolvidos que já contribuem para tais fundos.

Paralelamente ao alargamento, vão sendo construídos relacionamentos entre cada um dos países e seus potenciais parceiros. No caso português, a opção pela China, pelos países componentes da CPLP, na África, e pelo Brasil, na América do Sul, se mostra coerente. O mercado chinês, que se mostra atrativo para qualquer país que queira ampliar parcerias comerciais, oferece, no caso português, algumas dificuldades face às diferenças culturais, características próprias na divisão do mercado interno e limitações na comunicação. O Brasil se apresenta como parceiro em que não subsistem tais problemas. Ainda que as culturas e a língua dos dois países não sejam idênticas, a proximidade delas é um facilitador incontestado do estreitamento comercial e também nos investimentos.

O fato é que, se nenhum dos fatos ocorrido desde o início dos anos 90 poderia, isoladamente, ter levado ao aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países, notadamente após 1995, a somatória deles serviu para alicerçar o arcabouço do que viria a ocorrer com o IDE português

que, como visto, foi dirigido prioritariamente ao mercado brasileiro a partir de meados da década de 90.

Pesa ainda a favor da aproximação entre Brasil e Portugal o fato de disporem de língua comum. Diversos estudiosos têm ressaltado a vantagem competitiva existente entre dois países que desfrutam de línguas comuns. Assim como os custos de transação são minimizados pela utilização de uma moeda comum, também os custos de comunicação são reduzidos ao utilizar-se uma língua comum aos dois, ou mais, agentes envolvidos.

Nesse aspecto, como já assinalado anteriormente, a língua portuguesa se posiciona como um capital à disposição de um conjunto de países, oito atualmente, o que lhes confere o *status* de “potenciais parceiros”, que pode vir a minimizar outras limitações porventura existentes no plano econômico. Mesmo considerando que dentre os atuais componentes da CPLP somente Brasil e Portugal ostentam a performance de possuírem 100% de suas populações com língua materna oficial o português, esta comunidade

tem capacidade de, em médio prazo, contribuir também para o estreitamento comercial e cultural entre os demais países. No caso português e brasileiro, a CPLP e a presença forte da mídia brasileira em Portugal atuam como aglutinadora de forças no sentido de facilitar as concertações política, diplomática e econômica.

Se não é de esperar que a CPLP venha a ser o agente transformador das relações entre os países membros, mesmo porque esta não é a sua missão, o fato é que a sua existência contribui para o aprofundamento no intercâmbio destes países, e vem a se juntar a outras atividades desenvolvidas no seio dos oito membros, cimentando relações que, além da língua comum, possuem também outras semelhanças culturais, forjadas ao longo da colonização portuguesa.

No caso português e brasileiro, a CPLP e a presença forte da mídia brasileira em Portugal atuam como aglutinadora de forças no sentido de facilitar as concertações política, diplomática e econômica.

Se não é de esperar que a CPLP venha a ser o agente transformador das relações entre os países membros, mesmo porque esta não é a sua missão, o fato é que a sua existência contribui para o aprofundamento no intercâmbio destes países

Por fim, vê-se que as relações entre Portugal e Brasil transcendem ao passado colonial, posto que as afinidades culturais, a complementaridade nos processos de internacionalização econômica e a opção política realizada pelo governo e tecido empresarial português elevaram o Brasil a um *status* privilegiado no direcionamento do investimento lusitano no além-mar. Este relacionamento, iniciado a partir de um conjunto restrito de grupos financeiros e econômicos de Portugal e concentrado na região Sudeste do Brasil, atualmente passa por um processo de ampliação de parceiros lusitanos, incluindo investidores de médio porte, e pela diversificação geográfica dos investimentos no Brasil. Estados da região Nordeste, notadamente Bahia, Ceará e Pernambuco, se despontam como novo destino para empreendimentos turísticos e atividades agropecuárias.

Esta diversificação, além de promover o estreitamento das relações sociais entre os dois povos, também é um importante instrumento promotor do desenvolvimento local, por gerar emprego e renda. Espera-se, portanto, que os benefícios das relações entre o Brasil e Portugal, neste início do século XXI, sejam equitativos, contribuindo, também, para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BUSTORFF, António. *Oportunidades e apoios para investir no Brasil*. Lisboa: Universidade Moderna/ Vasconcellos e Sá Associados, 26 maio 1998.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CPLP. *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1996.

A CPLP em questão, da ideia à praxis: as dificuldades por que passa a Comunidade. *Lusofonia – CPLP*, Cascais, Portugal: Eurobrape Editores Internacionais, v. 2, n. 5, 1997.

FIEP/SGPS actua como parceiro na internacionalização das empresas. *Diário Económico*, Lisboa, 11 set. 1997.

INVESTIMENTOS, COMÉRCIO E TURISMO DE PORTUGAL. *Relações Econômicas com Países de Língua Portuguesa*, 1992-1996. Lisboa, 1997.

_____. *Síntese Económica*, Lisboa, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Fluxos de capitais para os países em desenvolvimento: tendências recentes*. Brasília, Brasil, jan. 1997. (Panorama da economia mundial, 24)

LOPES, José da Silva. *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: SAGA, 1969.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO. *Carta da SOBEET*, São Paulo, v. 1, n. 01, mar. 1997.

A Câmara de Comércio Brasil-Portugal na Bahia

A instalação de uma Câmara de Comércio Brasil-Portugal na Bahia evidencia a importância das relações bilaterais entre os dois países e, particularmente, entre Bahia e Portugal. Instalada em 17 de fevereiro de 2003, a Câmara tem como objetivo promover e incentivar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas e sociais, estimulando também o intercâmbio cultural e turístico entre Bahia e Portugal. O seu papel é de “facilitadora”, viabilizando os interesses de empresários portugueses e baianos.

A Câmara foi criada com 42 membros-fundadores, congregando, hoje, cerca de 70 associados e incluindo organizações como o Grupo Pestana (setor hoteleiro), o Grupo Espírito Santo (agricultura, turismo e financeiro), a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), a Fundação Odebrecht e o Hospital Português. O projeto da Câmara de Comércio Brasil-Portugal da Bahia, segundo o seu presidente, Eduardo Salles, é funcionar como um grande centro de dados e um meio de comunicação dos empresários portugueses, realizando uma série de ações tais como feiras internacionais, encontros empresariais e atividades culturais.

Com a instalação desta nova Câmara, o Brasil passa a contar com seis entidades do gênero (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Ceará e Bahia). O fluxo de investimentos diretos portugueses no Brasil apresentou um grande crescimento nos anos 90, impulsionado pela internacionalização das economias e pela abertura dos mercados. O turismo é um dos setores mais em foco dos empresários portugueses, particularmente no Nordeste brasileiro. Eduardo Salles fala do “redescobrimiento” dos portugueses no segmento turístico baiano, com muitos investimentos, em especial no Litoral Norte. Na sua perspectiva, a Câmara tem um papel muito importante, dentro de uma visão da comunidade europeia como um todo e Portugal sendo a *porta de entrada*.

As afinidades culturais e a língua comum são os fatores mais citados como incentivadores do fortalecimento do intercâmbio entre os dois países. No caso da Bahia, esses elementos são ainda mais fortes. Paisagens, lugares, arquitetura, igrejas... Os cenários de Salvador e Lisboa suscitam um sentimento “comum”, revelando, nas suas semelhanças, as marcas do passado.

Apesar das heranças históricas, não é fácil para os brasileiros (e, particularmente, para os baianos!) perceberem a presença portuguesa. É preciso um olhar mais atento e, até mesmo, “acurado”, para notar que há muitas semelhanças para além das diferenças. Mas é na observação dos números que essa “presença” não deixa dúvidas. As relações comerciais entre os dois países têm crescido nos últimos anos, bem como os investimentos portugueses na Bahia.

Nas relações comerciais, o estado da Bahia é o terceiro maior importador de Portugal, seguindo São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2002, as importações atingiram um valor de US\$ 13 milhões, com produtos como azeite de oliva, óleos lubrificantes, vinhos, sulfetos de cobre e bacalhau. As exportações baianas para Portugal alcançaram, em 2002, um valor de US\$ 57 milhões, sendo o estado o quinto maior exportador, depois do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Vale destacar que, entre 2001 e 2002, houve um aumento de 106% no valor das exportações. Na pauta, soja, óleos brutos de petróleo, madeiras, couros e laminados de ferro e aço.

Investimentos importantes têm sido concretizados na Bahia. O tradicional Palace Hotel, localizado na Rua Chile, Centro Histórico de Salvador, foi recentemente comprado pela rede portuguesa de hotéis AA (Hotéis Alexandre de Almeida). O Palace, inaugurado em 1934, foi considerado o primeiro hotel de luxo de Salvador, dentro dos padrões internacionais. Sua reinauguração, sob a liderança

portuguesa, está prevista para 2004. A marca Pestana Hotéis & Resorts, maior grupo hoteleiro de Portugal, foi a primeira do turismo português a entrar no mercado brasileiro. O Pestana Bahia Hotel foi inaugurado em 2002, no Rio Vermelho, sendo considerado, no padrão cinco estrelas, o maior da rede no Brasil. O Vila Galé, segundo maior grupo hoteleiro português, realiza um empreendimento no Litoral Norte baiano, com a construção de um resort em Guarajuba.

O intercâmbio entre os países, além do fomento para as economias envolvidas, é também uma boa oportunidade para o aprendizado e *benchmarking*. Em março, Salvador sediou o I Encontro Lusófono de Gastronomia, reunindo representantes

de governos e empresários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O encontro é parte do projeto da Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (ABRASEL) para obter do governo o reconhecimento da culinária brasileira como patrimônio cultural, título já garantido para a gastronomia portuguesa, oficialmente declarada como “patrimônio cultural” em 2000, através de uma Resolução do Conselho de Ministros. Lisboa já é um ponto turístico importante na Europa; mas o Brasil tem o seu potencial turístico ainda muito pouco explorado. A grande missão da Câmara e dos seus integrantes é estimular o “redescobrimento” de negócios e oportunidades.

O investimento das grandes empresas ibéricas na América Latina¹

Mario Gómez Olivares*

Cezar Guedes**

Resumo

Este artigo tem por objetivo a análise dos investimentos das grandes empresas da península ibérica no Brasil nos anos 90. Nesse sentido, argumenta-se que, para além do seu peso relativo, o perfil e a estratégia seguida pelas empresas portuguesas percorre um caminho semelhante ao das espanholas, embora estas últimas se tenham dirigido à generalidade dos países latino-americanos, particularmente os do Cone Sul e sejam de âmbito maior. A análise parte do quadro mais geral da economia portuguesa, da sua inserção na Europa e na economia mundial, tendo em vista evidenciar, por um lado, a correlação entre a natureza dos investimentos no estrangeiro e, por outro lado, os seus limites e possibilidades, em termos da sua competitividade em mercados emergentes que sofrem um processo de transformação. A partir dos critérios de especialização característicos, procura-se articular os fatores internos e externos que conferem ao IDE das empresas portuguesas uma estratégia mais seletiva dos mercados, mais cooperativa e/ou subordinada com outros agentes ibéricos.

Palavras-chave: investimento estrangeiro direto, competitividade das empresas, economia portuguesa, inserção internacional das economias.

Abstract

This article aims at analyzing the investments of large Iberian companies in Brazil in the 90's. In this sense, it is stated that apart from its relative importance, the profile and strategy adopted by the Portuguese companies have followed a path similar to the Spanish ones, even though the latter have been oriented to Latin-American countries, especially the ones of the South Cone. The analysis stems from a more general picture of the Portuguese economy and its insertion in the European and global economy. It then shows the relationships between the nature of investments in foreign countries and the limitations and possibilities of competitiveness in emerging markets undergoing a process of deep change. Based on distinctive criteria of specialization, the paper tries to articulate both the internal and external factors that bestow on the Portuguese Companies FDI a more selective market strategy, more collaborative or subordinate to other Iberian agents.

Key words: foreign direct investment, company's competitiveness, Portuguese economy, international insertion of economies.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 80 a economia mundial passa por um processo de transformações marcado pela desregulação financeira e pelas privatizações. Desde

então, o aprofundamento da globalização ou da mundialização pode ser verificado em suas dimensões comerciais, financeiras e produtivas. Esse processo confunde-se com a expansão das empresas transnacionais e multinacionais, adquirindo um concentrado peso financeiro que aumenta a liquidez internacional e a procura de lucros de curto prazo (SCHERER, 1998).

O surgimento de mercados emergentes, num clima de liberação dos mercados internos, está articulado com uma procura de adaptação ao novo en-

¹ Artigo apresentado nas XII Jornadas Luso-espanholas de Gestão Científica, realizadas na Universidade da Beira Interior, Covilhã, em abril de 2002.

* Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (Departamento de Economia). magoliv@iseg.utl.pt.

** Professor do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Departamento de Ciências Econômicas). cezarguedes@ajato.com.br.

genho de desenvolvimento de viés neoliberal, que permite canalizar meios financeiros adicionais ao crescimento dos novos mercados abertos ao investimento estrangeiro e a uma nova inserção internacional (OLIVARES, 2001).

Nos anos 90, particularmente depois de 1995, o investimento de empresas portuguesas no Brasil ganha destaque, tendo a partir de 1996 ultrapassado a Espanha como o principal destino do investimento direto português no estrangeiro. Desde então, as empresas portuguesas ocupam uma posição cimeira no *ranking* dos investimentos externos no Brasil.

Neste artigo, sustentamos que, ao contrário de uma lógica própria, esta tendência dos investimentos externos de empresas portuguesas se inscreve numa lógica ibérica seguindo uma estratégia iniciada pelas grandes empresas espanholas nos anos 80 em relação à América Latina, particularmente no Cone Sul, subcontinente que abrange Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Nessa perspectiva, o que confere singularidade a essa lógica ibérica empresarial possui três aspectos predominantes que serão explorados neste artigo.

A primeira característica reside no fato de que, ao contrário dos demais países que fazem parte da Tríade, os grupos econômicos portugueses dirigem a maior parte de seus investimentos para fora dos países componentes da Tríade ou, numa visão mais alargada, dos países que compõem a OCDE.

A segunda característica diz respeito ao perfil dos investimentos, situados predominantemente na área dos serviços ligados ao mercado interno, sendo portanto em segmentos não transacionáveis.

Por fim, a terceira característica dos investimentos das grandes empresas ibéricas é que eles estão destinados a países de expressão e cultura ibéricas, o que implica em sinergias nada desprezíveis como a língua, que reduz os custos de transação dos operadores e outros elos menos visíveis mas também importantes, como a empatia.

Além desta apresentação e dos comentários finais, o artigo está estruturado em duas seções: na primeira, analisamos a situação de Portugal no quadro mais geral da economia europeia e mundial e, na segunda, abordamos o investimento estrangeiro direto na América Latina, destacando o caso

das grandes empresas ibéricas e sua lógica de expansão.

A INSERÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA NA ECONOMIA EUROPÉIA E MUNDIAL

Desde os anos 50 as assimetrias socioeconômicas em Portugal estão a ser reduzidas face ao contexto europeu, em simultâneo a uma maior extroversão comercial e financeira, aprofundada com o ingresso na União Europeia em 1986. Trata-se agora de algo mais ambicioso que é fazer parte de uma federação de Estados nacionais, abolir fronteiras internas e moedas, dando lugar ao Euro, expressão simbólica e econômica da União Europeia. É o fim do que resta de barreiras comerciais e da elaboração independente de políticas monetárias, fiscais e cambiais, criando novas instâncias de elaboração e gestão macroeconômicas. A originalidade deste processo reside no fato de que não há modelos prontos a seguir, mas a construção de um projeto de engenharia política, uma institucionalidade supranacional.

A passagem para o Euro deu-se em base aos “critérios de convergência” expressos no Tratado de Maastricht, que definiu algumas exigências, conhecidas de todos os agentes políticos e econômicos portugueses².

As estatísticas e tendências de cada estado-membro tiveram que apontar para uma convergência nominal assente na estabilidade de preços e dos orçamentos, capaz de garantir a moeda única e não comprometer a elaboração de políticas macroeconômicas a nível supranacional. Portugal saiu-se bem, tendo cumprido com êxito os critérios nominais de convergência. Entretanto, essa questão deve ser avaliada em perspectiva para impedir que os custos de harmonização cristalizem ou agravem as assimetrias em termos da convergência real ou estrutural frente aos parceiros comunitários. Neste aspecto, estão presentes questões econômicas, políticas e históricas pois nas lógicas espaciais internas da Europa, Portugal situa-se fora do núcleo

² Inflação menor ou igual a 1,5%, superior ao nível de inflação da média dos três países com taxas menos elevadas; déficit orçamental não devendo ultrapassar os 3% do Produto Interno Bruto (PIB); dívida pública global abaixo ou com tendência para se aproximar do nível de referência dos 60% do PIB; taxa de câmbio estável pelo menos há dois anos, no interior do Sistema Monetário Europeu.

comunitário europeu, localizado como “periferia integrada” no arco representado pela banana Londres-Milão, ou seja, da Inglaterra ao norte da Itália (DURAND, 1992).

Sem perder de vista a diminuição das diferenças, a estrutura econômica, o tecido empresarial e a qualidade dos recursos humanos conferem às empresas portuguesas uma situação de fragilidade/vulnerabilidade que limitam a sua competitividade e a inserção internacional comparativamente às empresas espanholas e europeias. Não se pode esquecer que as empresas portuguesas estiveram afastadas dos ciclos de inovação que marcaram a primeira e segunda revolução industrial. Portanto, a formação do capital industrial foi retardatária, ocorrendo num momento em que as barreiras tecnológicas e financeiras à escala internacional já estavam consolidadas. Até meados do século XX, a estrutura industrial portuguesa foi composta por bens de baixo valor agregado e a quase totalidade da sua produção voltada para o mercado interno, estando a capacidade de exportar limitada a alguns produtos primários.

Na segunda metade do século XX, incorporando-se ao ciclo expansivo do pós-guerra, as empresas portuguesas adquirem maior dinamismo no segmento industrial e nos serviços, havendo incorporação de tecnologias de processo, produto e formas de gestão do trabalho e da produção, assim como de circuitos de difusão científicos e tecnológicos, embora não tenha havido um esforço inovativo próprio, que é o fator decisivo na sustentação da competitividade no longo prazo que exibem as grandes empresas americanas, japonesas e europeias.

Para proceder à análise da competitividade da indústria portuguesa, tomamos por base o trabalho de Lança (2000), que analisa o perfil das exportações portuguesas, e um estudo comparado sobre a competitividade na indústria europeia (EUROPEAN COMMUNITIES, 1999).

Analisando as características da competitividade nas exportações industriais portuguesas, que correspondem a 80% do total das exportações em 1996, temos a seguinte composição:

- competitividade baseada nos custos: pólo têxtil-couro (31%) e produtos de madeira, mobiliário, cerâmica e vidro (8%);

- competitividade baseada nos recursos naturais e/ou em economias de escala: pasta e papel, refinação de petróleo e produtos minerais não metálicos (8%);
- há também um pólo tradicional decadente, associado aos recursos naturais agrícolas, constituído pelo setor das bebidas (3%). Entretanto, no passado recente houve um grande crescimento do pólo eletromecânico que está baseado em recursos humanos mais qualificados que a média da indústria transformadora. É composto pela maquinaria elétrica (12%) e o equipamento de transporte (17%).

No referido estudo se

indicam a existência de fragilidades severas na especialização da indústria nacional. Estas fragilidades são detectadas tomando como referência um conjunto de critérios usualmente utilizados, a saber: a evolução da procura mundial, atual e esperada; o desenvolvimento da capacidade de percorrer as fileiras exportadoras para montante, em direção à produção de bens de equipamento nacionais competitivos; a vulnerabilidade das atividades instaladas ao previsto desarmamento dos mercados europeus ou supranacionais; e, finalmente, a sensibilidade à reorganização mundial da indústria (LANÇA, 2000, p. 33).

Numa análise comparada de estatísticas e tendências dos estados-membro da União Europeia (EUROPEAN COMMUNITIES, 1999), na indústria de transformação no período 1988/1998, as empresas portuguesas estão entre as que mais elevaram o valor adicionado (juntamente com a Áustria), alcançando 6,7% de incremento anual, tendo à sua frente apenas a Irlanda, com 7,9%. Este incremento resulta da expansão nos subsectores de veículos a motor e artigos elétricos, fazendo com que as empresas portuguesas tenham sido as únicas a apresentar recuo nas tendências de especialização na produção e nas exportações com vantagens comparativas internas. Ou seja, houve recuo relativo nas indústrias têxteis, de alimentos e nas relacionadas à madeira.

Esta análise não deixa de ser promissora na medida em que corresponde a uma determinada reconversão na estrutura industrial, vinculada ao aumento de participação correspondente a setores de maior valor agregado. Só que esses investimentos em sua maioria fazem parte de estratégias das empresas transnacionais e, nesse sentido, apresentam uma certa vulnerabilidade já que não significam um esforço endógeno. Com insuficiências na

qualificação da mão de obra e nas infra-estruturas tecnológicas e de inovação, as externalidades negativas podem prevalecer e dar lugar a deslocalizações que, com o alargamento para leste, são um risco nada desprezível, já que representam uma alternativa de baixos custos diretos e indiretos com qualificações mais altas (GUEDES, 2001).

Nessa perspectiva e para os fins de nosso artigo, o que importa salientar é que as empresas industriais portuguesas não possuem uma estrutura ainda suficientemente forte que lhes permitam projetar-se para o exterior de forma competitiva, ficando essa possibilidade, não por acaso, restrita a determinados segmentos dos serviços ou a áreas determinadas, das quais falaremos mais a frente, como de fato se verificou nos anos 90. Outro aspecto limitativo é o da dimensão: ao mesmo tempo em que o mercado interno português é pequeno como horizonte de expansão para as empresas lá sediadas, essas mesmas empresas não têm condições de tornarem-se *global-players*, sendo obrigadas a lançar mão de estratégias mais seletivas e/ou procurar formas de cooperação com outras empresas. É então que o Brasil, também devido a questões internas, surge como alternativa para os investimentos portugueses, assim como os investimentos espanhóis já se tinham lançado na América Latina, particularmente no Cone Sul, desde os anos 80, por motivos algo semelhantes. Este último ponto remete às lógicas internas do continente americano e merece alguma referência, pois nas análises relacionadas à América Latina, o que tem predominado é um tratamento em bloco que perde de vista as particularidades dos países e mesmo dos subcontinentes que a compõem, como é o caso do Cone Sul, constituído pela Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai³.

³ O PIB do Mercosul sofreu uma redução significativa desde 1999, em função da desvalorização cambial ocorrida no Brasil, que representa mais do que o dobro das outras três economias somadas. Para o exame das estatísticas econômicas e demográficas do Mercosul ao longo dos anos 90, sugerimos uma visita à página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.ibge.gov.br>. Aliás, esta fonte intitula-se "Projeto de Cooperação Estatística Comunidade Européia-Mercosul" e, além disso, inclui o Chile na base de dados. Há aí dois aspectos que reforçam nossa perspectiva: o primeiro é o empenho da União Européia em disponibilizar a experiência de harmonização estatística vivida na Europa pela rede dos Institutos Nacionais de Estatística dentro do Eurostat para os países do Mercosul. Em segundo lugar, a inclusão do Chile configura o interesse e o entendimento do subcontinente do Cone Sul como parte privilegiada na diplomacia econômica da União Européia.

Ainda que se identifique uma origem histórica e cultural comum e mesmo uma série de condicionamentos de ordem econômica e geopolítica nos países latino-americanos, numa análise mais concreta e acompanhando as diferentes trajetórias nacionais, as diferenças entre estes países são significativas e não nos permitem o tratamento em bloco de maneira indiferenciada. Para os fins de nosso artigo, deve ser ressaltada inicialmente a natureza dos vínculos comerciais e financeiros dos países latino-americanos com a Tríade, assim como as relações intra-regionais. Resumidamente, podemos dizer que o Cone Sul e o Mercosul se constituem numa realidade distinta, na medida em que as economias deste subcontinente não têm nos Estados Unidos o seu principal parceiro. Os vínculos comerciais e financeiros em sua maior parte estão ligados à União Européia que celebrou em 1995 o "Acordo Inter-regional de Cooperação" com o Mercosul, tendo em vista a implementação de um programa de liberação progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. Registre-se ainda que no caso brasileiro e chileno os vínculos comerciais com o bloco asiático são significativos⁴.

Em relação aos vínculos comerciais intra-regionais, existe um maior peso do que o verificado no restante do continente. Aliás, nos anos 90, apenas entre os países do Mercosul o fluxo total de comércio elevou-se de 4,1 para 20 bilhões de dólares. Percentualmente, este acréscimo foi superior ao verificado na economia mundial e diga-se também que as relações do Mercosul com o resto do mundo também aumentaram, embora numa escala proporcionalmente menor. Portanto, na medida em que o acréscimo não se deu em detrimento à relação com outros países, podemos considerar esta prática como um regionalismo aberto. Em termos do relacionamento da União Européia com a América Latina, podemos dizer que no Cone Sul sua presença é uma realidade de parceiro preferencial.

⁴ O Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991, não conta com a participação do Chile como estado-membro, embora tenha o "status" de país associado desde 1996. A Bolívia tem a mesma condição do Chile desde 1997. Para os fins de nosso artigo, a discussão e as implicações dizem respeito também ao Chile e a Bolívia. Com relação ao Mercosul, o produto interno bruto (PIB) das quatro economias somadas está próximo de 1 trilhão de dólares, o que corresponde a 60% do PIB latino-americano. A população é de 210 milhões.

Resumindo as considerações feitas acima, o condicionamento em relação à economia norte-americana é menor e a complementaridade entre estes países é maior do que a verificada no restante dos países latino-americanos⁵.

Tomando-se o continente americano em consideração, observa-se que, na medida em que os países latino-americanos estão mais próximos do território dos EUA, o peso relativo dos fluxos de comércio e investimento norte-americanos é maior⁶. O México, por exemplo, assumiu recentemente o lugar ocupado anteriormente pelo Japão, na segunda posição das relações comerciais com os EUA, sendo o Canadá o primeiro parceiro comercial. No conjunto, o fluxo comercial total com os EUA atinge cerca de 85% do volume transacionado pelo México. Numa análise mais desagregada dos vínculos da economia mexicana, as duas maiores fontes de receita na sua balança comercial e de pagamentos são o petróleo e as Indústrias Maquiladoras de Exportação (IMEs). Estas últimas correspondem às zonas de processamento de exportações, onde os investimentos norte-americanos são praticamente absolutos. Quase metade da PEA industrial mexicana está nas IMEs.

Em nossa perspectiva, a partir dos anos 80 e intensificando-se nos anos 90, há na presença europeia, constituída pela importante participação de empresas ibéricas no Cone Sul, uma lógica predominantemente ibérica, facilmente demonstrável. Um indicador de quanto as economias ibéricas estão ligadas a esta parte do continente americano pode ser observado pela sensibilidade dos maiores investidores, como a Telefónica e Portugal Telecom, em relação ao desempenho dessas economias, afetadas num primeiro momento pela insustentável paridade fixa do peso argentino com o dólar (vigente desde 1991) e a sua irradiação pela região. Mais recentemente pela desvalorização dessa moeda, o que tem perturbado não apenas os mercados financeiros como o funcionamento da economia em geral, incluindo o comércio, afetando o horizonte

da procura interna e a desvalorização dos ativos das grandes empresas estrangeiras, confirmando a inviabilidade da economia argentina em face de um equilíbrio não sustentável como o da paridade fixa peso-dólar⁷.

O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA AMÉRICA LATINA E A LÓGICA DOS INVESTIMENTOS DAS GRANDES EMPRESAS IBÉRICAS

A fase expansiva que se segue à crise de inícios dos anos 80 intensificou a concorrência entre empresas no plano internacional, dando lugar à manifestação de significativos aspectos do fenômeno da globalização competitiva, cujos reflexos se verificam através da dimensão alcançada pelo processo de fusões e aquisições com especial relevo nos Estados Unidos, Europa e Japão. As mudanças tecnológicas provocadas pelo desenvolvimento e a rápida difusão da microeletrônica e as suas aplicações à informática e às telecomunicações determinaram transformações no âmbito produtivo, ao mesmo tempo em que facilitaram a globalização financeira ao tornar possível a transmissão instantânea e barata de grande quantidade de informação. A melhoria na disposição de maior informação internacional sobre a oferta de bens e serviços favoreceu a globalização da procura, que, pela sua vez, promoveu a expansão global da oferta e a intensificação da concorrência. Entretanto, não é apenas pela aparição de novos espaços econômicos, onde as empresas através da consecução de novas economias de escala, concorrem para criar e aumentar a sua quota de mercado através dos elementos tradicionais (preço, qualidade, distribuição, assistência etc.). Ocorre uma profunda mutação do sistema produtivo e dos determinantes da competitividade. Esta mutação está impulsionada por duas forças: as mudanças tecnológicas e as inovações na organização da produção. Deste modo, são alteradas as características das relações interempresas e também as intra-empresas, visto que o novo sistema privilegiará como principais características a

⁵ Embora os fluxos comerciais e de capital sejam muito importantes.

⁶ Para o estudo das estatísticas da composição do comércio de bens segundo categorias e destinos de todos os países da América Latina e da região do Caribe, ver Cepal, 2001. E para análise da competitividade e as suas distinções por países, setores e empresas ver Mortimore e Perez, 2001.

⁷ Para um panorama das relações econômicas luso-brasileiras ver Albuquerque e Romão, 2000. Para uma análise desagregada dos investimentos e das balanças comerciais nos anos 90, ver Ramos Silva, 2001.

flexibilidade, a qualidade e a cooperação, num processo que estabelece um estreito vínculo entre a aplicação de tecnologias flexíveis para a produção de manufaturas e as novas formas de organização do processo produtivo.

A globalização competitiva impulsionou o processo de fusões e aquisições e de forma simultânea a liberalização de novos âmbitos das economias dos países industrializados, principalmente alguns segmentos nos serviços, que por sua vez foram objeto e tornaram possível a expansão internacional do investimento direto neste setor, com um destacado relevo dos serviços financeiros.

O Mercosul é um exemplo de resposta dos mercados emergentes a este novo processo, representando um atrativo considerável para o comércio e o investimento estrangeiro, objeto de intervenção prévia dos países líderes como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Nos anos 90, há uma nova e forte intervenção por parte da Espanha e das empresas portuguesas, que realizam uma opção muito mais ibérica do que europeia em matéria de investimento. Ou seja, quando consideramos o processo de internacionalização das empresas da Espanha e Portugal, podemos observar que é para a América Latina que na sua grande maioria se dirigem o investimento dos grupos espanhóis, enquanto as empresas portuguesas rumam principalmente para o Brasil.

Antes de caracterizar a natureza e significado do investimento ibérico, vale observar o movimento mais geral do investimento estrangeiro na América Latina, pois assim sua dimensão e importância adquirem relevo, no contexto mais real do processo de globalização, pelo que é necessário conhecermos os montantes extraordinários de investimentos direcionados para a América Latina na última década do século XX. O stock acumulado de investimento estrangeiro cresce de US\$ 47.694 milhões de dólares de investimento

em 1980 para um investimento global de US\$ 415.614 em 1998, isto é, no período considerado aumenta dez vezes, qualquer coisa como 4 vezes o PIB português atual; o primeiro lugar destes investimentos é o Brasil com quase um terço desse montante (US\$ 156.798), seguem depois em termos decrescentes o México (US\$ 60.783), a Argentina (US\$ 45.466), Bermudas (US\$ 30.905) e o Chile (US\$ 30.481), sendo também significativo o investimento na Colômbia (US\$ 14.320) e na Venezuela (US\$ 13.304). Se excluirmos o tipo e qualidade do investimento nas Bermudas, paraíso financeiro e fiscal de empresas internacionais e regionais, o investimento na sua maior parte está concentrado nos países do Cone Sul. O fluxo de investimento anual (US\$ 70.275) segue a mesma lógica, sendo em 1999 o Brasil o primeiro país de destino, com US\$ 26.500, a seguir Argentina, com US\$ 20.000, México, US\$ 11.000 e Chile, US\$ 3.500. Estes países, como se pode intuir, concentram a maior parte do investimento estrangeiro (Quadro 1).

A importância deste fluxo de investimento e seu peso relativo podem ser medidos pela contribuição que este representa para a formação bruta de capital fixo da região, significando em média, para o ano 1997, 16,1% para a América Latina e Caribe, 11,9% para o Brasil, 12,7% para a Argentina, 16,3% para o México, 27,9%, no caso do Chile, 34,4% para a Venezuela, 38,2% para a Colômbia (Quadro 2). Esta tendência é ainda mais acentuada para os países chamados pequenos, como Costa Rica, Peru, Bolívia, Equador, etc. A importância deste item deriva do sentido que reveste o investimento estrangeiro nesta nova etapa, contribuindo para criar as bases

Quadro 1

Fluxos de investimento estrangeiro na América Latina, 1990-1999, por países (em milhões de dólares)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
América Latina e Caribe	6758	11065	12506	10359	23706	24878	39329	55222	59934	70275
Argentina	1836	2439	3218	2059	2480	3756	4937	4924	4175	20000
Bolívia	66	50	91	121	147	391	472	728	870	745
Brasil	324	89	1924	801	2035	3475	11666	18608	29192	26500
Chile	654	697	538	600	1672	2204	3445	3353	1842	3500
Colômbia	484	433	679	719	1297	712	2795	4394	2509	250
México	2549	4742	4393	4389	10973	9526	9186	12831	10238	11000
Uruguai	...	...	...	102	155	157	137	113	164	145
Paraguai	76	84	118	75	137	155	246	270	235	350
Outros países	770	2531	1545	1493	4811	4502	6445	9501	10710	7885

Fonte: CEPAL. Balance preliminar de las economías latinoamericanas 1999. Santiago de Chile, 1999.

Quadro 2

Fluxos de IDE como percentagem da formação bruta de capital fixo, 1987-1992 a 1997, países selecionados da América Latina e Caribe (em milhões de dólares)

Países	1987/ 1992*	1993	1994	1995	1996	1997
América Latina e Caribe	5,4	6,0	9,1	9,4	12,5	16,1
Argentina	7,6	5,8	6,1	10,5	12,4	12,7
Bolívia	7,9	12,9	14,7	35,9	39,8	53,8
Brasil	1,8	1,5	2,3	3,8	7,1	11,9
Chile	14,4	9,3	21,8	19,1	27,5	27,9
Colômbia	6,8	10,0	10,3	6,1	21,0	38,2
Paraguai	4,1	5,0	7,8	7,5	11,3	12,0
R. B. de Venezuela	5,5	3,1	7,9	7,9	21,0	34,4
Outros países	5,1	14,2	19,01	15,2	16,3	27,2

Fonte: UNCTAD. World Investment Report 1999.

* média anual

de uma nova inserção internacional baseada na competitividade e nas vantagens comparativas de produtos minerais, agrícolas, semi-industriais e industriais.

O fluxo de investimento externo tem sido dirigido para um processo de fusões e aquisições de ativos existentes, principalmente em quatro setores: o setor financeiro (bancos, seguradoras, fundos de pensões), o setor de telecomunicações, o setor de energia e transporte (produção, distribuição, companhias aéreas) e outros serviços (comércio, tratamento de resíduos urbanos). No Quadro 3 podemos reafirmar esta idéia.

Quadro 3

América Latina e Caribe: privatizações e licitações com participação de investidores estrangeiros, em mais de 1 bilhão de dólares, segundo alguns setores, 1998-1999 (em milhões de dólares)

Setor	Montante
Primário	2813
Manufaturas	5675
Serviços	43946
Telecomunicações	21092
Energia elétrica	12138
Transporte	7670
Obras sanitárias	1754
Distribuição de gás	988
Serviços financeiros	304
Total	46.759

Fonte: CEPAL. Centro de información de la Unidad de Inversiones y estrategias empresariales, 1999.

Os principais protagonistas deste processo, que tem como fundo o processo de privatizações de empresas públicas e a aquisição de empresas pri-

vadas na maioria dos países do Cone Sul, tem sido empresas de origem européia e dos Estados Unidos. No Quadro 4, podemos observar a relação que existe entre os setores de atividades das empresas privadas adquiridas e o investimento estrangeiro, considerando que no período 1998-99 os investimentos no Brasil representam mais da metade de todo o investimento na área, que coincide com uma aceleração do processo de privatização aprofundada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Quadro 4

América Latina e Caribe: compras de empresas nacionais privadas por investidores estrangeiros de mais de 100 milhões de dólares, segundo setores e montantes, 1998-99 (em milhões de dólares)

Setor	Montante
Primário	13375
Petróleo e gás	13375
Manufaturas	5655
Serviços	21169
Serviços bancários e financeiros	9220
Energia elétrica	5378
Comércio	3308
Telecomunicações	3053
Outros serviços	210
Total	40199

Fonte: CEPAL. Centro de información de la Unidad de Inversiones y estrategias empresariales, 1999.

O Quadro 5 mostra os investimentos de países da Europa, Estados Unidos e Japão na América Latina; estes investimentos representam *per se* quase a totalidade do investimento direto estrangeiro na região, sendo exíguo o investimento de outras zonas do mundo ou intra-regional. O quadro nos indica que os países do Mercosul concentram metade dos investimentos realizados pela Europa e pelos Estados Unidos na América Latina e Caribe e mais de 80% no caso do Japão (os montantes de investimento do Japão são pouco significativos e concentrados no Brasil, Argentina, México, Venezuela), se adicionarmos Chile, México e os países do Pacto Andino, uma parte considerável de todo investimento se dirige à meia dúzia de países. A razão está simplesmente no fato que estes países são os mais desenvolvidos da região e aqueles que mais rapidamente pretendem retirar vantagens da nova divisão do trabalho num processo de inserção estratégica internacional.

Quadro 5

América Latina e Caribe: fluxos de inversão estrangeira direta proveniente da Europa, Estados Unidos e Japão, 1995-1997 (saídas líquidas, em milhões de dólares)

Países	Europa		Estados Unidos		Japão	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Argentina	5700	17,7	3825	8,9	103	4,4
Brasil	10420	32,3	17311	40,2	1815	76,8
Mercosul	16651	51,6	21291	49,5	1917	81,2
Chile	3195	9,9	3199	7,4	50	2,1
Pacto Andino	7257	22,5	4861	11,3	201	8,5
México	4611	14,3	11629	27,0	194	8,2
América Central	79	0,2	1124	2,8	0	0,0
América Latina e Caribe	32285	100,0	43015	100,0	2362	100,0

Fonte: BID/IRELA, 1999.

O dado relevante, no caso da Europa, é que boa parte deste processo é iniciado pelas empresas ibéricas, sobretudo da Espanha, mas também por empresas portuguesas, que embora invistam montantes inferiores, no plano da dimensão da sua economia representa um esforço notável de inserção internacional. O investimento português no estrangeiro representa em 2000 um montante equivalente ao investimento estrangeiro em Portugal, aproximadamente 5% do PIB (US\$ 5 bilhões de dólares). Neste plano podemos observar o investimento europeu que avança na segunda metade dos anos 90, aproximando-se dos fluxos de investimento norte-americanos, destacando-se justamente a Espanha com fluxos superiores aos demais países europeus, superiores ao Japão, Alemanha, Reino Unido, França, aumentando o ritmo dos seus investimentos sobretudo a partir de 1994 (Quadro 5).

A partir de 1986, começaram a manifestar-se os efeitos da coordenação internacional das políticas macroeconômicas, o descenso dos preços do petróleo e a melhoria nas expectativas de crescimento. As empresas multinacionais adotaram uma estratégia de forte concorrência internacional, procurando consolidar e ampliar as suas participações nos mercados mais atrativos. Esta estratégia provocou uma maior concentração, tanto na origem como no destino dos fluxos de Investimentos Diretos no grupo dos países industrializados, relegando a maior parte dos países em desenvolvimento. Neste processo, a América Latina se destaca, tendo o terceiro lugar de destino do investimento, logo

a seguir aos países denominados a Tríade⁸, compostos pela Europa, Estados Unidos e Japão e muito próximo dos países de Ásia.

Uma parte significativa deste fenômeno explica-se pela agressiva postura investidora de empresas espanholas, com as empresas portuguesas contribuindo decisivamente. O montante de investimentos espanhóis na América Latina tem crescido desde a década de 80, justamente aproveitando esta conjuntura internacional favorável e conjugando-a com o processo de re-inserção das economias latino-americanas, ávidas de financiamento externo para os seus setores de exportação, para a reestruturação das suas indústrias, através da sua privatização, e para reestruturar as suas balanças de pagamentos conforme o modelo liberal de instauração de economias de mercado, reduzindo o papel que o Estado tradicionalmente teve nessas economias (ZAPATA, 1999).

Num plano mais global, segundo a Cepal, os investimentos estrangeiros diretos na América Latina e Caribe tiveram durante a década de 1990 quatro características fundamentais (CEPAL, 2000) Primeiramente, deve ser destacado seu rápido crescimento: de US\$ 6.758 milhões de dólares, em 1990, para US\$ 70.275 milhões em 1999; segundo, uma concentração em poucos países; terceiro, sua inflexibilidade frente à crise financeira internacional, já que o aumento foi significativo, enquanto outros itens caíam; e, em quarto, que dois terços do volume consistiu na compra de ativos já existentes.

A primeira característica do investimento ibérico da última década reside no fato de que tanto as empresas portuguesas quanto as espanholas dirigem a maior parte de seus investimentos para fora dos países desenvolvidos. A segunda característica diz respeito ao perfil dos investimentos, que se dirige fundamentalmente para os setores de serviço, numa ótica de controle do mercado interno. Por último, a terceira característica dos investimentos ibéricos é que eles estão destinados a países de expressão e cultura ibéricas, isto é, para América Latina. Há toda uma literatura que analisa a minimização dos custos de transação com a moeda co-

⁸ O termo Tríade está consagrado na literatura econômica que adota um paradigma de economia política internacional para referir-se aos pólos capitalistas de maior desenvolvimento.

mum e, analogamente, os custos de comunicação pelo uso de uma língua comum (RAMOS SILVA, 2000).

Pela ótica dos países latino-americanos, as razões que levam a incrementar o recurso ao capital estrangeiro são inicialmente de estabilização: a lenta superação da crise da dívida externa, a fragilidade financeira dos estados e a estagnação econômica deram lugar *pari passu* à procura de uma nova via de desenvolvimento a partir dos anos 80, que constitui o primeiro elemento que possibilita a abertura ao capital estrangeiro mediante a venda dos seus ativos públicos em setores estratégicos do mercado interno seguido da venda de empresa privadas.

AS EMPRESAS PORTUGUESAS NA AMÉRICA LATINA

Comparativamente ao caso espanhol, a internacionalização das empresas portuguesas que tiveram na América Latina sua fronteira de expansão possui três características próprias. O primeiro aspecto relaciona-se com o retardo no tempo em que estes investimentos tiveram início. Ou seja, enquanto a Espanha inicia seu movimento no decorrer da década de 80, só em 1995 os investimentos portugueses iniciam uma trajetória consistente de internacionalização. Um segundo aspecto permite observar o destino dos fluxos de investimento. Embora o Cone Sul seja o destino da maior parte dos investimentos espanhóis, estes se estendem ao resto do continente americano. No caso português, contrariamente e com um volume inferior ao espanhol, a quase totalidade é dirigida ao Brasil. Este último dado nos remete à questão da escala, onde os investimentos portugueses são proporcionais ao tamanho da economia portuguesa, que é de quatro a cinco vezes menor que a espanhola.

Para o ano 1999, o PIB português foi de US\$ 113,7 bilhões de dólares e o espanhol de US\$ 595,9 bilhões de dólares. Considerando a Paridade do Poder de Compra, expressa em dólares para o mesmo ano, os valores atingem respectivamente US\$ 160,5 e US\$ 712,5 bilhões de dólares. Portanto, considerando as duas metodologias de mensuração do PIB, a economia espanhola seria 5,2 ou 4,4 vezes maior que a portuguesa.

Aliás, merece destaque o tratamento desagregado das estatísticas espanholas, sendo possível seu dimensionamento por empresa. No caso português só é possível sua localização pelos setores. De qualquer modo, os investimentos das empresas portuguesas perfazem um total de US\$ 5.153 bilhões de dólares para o *stock* de investimentos realizados até 1999. No mesmo período, os investimentos diretos espanhóis no Brasil foram de US\$ 12.204 bilhões de dólares (BANCO CENTRAL, 2001).

A partir destas distinções, podemos considerar um outro aspecto de natureza política e estratégica, que é menos nítido mas que deve ser considerado. Trata-se da natureza mais concertada dos investimentos espanhóis. Prova disso é o suporte e o protagonismo que a diplomacia espanhola tem dado à América Latina, onde destacamos a criação da Cúpula Ibero-Americana em 1991, no âmbito dos preparativos para a celebração do V centenário da descoberta das Américas, onde é sublinhado o elemento comum da identidade cultural entre os povos latino-americanos e ibéricos⁹. Embora de alcance limitado, é significativo que este encontro tenha criado a primeira oportunidade de uma reunião com a participação de todos os países latino-americanos sem a presença dos EUA, o que tem implicações significativas para a União Européia.

Do ponto de vista empresarial, a motivação e a lógica das empresas portuguesas seguem de perto as empresas espanholas, havendo mesmo uma lógica ibérica já abordada em artigos anteriores.

AS EMPRESAS ESPANHOLAS NA AMÉRICA LATINA

As grandes empresas espanholas, para manter e reforçar a sua posição competitiva, assim como para defender-se de eventuais intentos de aquisição hostil por parte de competidores (locais e externos), foram levadas a superar os limites nacionais na procura de mercados à escala continental e mundial. Numa primeira etapa procuraram um au-

⁹ A Conferência Ibero-Americana reúne anualmente 21 países (Espanha, Portugal e todos os países latino-americanos), que totalizam uma população de 490 milhões de habitantes e uma área de 21.352.017 km².

mento das alianças e acordos de colaboração com outras entidades, fundamentalmente europeias. Numa segunda fase, foi posto em movimento uma rápida e agressiva estratégia de expansão na direção dos principais mercados latino-americanos. As grandes empresas espanholas encontraram na América Latina o meio para consolidar o seu ativo processo de internacionalização, baseado em quatro vetores básicos: i) procura de tamanho e competitividade; ii) a entrada, desde mercados maduros (o mercado espanhol) a mercados em expansão; iii) a exploração global dos recursos, capacidades organizativas e tecnológicas; iv) a diversificação adequada ao risco em função da rentabilidade.

Neste sentido, os países da América Latina ofereceram uma oportunidade única, visto que as opções mais próximas, como as de outros países europeus, apresentavam mercados maduros e possibilidades de aquisições escassas e de alto preço. Em geral, a situação dos sistemas dos principais países latino-americanos era de ampla abertura e desregulação. Assim, o baixo nível de capitalização das empresas latino-americanas, as amplas margens de lucro, as altas rentabilidades potenciais e o melhoramento da procura interna começaram a abrir interessantes oportunidades de novos negócios. Simultaneamente, se aperceberam das carências de capital e de modernização de produtos para fazer frente a uma demanda crescente de serviços. Tudo isto num contexto em que as autoridades económicas latino-americanas olhavam positivamente a vinda de sócios estrangeiros, como uma fórmula para superar as limitações de financiamento e assim modernizar os sistemas financeiros locais.

Os diversos grupos têm seguido a onda de privatizações na América Latina e começado a elaborar estratégias de investimento, de programação de fusões e participações, de compra ao sabor das oportunidades de investimento, de formação de *holding*, materializando uma aposta estratégica pela América Latina

Os investimentos espanhóis na região têm atingido volumes imensos, surpreendendo os especialistas internacionais na década de 80, mas tornando-se habitual na década seguinte. Existem dúvidas à respeito deste fato ser concertado entre os grupos económicos espanhóis, embora não existam dúvidas quanto ao apoio do Governo da Espanha. A dúvida é até que ponto existe uma estratégia concertada de ação entre as diferentes empresas,

visto que os diversos grupos têm seguido a onda de privatizações na América Latina e começado a elaborar estratégias de investimento, de programação de fusões e participações, de compra ao sabor das oportunidades de investimento, de formação de *holding*, materializando uma aposta estratégica pela América Latina. Como resultado deste processo, limitado a algumas poucas empresas, a Espanha é hoje um exportador líquido de capital. No Quadro 6, podemos observar e avaliar o peso e significado que o investimento na

América Latina representa para estas empresas.

Embora as empresas pertençam a setores económicos diferentes e desenvolvam estratégias distintas, as empresas espanholas que estão investindo na América Latina possuem e enfrentam vários elementos afins, entre os quais destacamos os seguintes:

- uma crescente concorrência na Espanha e na União Europeia; a concentração da sua estratégia de expansão internacional apenas numa região: América Latina;

Quadro 6

Principais empresas espanholas na América Latina, 1998-1999
(em milhões de dólares)

Empresa	Atividade	Vendas	Ativos	% dos ativos na América Latina	Investimento na América Latina 1991/1998	Valor na Bolsa
Repsol	petróleo e derivados	19803	17919	...	20000	16256
Telefónica	telecomunicações	18214	51653	31	10000	51151
BSCH	financeiro	15088	246032	27	5300	38230
BBVA	financeiro	12784	138580	28	4500	30138
Endesa	energia elétrica	7129	27389	40	10000	20532
Iberdrola	energia elétrica	4326	17508	20	2440	...

Fonte: CEPAL, 2000.

- a opção por estratégias de expansão internacional como um elemento comum nos esforços por incrementar o seu valor na bolsa a fim de viabilizar financiamentos na Espanha e na Europa;
- as empresas espanholas mais ativas na América Latina são o resultado de recentes e amplos programas de privatização nos países latino-americanos; as estratégias de expansão internacional têm por base a compra de ativos existentes, na sua maior parte pela via dos esquemas de privatização implementados pelas autoridades latino-americanas; as empresas espanholas iniciaram a sua estratégia de expansão regional em países do Cone Sul (Argentina e Chile), tendo-se estendido a outros países hispanos (Peru, Colômbia, Venezuela, México) e Brasil.
- a maioria das empresas procura dirigir-se ao Brasil como destino mais importante e, a partir de 1998, tem investido aqui grandes quantidades de recursos; para expandir-se a escala regional, as empresas espanholas têm aproveitado a falta de regulamentação nos vários países, fato que atualmente tem gerado múltiplos inconvenientes.

Deste modo, algumas das principais empresas espanholas têm sido atores chaves, em particular nos ramos de atividades de serviços recentemente liberalizados. Aproveitando o renovado entorno econômico latino-americano, estas entidades – através de uma estratégia de aquisições – procuraram atingir o tamanho necessário para competir no mercado europeu e mundial crescentemente globalizado. Assim, umas poucas empresas espanholas converteram-se em líderes de três setores chaves do novo panorama econômico latino-americano, como são as telecomunicações, a energia e o financeiro, contribuindo de maneira positiva para a competitividade sistêmica das economias receptoras. Como já ressaltado anteriormente, uma das características dos investimentos diretos das empresas ibéricas na década de 1990 na América Latina é que se dirigiram, sobretudo, à compra de ativos já existentes e não redundaram num aumento da capacidade instalada dos mercados nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança de paradigma de desenvolvimento econômico que se processa na América Latina desde o fim dos anos 80 do século passado até agora coloca assento na criação de mercados competitivos, abertos ao exterior e na base da propriedade privada. O crescimento econômico e do comércio mundial têm permitido oportunidades para os investimentos ibéricos, bem como para o investimento direto em geral, num processo único e não repetível de privatizações, fusões e aquisições.

Consequências dessa mudança são as privatizações em todos os setores econômicos, empresa a empresa, incluindo a abertura ao investimento direto e financeiro, procurando a modernização econômica e um maior crescimento econômico. Se bem que a sustentabilidade dos investimentos resulte das possibilidades de financiamento num sistema mais móvel internacionalmente, dirigido à compra de ativos com vistas à modernização de empresas, ela visa ao alargamento no contexto nacional e internacional, da lógica de acumulação proporcionada pelo mercado externo.

No caso de setores econômicos chave dos países latino-americanos, as privatizações e a abertura ao capital estrangeiro têm permitido às grandes empresas espanholas afirmar-se rapidamente no contexto latino-americano do mercado energético, telecomunicações, financeiro, servindo como plataforma para mercados mais vastos, como o brasileiro, que aparece com mais atraso na abertura ao capital estrangeiro.

Procurou-se, primeiro, a compra de empresas públicas que se privatizavam, e depois a aquisição de grandes empresas privadas nacionais e em alguns casos de empresas com dimensão latino-americana. Em particular, em certos setores aumentaram a capacidade instalada, como na indústria automotiva, na mineração e alguns serviços públicos privatizados; modernizaram-se os serviços financeiros, mas o seu impacto é muito menor que o financiamento de novas instalações.

A fragilidade competitiva da indústria portuguesa tradicional – têxtil, calçado – impede a sua ex-

portação para América Latina. Os novos setores de exportação, mais dinâmicos – automotivo, componentes eletrônicos – estão inseridos numa ótica de comércio intraindustrial e obedecem a um padrão de comércio multinacional, podendo, contudo, dar lugar a nichos de mercado de exportação, como é o caso dos moldes e dos componentes da indústria automotiva. É preciso levar isto em consideração quando se relaciona o comércio externo, com a lógica de investimento e quando comparamos com o padrão de inserção e de investimento das empresas líderes na Europa.

A lógica do investimento português, e de certo modo também do espanhol, é a de aproveitar as potencialidades de um mercado crescente na América Latina em setores desnacionalizados e privatizados numa estratégia de controle do mercado interno baseado em bens não transacionáveis. As necessidades sentidas por parte dos países latino-americanos, de maior crescimento de capital e de formação bruta de capital mais acelerados, na procura de um motor de crescimento econômico mais rápido, encontra o interesse das grandes companhias ibéricas que se expandem à procura de mercados de cultura similar, menor risco e maiores lucros.

Nesse sentido, os investimentos portugueses no exterior, assim como os espanhóis, estão ligados a produtos destinados ao mercado interno de procura estável e crescente, não competitivos e sobretudo ligados aos serviços ou áreas como a produção de energia, infra-estruturas urbanas, as comunicações, finanças e o comércio, geralmente em aliança com os espanhóis, partilhando mercados, numa ótica de Tordesilhas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R.; ROMÃO, A. (Org.). *O diálogo dos 500 Anos Brasil-Portugal desenvolvimento e cooperação*. EMC Editores, 2000.
- ARAUJETES, García Alfredo e ARGÜELLES ÁLVAREZ, Julio. *Las inversiones directas de España en América Latina, 1981-1992, Afers Internacionals*, 31/1996. Barcelona: Fundació Cidob, 1996.
- BANCO DE PORTUGAL. *Relatorio anual de 2000*. Lisboa, 2000.
- CARRILLO, J. E.; AGUILAR, B. I. Relación de personal, nuevas tecnologías e industria maquiladora en México. *Comercio Exterior-Bancomext*, México, v. 48, n. 4, p. 273-282, 1998.
- CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. Santiago: Naciones Unidas, 1999-2000.
- COELHO, Edilson. Portugal e Espanha investem US\$ 16 bi no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1998.
- DURAND, M. F. et al. Europe (S). In: *Le Monde – Espaces Et Systemes*. Paris: Presses De La Fondation Nationale Des Sciences Politiques & Dalloz, 1992. Parte II, Cap. XII.
- EUROPEAN COMMUNITIES. *The competitiveness of european industry*. Luxemburg: Office for Official Publications of European Communities, 1999.
- GUEDES, C. A. M. Competitividade e Inserção Internacional: algumas observações sobre a economia portuguesa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA EUROPEIA E INTERNACIONAL, 4. Lisboa: ISEG/UTL, 2001.
- ICEP. Portugal. Disponível em: <PORTUGALNET. Http://www.Portugalnews.Pt/Econet/>. Acesso em: 2001.
- LANÇA, I. S. L. (Org.). *A indústria portuguesa – especialização internacional e competitividade*. Oeiras: Celta, 2000.
- MARTIN, B. *In the Public Interest?* London: Zed Books, 1993.
- MARTÍNEZ COLL, Juan Carlos. *Los mercados de divisas: en la economía de mercado, virtudes e inconvenientes*. Disponível em: <Http://www.Eumed.Net/Cursecon/15/15-2.Htm>. Acesso em: 2001.
- MOORE, MIKE. *El sur exige reformar el comercio*. Organización Mundial Del Comercio, Ips, 2000.
- MORTIMORE, M.; PEREZ, W. La competitividad empresarial en América latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*, n. 74, ago. 2000.
- NACIONES UNIDAS. *Informe sobre las inversiones en el mundo, las fusiones y adquisiciones transfronterizas y el desarrollo, panorama general*. Nueva York y Ginebra: ONU, 2000.
- OLIVARES, Mario Gomes. *O comércio externo argentino e as suas perspectivas no processo de globalização*. Cedin, 2001.
- PEREDES, Ricardo et al. Privatización y regulación en Latinoamérica. *Revista de Análisis Económico*, Santiago, v. 10, n. 2, nov. 1995.
- RAMOS SILVA, J. O factor linguístico na economia global. *Revista Gestão e Economia: 500 anos de Descobrimentos do Brasil*. Universidade da Beira Interior, n. 0, 2000.
- _____. As relações económicas entre o Brasil e Portugal na década de 1990: os laços linguísticos e históricos à prova da Globalização. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 3, n. 2, ago. de 2001.

SCHERER, André Forti. Mundialização financeira e investimento direto estrangeiro: notas sobre a experiência brasileira recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4. Porto Alegre: UFRGS; WP; IE/UFRJ, jun. 1999.

SELA. *El financiamiento externo y la deuda externa de America Latina y el Caribe en 1999*. Sp / CI / Xxvi.O / Di n. 2-2000. Oct. 2000.

UNCTAD. *Fdi in Latin America Hits Record Levels, Fuelled By Long-Term Growth Prospects, Privatizations*. Ad/Inf/2860, October 2000.

_____. *World investment report 2000: cross-border mergers and acquisitions and development*. 2001.

WTO. *International Trade Statistics*. 2000.

ZAPATA, F. Estado Nação, livre comércio e integração econômica na América Latina. In: *Emprego e desenvolvimento tecnológico: processo de integração regional*. São Paulo: Dieese, 1999.

Os incentivos ao investimento no estado da Bahia e as oportunidades para o Investimento Direto Português

Rogério Pinheiro*

Elivan R. Ribeiro**

Resumo

O artigo tem como objetivo a apresentação sucinta da forte política de incentivo praticada pelo estado da Bahia, bem como dos setores onde os capitais portugueses apareceram com força na década de 90, no conjunto das atividades econômicas brasileiras, procurando, desta forma, identificar as tendências, ainda que genéricas, das oportunidades para os investimentos portugueses no referido estado. O trabalho baseia-se em pesquisa desenvolvida no ano 2000 por uma equipe do Centro de Estudos sobre a Economia Européia e Internacional, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa – CEDIN/ISEG/UTL, da qual fez parte Elivan Ribeiro, e em pesquisa, mais recente, levada a efeito por Rogério Pinheiro, atual mestrando em Economia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I, com o objetivo de elaborar a sua dissertação de mestrado, da qual Elivan Ribeiro é a orientadora.

Palavras-chave: investimentos diretos estrangeiros, investimentos portugueses, incentivos ao investimento, privatizações, investimentos setoriais.

Abstract

The aim of this paper is to make a brief presentation of the strong pro foreign investment policies encouraged by the State of Bahia, as well as in the other sectors where the Portuguese capitals had a strong presence in the Brazilian economical activities in the nineties. Thus, it tries to identify the generic trends of investment opportunities for the Portuguese capital in the referred state. The paper is based on a research developed in 2000 by the staff of the Center of Studies of European and International Economy of the Higher Economy and Management Institute of Lisbon Technical University CEDIN/ISEG/UTL, with Elivan Ribeiro's participation. A more recent research, was carried out by Rogério Pinheiro, present candidate for a Master's Degree in Economics from the Federal University of Paraíba (UFPB) – Campus I, to elaborate his thesis, having Elivan Ribeiro as Master's Advisor.

Key words: direct foreign investments, Portuguese Investments, incentives to investments, privatizations, sectorial investments.

INTRODUÇÃO

A aceleração dos fluxos de investimentos diretos portugueses em direção ao Brasil começou no ano de 1995. Verifica-se que nesse ano Portugal

investiu 24 milhões de euros na economia brasileira, que representava 4,6% do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) total português (que foi de 515 milhões de euros), enquanto em 1994 representava 0,9% e em 1993 apresentou um desinvestimento de 0,4%. Numa escala ascensional, Portugal investiu em 1998 a quantia de três bilhões quatrocentos e quarenta e sete milhões de euros no Brasil, como se pode ver na Tabela 1.

* Mestrando em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I. rogeriopinho@yahoo.com.br.

** Professora-Doutora da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). elivan@ccsa.ufpb.br.

Tabela 1

O investimento direto (líquido) de Portugal no exterior: total e no Brasil (em milhões de euros) 1993-1999

	Investimentos		
	Total	No Brasil	% No Brasil
1993	113	0	-0,4
1994	234	2	0,9
1995	515	24	4,6
1996	598	193	32,2
1997	1471	426	28,9
1998	2564	3447	134,4*
1999	2548	1497	58,8

Fonte: Banco de Portugal

* Tais valores ultrapassam os 100%, pois contabilizam desinvestimentos portugueses em outros países.

Com relação aos presentes números, pode-se notar que: i) houve um aumento substancial no montante de investimento direto de Portugal no exterior, passando de 515 milhões de euros em 1995 para ultrapassar os 2 bilhões de euros em 1999; ii) o Brasil passa de um simples receptor de IDE de Portugal para o principal receptor de IDE português, abarcando maioria absoluta (58,8%) do total deste investimento.

No ano de 1998, o investimento líquido português no Brasil ultrapassa o investimento líquido português no total, pois, coincidentemente, houve um grande desinvestimento de Portugal em outras partes do mundo.

Boa parte do IDPB (Investimento Direto Português no Brasil) está relacionado com o PND (Programa Nacional de Desestatização) brasileiro. Segundo dados do BCB (Banco Central do Brasil) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), os investimentos portugueses no processo de privatização brasileira

giraram em torno de US\$ 4,8 bilhões, o que equivale a 5,9% do total arrecadado no processo, conforme Tabela 2. Este valor coloca Portugal em terceiro lugar no *ranking* de investimentos nas empresas brasileiras privatizadas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (primeiro lugar) e Espanha (segundo lugar). Com relação aos outros investimentos diretos, que não englobam apenas as privatizações, Portugal tem se mantido entre o terceiro e o quinto lugar no *ranking* de maiores investidores estrangeiros no Brasil, alternando posições com Alemanha, Holanda, França e Reino Unido, ao longo do período de 1995 a 2001. Porém, se o *ranking* fosse montado pelo critério do investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), nos valores de 1999, Portugal seria o primeiro da lista. No ano de 1999, os IDPB corresponderam a 6,24% de seu PIB, em relação aos 2,8% da Espanha, que seria a segunda colocada. Entre os principais alvos do IDPB, destacam-se: telecomunicações, distribuição de eletricidade e água, setor bancário e serviços prestados às empresas. In-

Tabela 2

Participação no IDE e nas privatizações do Brasil por país investidor (em milhões de dólares)

Países	IDE por país de origem ^a				Participação nas Privatizações 1991-2001		
	Stock em 31/12/1995		Fluxos		Países	Valor	%
	Valor	%	Valor	%			
Estados Unidos	10 852.2	25,5	29 067.5	23,3	EUA	14 034	17,0
Espanha	251.0	0,6	24 310.7	19,5	Espanha	12 675	15,4
Países Baixos	1 534.5	3,6	11 547.2	9,3	Portugal	4 882	5,9
França	2 031.5	4,8	9 810.4	7,9	Itália	2 621	3,2
Portugal	106.6	0,3	9 266.0	7,4	Chile	1 006	1,2
Alemanha	5 828.0	13,7	2 723.1	2,2	Bélgica	880	1,1
Reino Unido	1 792.6	4,2	2 471.5	2,0	Inglaterra	715	0,9
Japão	2 658.5	6,3	2 296.1	1,8	Canadá	692	0,8
Luxemburgo	408.0	1,0	2 059.8	1,7	França	686	0,8
Panamá	677.4	1,6	1 977.7	1,6	Suécia	599	0,7
Itália	1 258.6	3,0	1 890.8	1,5	Holanda	415	0,5
Bélgica	558.2	1,3	1 756.2	1,4	Coréia do Sul	265	0,3
Suécia	567.2	1,3	1 631.7	1,3	Japão	264	0,3
Canadá	1 819.0	4,3	1 549.5	1,2	Argentina	159	0,2
Suíça	2 815.3	6,6	1 297.4	1,0	Alemanha	75	0,1
Paraísos fiscais ^b	3 480.4	8,2	15 259.2	11,2	Uruguai	0	0,0
Outros	5 381.2	12,7	4 757.8	4,8	Outros	1 078	1,3
Total	42 530.0	100,0	124 783.0	100,0	Parte estrangeira	41 047	49,9
Entrada abaixo de US\$ 10 milhões			14.746.9		Total	82311	100,0
Total geral das entradas do IDE (fluxos)			139.530.0				

Fonte: Banco Central do Brasil e BNDES

Nota: Conversões em dólares às paridades históricas.

^a Dados do censo de capitais estrangeiros, 31/12/95, realizado pelo BCB.

^b Paraísos fiscais: Ilhas Cayman, Ilhas Virgens, Bahamas e Bermudas.

vestimentos estes que serão apresentados com maior minúcia no decorrer do artigo.

O PAPEL DAS PRIVATIZAÇÕES

No período anterior à implantação do Plano Real, a economia brasileira apresentava uma inflação acentuada, taxas de câmbio depreciadas, expressivos superávits comerciais, equilíbrio em conta corrente e baixo déficit operacional. Mas este contexto sofreu alterações como bem sintetizam Pinheiro e Giambiagi:

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a inflação manteve uma média anual de 8,2%, a expansão anual do PIB foi de 2,7%, a taxa de investimento estava na ordem de 17,1% do PIB (em preços constantes de 1980), um déficit comercial de US\$ 5,9 bilhões, um déficit em conta corrente de 3,6% do PIB e um déficit público de 5,2% do PIB (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000, p. 27).

Levando-se em consideração o déficit em conta corrente e o aumento do déficit público referido acima, percebe-se que o principal benefício do então governo foi a estabilidade de preços e uma tímida retomada do crescimento econômico.

Desde a implementação do Plano Real, o fator crucial para a redução da inflação foi a apreciação da taxa cambial, o que acabou por refletir na balança comercial, que se tornou deficitária. Este plano funcionou satisfatoriamente bem até o surgimento de crises externas (asiática e russa) que tiveram fortes reflexos na economia brasileira. Mas foi a partir da crise mexicana que o governo modificou sua política cambial, desvalorizando o real em 5,2%, adotando uma política de minidesvalorizações periódicas, conjuntamente com elevações nas taxas de juros. Com a estabilidade de preços e as altas taxas de juros, houve uma deterioração das contas fiscais, o que acarretou um substancial aumento da dívida pública e pressionou ainda mais as taxas de juros.

O déficit fiscal subiu para 5% do PIB em 1995 e atingiu 7,8% do PIB em 1998. A dívida do setor público também apresentou uma marcante elevação, passando de 26% do PIB em 1994 para perto de 38% do PIB em 1998 (nos dois casos, excluindo-se a base monetária) (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000, p. 28-29).

A crise asiática já tinha influenciado o déficit fiscal, uma vez que, por aquela ocasião, o governo

teve de aumentar a taxa de juros, o que ocasionou um déficit de 4,5% do PIB em 1998.

Foi num contexto de grandes déficits fiscais e em conta corrente que o programa de privatização passou a ter destaque. As mudanças introduzidas neste nível proporcionaram mais dinâmica e alcance no processo de privatização.

As mudanças no contexto institucional tiveram início em janeiro de 1995, com a substituição da Comissão de Privatização pelo Conselho Nacional de Desestatização, estreitando muito mais o vínculo entre a administração do processo e o governo federal. O PND em si foi mantido quase intacto, porém foram efetuadas outras mudanças importantes no contexto legal e institucional após a promulgação da Lei das Concessões (Lei 8.987), em fevereiro de 1995, e as emendas constitucionais aprovadas mais tarde naquele mesmo ano. A Lei das Concessões regulamentou o Artigo 175 da Constituição e introduziu importantes alterações nas normas que regem a concessão de serviços públicos. Em especial: a) introduziu um sistema de multas proporcional à falta cometida pelas concessionárias; b) criou a possibilidade de os grandes consumidores escolherem seu fornecedor, pondo fim aos monopólios locais anteriormente impostos por lei; c) determinou que as tarifas não precisavam mais se basear na regulamentação do custo do serviço (as normas sobre tarifas passaram a ser definidas no contrato de concessão); d) enfatizou o valor das taxas cobradas dos consumidores como critério de seleção dos licitantes de uma concessão; e) estipulou que todas as concessões seriam outorgadas por um prazo fixo, sendo renovadas mediante novo processo de licitação; f) proibiu a concessão de subsídios públicos às concessionárias; e g) deu aos consumidores o direito de participar do processo de supervisão da concessão.

Também foram importantes as emendas constitucionais de 1995, que acabaram com os monopólios públicos nas telecomunicações, medida necessária para permitir a privatização da Telebrás, na distribuição de gás por dutos e no setor petrolífero. Finalmente, foi abolida a distinção entre as empresas brasileiras de capital nacional e estrangeiro, preparando terreno para a privatização dos setores de mineração e geração de eletricidade (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000, p. 30).

Estas mudanças tornaram as privatizações mais atrativas para investidores externos, além de possibilitar o acesso a setores muito disputados como o das telecomunicações e o setor petrolífero. Acrescentando-se a estas mudanças, a criação dos programas de privatização em âmbito estadual. Dadas as necessidades de financiamento das estatais estaduais, tornou-se relevante aquela decisão de privatização, a fim de reduzir o impacto dos resultados destas empresas no déficit fiscal. A Tabela 3 mostra

a situação das estatais federais e estaduais, tendo em vista que os números negativos representam superávit.

Tabela 3

Brasil: necessidades de financiamento das estatais estaduais – 1994/1998 (% do PIB)

	1994	1995	1996	1997	1998 ^a
Empresas federais	-1,66	-0,19	-0,12	-0,20	0,05
Empresas estaduais e municipais	1,27	1,06	0,43	0,48	0,30
Total	-0,39	0,87	0,31	0,28	0,35

Fonte: Banco Central e Sest.

^a Previsão dos autores, com base nos resultados nominais até novembro de 1998.

(-) = superávit.

A prática das privatizações foi iniciada pelos estados da União e, após a venda das empresas estatais estaduais, ganhou corpo a batalha para alargar o alcance da privatização ao âmbito federal. Vencida a batalha, o então governo incluiu no rol das privatizações empresas públicas das áreas de mineração, eletricidade, ferrovias, portos, rodovias, telecomunicações, água e esgoto e bancos.

Na mesma altura, o PND também sofreu mudança nos objetivos com relação ao programa executado pelos governos antecessores. Entre essas mudanças, destacam-se:

- receitas em dinheiro, com a substituição do financiamento indireto mediante o uso de moedas de privatização por créditos diretos do BNDES ou do Tesouro Nacional (como no caso da Telebrás);
- compromisso de investimentos nos setores privatizados.

Desde a administração Itamar Franco, o governo passou a exigir que uma proporção mínima do preço das EE (estatais estaduais) fosse pago em dinheiro, normalmente de 10% a 30%. Quando empresas mais atraentes foram colocadas à venda, essa proporção aumentou, sendo aos poucos abandonado o uso de moedas de privatização. No entanto, tratava-se de empresas de grande porte, e os compradores precisavam de financiamento para seus lances nos leilões de privatização. Como o Brasil, internacionalmente, continuava pertencendo à categoria de não-investimento e o risco de uma maxidesvalorização pairava no horizonte, a captação de empréstimos nos mercados externos resolvia apenas parte do problema. Portanto, o governo interveio, financiando os compradores diretamente, mediante o parcelamento da venda ou através do BNDES (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000, p. 32).

Os setores que proporcionavam menor lucratividade e maior externalidade exigiram um tratamento

diferenciado. Neste caso, encontravam-se setores como: estradas, pontes, esgotos e, em menor grau, ferrovias. Neste campo, o governo montou um modelo de privatização no qual estabelecia metas de produção e/ou um plano de investimento que o novo proprietário privado precisaria obedecer.

Mas foi no âmbito da crise asiática que a privatização passou a ter *status* de “rede de segurança” ou “ponte de estabilidade”, determinando a sobrevivência do Plano Real. Este fato revela duas causas:

- era a primeira vez que os valores recebidos pelas vendas de privatizações estavam se tornando significativos em termos macroeconômicos;
- com a evolução da crise asiática, a privatização poderia dar ao Brasil uma vantagem sobre outros países que haviam sido ou poderiam vir a ser vítimas de ataques especulativos. Desta forma, o país contaria com uma certa folga para solucionar seus dois principais desequilíbrios: os déficits em conta corrente e fiscal (os quais o governo pretendia resolver com futuras “reformas estruturais”).

(...) a privatização reduziu a necessidade de contrair empréstimos para financiar o déficit em conta corrente e, segundo, ajudou a financiar o déficit fiscal, contendo o crescimento da dívida pública, que teria atingido 32,9% do PIB em 1997 (contra 26% em 1994) não fosse a privatização (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000, p. 33).

Além disso, mais uma vez a privatização cumpriu seu papel de “sinal de compromisso” com os fundamentos, como fizera na primeira metade da década de 90, porém com duas diferenças. Para começar, a privatização agora também atraía um grande influxo de investimento externo direto. Por outro lado, o efeito indireto do estímulo ao ingresso de capitais havia se tornado mais importante do que no período anterior a 1994, devido à necessidade de financiar um grande déficit em conta corrente, o que não acontecia no início dos anos 90. Assim, como no início da década, quando a privatização passou a contribuir para a credibilidade das administrações Collor de Mello e Itamar Franco, também em 1997, ‘de certa forma, a privatização acab(ou) criando uma logística, além de seus objetivos iniciais’ (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 1994, p. 751 e 2000, p. 33-34).

Foi num ambiente de crises locais (mexicana, asiática e russa) com encadeamento global que ocorreu o processo de privatização das principais empresas brasileiras. O choque externo provocado por tais crises globalizadas acabou impulsionando o PND brasileiro, gerando um aumento do ingresso

de IDE oriundo principalmente dos EUA, que ocupou o primeiro lugar em níveis federal e estadual; da Espanha, que ficou com o segundo lugar, destacando-se no setor de telecomunicações e em nível estadual; e de Portugal na terceira colocação, com investimentos predominantes no setor de telecomunicações¹ (conforme mostra a Tabela 4), entre outros. Desta forma, o PND brasileiro proporcionou o atendimento dos interesses de internacionalização de diversos grupos estrangeiros com pretensões de aquisições de áreas de atuação monopolizadas pelo governo nos âmbitos federal e estadual.

Neste contexto, se procurará chamar a atenção, em particular, para os incentivos aos investimentos oferecidos pelo estado da Bahia nos diferentes setores de atividades.

Tabela 4

Participação do capital estrangeiro na privatização de empresas públicas no Brasil, por origem, 1991-1998^a
(em milhões de dólares e porcentagens)

País	Nível federal		Nível estadual		Telecomunicação ^b		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
EUA	1 630,2	8,9	4 311,0	20,7	3 638,9	13,7	9 580,1	14,6
Espanha	1,2	0,0	2 806,7	13,5	5 047,0	19,0	7 854,9	11,9
Portugal	0,5	0,0	176,0	0,8	4 227,0	15,9	4 403,5	6,7

Fonte: Cepal, base de dados da Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, sobre a base do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Privatization in Brazil: 1991-1998, Rio de Janeiro, Secretaria Geral de Apoio a Desestatização, 31 de julho de 1998.

Notas: a) Dados de 1991 até julho de 1998; b) Telefonia celular e sistema Telebrás.

INCENTIVOS OFERECIDOS PELO ESTADO DA BAHIA AOS INVESTIMENTOS

O Estado da Bahia é rico em incentivos aos investimentos, quer sejam investimentos líquidos, quer de ampliações, em vários segmentos industriais. Através da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, a Bahia oferece benefícios nas seguintes modalidades: benefícios fiscais, concessões financeiras diferenciadas, incentivos para infra-estrutura e outros incentivos.

De uma forma clara, o estado da Bahia incentiva vários tipos de negócios, em condições diferenciadas.

Dentre os programas de incentivo que mais de perto podem ser solicitados pelos investidores, destacam-se como mais relevantes ao tema deste artigo os seguintes:

¹ O setor de telecomunicações se enquadraria em ambos os níveis (federal e estadual), porém ele foi separado para deixar mais claras sua magnitude e significância.

- **PROBAHIA** – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, criado em 1991, visando à diversificação da malha industrial, o estímulo à transformação dos recursos naturais, a interiorização do processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica, bem como o aumento da qualidade e da produtividade da indústria baiana. Este projeto, de ampla abrangência, destina-se à agroindústria, às empresas de mineração, de turismo e de produção de energia elétrica.

As condições para o benefício financeiro estão condicionadas à localização dos empreendimentos, sendo mais beneficiados os empreendimentos realizados fora da Região Metropolitana de Salvador,

situação na qual pode-se obter até 75% de financiamento de ICMS gerados pela indústria, nas seguintes condições: 75% nos primeiro e segundo anos; 60% nos terceiro e quarto anos; 45% nos quinto e sexto anos; taxa de juros de 3% ao

ano, durante seis anos. Incentivos idênticos são oferecidos aos empreendimentos em qualquer região do estado, desde que seja superior a um montante de R\$ 400 milhões ou sejam pioneiros.

- **PROCEN** – Programa de Crédito Especial à Microempresa, criado também em 1991, oferece recursos voltados para o capital de risco. Os financiamentos concedidos são por um prazo de um ano, em valores até 800 UPF/Ba (Unidade Padrão Fiscal da Bahia. Em 1999, era fixada em R\$ 36,46), com seis meses de carência e encargos de 12% ao ano.
- **FUNDECON** – Fundo de Defesa da Economia Baiana, criado em 1992, visa a promover a uniformização da carga fiscal no campo de incidência do ICMS, que deverá incidir em cada etapa da produção, permitindo um acerto de contas, no momento da venda do produto final, onde se abate do débito potencial de ICMS o crédito concedido pelo Fundo.

- **BAHIAPLAST** – Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica. De acordo com este programa, pode-se oferecer uma concessão de crédito à indústria de transformação plástica, estimado em 10% das vendas dentro do estado da Bahia e 6% às vendas externas, com carga fiscal final em torno dos 3,6%. O prazo de utilização vai até 2007.
- Programa setorial de informática, eletrônica e telecomunicações, que concede um crédito fiscal de 100% do valor do ICMS, terrenos a preços subsidiados, deferimento do ICMS incidentes sobre importações de máquinas e equipamentos, isenção do diferencial interestadual do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo fixo da empresa.
- Programa setorial do calçado e de componentes – bolsas e cintos, que concede créditos de até 90% do imposto incidente, até um período de 15 anos de produção; deferimento de ICMS com origem em vendas no exterior e com origem na importação de matérias-primas e de componentes para a indústria. Oferecem-se, ainda, terrenos a preços subsidiados, com disponibilidade de energia, gás natural, telefone, água e esgoto.
- Programa setorial de automóvel, bicicletas, triciclos, partes, peças e subconjuntos pneumáticos e acessórios, concedendo créditos estimados em 75% do ICMS, nos cinco primeiros anos e 37,5% dos impostos incidentes do sexto ao décimo ano de produção; deferimento de ICMS para a entrada de matérias-primas e componentes do exterior e para a venda de produtos ao exterior.
- Programa setorial de madeira e mobiliário, a exemplo dos demais programas, oferece crédito estimado em até 75% do ICMS e todas as demais vantagens para o investidor.

Além destes incentivos descritos, a Bahia dispõe de programas de formação e de qualificação de mão-de-obra para todas as atividades subsidiadas. As entidades que oferecem tais programas são: a) Secretaria de Trabalho e Ação Social; b) Serviço Nacional da Indústria; c) Centro Federal de Escolas Técnicas; e d) Universidade Federal da Bahia.

Por último, o estado da Bahia proporciona aos investidores que utilizam estes programas uma simplificação do processo de registro das empresas na Junta Comercial; assistência técnica na elaboração de projetos e apoio institucional junto às prefeituras municipais.

No ponto a seguir, serão mostrados os investimentos diretos portugueses consolidados no Brasil, por setores.

INVESTIMENTO DIRETO PORTUGUÊS NO BRASIL, POR SETORES

O investimento direto português no Brasil (IDPB), no período de 1996 a 1999, concentrou-se nos setores: “produção e distribuição de eletricidade, gás e água; transportes e armazenagem; e comunicações; e em dois tipos de operação, no capital das empresas e crédito, empréstimos e suprimentos” (MENDONÇA *et al*, 2001).

Tendo em vista a diferenciação de níveis e dinâmicas dos investimentos entre setores, há a necessidade de observar as principais características que determinaram o interesse dos investidores portugueses nesses distintos setores da economia brasileira. Não obstante, é pertinente considerar que o tipo de operação utilizado pelo investidor português no Brasil (Quadro 1) transparece através da natureza recente do fluxo e “(...) o caráter estratégico para Portugal do investimento levado a cabo no Brasil, uma vez que o segundo tipo de investimento surge basicamente em apoio do primeiro, permitindo uma maior flexibilidade operativa e financeira” (MENDONÇA *et al*, 2001).

Quadro 1
Principal setor de operação do IDPB (% do total)

Ano	Principal setor		Principal tipo de operação	
	Setor	%	Operação	%
1996	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	57,7	No capital das empresas	94,4
1997	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	85,7	No capital das empresas	92,9
1998	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	48,2	Crédito, empréstimos e suprimentos	56,2
1999	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	50,6	No capital das empresas	63,5

Fonte: Banco de Portugal

Setor de Eletricidade, Saneamento e Água

Os investimentos nestes setores incorporam determinantes macro e micro-econômicos, uma vez que as políticas econômicas dos países desenvolvidos convergem para combinações de investimentos que incorporam novas variantes de inversões como "(...) trocas tecnológicas (na indústria elétrica e outras indústrias) e novas estratégias mundiais e regionais de atores importantes" (CEPAL, 2000, p. 48).

No escopo das novas estratégias mundiais e/ou regionais empregadas por atores importantes (no cenário aqui estudado, trata-se de Portugal), verifica-se uma intensificação de integrações horizontais e verticais e, principalmente, a busca de mercado com potencial de expansão. Para tal, a América Latina apresenta-se como um mercado significativo na área de sistemas elétricos.

(...) Segundo projeções da Energy Information Administration dos Estados Unidos (EIA, 1999), durante as primeiras décadas do século a demanda de eletricidade se expandirá a uma média de 4,2% ao ano na América Latina, enquanto a demanda nos países industrializados crescerá a menos de 2% ao ano (CEPAL, 2000, p. 48).

Os dados acima colocam a América Latina em destaque, tendo em vista o tamanho do mercado e o potencial de crescimento na produção e distribuição de energia.

Os IDPBs na área da eletricidade têm se mostrado significativo com relação ao montante total. Apesar disso, tal investimento apresenta-se inferior com relação ao conjunto de oportunidades (crescimento elevado do mercado brasileiro, privatização de empresas distribuidoras brasileiras e déficit da capacidade instalada de eletricidade) que o país pode oferecer. Além dos critérios externos destacados acima, fatores internos colaboraram com a internacionalização do setor elétrico português. Os referidos fatores são excesso de capacidade instalada em Portugal (sem espaço para crescimento interno) e mercado mais próximo (Espanha) fechado ao estrangeiro.

No campo da distribuição de energia, a empresa energética portuguesa EDP (Eletricidade de Portugal) investiu em empresas de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

(...) controle da EBE – Empresa Bandeirante de Energia (SP), que ocupa o 4º lugar no *ranking* do setor, que foi adquiri-

da por cerca de 1 bilhão de reais; da CERJ (RJ), onde a EDP detém 23% do capital (140 milhões de dólares) e através da qual detém 4,4% da COELCE (CE); e adquiriu 73% do capital da IVEN através da qual controla a ESCELSA (ES) e participa da ENERSUL (MS) pelo valor de 0,5 milhões de dólares" (MENDONÇA *et al.*, 2001, p. 40).

A EDP tinha planos de investimentos no setor de produção de energia. A intenção era investir US\$ 1,3 bilhão no período de três anos em projetos para construção de centrais termoeletricas. O anúncio foi feito pelo então presidente da EDP, Mário Cristina de Sousa, que explicitou em 2000, para o Diário Econômico, a estratégia da empresa para o Brasil.

(...) O grosso do investimento será canalizado para a construção de centrais termoeletricas. Se os projetos se concretizarem os investimentos da empresa portuguesa no Brasil vão elevar-se a um total de 2,7 bilhões de dólares (556 milhões de contos), contabilizando 1,4 bilhão de dólares despendido pela EDP nas privatizações brasileiras, de acordo com números do jornal brasileiro Gazeta Mercantil. Mário Cristina de Souza, citado pela Gazeta, refere que a prioridade da EDP no Brasil é agora o setor de geração de energia que passará a mobilizar os principais recursos. 'No momento, não estamos a estudar a participação em novas privatizações', afirmou. O objetivo é alcançar 'uma presença equilibrada em geração e distribuição', o que permite alguma salvaguarda contra os riscos do mercado, afirma Cristina Souza. Os projetos previstos terão uma potência total de 3,5 mil megawatts, o que representa já 26% do consumo das empresas participadas da EDP" (EDP, 06 mar. 2000).

No Quadro 2, são apresentados dados mais detalhados da participação da EDP no Brasil.

Com relação ao plano de águas e saneamento, o Grupo AdP (Águas de Portugal) controla a concessionária de saneamento Prolagos, no estado do Rio de Janeiro, especificamente nos municípios de Búzios, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Iguaba e Arraial do Cabo. Segundo depoimento do então presidente da AdP no Brasil, Vicente Pereira, o grupo deveria incrementar seus investimentos no setor de saneamento básico. Segundo avaliação de Pereira:

O Brasil é um país em que o potencial de crescimento imediato de procura desses serviços tem, no curto prazo, mercado para cerca de 100 milhões de habitantes (...). Mais do que em outros países, existem claras vantagens competitivas no mercado brasileiro para as empresas portuguesas, não importando aí o seu porte relativo com as congêneres internacionais (...). O saneamento no Brasil tem pela frente uma tarefa gigante, uma vez que as principais cidades têm grandes carências, quer no abastecimento de água, quer no tratamento de esgotos e resíduos sólidos" (ICEP-PORTUGAL – LUSA, 27 jul. 2002).

Quadro 2**Eletricidade de Portugal: presença e expansão no Brasil**

Empresa	Participação (%)	Comprador	Ramo de atividade	Atuação no mercado	Ano de ingresso
Empresa Bandeirante de Energia ^a	56,0	EDP	Distribuição de eletricidade	"Joint venture"	1998
ES Centrais Elétricas ^b	38,3	EDP	Distribuição de eletricidade	—	1999
CERJ ^c	30,0*	EDP	Distribuição de eletricidade	—	1996

Fonte: ^a Silva (2000); ^b Cepal, base de dados da Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, sobre a base de informação publicada da imprensa especializada latino americana; ^c Cepal, base de dados da Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, sobre a base do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Privatization in Brazil: 1991-1998, Rio de Janeiro, Secretaria Geral de Apoio a Desestatização, 31 de julho de 1998.

* Há divergências entre a participação da EDP na CERJ. Para Mendonça *et al* (2001), a EDP detém 23%. Já para Cepal (1998), a EDP participa com 30%, sendo o restante dividido com Enersis (Chile, 30,6%), Endensa (Espanha, 10%) e Chilectra (Chile, 29,4%) de um total de 70% da CERJ.

A concessão da Prolagos foi vencida por meio de licitação pública em 1998, numa parceria com o grupo brasileiro Monteiro Aranha, Bozano Sinonsen e PEM Engenharia. No final de 2000, a AdP adquiriu a totalidade das participações e hoje controla 100% da Prolagos². Já a AdP fez uma parceria com a britânica Thames Water (especialista no setor), com o objetivo de participar de todas as licitações do setor de saneamento. A outra empresa nesta área é a Somague. Ela atua em duas concessões no interior paulista: uma em Jaú, na distribuição de água, e outra em Araçatuba, no tratamento de esgoto sanitário.

Setor de distribuição

Os investimentos portugueses neste setor começaram antes do "boom" do IDPB pós 1995. Empresas como Sonae já possuíam lojas no Rio Grande do Sul. A expansão dos investimentos portugueses em importantes cadeias de distribuição nacional colocaram dois importantes grupos portugueses em posição de destaque no cenário brasileiro.

A Sonae ocupa o terceiro lugar na distribuição em termos de valor de vendas, com um número de lojas superior a 172, detém a Companhia Real de distribuição, BIG, Extra Econômico e Nacional, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e Cândia, em São Paulo e no Paraná, onde atua com as marcas Mercadorama e Coletão. Os investimentos dirigem-se, sobretudo neste momento, para a consolidação e aumento da competitividade do grupo (MENDONÇA *et al*, 2001, p. 41).

² Este empreendimento foi intermediado pelo Boa Vista Inter-Atlântico, que possibilitou a criação do *joint-venture* com a EPAL.

No ano de 1999, o Grupo Sonae teve o faturamento de US\$ 1,4 bilhão com suas vendas no Brasil e para o ano de 2000 pretende continuar em expansão para alcançar a meta de US\$ 2 bilhões. Para atingir tal objetivo, o grupo pretendia investir cerca de US\$ 1 bilhão³ para melhorar a

competitividade, através da padronização dos procedimentos e da racionalização e otimização dos processos produtivos.

O Grupo Jerônimo Martins (JM) seguiu os caminhos da Sonae, realizando investimentos no setor de distribuição brasileiro com a aquisição da cadeia de supermercados Sé (final de 1997), com 40 lojas em São Paulo. Em 1998, a rede Sé ocupava a décima posição no *ranking* da Associação Brasileira de Hipermercados, com faturamento de cerca de US\$ 330 milhões. Além da rede Sé, o Grupo JM detém três supermercados da rede Batajão (dois em São Paulo e um em Campinas) e a rede Santo Antônio (adquirida em maio de 1999) com dez lojas Antônio. O Grupo JM vinha apresentando um enorme projeto de expansão tendo em vista que no início de 2000 possuía 48 supermercados Sé com planos de chegar até o final do ano a 60 unidades. Há notícias de desinvestimentos por parte deste grupo, embora estes desinvestimentos estejam fora do âmbito deste artigo, sendo objeto de futuras pesquisas.

Os projetos de contínua expansão das duas principais empresas de distribuição portuguesas operando no Brasil mostravam a confiança de ambos os grupos no potencial de crescimento do mercado e da receptividade dos investimentos.

Setor Bancário

O principal incentivo ao investimento estrangeiro no setor bancário brasileiro está no tamanho do

³ Gazeta Mercantil Latino Americana, 13 abr. 2000, p. 13.

mercado, que se supõe compreender 40% dos negócios da América Latina, e do seu potencial de crescimento, se comparado a outros mercados.

(...) em 2000 somente 50% da população maior de 18 anos teria conta corrente (95% na Espanha). E existiam 19.400 habitantes por sucursal (1.100 na Espanha). O sistema financeiro brasileiro possui, além disso, características interessantes no grande tamanho de suas instituições, suas extensas redes de distribuição, suas operações relativamente diversificadas dentro do negócio de banco privado, uma alta rentabilidade e elevada taxa de capitalização (CEPAL, 2000, p. 50).

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Grupo Espírito Santo, dois grandes do setor bancário português, ingressaram no mercado brasileiro com a aquisição dos bancos Bandeirantes e Boa Vista, respectivamente. A estratégia inicial de ambos os grupos consistia na consolidação do investimento, tendo em vista a potencialidade do mercado. Porém, as dificuldades enfrentadas pelos dois grupos levaram a modificações na forma de investimentos. Algumas dificuldades estão apresentadas abaixo:

(...) É provável que as razões do fracasso se prendam com os salários excessivamente elevados dos quadros superiores, mais elevados do que na Europa, localizações muito caras e sobretudo a concorrência estranguladora dos bancos nacionais (MENDONÇA *et al*, 2001, p. 38).

Tendo em vista o bom desempenho dos bancos brasileiros, a CGD optou por participações (mais ou menos significativas) em importantes redes bancárias brasileiras, em vez de manter bancos próprios sediados no Brasil.

A CGD é o principal grupo financeiro português no Brasil, detendo importantes participações no Banco Itaú (4,8% das ações e 8,1% do capital volante) e no Unibanco (cerca de 14%, com 10% do capital volante), após a venda do Banco Bandeirantes (300 milhões de dólares de ativos) (MENDONÇA *et al*, 2001).

O Grupo Espírito Santo optou por vender sua participação no Banco Boa Vista Inter Atlântico (27,15%), do Rio de Janeiro. Para não ficar fora do mercado brasileiro, o grupo efetuou uma parceria com o Banco Bradesco.

Com o fracasso da CGD e do Grupo Espírito Santo, o Banif tornou-se o único grupo português com banco sediado no Brasil, conforme Mendonça *et al* (2001): "O Banif age através do Banif Brasil e

do Banco Primus (23 milhões de dólares) o qual, sendo embora de reduzida dimensão, se encontra em fase de expansão com autorização para abertura de 10 novos balcões."

Telecomunicações

Este foi o principal setor na atração de investimentos diretos para a economia brasileira. Os valores de investimentos e o volume de transações são destacados nos dados da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe):

(...) O montante total dos ingressos por privatização e por venda de licenças alcançou 26,655 bilhões de dólares (sem contar a transferência de dívida). Cerca de 60% dessa soma corresponde a capital estrangeiro, proveniente em sua maior parte da Europa (cerca de 70%) – principalmente da Espanha (31%) e Portugal (26%) –, e dos EUA (23%); o restante é originário do Canadá, Japão e Coreia do Sul. (...) Entre 1998 e 1999, o setor das telecomunicações (incluindo as privatizações do sistema Telebrás e as subpastas de licenças) captou mais de um terço de todos os ingressos de IDE no país. Entre 1990 e agosto de 2000, quase 47% do valor total das fusões e aquisições na indústria das telecomunicações na América Latina correspondiam ao Brasil" (CEPAL, 2000, p. 208).

O governo FHC teve a preocupação de estabelecer critérios para a reforma do setor de telecomunicações. Neste caso, a atração de capital privado não implicaria necessariamente na concessão de vantagens monopólicas e de influências na estrutura de mercado.

A universalização dos serviços e a introdução imediata da concorrência foram enfatizadas como objetivos centrais da reforma, o que devia subordinar-se ao objetivo de conseguir o maior preço possível pela venda do controle acionário das empresas estatais (HERRERA, 1998a, apud CEPAL, 2000, p. 208).

Foi num contexto de regulação pelo governo, favorecendo condições de concorrência em todos os segmentos do mercado de telecomunicações brasileiro, que ocorreu o processo de privatização deste setor.

Em 1998, a Portugal Telecom (PT) consolidou sua participação no mercado de telecomunicações brasileiro com a aquisição da principal empresa de telefonia móvel do país, a Telesp Celular.

(...) a Portugal Telecom (PT) investiu 3,1 bilhões para aquisição de 51,8% das ações com direito a voto (ON) que correspondem a 19,3% do capital total da Telesp Celular Participa-

ções (TCP), que possui o controle da operadora. A telefônica da Espanha possui 5,6% do capital e os 75,13% estão pulverizados em bolsa (DE TODOS, 17 abr. 2000, p. 1).

Os valores aplicados pela PT registram-se como o maior investimento de uma empresa portuguesa no Brasil. Mas a PT pretende continuar em expansão, aumentando sua participação na Telesp Celular através da compra de ações (ON) da TCP pulverizadas no mercado, entre outros projetos⁴.

Se a PT conseguir a adesão total dos acionistas minoritários, sua participação na Telesp Celular passará dos atuais 19,3% para 35,6% do capital total. Mas a expectativa de Francisco Murteira Nabo, presidente da PT, é de uma adesão entre 60% e 70% dos acionistas. Caso isso aconteça, o investimento da PT para aumentar sua participação na operadora de celular oscilaria entre US\$ 723,8 milhões e US\$ 722,1 milhões (DE TODOS, 17 abr. 2000).

Todo este investimento tem sido impulsionado pelo bom desempenho atingido pela Telesp Celular em 1999.

(...) a Telesp Celular registrou um total de 2,9 milhões de clientes. O crescimento em relação ao ano anterior foi de 60%. Somente na Região Metropolitana de São Paulo, a operadora conta com 1,8 milhão de usuários. Dos 15 milhões de aparelhos que o Brasil possui, 19,3% corresponderam aos utilizados pelos clientes da Telesp. A PT, por sua vez, registrou lucro líquido de US\$ 496 milhões em 1999, com crescimento de 12,1% em relação ao ano anterior (DE TODOS, 17 abr. 2000).

A Portugal Telecom Multimédia adquiriu o portal Zip.net. O objetivo é poder explorar o novo empreendimento, conjuntamente com os negócios da internet e do e-commerce no mundo de expressão portuguesa. "A PT Multimédia adquiriu o portal Zip.net por US\$ 365 milhões, estando ainda prevista a subscrição integral de um aumento de capital de 50 milhões⁵".

Quadro 3

Portugal Telecom: presença e expansão no Brasil

Empresa	Participação (%)	Comprador	Ramo de atividade	Atuação no mercado	Ano do ingresso
CRT ^a	45	Portugal Telecom, Iberdrola e BBVA	Telefonia básica e móvel	Monopólio, exceto em telefonia móvel	1996
Telesp	29	Portugal Telecom, Iberdrola e BBVA	Telefonia local e de longa distância intra-regional; transmissão de dados	Duopólio em empresa espelho	1998
Telesp Celular ^c	19	Portugal Telecom	Telefonia móvel	Duopólio até Janeiro/2000	1998

Fonte: Centro de Informação da Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial.

Nota: a Cia Rio Grandense de Telecomunicações.

⁴ (...) "prevê em uma ou duas licenças de PCS 1800 ou 1900 que o governo brasileiro deverá colocar em concurso ainda este ano" (Expresso, 18 mar. 2000).

⁵ Diário Digital, 16 fev. 2000.

No Quadro 3, são apresentados os dados mais detalhados da participação da Portugal Telecom no Brasil.

Produção de Cimentos e Produtos Associados

O Grupo Cimentos de Portugal (Cimpor) efetuou investimentos superiores a US\$ 1 bilhão para competir no mercado brasileiro. Parte deste valor, US\$ 590 milhões, foi utilizado na aquisição do Grupo Brennand. Tamanho investimento possibilitou a garantia de 10% do segmento e a produção de 15,5 milhões de toneladas⁶. Desta forma, a Cimpor obteve a terceira colocação no mercado, ficando atrás do Grupo Votorantim, que possui 40,9% de participação, e do Grupo João Santos, com 11% do mercado.

(...) Em muito menor escala, o Cimentos Liz, do Grupo Champalimaud⁷, possuem uma importante cimenteira no estado de Minas Gerais desde 1961. Nesta atividade, a expansão parece ser a estratégia dominante apostando-se no previsível crescimento do mercado (MENDONÇA *et al*, 2001, p. 42).

Moldes e Embalagens

A presença portuguesa é muito expressiva neste setor. As principais empresas atuantes são a Simoldes e a Logoplaste. A primeira atua tanto na produção de plásticos como aço (Simoldes Plásticos e Indústria). O grupo detém duas fábricas em Curitiba (PR) com 20% do mercado brasileiro e projetos de expansão. Segundo declarações do administrador do grupo: "A abertura de unidades no Brasil é uma estratégia de acompanhamento dos fabri-

⁶ Dados apresentados por: Mendonça *et al* (2001).

⁷ "No anos 1974-75, após a Revolução dos Cravos, os chefes de dois dos principais grupos econômicos, Champalimaud e Espírito Santo, foram para o Brasil e levaram parte dos investimentos para o país. Quando retornaram a Portugal no final dos anos 80 foram indenizados, recompraram parte de suas antigas empresas que tinham sido nacionalizadas, mas mantiveram interesses no Brasil" (Gazeta Mercantil, 29 mar. 2001, p. 1 e 7).

cantes de automóveis que, como a Renault, instalaram fábricas nesse país.” Já a Logoplaste se destaca na produção de embalagens. A empresa que se instalou em 1995 (sendo sua primeira experiência internacional) passou a dominar a produção deste segmento.

(...) a Logoplaste já é o maior produtor de embalagens de plástico do Brasil (...), possuindo uma fábrica de embalagens para Nestlé (em Araras-SP), para a Danone (em Fortaleza e Poços de Caldas, MG) e para a central leiteira Paulista e Rieckitt & Colmann (SP). A esta atividade junta-se a produção de filmes rígidos e semi-rígidos em PET para embalagens plásticas, exercida pela Neoplástica (Paraná e Pernambuco), da qual detém importante posição internacional (MENDONÇA *et al*, 2001).

Outras empresas portuguesas estão ocupando o mercado e levando a uma tendência de domínio da atividade: “Trata-se provavelmente de uma atividade tendente a ser dominada pelo capital português através de um número relativamente alargado de empresas, designadamente, a Alfamodes (SP), a Geco (SP), a Neoplástica, a Porcel Portugal (SP), Ibrocomoldes (...)” (MENDONÇA *et al*, 2001).

Cordoarias, Peças e Acessórios para Automóveis

A Cordex (Companhia Industrial Têxtil S.A.) instalou na Bahia unidades para a transformação do sisal, sintéticos e produção de espuma, materiais com aplicação privilegiada no setor imobiliário, na construção de automóveis e no calçado. Segundo o presidente do grupo, a opção brasileira é dada pela:

- a) proximidade à matéria-prima;
- b) pelo Brasil ser o maior produtor mundial de sisal;
- c) existência do complexo petroquímico do estado da Bahia, para o abastecimento à produção dos materiais sintéticos e;
- d) a presença da fábrica da Ford na Bahia.

Além disso, incentivos fiscais brasileiros e problemas enfrentados em Portugal (falta de mão-de-obra e elevado absentismo) incentivaram a Cordex a apostar no exterior.

Em 1997, a Quintas & Quintas instalou-se pioneiramente no Brasil através da aquisição da Brascordas (PB). O grupo produz cablagens diversas,

porém a cordoaria tradicional é seu principal negócio, no qual é o “(...) detentor da liderança mundial deste nicho de mercado”(Ib; 44). O empresariado português também está presente no setor com os seguintes grupos:

(...) Cabelte, produtora de cabos elétricos e de cabos de fibra ótica, e o Grupo Nelson Quintas e Filho, que além das duas fábricas em Itajubá (MG) pretendem instalar uma fábrica de cabos de fibra ótica no Rio de Janeiro. A empresa F. Cunha Barros possui uma fábrica destes produtos em Recife (MENDONÇA *et al*, 2001, p. 44).

Turismo

O Brasil dispõe de um grande potencial geográfico para o desenvolvimento do turismo. Apesar disso, o setor é sustentado basicamente pelo turismo interno (lazer e negócios). Este setor representa apenas 8% do PIB nacional e coloca o país na 39ª posição no *ranking* da Organização Mundial de Turismo (PÚBLICO, 25/10/1999). Com o objetivo de conhecer com detalhes o mercado de turismo no Brasil, o Grupo Pestana encomendou à consultoria Ernst & Young um estudo que apontou os seguintes resultados: “indústria hoteleira pouco desenvolvida, com dimensões médias reduzidas, níveis de qualidade pouco consistentes e modelos de gestão tradicionais, com alguma exceção nos grandes pólos de desenvolvimento” (PÚBLICO, 25 out. 1999).

Entre outros resultados apresentados pela consultoria, estão:

- a) existência de apenas 1 cama de hotelaria por mil habitantes no Brasil, enquanto países como França e EUA dispõem de 70 e 100 camas, respectivamente;
- b) estágio quase embrionário do setor, frente à dimensão geográfica e ao potencial de crescimento do país e;
- c) previsão de crescimento de 50% até 2005, associado ao processo de liberalização do transporte aéreo e a melhoria de algumas infra-estruturas básicas que deverão potencializar o desenvolvimento.

O Grupo Pestana iniciou seus investimentos no setor hoteleiro brasileiro com a aquisição de um hotel cinco estrelas no Rio de Janeiro (RJ). O em-

preendimento contou com o apoio de duas sociedades de capital de risco, do Fundo de Turismo e da IPE (Investimentos e Participações Empresariais), que vão contar com cerca de um terço da sociedade que será criada para gerir os investimentos do grupo no Brasil. Este empreendimento marcou a entrada do turismo português no país. O Grupo Pestana tem planos de expansão no mercado com a aquisição de hotéis em: Angra (RJ), São Paulo (SP), no estado da Bahia, Natal (RN) e Curitiba (PR). Já a empresa portuguesa Armaraji Brasil Investment optou pela região de Tamandaré (PE), consolidando um investimento de US\$ 4 milhões. A Sonae, o Grupo Amorim e Espírito Santo também mostram-se interessados em projetos neste setor. Dadas a tradição e a experiência portuguesa no ramo do turismo e hotelaria, espera-se um crescimento da procura por investimentos dessa natureza.

CONCLUSÕES

Em apenas dois dos setores que gozam de incentivos oferecidos pelo estado da Bahia, pode-se constatar a existência de investimentos diretos portugueses, na década em estudo. São os de turismo, cordoaria, peças e acessórios para automóvel.

Esta constatação, de não correspondência entre a importância dos incentivos oferecidos e os investimentos diretos portugueses, no referido estado, induz-nos a algumas significativas hipóteses explicativas.

Em primeiro lugar, a de que a tomada de decisão face a investimentos no Brasil deveu-se mais à objetividade das oportunidades geradas pelas privatizações, elas próprias oferecendo condições estimulantes para os capitais que para ali se dirigiam, se comparadas com qualquer outro tipo de motivação. Em segundo lugar, a de que pelo menos durante a tomada de decisões dos investidores portugueses relativas à localização dos investimentos, que não foram realizados através de compra das antigas estatais, outros critérios, que não os incentivos, foram levados em consideração. Em terceiro lugar, que outros estados brasileiros concorreram aos investimentos, apresentando também quadro semelhante de estímulos e ainda, por último, que houve desconhecimento, por parte dos investido-

res, dos estímulos oferecidos pelo estado da Bahia.

Deste contexto, depreende-se a necessidade de uma maior e melhor divulgação dos incentivos oferecidos entre os potenciais investidores portugueses, de modo a que a região se torne mais competitiva face ao investimento direto de capitais com origem em Portugal.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de capitais estrangeiros no país*. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>.

CEPAL. *Inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. Disponível em: <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 1998.

_____. *Inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. Disponível em: <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 1999.

_____. *Inversión extranjera en América Latina y el Caribe*. 2000. Disponível em: <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 2000.

PT MULTIMEDIA investe no Brasil. *Diário Digital*. Disponível em: <<http://www.portugalnews.pt>>. Acesso em: 16 fev. 2000.

DE TODOS, o setor mais atraente. *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.investnews.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2000.

EDP vai investir 268 milhões no setor brasileiro da produção. *Diário Económico*. Disponível em: <<http://www.portugalnews.pt>>. Acesso em: 06 mar. 2000.

FONTOURA, M. Aspectos teóricos do investimento internacional. *Comércio e Investimento Internacional*, Lisboa: ICEP, dez. 1997.

LACERDA, A. C. Nota sobre a característica e o perfil do fluxo recente de investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira. *Comércio e Investimento Internacional*, Lisboa: ICEP, dez. 1997.

LAPLANE, M.; SARTI, F. *Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90*. Brasília: IPEA, fev. 1999. (Texto para discussão, 629). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

MAIS do que afinidade cultural, uma presença em novos mercados. *Gazeta Mercantil*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.investnews.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2001.

MENDONÇA, A. O investimento direto estrangeiro em/de Portugal. *Comércio e Investimento Internacional* (ICEP). Lisboa: Dez/1997.

_____. et al. *O investimento directo das empresas portuguesas no Brasil: sectores, tipo de operações e principais determinantes, 1996-1999*. Documento de Trabalho, GEPE. Lisboa: Ministério da Economia, jan. 2001.

PORTUGAL. Ministério da Economia. *Políticas estaduais de apoio ao investimento no Brasil – Estado da Bahia*. Lisboa: ICEP-Portugal, Jun. 2000.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. *Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. BNDES, fev. 2000.

PT quer outra empresa de telemóveis no Brasil. *Expresso*. Disponível em: <<http://www.portugalnews.pt>>. Acesso em: 18 mar. 2000.

PÚBLICO, Jornal. Mercado embrionário, 25/10/1999. Disponível em: <<http://www.portugalnews.pt>>.

RELAÇÕES bilaterais ganham mais consistência. *Gazeta Mercantil*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.investnews.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2000.

SILVA, J. R. A nova fase das relações econômicas luso-brasileiras. ISEG/UTL. Lisboa/2000.

_____. *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações econômicas, 1992-2002*. Lisboa: Terramar, 2002.

SIMÕES, V. C. Estratégias de internacionalização das empresas portuguesas. *Comércio e Investimento Internacional (ICEP)*, Lisboa, dez. 1997.

VELASCO JÚNIOR, L. *A economia das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94*. BNDES, 1997. (Texto para discussão). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>.

A integração econômica e seus efeitos sobre o livre comércio: o caso da Bahia e Portugal

Roberta Lourenço de Souza*
Sandra Cristina Santos Oliveira**

Resumo

O presente artigo estuda os impactos da integração econômica ocorrida na Europa e na América Latina com base na área de livre comércio entre essas duas regiões, ao longo da década de 90 e início deste século. São examinadas as principais políticas comerciais adotadas pelos blocos com seus parceiros, focando a relação existente entre Bahia e Portugal. Dentro desse contexto, são analisadas as relações bilaterais de comércio entre Brasil e União Européia, Brasil e Portugal e, finalmente, Bahia e Portugal. Os resultados encontrados revelam um crescimento vertiginoso do comércio entre o Brasil e a União Européia, em especial entre Bahia e Portugal.

Palavras-chave: integração econômica, blocos regionais, Mercosul, União Européia, comércio bilateral Bahia e Portugal.

Abstract

This paper aims at studying the impacts of the economic integration in Europe and Latin American based on the free trade area between these two regions, in the 90's and in early 21st century. It focuses on the main commercial policies adopted by these groups and their commercial partners, focusing on the relationship between Bahia and Portugal. Within this context, the commercial bilateral relations between Brazil and European Union, Brazil and Portugal and, finally, Bahia and Portugal are analyzed. The results found show a vertiginous increase in trade between Brazil and the European Union, mainly between Bahia and Portugal.

Key words: economic integration, regional groups, free trade area, Mercosur, European Union, bilateral trade Bahia Portugal.

O comércio internacional é a melhor forma de aumentar as fronteiras nacionais, como também é um poderoso mecanismo da elevação da produtividade dos recursos, da promoção do crescimento econômico e do avanço na esfera social (GALVÃO, 1998), gerando benefícios para todos os países que comercializam, tanto bens tangíveis quanto intangíveis. Esses benefícios podem ser obtidos através

dos ganhos de comércio¹ que, segundo Krugman & Obstfeld (1999), ocorrem quando os países comercializam bens e serviços uns para os outros visando, quase sempre, um benefício mútuo.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo relatar o processo de integração dos blocos regionais, com destaque para o novo regionalismo, focando, especialmente, a relação comercial entre o Mercosul e a União Européia e os seus entraves positivos e negativos para os países que transacionam no contexto interblocos. Por fim, analisar-se-á

* Economista, mestranda em Análise Regional pela Unifacs e bolsista FAPES. robertasouza@sei.ba.gov.br.

** Estudante de Economia da UFBA e bolsista do NEC-FCE/UFBA-SEI. sandra_cso@yahoo.com.br.

¹ Os termos "ganhos de comércio" ou "criação de comércio" foram a principal contribuição de Vinner (1950) para a teoria pura do comércio internacional.

a relação comercial Bahia e Portugal, que constitui o tema central.

Atualmente, o mundo contemporâneo tem se direcionado para uma economia mundial sem fronteiras, fazendo com que as economias nacionais se tornem interdependentes (GALVÃO, 1998). Percebe-se então que, com o advento de uma nova ordem econômica, a globalização dos mercados segue em paralelo a uma tendência à regionalização das economias mundiais. Esse novo processo vem ocorrendo em ritmo bastante acelerado nas esferas da produção, circulação, consumo e finanças. Nesse sentido, um comércio mais livre e as vantagens obtidas através da cooperação internacional e da harmonização de políticas nacionais tendem a gerar um maior bem-estar econômico.

Essa nova ordem vem ocorrendo pela inserção dos países no mercado mundial através de acordos comerciais, criação de blocos econômicos, áreas de livre comércio e acordos de preferências tarifárias, e tem sido analisada por diversos estudos teóricos no campo da integração econômica. Este processo resulta da criação de um mercado integrado, com eliminação progressiva de barreiras ao comércio e ao movimento de fatores de produção, e com a criação de instituições que permitam a coordenação ou unificação de políticas econômicas em uma determinada região (BAUMANN *et al* 1998).

Historicamente, os processos de integração podem ocorrer em quatro etapas, não necessariamente sucessivas: áreas de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; e união econômica ou monetária. As áreas de livre comércio são caracterizadas pela eliminação de barreiras ao comércio intra-regional, com a manutenção da independência das políticas comerciais dos países membros em relação aos países não-membros (BAUMANN *et al* 1998).

Já na união aduaneira, os países membros seguem uma política comercial comum com referência aos países não-membros, com a imposição de uma tarifa comum ou uma política setorial comum aos produtos oriundos de países que não pertencem à união.

O mercado comum, por sua vez, ocorre com a unificação das políticas monetárias e fiscais, e assim, atinge-se a união econômica e dos mercados. Com o estabelecimento de autoridades econômicas centrais, os países membros tornam-se efetivamente regiões em um único mercado. Em termos econômicos desaparece, portanto, a soberania de cada nação, que é transferida para a autoridade central, podendo-se chegar ao extremo de instituir-se uma moeda única.

Cabe destacar que não existe, a priori, uma determinação para que uma união aduaneira avance para uma união monetária. Em alguns casos, uma área de livre comércio pode ser o objetivo final, sem que haja pretensão de se seguir para níveis mais intensos de integração.

A integração regional está sobre o alicerce do chamado regionalismo que, segundo Galvão (1998), consiste numa tentativa de promover a liberdade de comércio num espaço geográfico limitado. Esse

processo, também denominado pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, de “regionalismo aberto”, caracteriza-se pela interdependência de acordos preferenciais de comércio impulsionados pelos sinais de mercados, resultantes da liberalização comercial. Dessa forma, tenta-se buscar políticas explícitas de integração, compatíveis com políticas que proporcionem a elevação da competitividade internacional (ROSENTHAL, 2000).

Nesse contexto, as relações comerciais entre essas nações, por serem em sua maioria vizinhas, já seriam naturalmente estimuladas, mesmo antes de tomarem a forma de uma área de livre comércio. Assim, as perdas originárias dos desvios de comércio podem ser limitadas, enquanto os ganhos com a criação de comércio tendem a ser expressivos.

Contudo, abordar a questão da integração no contexto do regionalismo (ou regionalismo aberto) acarreta compromissos entre os países, em alguns casos, que tendem a contribuir para uma redução gradativa da discriminação intra-regional e para a estabilização macroeconômica de cada país. Além

Abordar a questão da integração no contexto do regionalismo (ou regionalismo aberto) acarreta compromissos entre os países, em alguns casos, que tendem a contribuir para uma redução gradativa da discriminação intra-regional e para a estabilização macroeconômica de cada país

disso, tais acordos estimulam o estabelecimento de mecanismos facilitadores do comércio para a construção de infra-estrutura e para a harmonização ou a aplicação não discriminatória de normas comerciais, regulamentos internos e padrões (ROSENTHAL, 2000).

O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPÉIA

A formação do Mercosul

A formação de blocos regionais na América Latina se intensificou em meados dos anos 80, após várias tentativas fracassadas desde a década de 50. Isso se deu, basicamente, pela maior aproximação do Brasil e da Argentina em seus acordos bilaterais, com o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que visava à abertura seletiva dos mercados e o incentivo à complementação setorial. Outro fato foi o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988, visando à formação de uma zona de livre comércio em dez anos, com a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens e serviços (RÊGO, 1995).

O Mercosul², instituído em 1991 com o Tratado de Assunção, consiste na resposta regional à nova dinâmica da economia mundial baseada no contexto do Novo Regionalismo, em que, com a globalização, novos padrões de produtividade e competitividade, baseados no esforço inovador dos setores industriais, passam a influenciar diretamente a forma de inserção dos países no comércio internacional.

A evolução da integração no Mercosul vem passando por vários conflitos, entre os signatários, em torno das questões relativas à melhor forma de condução do bloco e os interesses nitidamente locais, nacionais, além das avaliações discrepantes sobre a trajetória do comércio regional e mundial. Desde 1991, as barreiras tarifárias vêm sendo reduzidas e, em alguns casos, eliminadas³, proporci-

onando um aumento no fluxo de comércio dos países membros pertencentes ao bloco.

Atualmente, este bloco consiste numa união aduaneira (instituída em 1995), na qual os países membros transacionam entre si bens e serviços com tarifas zeradas ou reduzidas, enquanto que para os países fora do bloco as transações são realizadas através da Tarifa Externa Comum – TEC. Por sua vez, a TEC representa o alicerce que sustenta esta União, situada entre 0% e 23%, média de 14%, que equivale a aproximadamente 90% do universo tarifário; os 10% restantes são parte da lista de exceções e devem convergir gradualmente até o ano 2006. Dessa forma, a TEC tem a função de proteger o mercado interno e estimular o comércio intra-zona, beneficiado pela ausência de tarifas nas vendas entre os sócios.

O Mercosul possui acordos bilaterais, do tipo 4+1⁴, com o Chile e com a Bolívia (que pretendem entrar formalmente no bloco), considerados países associados, e está negociando com outros blocos regionais americanos e com a União Européia, além de estar envolvido na formação de uma área de livre comércio hemisférica. Em 2002, o bloco absorveu 10,9% das exportações brasileiras e fornece 10,6% para as compras externas do Brasil.

O bloco do Cone Sul tem uma população com mais de 200 milhões de habitantes, atrás apenas do Nafta e da União Européia, além de possuir o quarto lugar em área geoeconômica do mundo, com um PIB de aproximadamente US\$ 900 bilhões, e capacidade de produção bastante diversificada.

A formação da União Européia

A integração econômica européia se adensou no pós-guerra, quando os países apresentavam grandes desigualdades no nível de desenvolvimento, o que demandou políticas regionais compensatórias, como contraponto à progressiva derrubada das fronteiras econômicas. Esse processo iniciou-se em 1948, com a formação da união aduaneira composta pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo, conhecida como Benelux. Em 1952, os países componentes

² O Brasil e a Argentina representam mais de 90% do PIB do Mercosul.

³ Em 1986, a Argentina apresentava tarifas médias de 41%, o Brasil de 80%, o Paraguai de 20% e, o Uruguai, 44%. A proposta é que, em 2006, esses países deverão ter tarifas médias de 12%, 13%, 9% e 11%, respectivamente.

⁴ A fórmula 4+1 significa um acordo composto pelos 4 países do Mercosul, mais um país que não pertence ao acordo regional.

da Benelux se associaram com a Alemanha Ocidental, França e Itália e criaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), primeira iniciativa supranacional no campo da política regional naquele continente.

O processo de integração prosseguiu com a assinatura, no ano de 1957, do Tratado de Roma, firmado pelos países componentes da CECA. Dentre os principais objetivos do tratado, constavam: a eliminação de todos os obstáculos à livre movimentação de mercadorias, serviços, capitais e mão-de-obra; a extinção, entre os países membros, das taxas aduaneiras e das restrições às importações e exportações; a criação de uma política comum para agricultura e transporte; e o estabelecimento de tarifas alfandegárias e política comercial comum para os países não-membros.

O Tratado de Roma dedicou atenção especial ao estabelecimento de uma Política Agrícola Comum (PAC), preparando o caminho para a criação, em 1962, do Fundo de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Alguns anos depois, essa Política Agrícola Comum, em essência uma política de sustentação de preços, assumiu uma dimensão maior, chegando a consumir 2/3 do orçamento da CEE. Só a partir da reunião de cúpula de Bruxelas, em 1988, foram tomadas iniciativas mais efetivas de reforma da PAC, para reduzir seus altos custos financeiros.

O ingresso da Grécia, em 1981, e de Espanha e Portugal, em 1986, aceleraram o processo de formação do mercado interno. Em 1993, as barreiras existentes entre os países, com relação à mobilidade de bens, capitais e mão-de-obra foram derrubadas. A rigor, a atual política regional comunitária da União Europeia foi definida pelo Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993, com o objetivo último de atingir uma plena união econômica e monetária. A última fase para atingir a União Econômica e Monetária foi a introdução em 2002 da moeda única, o euro, em onze países participantes (Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Irlanda, Áustria e Finlândia).

O Tratado de Amsterdã, em vigor desde maio de 1999, consolidou os avanços obtidos no Tratado de Maastricht e deu especial atenção à temática social (emprego, direitos fundamentais no âmbito da UE, saúde, imigração, etc.), além de consolidar a política ambiental comunitária. Foram também criadas as bases para o fortalecimento da Política Externa e de Segurança Comum, instaurada pelo Tratado de Maastricht, e lançado o primeiro passo para a implementação progressiva de uma política de defesa comum.

**A participação do Brasil
no comércio total da
União Europeia
é fortemente
influenciada pela
Política Comercial Comum
(PCC) e por outros
instrumentos que
determinam a estrutura
de proteção europeia**

**Relação comercial Brasil –
União Europeia**

O bloco europeu é um dos maiores parceiros do Brasil, com alta representatividade na pauta de exportação e importação brasileira, bem como nos investimentos externos diretos. A maior integração política, econômica e social entre seus países membros acarretou as relações desses países com o Brasil e o com resto do mundo, na medida em que essa maior integração favorece os países membros em detrimento dos demais.

A participação do Brasil no comércio total da União Europeia é fortemente influenciada pela Política Comercial Comum (PCC) e por outros instrumentos que determinam a estrutura de proteção europeia. Na realidade, a política comercial europeia é bastante discriminatória segundo os parceiros comerciais e os produtos, obedecendo à chamada hierarquia de preferências, que resulta de inúmeros acordos comerciais preferenciais assinados pela UE com diversos países. Esses acordos variam em termos de cobertura dos produtos e grau de liberalização, definindo, assim, o acesso ao mercado europeu para cada país. Em outras palavras, as condições de acesso das exportações de um determinado país à UE dependem de sua posição nesta hierarquia de preferências que rege a aplicação das barreiras comerciais.

A posição atual do Brasil na hierarquia de preferências europeia é bastante desfavorável, visto que ele se beneficia apenas das concessões previstas pelo Sistema Geral de Preferências (SGP). Esse sis-

tema vigora para a totalidade dos países em desenvolvimento e foi proposto pela UE ao GATT⁵, no início dos anos 70, a fim de incitar o desenvolvimento industrial nos países em desenvolvimento (PED). O SGP se aplica integralmente aos PED da América Latina e da Ásia e, recentemente, foi estendido aos países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)⁶. Assim, as perspectivas de crescimento das exportações brasileiras para a UE estão condicionadas por eventuais mudanças em sua posição na hierarquia. A possível realização de um Acordo de Livre Comércio entre a União Européia e o Mercosul deve alterar as condições de acesso das exportações brasileiras ao mercado europeu e, por conseguinte, sua posição na pirâmide de preferências.

A crítica mais comum ao SGP europeu é que os maiores beneficiários do sistema são os grandes países em desenvolvimento, que combinam uma estrutura industrial sólida e rendas *per capita* superiores às de alguns Estados membros (como os países exportadores de petróleo).

Os PED do sudeste da Ásia e do Mercosul são praticamente os únicos a se beneficiarem do SGP original. Já os países desenvolvidos, com quem a UE não possui acordos preferenciais, têm importações sujeitas em sua integridade ao tratamento NMF. Pode-se então afirmar que o Mercosul, junto com alguns grupos de países em desenvolvimento, participam de um círculo de menor interesse comercial ou de menor prioridade política por parte do bloco europeu no âmbito internacional. Isto, evidentemente, se reflete sobre o comércio externo do Brasil com a União Européia.

No Quadro 1, observa-se que as barreiras de comércio da União Européia em relação às exportações brasileiras se concentram, basicamente, nas *commodities* agrícolas, a saber: óleo de soja; suco de laranja; açúcar; carnes bovina, suína e de frango; fumo e aço. Além dessas, destacam-se também os têxteis e o aço.

Apesar das barreiras tarifárias serem consideradas a principal medida protecionista de mercado, adotadas principalmente pelos países desenvolvi-

Quadro 1

Barreiras da União Européia às exportações brasileiras

Óleo de Soja	Bruto entre 3,8% a 7,6% e refinado entre 6,1% a 11,4%
Suco de Laranja (sobre valor CIF)	Tarifa de 33,6%; quota de 1.500 t com tarifa de 13%
Açúcar	Tarifa de 33,9 /100kg/net = 66,39% ad valorem; cota de 23.930 t com tarifa de 19%, além dos subsídios
Carne Suína	Falta de acordo sanitário
Carne Bovina	Medidas sanitárias e fitossanitárias; tarifa de 12,8% + 221,1 /100kg/net = 114,52% ad valorem; cota de 5 mil toneladas com 20% de imposto de importação; além de subsídios e ajuda interna
Café Solúvel	Cota de 36 mil toneladas (sendo 31,3 mil sem imposto e, o restante, com 9% de taxa)
Carne de Frango	Partes de frangos salgados - a tarifa passou de 15% para 75%, além dos subsídios
Fumo	Tarifa entre 3% a 32%, no caso de desperdício de tabaco, além da ajuda interna OMC
Têxtil	A partir de out/2002 a UE elimina as dez cotas impostas sobre produtos brasileiros. Esse acordo é provisório, pois dependerá da eliminação da tarifa adicional de 1,5% que incide sobre a TEC do Mercosul, com prazo até mai/2003.
Aço	Tarifas de 13% a 26% sobre 15 categorias do aço que excederem o volume de importação em 2001. O aço brasileiro fica isento dessa tarifa extracota, pois os seus produtos não estão na lista entregue à OMC.

Fonte: SOUZA; VIEIRA (2002).

dos, as barreiras técnicas⁷ vêm substituindo-as cada vez mais, com o objetivo de proteger os mercados internos e reduzir as importações, especialmente dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Essas barreiras técnicas estão ligadas, na sua maioria, às questões ambientais. Nesse sentido, os principais produtos brasileiros que estão à mercê dessas barreiras são: soja, suco de laranja e açúcar.

No Quadro 2, verifica-se a evolução dos tipos de barreiras contestadas na OMC pelo Brasil contra a União Européia, bem como os desfechos dessas investigações.

Quadro 2

Histórico dos contenciosos abertos pelo Brasil contra a União Européia na OMC

Ano	Tipo de Barreira Contestada	Desfecho
2001	Antidumping sobre tubos e conexões de ferro	Em andamento
1998	Medidas relativas a café solúvel	Positivo*
1997	Medidas relativas à importação de frangos	Parcial

Fonte: Itamaraty.

Notas: * Houve pedido de consulta, mas o contencioso foi resolvido sem necessidade de panel.

⁷ São barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não-transparentes e/ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação e de certificação de conformidade não transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.

⁵ Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio. Este órgão foi substituído pela OMC.

⁶ Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldávia, Rússia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Casaquistão, Turquemenistão, Usbequistão, Tadjiquistão e Kirgizistão.

As exportações brasileiras para a União Européia, comparadas com o total das exportações brasileiras, apresenta um baixo crescimento, no período entre 1990 e 2001. Ao longo desses onze anos, cresceram 46,25%, enquanto que, no mesmo período, o total das exportações apresentou alta de 85,34%. Os principais fatores que motivaram este comportamento, segundo o relatório da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias (2000), foram: o baixo ritmo de crescimento da economia européia; o grau menor de abertura do mercado europeu em setores onde o Brasil é competitivo (agricultura); e, principalmente, as barreiras européias localizadas e marcadas por picos e escaladas tarifárias. Por outro lado, as exportações da União Européia destinadas ao Brasil cresceram, em média, 164%, enquanto que as suas exportações totais cresceram apenas 43%. Esse comportamento deve-se, em grande parte, pela retomada do crescimento brasileiro com um processo de abertura aprofundado na década de 90 e câmbio favorável proporcionado pela estabilização monetária.

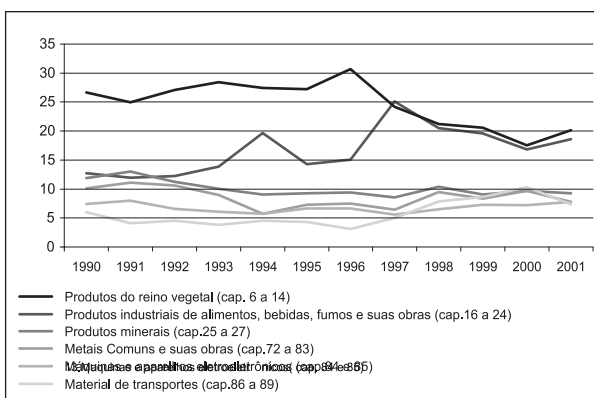
As exportações brasileiras com destino a UE compõem-se, majoritariamente, de produtos primários ou semiprocessados, ainda que algumas manufaturas venham se firmando no mercado comunitário. De 1990 a 2001, a proporção de produtos agrícolas no total das exportações brasileiras para a UE variou entre 40% e 49% e a de produtos não-agrícolas, de 51% a 60% do total.

Os grupos de produtos predominantes correspondem aos alimentares, bebidas, fumo e demais da agroindústria. O maior percentual atingido por eles foi cerca de 30% do total exportado para a União Européia em 1996 (Gráfico 1). Em seguida, figuram os produtos agrícolas (agricultura), que nos últimos cinco anos mantiveram parcelas semelhantes ao primeiro grupo, seguidos pelos grupos de minerais e de metais comuns (metalurgia). A concentração das exportações brasileiras nos setores 2 e 3 (Gráfico 1) revela uma especialização nacional na área agrícola/agroindustrial. Estes setores são os mais afetados pela Política Comercial Comum e pelas medidas fitossanitárias adotadas pela UE.

Segundo a Missão do Brasil junto às Comunidades Européias (2000), as importações totais da Comunidade Européia de produtos agrícolas passaram de US\$ 48,6 bilhões para US\$ 62,9 bilhões,

Gráfico 1

Exportação brasileira para a União Européia/
principais grupos de produtos
1990/2001 (participação em porcentagem)



Fonte: MDIC/SECEX

entre 1988 e 1999, representando um crescimento de 29,4% em onze anos. Vale destacar, que o crescimento das importações provenientes do Brasil se situa bem abaixo da média comunitária, crescendo somente 2% neste período.

As importações brasileiras do bloco europeu compreendem grupos de produtos com nível de agregação superior aos produtos nacionais exportados para a Europa. No primeiro caso, predomina o setor de bens finais e de capital e, no último, os produtos semi-elaborados, intermediários ou básicos. Trata-se, assim, de uma relação comercial em que predomina o intercâmbio interindustrial, representado na forma mais tradicional de vantagens comparativas, do que a atual tendência de intercâmbio intra-industrial no comércio internacional. A partir da análise da pauta de exportação brasileira e da pauta dos principais produtos importados, os resultados obtidos revelam as assimetrias nas relações de trocas do país frente ao bloco europeu, assim como as distintas inter-relações setoriais existentes.

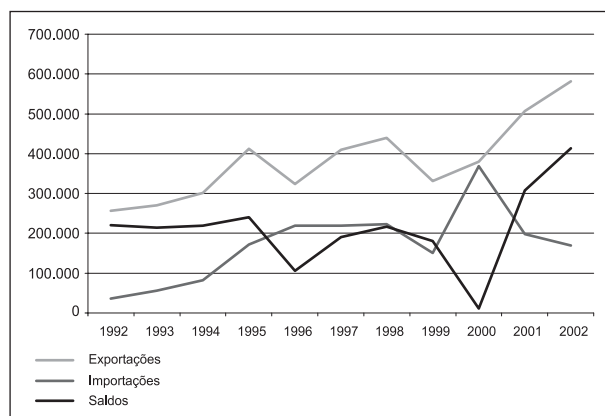
COMÉRCIO BILATERAL BRASIL E PORTUGAL

A relação comercial entre Brasil e Portugal tem se intensificado nos últimos anos, principalmente, pelos acordos preferenciais de comércio estabelecidos entre o Mercosul e a União Européia. Ao longo do período compreendido entre 1992 e 2002, o fluxo do comércio bilateral cresceu aproximadamente 155,6%, impulsionado tanto pelo aumento das

importações (361,1%), quanto pela contribuição significativa das exportações, que registraram aumento de 126,3%. Como se pode observar no Gráfico 2, a participação média das exportações foi de 71% em relação ao fluxo de comércio, enquanto que as importações apresentaram 29%. Nesse período, os saldos comerciais apresentaram somente resultados superavitários.

Gráfico 2

Evolução do comércio bilateral
Brasil e Portugal



Fonte: MDIC/SECEX

Esse desempenho retrata a intensificação do comércio bilateral devido aos acordos comerciais do, o Mercosul, com a TEC e a União Européia, com a política comercial comum, os acordos preferenciais e a política agrícola comum.

Em 2002, as exportações brasileiras para a União Européia (US\$ 15,1 bilhões) alcançaram 25% e, do total das exportações para este bloco, apenas 3,8% destinaram-se a Portugal (US\$ 581,9 milhões). Do total das exportações para Portugal, a maioria concentra-se nos produtos básicos com 62%, seguido dos manufaturados, com 24,7%, e dos semimanufaturados, com 12,7%. No entanto, a distribuição do valor total das exportações para Portugal entre produtos básicos e produtos manufaturados tem sido favorável, o que revela alguma sofisticação das exportações brasileiras.

Quanto às importações brasileiras de Portugal, em 2002, em relação ao total das compras da União Européia (27,7%) foi de 1,3%. Este fato tem obedecido à tendência do comércio entre os dois países de aumento das exportações dos produtos brasileiros e queda das importações.

Dentre os estados brasileiros que exportaram para Portugal, em 2002, destacam-se: Rio de Janeiro, com participação de 19,8%; Paraná, com 19,4%; São Paulo, com 15,5%; Mato Grosso, com 11,9%; e Bahia, em quinto lugar, com 9,9%. Por outro lado, quanto às compras externas, destacam-se: São Paulo, com 38,8%; Rio de Janeiro, com 17,8%; e Bahia, com 7,7%.

Com relação aos produtos exportados, em 2002, destacam-se os produtos primários com baixo conteúdo tecnológico, a saber: grãos de soja (28,3%); óleos brutos de petróleo (19,8%); madeiras (5%); couro bovino (4,7%); e anéis para motores à explosão (1,7%), entre outros. Já a pauta dos produtos importados tem apresentado uma significativa diversificação: azeite de oliva (16,3%); óleos lubrificantes (5,8%); vinhos (5,1%); moldes para moldagem de plásticos/borracha por injeção (4,6%); sulfetos de minérios de cobre (3,8%); bacalhau (3,1%).

Contudo, os fluxos de comércio atingidos em 2002 são recordes históricos no período, existindo, assim, boas perspectivas para o fortalecimento de laços comerciais com as afinidades históricas, culturais, políticas e econômicas existentes entre os países, inclusive acompanhando os bons resultados já verificados nos últimos anos em relação aos fluxos de investimento.

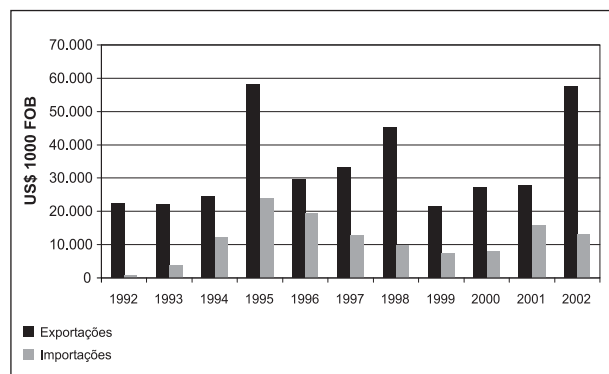
A Bahia e Portugal

O comércio bilateral Bahia e Portugal, no período de 1992 a 2002, vem seguindo a tendência nacional de fortalecimento da interação comercial. Nesse período, as exportações baianas para Portugal apresentaram crescimento anual de aproximadamente 156%, enquanto que as importações registraram uma taxa acima de 1.500%. Esses resultados influenciaram sobremaneira o crescimento da corrente de comércio (203,2%).

O maior fortalecimento interno dos blocos econômicos regionais – Mercosul e União Européia, proporcionou maior interação comercial entre esses países/regiões. O comércio exterior entre Bahia e Portugal intensificou-se a partir de 1995, quando os resultados alcançaram recordes históricos no período 1992 a 2002. As exportações registraram US\$ 58

milhões, as importações com US\$ 24 milhões e com o fluxo de comércio de US\$ 82 milhões (Gráfico 3).

Gráfico 3
Evolução do comércio bilateral
Bahia e Portugal



Fonte: MDIC/SECEX

Essa expansão comercial sofre uma queda em 1999, com a crise asiática, quando o Brasil sofreu forte impacto no comércio internacional, que reduziram significativamente suas exportações, apesar de um forte instrumento para aumentá-las: a desvalorização cambial.

As exportações baianas para Portugal, no período entre 2001 e 2002, cresceram 107%, em decorrência, principalmente, das vendas inéditas de óleos brutos de petróleo, que alcançaram US\$ 17,7 milhões (em 2002), representando 60,5% das vendas externas baianas desse produto. Em 1992, as exportações eram, predominantemente, de produtos químicos (53,8%). Já em 1995, as vendas externas para Portugal mudaram, passando a predominar as exportações de madeiras coníferas (51,1%), o que ainda prevalece.

Quanto às exportações baianas que têm como destino Portugal segundo os principais produtos, destacam-se: as exportações de madeira de coníferas

em bruto, com um crescimento significativo de 19,8%, que passou de US\$ 12,6 milhões em 2001 para US\$ 15,2 milhões em 2002, e de madeira de coníferas (serrada/cortada), que cresceram 115,2% (passando de US\$ 820 mil em 2001 para US\$ 1,7 milhões em 2002). Diante desse cenário exportador, o estado detém a segunda maior área reflorestada (255.048 hectares) do país, perdendo apenas para o estado de São Paulo (303.722 hectares). Destacaram-se, também, as exportações de algodão, com crescimento de 752,2% (passando de US\$ 755 mil em 2001, para US\$ 6,4 milhões em 2002).

As exportações de frutas (goiabas e mangas) para os países da União Européia vêm crescendo nos últimos anos, pela competitividade desses produtos no mercado internacional, principalmente pelo cumprimento das certificações e barreiras não tarifárias (em especial, as sanitárias). Em 2002, as vendas externas de frutas tropicais para Portugal cresceram 44,7% (US\$ 4,2 milhões), em relação a 2001 (US\$ 2,9 milhões). Esse resultado representou cerca de 16,6% das exportações totais de frutas (goiabas e mangas).

Além dessas exportações, tem-se a perspectiva de vendas de flores tropicais baianas à Europa, especialmente para Portugal, onde o grande desafio é transformar pedidos eventuais em demanda sistemática. A primeira remessa de flores tropicais foi enviada para Portugal no final de 2002, 3 mil hastes.

Tabela 1
Exportações baianas para Portugal por principais produtos 2001-2002

NCM / Produtos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2001	2002		
2709.00.10 Óleos Brutos de Petróleo	—	17.707	—	30,73
4403.20.00 Madeira de Coníferas, em Bruto	12.671	15.184	19,83	26,35
5201.00.90 Outs. Tipos de Algodão não Cardado nem Penteado	755	6.434	752,19	11,17
0804.50.00 Goiabas, Mangas e Mangostões, Frescos ou Secos	2.884	4.172	44,66	7,24
5304.10.00 Sisal/Outs. Fibras Têxteis "Agave", em Bruto	2.598	1.843	-29,06	3,20
2909.19.10 Éter Metil-Ter-Butilico (Mtbe)	—	1.819	—	3,16
4407.10.00 Madeira de Coníferas, Serrada/Cortada em Fls. etc. Esp>6mm	820	1.765	115,24	3,06
4104.11.24 Outs. Couros Bovinos, Divididos, Úmidos, Plena Flor	—	1.448	—	2,51
4104.22.12 Couro/Pele, Inteiro/Meio, de Bovino, "Wet Blue", Dividido c/ Flor	5.217	862	- 83,48	1,50
5402.10.10 Fio de Alta Tenacidade, de Náilon (Poliamida Alifática)	—	844	—	1,46
2712.20.00 Parafina Contendo Peso<0.75% de Óleo	—	802	—	1,39
5902.10.90 Outs.Telas P/Pneumáticos de Fios Alta Tenacidade de Poliamida	—	668	—	1,16
4104.41.30 Outs. Couros/Peles Bovinos, Secos, Plena Flor	—	546	—	0,95

Fonte: MDIC/SECEX, Dados coletados em 05/02/2003.

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

O lote de 250 quilos incluiu helicônias, gingers e folhagens, originadas de um consórcio de produtores dos municípios de Ituberá e Camamu. A floricultura movimentou cerca de US\$ 8 bilhões anualmente em todo o mundo e as exportações brasileiras somam apenas 0,5% desse total. Esse lote enviado para Portugal faz parte das metas do Flora Brasilis (Programa Brasileiro de Exportação de Flores e Plantas Ornamentais).

Instituído há três anos, através de um convênio entre a Apex (Agência de Promoção de Exportações) e o Ibraflor (Instituto Brasileiro de Floricultura), o programa tem o objetivo de ampliar as exportações brasileiras de flores dos atuais US\$ 13 milhões para US\$ 80 milhões, em 2003. Dentre outras metas, destacam-se a ampliação e a profissionalização da base produtiva, além da inserção do Brasil num mercado globalizado.

O Governo do Estado também está apoiando a floricultura, isentando os produtores da cobrança de ICMS e inserindo 50% dos encargos financeiros dos empréstimos bancários, limitados a 6% durante a carência.

As importações baianas provenientes de Portugal apresentaram crescimento significativo no período de 1992 a 2002, com taxa acumulada de 1.521%, apresentando declínio nos anos de 1998 a 2000, mas recuperando-se em seguida, totalizando US\$ 13.068 milhões em 2002. Apesar desse crescimento, o superávit comercial da Bahia não ficou comprometido, graças ao bom desempenho das exportações baianas para aquele país.

Em 1992, as compras externas eram, predominantemente, de produtos primários, como azeite de oliva (62,2%), produtos químicos, como polieterpoliol (10,4%), e industriais, como fornos industriais e elétricos (9,6%). Já em 1998, a pauta de importação

caracterizava-se, basicamente, por sulfetos de minério de cobre (74,7%), além do azeite de oliva (6,7%) que é considerado um típico produto importado de Portugal.

A análise sobre a pauta de importações baianas que provêm de Portugal, nos anos de 2001 e 2002, revela uma concentração de dois produtos que somados correspondem a 72,91% do total importado da Bahia: sulfetos de minérios de cobre, com participação de 49,46%, e transformador de dielétrico líquido (potência > 10000KVA), com participação de 23,45%. Segue-se a esses produtos (e com participação pequena correspondente a menos que 5%): outras obras de tungstênio (participação de 4,23%); bacalhaus polares, lings, zarbos (participação de 4,03%); varetas e pontas (participação de 3,37%); moldes para moldagem de borracha/plástico (participação de 2,74%); e pós de tungstênio (participação de 2,17%). Os demais produtos apresentam uma participação menos significativa, com participação abaixo de 2% do total das importações baianas provenientes de Portugal.

Outro ponto a ser considerado é o crescimento dos produtos importados. Percebe-se que o maior crescimento foi apresentado por produtos com uma pequena participação relativa na pauta de importação e que os setores com maior participação cresceram abaixo da média da maioria dos outros produtos. Os produtos de sulfetos de minérios de

Tabela 2
Importações baianas de Portugal por principais produtos

NCM / Produtos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2001	2002		
2603.00.10 Sulfetos de Minérios de Cobre	8.513	6.463	- 24,08	49,46
8504.23.00 Transformador de Dielétrico Líquido, Potência > 10000kva	2.053	3.065	49,29	23,45
8101.99.90 Outs. Obras de Tungstênio	643	553	- 14,00	4,23
0305.59.10 Bacalhaus Polares, Lings, Zarbos, etc. Secos, n/ Defumados	272	527	93,75	4,03
8209.00.90 Varetas, Pontas, etc. de Ceramais, n/ Montados, p/ Ferramentas	491	440	- 10,39	3,37
8480.71.00 Moldes p/ Moldagem de Borracha/Plástico, por Injeção, etc.	13	358	2.653,85	2,74
8101.10.00 Pós de Tungstênio (Volfrâmio)	346	283	- 18,21	2,17
1509.10.00 Azeite de Oliva, Virgem	124	206	66,13	1,58
1509.90.10 Azeite de Oliva, Refinado	57	194	240,35	1,48
8504.22.00 Transformador de Dielétrico Líquido, 650 < Pot. <= 10000kva	29	158	444,83	1,21
8535.21.00 Disjuntores, p/ Tensão Superior 1 Kv e Inferior a 72,5 Kv	324	129	- 60,19	0,99

Fonte: MDIC/SECEX, Dados coletados em 05/02/2003.

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Obs: Importações efetivas, dados preliminares.

cobre, por exemplo, que possuem a maior participação na pauta, decresceram 24%, enquanto que os moldes para moldagem, que representam apenas 2,74% do total importado, cresceram 2.635 %. Além desses, os produtos que mais cresceram no período foram: seccionadores/interruptores (>1600 A), com 971,43%, e que apresentam participação de 0,39%; sais duplos e misturas de nitratos de cálcio e amônio, com crescimento de 466,67% e participação de 0,2%; transformador dielétrico líquido 650, com crescimento de 444,83% e participação de 1,21% e azeite de oliva refinado, com crescimento de 240,35% e participação de 1,48%, enquanto que o azeite de oliva virgem cresceu apenas 66,13% e possui uma participação na pauta de importação de 1,58%.

Vale destacar que dentro do contexto do bloco europeu, os principais países exportadores para o Brasil são Bélgica, Reino Unido, Holanda, Alemanha e Itália, que juntos representam cerca de 74,3% das importações brasileiras oriundas da União Européia. Esses países exportam para o Brasil, em sua maioria, dietanolamina e seus sais, naftas para petroquímica, óleo diesel, chapas de alumínio, obras de ferro fundido e querosene. Enquanto que Portugal e os demais países componentes do bloco europeu correspondem aos 25,7% restante das importações baianas provenientes da UE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio entre Bahia e Portugal ocorre num contexto intrabloco, Mercosul – União Européia, de grande importância à política de comércio adotado pelos blocos econômicos. A partir da década de 90, com a intensificação da integração econômica ocorrida na Europa e na América Latina, os fluxos comerciais entre estas duas regiões se intensificaram.

Com o processo da abertura comercial brasileira houve a eliminação de diversas barreiras não-tarifárias e a redução do grau de proteção da indús-

Com o processo da abertura comercial brasileira houve a eliminação de diversas barreiras não-tarifárias e a redução do grau de proteção da indústria local. Essa maior abertura, juntamente com a política de estabilização monetária, fomentou o crescimento das importações brasileiras

tria local. Essa maior abertura, juntamente com a política de estabilização monetária, fomentou o crescimento das importações brasileiras. Por outro lado, esse processo incidiu de forma inversa sobre as exportações brasileiras, influenciando sua competitividade relativa, cujo crescimento esteve abaixo das importações, tanto no contexto da relação entre blocos quanto entre países (Brasil e Portugal), em especial entre a Bahia e Portugal.

Os fluxos de comércio entre Bahia e Portugal cresceram vertiginosamente entre 1992 e 2002, apresentando taxa superior a 200%. As exportações portuguesas direcionadas à Bahia cresceram, até o ano de 2002, cerca de 1.500%, bastante significativo, principalmente, quando se analisa o comportamento das exportações baianas direcionadas ao país europeu, que cresceram apenas 155%. É importante destacar que a composição da pauta de importação baiana é composta, em sua grande parte, por produtos de alto valor agregado, enquanto que a pauta de exportação tem, em sua maioria, produtos de baixo valor agregado, segmentos dos setores agrícola/agroindustrial.

O comércio entre as duas regiões, Mercosul e União Européia, apresenta um potencial a ser explorado e tende a prosperar, especialmente, no que se refere ao andamento das negociações em torno da formação de uma área de livre comércio entre esses blocos. A pauta comercial entre a Bahia e Portugal aponta os segmentos que tendem a conquistar os mercados e ampliar o seu *market share*. O Brasil, através do Mercosul, deve buscar ampliar suas relações de comércio com Portugal, garantindo menores barreiras tarifárias e, principalmente, as não-tarifárias, permitindo, assim, a expansão dos setores agrícola e agroindustrial, fortemente penalizados pelas políticas fitossanitárias adotadas pelos países da Europa. Nesse contexto, a Bahia se beneficiaria e poderia ampliar ainda mais as suas exportações para a União Européia, em especial para Portugal, cujas relações comerciais com o Estado encontram-se em expansão.

REFERÊNCIAS

- AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA Maurício (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES. 1999.
- BAUMANN, R. et al. *A nova economia internacional*. Rio de Janeiro: Campus. 1998.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Estatísticas do comércio exterior de Bahia e Portugal*. Salvador: PROMO. 2002.
- GALVÃO, Olímpio J. A. Tendências recentes do comércio internacional: impactos sobre o Brasil e a região Nordeste. In: *Comércio internacional e Mercosul: impactos sobre o Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- GOMES, Gustavo Maia. *Desenvolvimento e política regional na União Européia*. Brasília: IPEA, 1997. 119 p. (Texto para discussão, 483).
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- MISSÃO DO BRASIL JUNTO ÀS COMUNIDADES EUROPÉIAS. *Obstáculos ao acesso das exportações do Brasil junto às comunidades européias*. 2000. 95 p. Disponível em: <<http://www.braseuropa.be>>. Acesso em: 11 out. 2002.
- OLIVEIRA, Sandra Cristina Santos. *Impactos da integração econômica européia sobre as exportações brasileiras 1990/2001*. 2003. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador.
- RÊGO, Elba Cristina L. O processo de integração no Mercosul. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p. 167-196, 1995.
- ROSENTHAL, Gert. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: integração econômica a serviço da transformação produtiva e equidade. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOUZA, Roberta Lourenço. *Uma análise do padrão de comércio internacional: considerações sobre o caso da Bahia no contexto do Mercosul 1990/2000*. 2001. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador.
- _____. VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. Políticas comerciais, barreiras e as exportações baianas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 12, n. 3, dez. 2002.

Propriedade fundiária: Península Ibérica e América Latina, século XIX

Erivaldo Fagundes Neves*

Resumo

O presente trabalho tenta compreender a natureza jurídica da propriedade da terra estabelecida na Península Ibérica pela Revolução Liberal da primeira metade do século XIX e sua influência na América Latina, onde os estados nacionais se consolidaram a partir daqueles princípios, embora conservassem heranças institucionais do período colonial. Para isto, faz uma breve retrospectiva da definição da propriedade e da exploração agrária durante as colonizações portuguesa e espanhola no Novo Mundo.

Palavras-chave: história agrária, colonização, propriedade fundiária, Revolução Liberal.

Abstract

The present paper aims at understanding the legal aspect of land property established in the Iberian Peninsula by the Liberal Revolution in the early nineteenth century and its influence on Latin America. Although the states were consolidated based on those principles, the institutional heritage of the colonial period was preserved. Bearing this in mind, it makes a retrospective of propriety and agrarian exploitation definition during the Portuguese and Spanish colonization of the New World.

Key words: agrarian history, colonization, real property, Liberal Revolution.

INTRODUÇÃO

O estudo da propriedade fundiária na Península Ibérica e na América Latina¹ deve preceder do conhecimento de algumas questões fundamentais, como a formação do mercado interno e do proletariado industrial, o grau de urbanização da população, o ritmo do processo de industrialização e, enfim, o desenvolvimento do capital. Tudo na Península

Ibérica estaria influenciado pelo sentido e alcance da profunda transformação do mundo rural, decorrida na primeira metade do século XVIII (SANZ GARCIA, 1985). Entretanto, o espaço deste artigo não permite essa extensão, limitando-o no essencial da colonização e da transição liberal.

No início do século XIX ainda persistiam instituições jurídicas do Antigo Regime, como o *mayorazgo*² e a *amortización*,³ na Espanha, o *morgado* e a *enfiteuse* ou aforamento, em Portugal, e muitas outras, algumas das quais com incidência nos dois reinos,

* Graduado em História (UCSAL), com Mestrado em História do Brasil (PUC-SP); Doutorando em História Regional do Norte e Nordeste do Brasil (UFPE); professor de História Econômica da UEFS; atualmente (2002/2003) integrando o projeto *História da Cultura e Identidade Regional no Brasil e na América Hispânica*, na Universidad de Salamanca, Espanha. erivaldo@uefs.br.

¹ A denominação de *América Latina* para os países americanos de idiomas derivados do latim fora criada em 1856, pelo colombiano José María Torres Caicedo (BULMER-THOMAS, 1988).

² O *mayorazgo*, instituição correspondente ao *morgado* português, vinculava a propriedade da terra ao primogênito de famílias nobres, tornando-a inalienável, transferível apenas pelo princípio da primogenitura.

³ A *amortización* constituía-se propriedade imobiliária vinculada e inalienável da nobreza (*mayorazgo*) ou do clero (*manos muertas*).

que se debatiam com uma grande crise, com maior repercussão no setor agrário, o básico nas duas economias.

Portugal e Espanha passaram por grandes transformações estruturais, resultantes das invasões napoleônicas, das independências nacionais na América e das revoluções liberais. Os dois primeiros fatores desarticularam as economias, atingindo as respectivas ordens, social e jurídico-política. Os dois reinos tiveram que resistir, na Europa, ao invasor francês, a partir de 1807, com os exércitos e os estados nacionais desestruturados. Simultaneamente, ambos perderam, na América, os lucros da exclusividade do comércio e do controle das estruturas produtivas, com o monopólio da propriedade da terra e do fator trabalho. A Revolução Liberal, rompendo com as instituições do Antigo Regime, disponibilizou a terra e a força de trabalho para o circuito do capital, estabelecendo nova ordem sócio-econômica e jurídico-política.

A propriedade fundiária na América Latina, após a formação dos estados nacionais, conservou heranças jurídicas coloniais, mas efetuou várias transformações, absorvendo algumas práticas liberais adotadas pelas antigas metrópoles. As jovens nações procuraram se adaptar à nova dinâmica da economia e da sociedade, reformando seus instrumentos jurídicos e políticos.

PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NA PENÍNSULA IBÉRICA APÓS A REVOLUÇÃO LIBERAL

Em Portugal, o movimento liberal de base burguesa iniciou sua articulação com a resistência à invasão francesa, que pouco ou nada contribuiu para o fortalecimento do ideário liberal no país ocupado. Aos invasores interessavam mais as alianças com os setores tradicionais que eventuais articulações com um segmento minoritário. A presença francesa não favoreceu, de modo direto, as subse-

quentes transformações das estruturas jurídico-políticas que resultaram das pressões populares. As agitações sociais, por um lado, disseminaram o pânico entre as classes dirigentes; por outro, levaram a nobreza provincial e o clero a aderirem ao movimento antifrancês, assumindo sua direção. Em nome do príncipe regente, que partira com a família real para o Brasil – embora ele recomendara a colaboração das elites com os invasores –, eclodiram

insurreições em todo o reino, com apoio de alguns representantes dos poderes locais (FERREIRA, 2002).

Em 1808, organizou-se um exército anglo-português, que passou a dirigir a resistência, catalisando as revoltas populares contidas, até então, pelo clero. Essa grande reação nacionalista contribuiu para preservar a hierarquia social e consolidar, no imaginário popular, a associação de nação, monarquia absoluta e religião católica. Mas a crise do Antigo Regime em Portugal, cujas estruturas jurídicas tradicionais dificultavam – quando não impediam – o desenvolvimento do mercado interno, agravou-se com

os efeitos da abertura dos portos do Brasil para o comércio internacional e do tratado de comércio luso-britânico, de 1810. A concorrência inglesa causou grande impacto no comércio brasileiro e na incipiente produção fabril portuguesa. A nascente indústria têxtil, alimentada com o algodão colonial, se inviabilizou. A desintegração do sistema colonial provocou outro impacto e a economia entrou em colapso, ampliando, em consequência, as convulsões sociais que levaram à Revolução Liberal.

Processo semelhante e simultâneo ocorreu na Espanha. Sob as mesmas condições de guerra, crise econômica e conflito social as duas nações ibéricas consumaram suas revoluções liberais, rompendo, em sucessivas etapas, com as últimas instituições do Antigo Regime, em cuja crise, na Espanha, se adicionaram outros fatores, como a maior difusão dos postulados liberais. O período de 1808 a 1814 caracterizou-se como de *guerra e revolução*, com a

A propriedade fundiária na América Latina, após a formação dos estados nacionais, conservou heranças jurídicas coloniais, mas efetuou várias transformações, absorvendo algumas práticas liberais adotadas pelas antigas metrópoles. As jovens nações procuraram se adaptar à nova dinâmica da economia e da sociedade, reformando seus instrumentos jurídicos e políticos

destituição do chefe de governo, o exílio de Carlos VI, a coroação de José Bonaparte, organização de *juntas locais e provinciais*, com a direção suprema de uma *Junta Central* que, não conseguindo combater o invasor, retirou-se para Sevilha, transferindo o poder, em 1810, para uma regência, depois de convocar as Cortes Gerais que se estabeleceram em Cádiz.

Entre 1814 e 1820, evidenciou-se a *inviabilidade do absolutismo*, permanecendo no poder integrantes de governos anteriores, inclusive o de José Bonaparte, e aproximando-se da Rússia e da Santa Aliança, baluartes da monarquia absoluta. Entre 1818 e 1820, agravou-se a crise, forçando o governo a optar pela reforma e a promover a *desamortização* de bens eclesiásticos. Em 1820, uma sublevação urbana restabeleceu a Constituição. No *triênio constitucional* de 1820 a 1823, expuseram-se as limitações da revolução liberal espanhola, embasada no modelo de desenvolvimento capitalista inglês, para tentar converter os latifundiários do Antigo Regime em grandes empresários agrários. Na *década da reforma do absolutismo e da revolução burguesa* – 1823-1833 – restaurou-se a centralização monárquica, seguindo-se freqüentes conspirações e insurreições, fracassando as reformas absolutistas. Os grandes senhores de terra, convencidos de que a velha ordem não podia ser restaurada, pactuaram com a burguesia e transformaram seus antigos direitos em títulos de propriedade da terra (FONTANA, 1992).

A resistência do poder agrário espanhol deu sobrevida às instituições do Antigo Regime. Somente em abril e julho de 1836, decretou-se a *desamortización*, ou desapropriação dos bens eclesiásticos e comunais que, na prática, atingiu apenas parcialmente os bens imóveis da Igreja. Em março de 1855, promoveu-se outra *desamortização*, que alcançou os bens de *mãos mortas* e os municipais, tanto os *próprios*, reservados para obras comunitárias, quanto os *comuns*, de propriedade coletiva e aproveitamento individual.

As *desamortizações* não significaram apenas uma mudança de proprietários, mas uma transformação no arcabouço da propriedade e exploração da terra. Os patrimônios imobiliários ficaram em mãos da nobreza, mas também foram atingidos pe-

las evoluções institucionais e econômicas. Quanto aos camponeses, viram-se despojados legalmente da sua relação com a terra. Após esse processo de mutações, na segunda metade do século XIX, instituiu-se, na Espanha, um sistema generalizado de arrendamentos, como forma usual de exploração da terra. Em algumas regiões, permaneceu a prática da parceria. E os censos, adaptados à nova realidade, mantiveram-se através do sistema de crédito de hipotecas e juros, mais favoráveis aos prestamistas (PESET, 1982).

Esta reforma agrária, culminando a Revolução Liberal, acabou com os domínios fundiários eclesiásticos e comunais, disponibilizando terras para a livre exploração e comercialização, liberando, em paralelo, mão-de-obra para os empreendedores agrícolas. Esse processo, além de longo, foi violento. Em algumas ocasiões, a resistência dos que se sentiam prejudicados pelas mudanças, com o apoio de conservadores, resultou em confrontos, ampliados com as sucessivas e conflituosas alternâncias no poder.

A legislação codificada pelos governos liberais na Espanha, no curso da primeira metade do século XIX, instituiu um direito agrário que transformou as relações de propriedade. As tentativas de extinção dos senhorios, após os confrontos, conduziram, por um lado, a um pacto entre burguesia e nobreza no final do processo legislativo, depois de estabelecido o novo caráter da propriedade fundiária; por outro, os direitos dos cidadãos.

A Revolução Liberal teve outro curso em Portugal, onde os campos não se agitaram com protestos anti-senhoriais. Durante a revolução de 1820, contestaram-se os encargos senhoriais num movimento peticionário dirigido às Cortes. E, julgando-se pelo teor das petições, a contestação fora relativamente moderada e limitada nos seus objetivos. Peticionou-se com mais freqüência a diminuição dos encargos do que a sua supressão e atacaram-se menos os direitos em si mesmos do que as formas de que se revestia a cobrança. Os dízimos e a *enfiteuse* foram apenas objeto muito secundário da contestação.

A preocupação predominante na Assembléia Constituinte fora o estabelecimento de uma fronteira, juridicamente clara, entre o domínio público e o

privado, capaz de legitimar uma intervenção legal sobre a questão senhorial. Mais tarde, estabeleceram-se outras fronteiras de legitimidade, mas, no período *vintista*, a legitimação das Cortes incidia unicamente sobre os forais, abolindo as banalidades e os direitos pessoais. A lei dos forais, de 1822, apenas reduziu os encargos pela metade e previu a possibilidade do resgate dos foros, excluindo a *enfiteuse* e os dízimos das reformas. A moderação da lei fora proporcional à das reivindicações peticionárias (FERREIRA, 2002).

PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NA AMÉRICA LATINA, APÓS AS INDEPENDÊNCIAS NACIONAIS

As bases jurídicas da propriedade da Espanha e de Portugal sobre a América encontram-se em tratados que entre si celebraram, intermediados pela Santa Sé ou fundamentados em bulas papais, como o Tratado de Tordesilhas, que resultou da intervenção arbitral do papa Alexandre VI, com três bulas, em 1493, imitando para Castela os direitos atribuídos a Portugal na disputa das terras descobertas por Colombo.

Na *Inter Cætera* (03.05.1493), similar à *Romanus Pontifex* de Portugal, foi concedido aos reis de Castela o domínio pleno sobre as terras descobertas e por descobrir no Atlântico, ao ocidente até às Índias; a *Eximie Devotionis* (03.05.1493), idêntica à *Inter Cætera* portuguesa, conferiu aos reis de Castela, nas mesmas terras, iguais privilégios que tinham os portugueses na África; e a terceira, uma segunda *Inter Cætera* espanhola (04.05.1493), que parecia à *Æterni Regis* portuguesa, fixou uma linha imaginária de demarcação entre os domínios de Portugal e de Castela, a 100 léguas a oeste das ilhas de Açores e Cabo Verde, ficando Portugal com o oeste e Castela com o leste. O Tratado de Tordesilhas ampliou esse limite para 370 léguas. Alexandre VI editou ainda a bula *Dudum Siquidem* (26.09.1493), concedendo a Castela o domínio das terras da Índia, inclusive as do oeste, sul e leste, não ocupadas por um monarca cristão (FLORESCANO, 1989; ALVAR, 2002).

Fernando V, de Castela, formalizou esse direito com a *Lei para a distribuição e ordem da proprieda-*

de, de 19 de junho e 9 de agosto de 1513, delineando o projeto de estrutura fundiária colonial e com uma lei de 1519, sancionada por Carlos V, evocando *doação da Santa Sé Apostólica e outros justos e legítimos títulos*. Além do disposto nas bulas papais, o monarca castelhano recorrera, como se despreende da expressão *e outros justos e legítimos títulos*, aos argumentos de Francisco de Vitória, teólogo-jurista da Universidade de Salamanca, expostos na obra *Direito natural e de gentes*, que seriam:

- *direito de conquista*, talvez o mais forte argumento naquela época de pós-reconquista da Península Ibérica do domínio muçulmano;
- *direito de primeiro ocupante*, válido apenas para as terras despovoadas, não se aplicando onde vivessem índios;
- *direito de posseção e de prescrição positiva*, segundo o qual quem exercesse sobre uma coisa um poder de fato, como proprietário, de maneira pacífica, contínua e pública, seria seu possuidor e, ao cabo de algum tempo, a coisa prescreveria positivamente em seu favor (CHAVEZ P. DE VELAZQUEZ, 1965).

A origem da propriedade da terra na América Portuguesa é a mesma da América Hispânica e se formalizou com a instituição das capitânicas hereditárias, em 1534. Com esse sistema, João III introduziu, através das cartas de doação e forais das capitânicas, o regime de repartição de terras denominado de sesmarias, praticado em Portugal desde o século XIV. O monarca lusitano passou, então, a distribuir títulos de propriedades a possuidores de recursos financeiros e materiais, capazes de empreender estruturas produtivas, numa articulação econômica tricontinental, envolvendo:

- senhoriato dotado de privilégios e poderes vinculados ao domínio fundiário;
- mão-de-obra escrava transportada da África;
- transporte e comércio de escravos e da produção por empresas metropolitanas.

Dessa articulação do trabalho compulsório com o poder associado ao controle da terra e à produção para o mercado, desenvolveu-se a dinâmica mercantil (NEVES, 2000).

A ocupação territorial da América Latina se realizou de acordo com os princípios que inspiraram a reconquista na Península Ibérica. Os territórios conquistados pertenciam à Coroa. Qualquer ocupação de terra seria ilegal. Inicialmente se adquiria uma gleba na América Espanhola apenas através de concessão régia, o *repartimiento*, como um privilégio de quem participara da conquista; depois, por meio da *gracia* ou *merced*, conferida pelo *Consejo de Índias*, a quem solicitasse, *fazendo valer seus méritos e títulos*. Na América Portuguesa, depois de estabelecidas as capitanias hereditárias e definidos os respectivos capitães gerais donatários, fez-se, através deles, a distribuição de sesmarias.

Durante os dois primeiros séculos de colonização da América, a Espanha promulgou um conjunto de disposições para favorecer a média propriedade e impedir a concentração da titularidade agrária. Entretanto, a realidade não refletiu os projetos metropolitanos, devendo-se esse processo a vários fatores, como:

- pequeno fluxo imigratório para a América no século XVI, que dificultou o controle do vasto território, propiciando rápida formação das *castas coloniais*;
- desvirtuamento dos princípios orientadores da repartição fundiária, privilegiando os conquistadores e seus descendentes, com muitos deles concedendo títulos a seus servidores a fim de os reverterem para si ou solicitando *merced* para comercializar a terra recebida;
- apuros financeiros da Coroa oportunizaram arbitrios para se conseguir fundos que financiassem as contínuas campanhas militares na Europa;
- conversão das *estancias ganaderas* ou fazendas pecuaristas – nas quais se permitia apenas o uso dos pastos – em grandes *fincas rústicas* de propriedade privada;
- desempenho de funções burocráticas por quem detinha o poder e a riqueza agrária fortalecera as castas coloniais;
- doações de fiéis a instituições eclesiásticas oportunizaram a transferência para a América da propriedade de *mãos mortas* (LUELMO, 1975).

Portugal desenvolveu, no Novo Mundo, política agrária semelhante à da Espanha, caracterizando-se por:

- concessão de sesmarias nas mesmas condições dos *repartimientos* e *mercedes* da Espanha;
- uso das doações de terras como incentivo para impulsionar a conquista e colonização, explorando-se a possibilidade de um colono tornar-se latifundiário;
- ocupação prolongada criaria direito que, associado à necessidade constante de fundos para o tesouro real, proporcionou legalizações posteriores de posse em terras realengas ou indígenas usurpadas (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979/1984).

Com idêntica voracidade, as duas nações ibéricas conquistaram a América. Os espanhóis saquearam os tesouros de povos andinos e centro-americanos. Depois da euforia dos metais preciosos – por exaustão na América Hispânica ou decepção nas buscas na Lusitana –, compeliram as populações indígenas a diferentes formas de trabalho compulsório, desde a dependência por dívida até a escravidão pura e simples (LINHARES; SILVA, 1999). Quando escassearam os contingentes nativos, intensificaram o tráfico de escravos africanos, convertendo-o em um dos negócios mais lucrativos da colonização mercantilista. Os colonizadores tiveram a mesma conduta com as forças de trabalho indígena e negra, convertendo o solo em meio de produção em interação com o fator trabalho. A exploração associada da terra e do trabalho constituiu a essência da colonização do Novo Mundo, sob impulso mercantil, para produzir as mercadorias que o comércio europeu, articulando todos os continentes, necessitava.

As autoridades coloniais priorizavam os interesses metropolitanos, relegando ao segundo plano ou ignorando os direitos indígenas. Os colonos reivindicavam mais terras para a agricultura em larga escala e para a pecuária extensiva, que a requerida pelos indígenas para suas lavouras intensivas. Na perspectiva dos colonizadores, as terras que os índios usavam para caçar e outras atividades comunitárias estariam *vagas* e, portanto, disponíveis para eles (GIBSON, 2003). Os portugueses, encontrando os nativos em estágio de desenvolvimento social e tecnológico ainda tribal, na prática, ignoraram direitos e interesses dos índios.

No início do século XVII, o governo espanhol promoveu numerosas *visitas*⁴ e *revistas* das *composições* de terras,⁵ nas zonas de maior densidade populacional indígena, para estabelecer a ordem agrária. Defendeu a manutenção das terras comunitárias dos índios porque sabia ser essa a única forma de assegurar a sobrevivência do mundo indígena, sem o qual se desarticulava a vida econômica colonial e, por conseguinte, do Império. Contudo, essas terras transferiram-se para particulares, concentrando-se em poder de grandes proprietários. Além das funções oficiais, autoridades coloniais costumavam aproveitar-se pessoalmente de seus poderes para intervir na economia indígena. Proibiam, por exemplo, o livre comércio de produtos mais rentáveis como o algodão nos Andes ou a cochonilha no México, adquirindo-os por baixos preços para obter elevados lucros no mercado. Também obrigavam os índios a lhes comprarem a preços aviltados as suas mulas e produtos como aguardente, tecidos, ferramentas e até objetos que lhes eram totalmente desnecessários ou que não sabiam utilizar (LAVALLÉ, 2002).

A predominância latifundiária na América Hispânica não fora consequência imediata da conquista porque as grandes concessões de terras aos conquistadores foram fenômenos isolados (LUELMO, 1975). Num processo semelhante ao ocorrido na América Portuguesa, o poder agrário colonial se impusera diante da legislação metropolitana, contornando-a ou simplesmente ignorando-a, estabelecendo o latifúndio como traço marcante da estrutura agrária. O governo espanhol não fora capaz de evitar o aparecimento da grande propriedade rural eclesiástica na América. Editadas para impedir a acumulação de terras em *manos muertas* e as numerosas revisões dos títulos de propriedade, as *reales ordenes* foram ineficazes para deter o processo que avançava, a tal ponto que, em princípios

do século XVIII, as ordens religiosas monopolizavam um terço das terras, terrenos urbanos e edificações da América Central.

O rei de Espanha, para arrecadar impostos extraordinários, distribuía terras aos criadores de gado e ocupantes ilegais, transformando em propriedade os velhos direitos de uso atribuídos às suas estâncias. Entre os beneficiários dessas *composições de terras* ilegais encontravam-se o clero secular e ordens religiosas, principalmente a Companhia de Jesus, que possuía colégios e latifúndios em toda a América Hispânica, podendo-se resumir seu patrimônio, com algumas omissões, do seguinte modo:

- vice-reino de *Nueva España*,⁶ uma dezena e meia de fazendas, com áreas entre 1.500 e 24.000 hectares;
- vice-reino do Peru,⁷ três dezenas de latifúndios, com produção, principalmente, de açúcar, vinho e gado vacum;
- vice-reino de *Nueva Granada*,⁸ mais de uma centena e meia de fazendas produtoras de cacau, bovinos, ovinos, eqüinos;
- vice-reino de *Rio de la Plata*,⁹ vastos latifúndios, com mais de 150 mil bovinos, 95 mil eqüinos, 240 mil ovinos, 15 mil muares nas missões guaranis; e 80 mil bovinos, 14 mil e 500 eqüinos, 3.600 ovinos, dois mil, 250 muares do Grande Charco.

Igualmente a Portugal, que expulsou os jesuítas em 1759 e confiscou seus bens, a Espanha baniu a Companhia de Jesus em 1767,¹⁰ levando à hasta pública todo o seu patrimônio, exceto os bens destinados ao culto. Quando se inventariou, por exem-

⁴ *Visita*: Procedimento de inspeção para fiscalizar o correto cumprimento de funções nos organismos públicos. Neste caso, o cumprimento das leis de ocupação e exploração da terra.

⁵ *Composición de tierras*: processo que permitia, na América Espanhola, a legalização da propriedade fundiária, possuída durante algum tempo, sem titulação. A essa regulamentação precedia o pagamento ao fisco, de um valor sempre inferior ao preço de mercado da terra. Com este instrumento, o governo metropolitano realizou uma vasta distribuição de terras, definindo a estrutura da propriedade colonial.

⁶ Criado em 1535, com capital na Cidade do México e jurisdição sobre as audiências de Nueva España (Centro do México), Nueva Galicia (norte do México e atual Califórnia), Nueva Viscaia (atual Zapoteca), Nuevo México e Nueva León (nordeste do México), estendendo-se ao norte para Kansas, Arizona, Texas, Oklahoma, Nevada e Iowa e ao sul por toda a América Central e Caribe.

⁷ Instituído em 1543, em todo o território espanhol da América do Sul, exceto a Venezuela, ficando depois apenas com o Peru e a Bolívia.

⁸ Estabelecido no território de *Nueva Granada* (Colômbia), em 1717, suprimido em 1723 e restabelecido em 1739, com jurisdição nas províncias de Quito, Panamá, Mariquita, Cumatá, Venezuela e Trinidad.

⁹ Formado em 1736, com capital em Buenos Aires e territórios das *gobiernaciones* de Buenos Aires Córdoba, Tucumán, Assunción, Alto Peru (Bolívia).

¹⁰ Além de Portugal e Espanha, também a Rússia, em 1719, e a França, em 1762, expulsaram a Companhia de Jesus, sempre acusada de conspiração. O papa Clemente XIV extinguiu a ordem em 1773, sendo sua bula revogada em 1814, por Pio VII.

plo, a fazenda *Caribabare*, nas planícies de *Casanare*, no vice-reino de *Nueva Granada*, o funcionário informou apenas que as terras estendiam-se por um e outro lado do rio Casanare. Quanto ao gado vacum, contaram 10.606 rezes, não se sabendo a quantidade que não fora levada aos currais, calculada depois por *práticos do lugar*, em cifra redonda: três mil cabeças (COLMENARES, 197-/1998).

As estruturas agrárias na América Latina não seriam apenas elementos do sistema de produção, mas também um dado fundamental de toda a organização social, tanto nas economias cujo ponto de partida fora uma agricultura de exportação como naquelas que se organizaram em torno da produção mineira, a grande propriedade tendendo a se constituir no elemento básico da organização social. Para índios, negros, mestiços e brancos pobres, essas mudanças não proporcionaram melhorias significativas, no final da colonização nem depois das independências nacionais, além dos efeitos da maior circulação monetária para o pequeno comércio. Esses grupos sociais evoluíram lentamente, num processo de fusão étnica e cultural, incorporando-se ao mercado de mão-de-obra ou desenvolvendo produções autônomas na agricultura, no comércio e noutros serviços. Grande parte permanecera formando a parcela da sociedade excluída dos resultados do processo produtivo. A economia exportadora da fase final do período colonial diversificara-se, embora predominassem o açúcar, o tabaco, o café e o couro. A mineração aurífera no Brasil refluía, enquanto a prata no Peru mantivera o ritmo de produção, embora as técnicas de extração pouco evoluíssem (FURTADO, 1969/1973).

O principal legado da colonização na América Hispânica fora a *hacienda*;¹¹ na Portuguesa, o latifúndio e a monocultura de exportação, embora ambas se mesclassem, tanto nos territórios coloni-

¹¹ *Hacienda*: propriedade rural, na qual o titular explorava, com algum capital, as formas de trabalho subordinado como a *encomienda*, a escravidão e outras alternativas.

zados por espanhóis, quanto na área explorada pelos portugueses. Nas duas colonizações, a grande propriedade fundiária, apesar dos dispositivos legais em sentido contrário, resultou de concessões das respectivas metrópoles para dinamizar seus comércios exteriores e promover acumulação de riquezas, materializadas nos metais preciosos.

Na colonização do Novo Mundo, onde se encontrou metal precioso e densidade da população indígena, como na meseta central do México e montanhas andinas, impôs-se um sistema mineiro, no qual se organizou o investimento de capital e o uso da força de trabalho, explorando a *encomienda*¹² ou a *mita*.¹³ Nas áreas de baixa densidade demográfica, com falta de minerais, condições naturais e o conhecimento tecnológico favoráveis, cultivaram-se produtos tropicais, desenvolvendo outros sistemas produtivos – plantações de cana-de-açúcar, cacau, tabaco, algodão e café – e diferentes relações sociais, como a escravidão e

meação, evitando-se o pagamento de salários.

No norte do México, nas planícies e vales temperados da América do Sul, no semi-árido brasileiro, não se encontrando metais preciosos nem se cultivando produtos tropicais em larga escala – a dificuldade de transporte limitou a cultura do algodão –, desenvolvera-se a pecuária. Em outras regiões, como na América Central, buscaram produtos exportáveis, intensificando-se a exploração de espécies naturais como a *grana* ou *cochonilha*, utilizada na tintura de tecidos na Europa (CHONCHOL, 1994/1996).

Após as independências nacionais, em paralelo às revoluções liberais que ocorriam nas antigas metrópoles, num processo de *modernização conser-*

¹² Instituição colonial espanhola, pela qual os índios dos territórios conquistados eram repartidos pelos conquistadores que, teoricamente, lhes deviam proteção e evangelização, recebendo, em troca, um tributo em trabalho, espécie ou dinheiro, numa escravização, nem sempre, dissimulada.

¹³ Serviço pessoal dos súditos do inca, para pagamento de tributos, assimilado pela colonização espanhola como contribuição forçada dos índios nas obras públicas e extração mineral.

vadora, promoveu-se, em todas as jovens nações latino-americanas, uma adaptação das velhas estruturas reformadas e revitalizadas às novas circunstâncias da dinâmica do capital. De modo geral, visou-se liberar mão-de-obra, convertendo-se índios, ex-escravos, posseiros e pequenos proprietários em trabalhadores rurais, despossuídos dos meios de produzir a subsistência, consolidando-se o poder oligárquico com o monopólio da terra e da força de trabalho, fatores básicos da produção agrária. Esse processo desenvolveu-se, quase simultaneamente, em todos os países da América Latina, devido, no plano externo, ao impacto das transformações no desenvolvimento geral do capital; no interno, ao processo de crítica à herança colonial.

No Brasil, entre 1850 e 1860, promoveu-se uma série de reformas institucionais, destacando-se, pelo alcance social e econômico, a Lei Eusébio de Queiroz, que suprimiu o tráfico de escravos da África, iniciando a extinção gradual da escravidão; e a Lei das Terras, que não reconheceu as posses tradicionais e ocupações comunitárias, somente admitindo o acesso à terra através da compra. No México, a reforma liberal teve seu auge entre 1857 e 1859, quando se extinguíram as propriedades coletivas e corporativas da terra. Em consequência, transferiram-se as propriedades da igreja e dos índios para empresas, que expulsaram os arrendatários, convertendo-os em mão-de-obra disponível. Na Bolívia, em 1867, também transferiram os territórios indígenas para grandes proprietários. No Peru, em 1876, expropriaram-se os *ayllus*,¹⁴ transferindo suas terras para latifundiários, que expandiam seus domínios, ocupando florestas. Na Argentina, revogaram-se as *Leys de Enfitéusis*, que visavam a impedir a expansão latifundiária, passando a predominar a *estancia ganadera* ou grandes fazendas pecuaristas (LINHARES; SILVA, 1999).

A partir da formação do Estado Nacional no Chile, os proprietários de grandes fazendas dedicaram-se mais ao controle da população rural que à proposição de política de fomento agropecuário. A concentração da propriedade da terra proporcio-

nou aos fazendeiros exercitarem várias formas de controle da sociedade e do Estado, dificultando o enriquecimento fora do ciclo do poder. A primeira crise da propriedade ocorreu no encadeamento das guerras pós-independência, com as revoltas nos campos e as ocupações de terras. Depois da rigorosa intervenção do Estado, o latifúndio se consolidou novamente, em menor dimensão e mais agrícola que pecuarista, mas, por não introduzir novas técnicas, perdera competitividade no mercado internacional, com reflexo nas condições sociais, depauperando os camponeses, a tal ponto que não foram mais capazes de se rebelarem. No final do século XIX moveu-se a guerra contra os índios, tomando-lhes as terras (BENGOA, 1988).

Significativas mudanças agrárias ocorreram no Chile, em consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, que implementara as exportações de trigo, entre 1850 e 1875. Por outro lado, a concorrência da Argentina retraíra o comércio externo e o Chile se tornou exportador de cobre e salitre (CHONCHOL, 1994/1996).

A historiografia sobre a América Hispânica tendeu a centrar-se nas chamadas áreas *nucleares* – México e Peru –, em detrimento de trabalhos de investigação sobre as experiências coloniais em outras regiões do continente, denominadas *periféricas* ou *marginais*, pela menor importância econômica para o império espanhol, embora testemunharam processos de conquista e colonização com características próprias. Honduras, por exemplo, experimentou um processo de conquista complexo e violento, entre 1524 e 1544, com enfrentamentos de diferentes grupos de conquistadores espanhóis, procedentes do Panamá, México, Guatemala e São Domingos, disputando o controle e o aproveitamento dos recursos econômicos das novas terras.

Após a independência mantiveram-se os conflitos sociais e a instabilidade econômica, como em toda a América Central e, nestas condições, seria arriscado estudar essa região e o Caribe, distinguindo categorias sociais, baseando-se apenas em parâmetros sociológicos, por se tratar de uma sociedade em contínua movimentação, que não conseguiu estabilizar-se nos centros urbanos. As cidades serviram de simples bases de operações econômi-

¹⁴ Instituição dos povos andinos, que distribuía a cada família uma gleba em usufruto, variável conforme o número de componentes, cabendo a cada indivíduo um *tupu*, aproximadamente uma fanga e meia ou seis alqueires, ou ainda a 145.200m² (LUELMO, 1975).

cas, na América Central e Caribe, como uma unidade geográfica, social, econômica e cultural. Por conseguinte, no estudo histórico de qualquer país centro-americano e caribenho deve-se focalizar as atividades produtivas e comerciais específicas, desenvolvidas a partir dos centros urbanos, numa perspectiva local, com projeção regional (FERNANDEZ MORENTE, 2001).

Em Cuba e Haiti, em extensas propriedades fundiárias desenvolveram-se grandes plantações de cana com o trabalho compulsório. Como na América Portuguesa, a produção do açúcar e o comércio de escravos africanos constituíram-se nas principais atividades econômicas. No início do século XIX, as economias de Cuba, Porto Rico e São Domingos, últimas colônias da Espanha no continente, assemelhavam-se quanto à dotação de recursos e potencialidade de crescimento. Dispunham de solos férteis, adequados para se cultivar cana-de-açúcar ou tabaco. A colonização das ilhas de Cuba e Porto Rico caracterizava-se pela abundância relativa de terras e escassez de capital e mão-de-obra. O açúcar produzido por estas ilhas destinava-se, além do mercado metropolitano, para a Europa Ocidental e Estados Unidos. Como o desenvolvimento manufatureiro e financeiro da Espanha não possibilitava a criação de indústria refinadora nem satisfazia a demanda por equipamentos e capital, as ilhas os importavam principalmente dos Estados Unidos, onde se estabeleceram as refinarias dos seus produtos (NARANJO; SANTAMARÍA, 2002).

Pode-se esquematizar a estrutura econômica da América Latina, após o rompimento dos vínculos coloniais, em cinco grupos de jovens países, conforme as características dos sistemas produtivos:

- países que durante a época colonial embasaram a economia na exploração de metais preciosos, como México e Peru, que passaram a desenvolver, no fundamental, agricultura de subsistência e pecuária para o mercado interno, desenvolvendo, em paralelo, a cultura de produtos tropicais para exportação;

Com as especificidades da colonização portuguesa e as atividades produtivas embasadas na grande propriedade fundiária e na agricultura de exportação, a independência não produziu nenhuma mudança significativa porque os interesses comerciais permaneceram com portugueses e empresas inglesas

- países cuja estrutura econômica continuara embasando-se na agricultura de subsistência, com limitada exportação de produtos agrícolas como Bolívia, Equador, Colômbia e América Central, excetuando-se o Chile, que lograra desenvolver uma economia agropecuária de tipo comercial, além da extração de prata e cobre;
- países nos quais coexistiram agriculturas de subsistência em pequenas e médias unidades de tipo familiar, e o minifúndio com monocultura de exportação, como Cuba, Haiti e São Domingos, que conservaram a estrutura econômica colonial;
- Brasil, com as especificidades da colonização portuguesa e as atividades produtivas embasadas na grande propriedade fundiária e na agricultura de exportação, a independência não produziu nenhuma mudança significativa porque os interesses comerciais permaneceram com portugueses e empresas inglesas;
- países com estrutura econômica embasada na pecuária, como Argentina e Uruguai, com carência de mão-de-obra, que procuraram suprir com a emigração.

Nenhum país latino-americano, após a independência, sofrera escassez de terra. Mas, para expandir as exportações de produtos agrícolas, desde meados do século XIX, necessitaram de novas áreas. A precariedade dos transportes deixou vastos territórios incommunicáveis até o advento ferroviário. A grande extensão territorial de alguns países, com baixa densidade demográfica, também dificultou a ocupação econômica das terras disponíveis. A proporção terra-homem variava, em 1913, desde menos de três habitantes por quilômetro quadrado no Brasil e na Argentina até próximo de 70, em El Salvador e Haiti.

O legado da colonização de extrema concentração da propriedade da terra agravava esse problema. Até o início do século XX, esse monopólio mudou pouco. Seria errôneo imputar isto exclusivamente ao sistema de posse da terra herdado da Península

Ibérica porque a área de propriedade privada na década de 1820 não era mais que uma fração da observada em 1914. A ampliação fora enorme, apesar das várias oportunidades de se modificar a taxa de concentração, se as novas privatizações de terras fossem mais eqüitativas. Isto decorreria mais das circunstâncias políticas e exigências econômicas que dos padrões herdados da colonização (BULMER-THOMAS, 1998). Entretanto, há que se considerar as injunções políticas de cada novo país e suas necessidades econômicas, conseqüências ou, também, heranças das metrópoles colonizadoras.

Cada estado latino-americano herdara uma vasta área de terras das coroas metropolitanas e alguns como Argentina, Chile, México, ampliaram esses patrimônios, no final do século XIX, conquistando territórios nas guerras contra indígenas. Através de vendas, concessões, recompensas a partidários e aliados ou por simples usurpações, essas terras transferiram-se para domínios particulares. O ditador mexicano Porfírio Dias, por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, concedera a uma empresa norte-americana 547 mil hectares de terra em seu país (BULMER-THOMAS, 1998).

Na América Espanhola, privatizaram os *ejidos*¹⁵ ou propriedades comunais, transferindo-os, principalmente, para *terratenientes* ou latifundiários, que dispunham de crédito e influência política. Poucos membros das comunidades, indígenas ou não, adquiriram as terras que antes cultivavam. Enquanto ocorriam as reformas liberais, na segunda metade do século XIX, expropriaram-se as terras da Igreja, transferindo-as, também, para grandes proprietários. Até no México, onde se promoveu a repartição entre os camponeses, ocorreu a concentração logo depois.

CONCLUSÃO

A propriedade fundiária conservou, na América Latina, alguns traços da colonização ibérica, como o latifúndio, que sempre se recompõe depois das poucas reformas agrárias experimentadas. No Bra-

sil, mantiveram-se, também, algumas instituições jurídicas como a *enfiteuse* ou aforamento perpétuo, ainda praticado em algumas cidades antigas, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Petrópolis e São Paulo, por ordens religiosas e famílias de longa tradição nesse tipo de exploração de renda da terra. Entretanto, o perfil fundiário do continente foi definido pelas reformas institucionais que marcaram a consolidação dos estados nacionais latino-americanos, em meados do século XIX, adaptando os fundamentos das revoluções liberais ibéricas. Da propriedade plena, de livre comercialização, pode-se separar a posse, temporariamente, com o arrendamento, ampliando as possibilidades de exploração dos bens imóveis.

Fiel à tradição da grande propriedade fundiária, excetuando México, Bolívia e Cuba que executaram reformas agrárias mais amplas, a América Latina chegou à contemporaneidade com perfil relativamente uniforme. Dados do Comitê Interamericano de Desenvolvimento de meados da década de 1960 revelam que o minifúndio representava, na Argentina, 43% das unidades agrárias, ocupando apenas 3,4% das terras; no Brasil, significava 22,5% das propriedades e 0,5% das terras; na Colômbia, 64% das unidades fundiárias e 4,9% das terras. Por sua vez, o latifúndio significava, na Argentina, 0,8% das unidades, absorvendo 36,9% das terras; no Brasil, 4,7% das propriedades e 59,5% das terras; na Colômbia, 1,3% dos estabelecimentos e 49,5% das terras. Em todo o continente, seguiu essa mesma proporção ou algo próximo, distinguindo-se dois tipos de reforma agrária:

- países nos quais *haciendas* e comunidades se enfrentaram, como México e Bolívia, as tensões provocaram movimentos sociais definidores do processo;
- países nos quais a *hacienda* conviveu com pequenos proprietários plantadores, como Chile, as populações rurais não se organizaram nem foram capazes de propor alternativa para a estrutura fundiária tradicional e os governos programaram e dirigiram o processo (FURTADO, 1969/1971).

Acrescenta-se que, no Brasil, último país do continente a extinguir o trabalho escravo, o poder da oligarquia agrária impediu a organização de tra-

¹⁵ Instituição jurídica de origem castelhana, que consistia que vinculava terras a uma comunidade. Na América mesclou-se com práticas similares locais, como o *calpulli* asteca e o *ayllu* incaico, tornando-os inalienáveis e indivisíveis (LUELMO, 1975).

balhadores rurais. Os raros movimentos não extrapolaram os limites regionais ou locais, como o Contestado no Paraná; Mucker, no Rio Grande do Sul; Pau de Colher, na Bahia; e Caldeirão, no Ceará. Não logrou êxito nenhuma tentativa de intervenção na estrutura fundiária de origem colonial, além da Lei das Terras de 1850, que pouco extrapolou os limites censitários. Somente na segunda metade do século XX, sob influência de partidos políticos, se organizaram, no âmbito nacional, as *Ligas Camponesas* e o *Movimento dos Trabalhadores sem Terra* e se dinamizou o movimento sindical dos trabalhadores rurais. As mobilizações políticas, os confrontos com os governos – estaduais e federal – e os conflitos com os proprietários de terras reivindicadas pelos movimentos sociais não têm produzido mais que êxitos parciais e localizados, sem promover mudanças significativas na estrutura fundiária brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVAR, Jaime (Dir.). *Diccionario Espasa de historia de España y América*. Madrid: Espasa Calpe, 2002. 1.154 p.
- BENGOA, José. *História social de la agricultura chilena. El poder y la subordinación em Chile*. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1988. 297 p. Tomo I.
- BLUMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica. 1998, 564 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Historia económica de América Latina*. 1. Sistemas agrários e história colonial. Barcelona: Crítica, 1979/1984. 232 p.
- CHAVEZ P. DE VELAZQUEZ, Marta. *El derecho agrário em México*. México: Porrua, 1965. 306 p.
- CHEVALIER, François. *La formación de los latifundios em México: tierra y sociedad en los siglos XVI y XVII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1952/1975. 510 p.
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrarios en América Latina: de la prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago: Fondo de Cultura Económica Chile, 1994/1996. 445 p.
- COLMENARES, Germán. *Haciendas de los jesuitas en el Nuevo Reino de Granada, siglo XVIII*. 2. ed. Santa Fé de Bogotá: Tercer Mundo, 187-/1998. 114 p.
- FERNANDEZ MORENTE, Guadalupe. Formación de la sociedad colonial en Honduras: 1524-1544. In: MARTÍN ACOSTA, E.; PARCERO TORRE, C.; SAGARRA GAMAZO, A. *Metodología y nuevas líneas de investigación de la historia de América*. Burgos: Universidad de Burgos; Asociación Española de Americanistas, 2001. 436 p.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e insubmisos: resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto: Afrontamento, 2002. 584 p.
- FLORESCANO, Enrique. Formación e estructura económica de la hacienda em Nueva España. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia da América Latina*. 3. América Latina Colonial: Economía. Barcelona: Crítica, 2000. 416 p.
- FONTANA, Josep. *Las crisis del Antiguo Régimen: 1808-1833*. 4. ed. Barcelona: Crítica, 1979/1992. 310 p.
- FURTADO, Celso. *La economía latinoamericana desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*. 3. ed. México: Siglo XXI, 1969/1973. 312 p.
- GIBSON, Charles. Las sociedades índias bajo el dominio español. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas et al. *América Latina em la época colonial*. 2. Economía y sociedad. Barcelona: Crítica, 2003. 370 p.
- LAVALLÉ, Bernard. La América Continental (1763-1820). In: LAVALLÉ, Bernard; NARANJO, Consuelo; SANTAMARIA, Antônio. *La América Española (1763-1898)*: Economía. Madrid: Síntesis, 2002. 464 p.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211 p.
- LUELMO, Julio. *História de la agricultura em Europa y América*. Madrid: Istmo, 1975. 470 p.
- NARANJO, Consuelo; SANTAMARÍA, Antonio. Las últimas colonias: Puerto Rico e Cuba. In: LAVALLÉ, Bernard; NARANJO, Consuelo; SANTAMARÍA, Antonio. *La América Española (1763-1898): economía*. Madrid: Síntese, 2002. 464 p.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. Politeia. História e Sociedade. *Revista do Departamento de História da UESB*. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 111-139, 2001.
- PESET, Mariano. *Dos ensayos sobre la história de la propiedad de de la tierra*. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado; Editoriales de Derecho Reunidas, 1982. 274 p.
- SANZ GRACIA, Ángel. Crises de la agricultura tradicional y revolución liberal (1800-1850). In: SANZ GARCIA, Ángel; GARRABOU, Ramon (Ed.). *Historia agrária de la España contemporánea*. 1. Cambio social y nuevas formas de propiedad (1800-1850). Barcelona: Crítica, 1985. 464 p.

Contribuições das abordagens institucionalistas para a análise da política internacional

André Misi*

Resumo

A diluição das fronteiras entre o externo e o interno abre novos horizontes de pesquisa para o analista das relações internacionais. A variável das instituições políticas domésticas passa a ser incluída no campo de análise da política internacional. Com base na classificação proposta por Peter Hall dos três “novos institucionalismos”, faz-se uma síntese das perspectivas teóricas do institucionalismo histórico, do institucionalismo da escolha racional e do institucionalismo sociológico. Simultaneamente, procura-se investigar as possíveis utilizações das ferramentas conceituais fornecidas pela abordagem institucionalista para a análise da política internacional. Esse é um campo ainda pouco explorado, dado o peso da tradição realista que, via de regra, negligencia o papel das instituições no estudo das relações internacionais.

Palavras-chave: relações internacionais, política internacional, política externa, realismo, institucionalismo.

Abstract

The blurring of internal-external frontiers enlarges the international relations research agenda as domestic political institutional variables become part of it. Based upon the classification of the three “new institutionalisms” proposed by Peter Hall, the article synthesizes the theoretical perspectives of historical institutionalism, rational choice institutionalism and sociological institutionalism. Simultaneously, it attempts to investigate possible uses of analytical tools provided by institutionalist approaches to the study of international relations. Given the weight of the realist tradition, which often neglects the role of institutions, institutionalism remains largely underexplored in the analysis of political processes of international scope.

Key words: international relations, international politics, foreign policy, realism, institutionalism.

INTRODUÇÃO

A rígida distinção doméstico-internacional, com base na qual foi fundada a disciplina de Relações Internacionais, parece não mais se sustentar diante da crescente interpenetração entre a política doméstica e a política internacional. Em face dessa realidade, adquire relevância a variável das institui-

ções políticas domésticas no estudo da política internacional. A abordagem institucionalista tem gerado bons rendimentos analíticos no estudo dos processos políticos internos. Na análise da política internacional é ainda pouco explorada, em parte, em virtude do peso da tradição teórica do realismo.

Na perspectiva do realismo, a principal corrente teórica das Relações Internacionais, as instituições, sejam elas domésticas ou internacionais, são pouco relevantes para o estudo dos processos políticos internacionais. As instituições domésticas não têm importância porque, na análise realista, os elemen-

* Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisador e Professor de Relações Internacionais da Faculdade Integrada da Bahia. Diretor do Vita – CDH/BA Coletivo de Direitos Humanos. andremisi@yahoo.com.br.

tos da realidade doméstica dos Estados não são levados em conta na compreensão da dinâmica da política internacional. Por sua vez, as instituições internacionais, no mapa cognitivo dos realistas, são tidas como ociosas e redundantes, vale dizer, espelham fielmente a estrutura de poder no plano internacional.

A perspectiva dos “novos institucionalismos”, ao contrário, vem afirmar o papel proeminente das instituições na determinação dos processos sociais e políticos no âmbito doméstico e, por derivação, na arena internacional. Ao explorar as possíveis contribuições dos três institucionalismos identificados por Peter Hall – o histórico, o da escolha racional e o sociológico – para a análise da política internacional, merecem ser inquiridos, em primeiro lugar, de que forma cada um explica a relação entre a natureza das instituições e o comportamento dos atores e, em segundo lugar, como compreendem o processo pelo qual as instituições se originam e mudam.

O INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

De acordo com Hall, quatro características demarcam a distinção do institucionalismo histórico com relação aos outros dois: 1) o institucionalismo histórico compreende a relação entre instituições e comportamento dos atores em termos amplos, vale dizer, incorpora tanto a noção de eficiência quanto a de legitimidade social; 2) enfatiza as assimetrias de poder relacionadas com a operação e o desenvolvimento das instituições; 3) opera com as noções de “*path dependance*” e consequências não intencionais; 4) procura incorporar à análise institucional outros elementos, tais como idéias e sistemas de crenças (HALL, 1996).

Em relação ao problema do vínculo entre a natureza das instituições e o comportamento dos atores, o institucionalismo histórico é híbrido, incorporando elementos da abordagem do cálculo e da abordagem cultural. Cada uma das duas responde diferentemente a três questões fundamentais: 1) a de como os atores se comportam; 2) a de que as instituições fazem; 3) a de porque as instituições perderam no tempo.

No que concerne à primeira questão, a abordagem do cálculo enfoca a dimensão instrumental do

comportamento humano, supondo que os indivíduos agem estrategicamente na busca de seus objetivos, os quais são exógenos ao modelo. Diferentemente, a abordagem cultural tende a enfatizar o grau em que a escolha de um determinado modo de agir depende não tanto de um mero cálculo instrumental, mas da interpretação que o ator faz da situação: “*without denying that human behaviour is rational or purposive, it emphasizes the extent to which individuals turn to established routines or familiar patterns of behaviour to attain their purposes*”¹ (HALL, 1996, p. 939).

Em resposta à segunda questão, a abordagem do cálculo afirma que as instituições municiam os atores de informações relevantes sobre o comportamento dos outros atores e garantem o cumprimento dos acordos, penalizando as deserções. A abordagem cultural, por outro lado, enfoca o papel das instituições no fornecimento de mapas cognitivos e morais para a interpretação dos cenários e a escolha do curso de ação.

Com relação ao porquê de as instituições perdurarem no tempo, a abordagem do cálculo responde que isso resulta da sua condição de equilíbrio, vale dizer, “*individuals adhere to these patterns of behaviour because deviation will make the individual worse off than will adherence*”² (HALL, 1996, p. 940). A abordagem cultural, ao contrário, procura explicar a sobrevivência das instituições em virtude da legitimidade de que gozam: “*...some institutions are so “conventional” or taken-for granted that they escape direct scrutiny and, as collective constructions, cannot readily be transformed by the actions of any one individual*”³ (HALL, 1996, p. 940).

A segunda característica do institucionalismo histórico refere-se ao papel conferido às instituições na distribuição desigual do poder entre os diversos grupos sociais, vale dizer, as instituições apresentavam alguns grupos com acesso privilegia-

¹ N.T.: “sem desconhecer que o comportamento humano é racional ou intencional, ela põe ênfase na tendência dos indivíduos a se apegarem a rotinas estabelecidas ou a padrões consolidados de comportamento para atingir seus objetivos”.

² N.T.: “os indivíduos aderem a esses padrões de comportamento porque a não adesão os deixaria em pior situação”.

³ N.T.: “algumas instituições são tão convencionais e inquestionáveis que elas escapam a qualquer escrutínio e, como construções coletivas, não podem ser transformadas pelas ações dos indivíduos”.

do ao processo de tomada de decisão, dificultando a canalização dos interesses dos outros. Na perspectiva do institucionalismo histórico, a política é definida como concorrência entre grupos rivais pelo controle de recursos escassos.

A terceira característica do institucionalismo histórico consiste na incorporação da noção de “memória institucional”, que tem a faculdade de direcionar o processo histórico ao longo de “sendas” pré-determinadas e pré-configuradas. Com base nesse conceito, alguns institucionalistas históricos retratam o curso dos eventos históricos por meio de longos períodos de continuidade pontuados por “junções críticas”, em que mudanças institucionais ocorrem, conduzindo o curso histórico por um novo caminho (HALL, 1996). Em consonância com essa noção, o institucionalismo histórico destaca o problema das ineficiências geradas pelas instituições, em contraposição à crença de que as instituições são instrumentais e existem para gerar eficiência.

A noção de “*path dependence*” é usada por Hendrik Spruyt no seu trabalho “*The Sovereign State and its Competitors*”. Ali, ele desenvolve a idéia de equilíbrio descontínuo, tomada de empréstimo da teoria da evolução biológica de Stephen Jay Gould, segundo a qual o curso da história é composto por longos períodos de equilíbrio entrecortados por momentos de crise, dos quais derivam novos arranjos institucionais que irão determinar o *modus operandi* dos agentes do processo histórico (*path dependence*), até que uma nova crise engendre novos arranjos institucionais (SPRUYT, 1994).

Segundo Spruyt, a mudança ocorre em duas etapas: primeiro os atores reagem à crise, formando coalizões para criar instituições que atendam aos seus interesses e às suas preferências ideológicas. Em um segundo momento, as alternativas institucionais passam por um processo de seleção sistêmica, em que apenas uma sobrevive.

O surgimento do Estado moderno é resultado do declínio do sistema feudal, mas essa passagem não é direta. A expansão do comércio que se deu entre os anos 1000 e 1350, aproximadamente, responsável pela crise do sistema feudal, modificou a estrutura de distribuição de poder no interior das sociedades feudais, o que tornou possível a geração de novas coalizões. Essas se mobilizaram para

criar três alternativas institucionais: o Estado territorial soberano na França, a Cidade-Estado na Península Itálica e a Liga Hanseática (SPRUYT, 1994).

No posterior processo de seleção sistêmica, apenas o Estado soberano se impôs. E isso em virtude de diversos fatores: em primeiro lugar, a instituição que internamente possuía uma autoridade suprema estava em melhor posição para enfrentar os particularismos remanescentes do sistema feudal, porquanto era mais eficiente na mobilização dos recursos. Em segundo lugar, o Estado soberano se fortaleceu mediante o mecanismo do reconhecimento mútuo. Por último, a consolidação do Estado territorial foi reafirmada na medida em que, revelando-se exitosa, passou a ser emulada (SPRUYT, 1994).

A teorização de Spruyt representa um golpe contra todas as visões unilineares da história. Nesse diapasão, ela nos serve de alerta para evitarmos a aplicação de raciocínios simplistas na análise do cenário atual. Admitindo que a globalização econômica de fato vem modificando a estrutura de distribuição de recursos de poder no interior das sociedades, fortalecendo setores em detrimento de outros, não seria prudente, no entanto, tirarmos conclusões precipitadas sobre as consequências do processo em termos de novos arranjos institucionais, tal como o fim do sistema de Westphalia.

A globalização contém em si o germe da mudança cujos rumos são ditados pela forma como os atores se articulam para criar arranjos institucionais alternativos em resposta ao novo ambiente. A emergência de um novo arranjo institucional que venha a substituir o sistema de Westphalia é uma possibilidade, cuja materialização e contornos, naturalmente, dependerão da forma como os atores irão se articular.

Também no modelo da turbulência de Rosenau, as mudanças nos parâmetros básicos da política mundial não acarretam necessariamente o fim do Estado soberano. Entretanto, ao contrário de Spruyt, Rosenau confere um sinal positivo ao processo de realocação da autoridade do Estado para outros atores. Se para Spruyt a evolução significa adaptação e não progresso, o mesmo não pode ser dito em relação a Rosenau (ROSENAU, 1997).

A quarta característica do institucionalismo histórico consiste na incorporação de outros elemen-

tos à análise institucional, em especial, a relação entre idéias e sistemas de crenças e instituições. Judith Goldstein, Robert Keohane, José Maria Arbilla e John Ikenberry, entre outros, têm trabalhos magistrais sobre a forma como as idéias interagem com o arcabouço institucional para determinar os processos políticos.

Goldstein nos fornece um valioso marco analítico para compreender o impacto das idéias sobre os *outcomes* políticos e entender em que condições isso se dá. Segundo Goldstein, são três as vias pelas quais as idéias condicionam os processos políticos. Em primeiro lugar, as idéias podem servir como mapas cognitivos que reduzem a incerteza em que os atores estão imersos, facilitando a escolha de uma estratégia na persecução dos seus interesses (GOLDSTEIN, 1993).

As idéias podem também servir como pontos focais que solucionam problemas de ação coletiva assegurando um equilíbrio cooperativo: *"When political actors must choose between sets of outcomes that would represent Pareto improvements for all, and when there are no objective criteria on which to base choice, ideas focus expectations and strategies"*⁴ (GOLDSTEIN, 1993, p. 18).

Por último, as idéias, quando embebidas em instituições, têm a sua influência diferida no tempo, determinando o comportamento dos atores mesmo depois da realidade material haver se modificado a ponto de ter se tornado incompatível com elas: *"In general, when institutions intervene, the impact of ideas may be prolonged for decades or even generations. In this sense, ideas can have an impact even when no one genuinely believes in them as principle or causal statements"*⁵ (GOLDSTEIN, 1993,

⁴ N.T.: "Quando os atores políticos precisam escolher entre conjuntos de resultados que representam ganhos paretianos para todos e não existem critérios objetivos para balizar a escolha, as idéias servem como pontos focais para as expectativas e estratégias".

⁵ N.T.: "Em geral, quando as instituições intervêm, o impacto das idéias pode ser prolongado por décadas ou mesmo gerações. Neste sentido, as idéias podem causar impacto mesmo quando ninguém mais genuinamente acredita nelas como afirmações causais ou de princípios".

p. 20). Nesse sentido, quanto mais institucionalizadas certas idéias, mais difícil se torna a inovação, configurando-se uma situação de inércia institucional, que obsta a mudança. Assim é que se as instituições na sua origem refletem determinada correlação de forças, posteriormente elas adquirem papel próprio.

Por outro lado, as instituições determinam a forma como as idéias são recepcionadas. O diplomata argentino José Maria Arbilla desenvolveu tese de mestrado de qualidade excepcional no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, comparando a reformulação conceitual operada na política externa argentina e brasileira nos anos 90 com base no marco conceitual oferecido por Judith Goldstein. Sua pesquisa ainda é o principal trabalho na área da análise de política externa realizado no Brasil com este enfoque (ARBILLA, 1997). Já Margaret Weir, num instigante estudo, nos mostra que as diferenças nos arranjos institu-

cionais determinaram o alcance diferenciado da influência das idéias keynesianas sobre a política econômica dos Estados Unidos e Grã-Bretanha no pós-II Guerra (WEIR, 1993).

O INSTITUCIONALISMO DA ESCOLHA RACIONAL

O institucionalismo da escolha racional surgiu a partir de estudos sobre a dinâmica do Congresso americano. A pergunta que os cientistas políticos se faziam era a de como eram asseguradas maiorias estáveis, dados a multiplicidade de preferências entre os legisladores e o caráter multidimensional dos temas em votação. Os analistas chegaram à conclusão de que as decisões não necessariamente refletem o peso dos recursos brutos dos atores, porquanto as instituições congressuais organizam e selecionam as escolhas.

O institucionalismo da escolha racional parte de um conjunto de pressupostos. Em primeiro lugar, eles supõem que os atores têm um conjunto fixo de preferências, agem movidos por uma racionalidade

instrumental em busca da realização dessas preferências e o fazem de maneira estratégica.

Em segundo lugar, a política é concebida pelo institucionalismo da escolha racional como um conjunto de dilemas de ação coletiva, situações em que os atores, agindo com o propósito de maximizar a realização de suas preferências, terminam por produzir resultados coletivamente insatisfatórios.

Em terceiro lugar, enfatiza-se o papel da interação estratégica na determinação dos processos políticos. Os teóricos da escolha racional, portanto, adotam a abordagem do cálculo em relação ao problema de como as instituições afetam o comportamento:

*they postulate, first, that an actor's behaviour is likely to be driven not by impersonal historical forces, but by a strategic calculus and, second, that this calculus will be deeply affected by the actors' expectations about how others are likely to behave as well*⁶ (HALL, 1996, p. 945).

Em quarto lugar, quanto à questão da origem das instituições, o institucionalismo da escolha racional apresenta uma explicação de caráter funcionalista: os atores criam as instituições, fundamentalmente, para obter ganhos de cooperação. A sobrevivência de determinadas instituições em detrimento de outras, por outro lado, se explica na medida em que elas fornecem maiores benefícios aos atores relevantes do que arranjos institucionais alternativos. Aqui não há lugar para a noção de *path dependence*: as instituições existem porque são funcionais e deixam de existir quando perdem a funcionalidade.

Robert Keohane, entre outros, lançou mão dos conceitos do institucionalismo da escolha racional para explicar a criação e o desmoronamento de regimes internacionais (KEOHANE, 1989). Essa abordagem "intencionalista" com relação à criação das instituições é contestada por Janice Thompson. Em "*Mercenaries, Pirates and Sovereigns*", ela sugere que a consolidação da soberania no século XIX, com o monopólio estatal sobre a violência, pode ser compreendida como uma consequência não intencional de um conjunto *ad hoc* de ações contra diversas espécies de violência não estatal (THOMSON, 1994).

⁶ N.T.: "os institucionalistas da escolha racional postulam, em primeiro lugar, que o comportamento é impelido não por forças históricas impessoais, mas pelo cálculo estratégico e, em segundo lugar, que esse cálculo será, em grande medida, condicionado pelas expectativas sobre como os outros atores irão se comportar também".

O INSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO

Em contraste com a tradição weberiana, que enxerga as instituições como instrumentos para aumentar a eficiência nas diversas esferas da ação humana, como agentes do processo de modernização das sociedades, e com a perspectiva da escolha racional que também acentua o caráter instrumental das instituições, o institucionalismo sociológico privilegia a dimensão normativa e cultural das instituições. As instituições devem ser vistas como

*culturally-specific practices, akin to the myths and ceremonies devised by many societies, and assimilated into organizations, not necessarily to enhance their formal means-ends efficiency, but as a result of the kind of processes associated with the transmission of cultural practices more generally*⁷ (HALL, pp. 946-947).

A singularidade do institucionalismo sociológico repousa em três características principais. Primeiramente, a sua definição da política é ampla, abrangendo não apenas regras formais, procedimentos e normas, mas também sistemas simbólicos, de forma a romper a divisão conceitual entre instituições e cultura.

Em segundo lugar, no que concerne à relação entre a natureza das instituições e o comportamento dos atores, o institucionalismo sociológico argumenta que as instituições vão muito além de simplesmente determinar os cálculos estratégicos dos atores. Elas modelam as preferências destes e mesmo a sua própria identidade⁸.

Os atores lançam mão dos guias cognitivos e morais contidos na esfera institucional para responder aos desafios da política. Desse ponto de vista, não existe uma racionalidade transcendental, porquanto a noção de racionalidade é socialmente constituída:

If rational choice theorists often posit a world of individuals or organizations seeking to maximize their material well-being, sociologists frequently posit a world of individuals and orga-

⁷ N.T.: "práticas culturalmente específicas, próximas aos mitos e cerimônias produzidas por muitas sociedades e assimiladas em organizações, não necessariamente para melhorar sua eficiência, mas como resultado do tipo de processo associado à transmissão de práticas culturais de modo mais geral".

⁸ O construtivismo de Alexander Wendt propõe que, na relação agente-estrutura, os dois pólos se constituem mutuamente (WENDT, 1999).

*nizations seeking to define and express their identity in socially appropriate ways*⁹

Em terceiro lugar, no tocante ao problema da origem e mudança das instituições, a sua criação é explicada não tanto pelo incremento da eficácia que elas proporcionam, mas pela legitimidade social de que elas são depositárias¹⁰. A sua continuidade no tempo obedece à lógica da “adequação social”, em contraposição à lógica da instrumentalidade, na medida em que a funcionalidade ou disfuncionalidade das instituições não são elementos cruciais para se aferir a sua longevidade.

A questão que se põe é: o que ou quem confere legitimidade e adequação social a determinados arranjos institucionais em detrimento de outros. Há várias respostas. A título de exemplo, alguns enfatizam o poder do Estado moderno de conferir legitimidade às práticas sociais, já outros enfocam o papel das comunidades epistêmicas na legitimação de padrões de comportamento. A esse respeito vale mencionar o brilhante artigo de Ikenberry que trata do papel do consenso entre os economistas britânicos e americanos, no pós-II Guerra, na legitimação da nova ordem econômica mundial que se tencionava construir (IKENBERRY, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, do ponto de vista das teorias sistêmicas de inspiração realista da política internacional, a política doméstica é reduzida a uma “caixa-preta”, vale dizer, os Estados são tratados como atores unitários que se adaptam aos estímulos ex-

ternos. A indeterminação da motivação dos atores representa um sério limite analítico para todas as teorias sistêmicas ou estruturais, que, ademais, negligenciam a crescente interpenetração entre o doméstico e o internacional.

O relaxamento das premissas sistêmicas, quais sejam, a de que os atores da política internacional agem racionalmente, a de que têm igual e constante capacidade de mobilização de recursos internos e a

a de que possuem preferências estáveis, abre caminho para a introdução das abordagens institucionalistas na agenda de pesquisa dos analistas da política internacional. A noção de que os Estados respondem distintamente aos estímulos externos e a de que a especificidade das suas instituições, bem como as idéias nelas incrustadas, têm papel relevante na natureza das respostas vem contribuir para o enriquecimento e sofisticação do campo de análise da política internacional.

Foi com base nessa concepção que este trabalho procurou fazer uma breve introdução às principais premissas das abordagens institucionalistas identificadas por Peter Hall. Ao lado disso, intentou-se mostrar as possibilidades de uso das ferramentas conceituais oferecidas pelas perspectivas institucionalistas para o estudo de processos políticos derivados da interação entre as esferas doméstica e internacional.

REFERÊNCIAS

ARBILLA, J. M. *A diplomacia das idéias: a política da renovação conceitual da política externa na Argentina e no Brasil (1989-1994)*. 1997. 220 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais/PUC-Rio, Rio de Janeiro.

EVANS, P. B.; JACOBSON, H. K.; PUTNAM, R. D. *Double-Edged Diplomacy: international bargaining and domestic politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. O. (Ed.) *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political changes*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

⁹ N.T.: “se os teóricos da escolha racional com frequência pressupõem uma realidade de indivíduos e organizações procurando maximizar seu bem-estar, sociólogos frequentemente pressupõem um mundo de indivíduos e organizações procurando definir e expressar sua identidade em modos socialmente adequados”.

¹⁰ Spruyt admite que o reconhecimento mútuo foi um dos fatores cruciais no fortalecimento da instituição do Estado territorial, ao lado, porém, da sua maior eficácia na mobilização de recursos contra as forças descentralizadoras (Spruyt, 1994).

- HALL, P. A. (Ed.) *The political power of economic ideas: Keynesianism Across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- _____. TAYLOR, R. Political Sciences and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. 44, 1996.
- IKENBERRY, J. Creating Yesterday's New World Order: Keynesian "New Thinking" and Anglo-American Postwar Settlement. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE. R. O. (Ed.) *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political changes*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- KEOHANE, R. *International institutions and state power*. Westview Press, 1989.
- ROSENAU, J. *Along the domestic-foreign frontier: exploring governance in a turbulent World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SPRUYT, H. *The sovereign state and its competitors*. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- THOMSON, J. E. *Mercenaries, pirates and sovereigns: state-building and extraterritorial violence in early modern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- WEIR, M. Ideas and Politics: The Acceptance of Keynesianism in Britain and The United States. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE. R. O. (Ed.) *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political changes*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- WENDT, A. *Social theory and international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Relações Bahia-Portugal na contemporaneidade: memória e esquecimento; encontros e desencontros

Maria de Fátima Maia Ribeiro*

Resumo

Exame da reconfiguração das relações Brasil/Bahia-Portugal ao longo do século XX, tomando por referência os discursos culturais em cena nos anos cinquenta e oitenta, em sua articulação com as retóricas da aproximação e da familiaridade. Enfatizam-se as ações culturais portuguesas ou associadas a Portugal na cidade do Salvador, com o foco nas tensões entre memória, celebração e esquecimento, permeadas pelos entornos políticos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: relações culturais Bahia-Portugal contemporâneas, memória, celebração, esquecimento, tradição e inovação, intercâmbio cultural luso-baiano.

Abstract

Evaluation of the reconfiguration of the Brazil/Bahia-Portugal relationships throughout the twentieth century, adopting as reference the cultural discourse of the 50s and 80s, bearing in mind its articulation with the rhetoric of approximation and familiarity. The emphasis is on the cultural activities in the city of Salvador, whether Portuguese or associated with Portugal. The focus of tension ranges from memory, celebration and oblivion, permeated by national or international political surrounding.

Key words: Bahia-Portugal cultural relationships, memory, celebration, oblivion, tradition and innovation, cultural Portuguese-Bahian exchange.

Para o português de visita ao Brasil, creio que há uma espécie de lei de despauamento em latitude, um certo sentimento de solidão crescente de sul a norte. Mas só da Bahia para cima. Bahia e Rio de Janeiro dão a impressão de estarmos em casa.

Vitorino Nemésio

Uma pátria não pode ser sócia de nenhuma outra. E muito menos um continente. Por isso, a sua fisionomia necessita de acentuar cada vez mais os traços. É no desenho específico deles que o resto da humanidade repara, quando passa da mera cortesia a uma ativa valorização.

Miguel Torga

Teria razão o ensaísta português Eduardo Lourenço em apontar uma “teia imaginária, hipócrita e nula nos seus efeitos, que se acoberta sob o rótulo de *relações culturais entre Portugal e Brasil*” que, “[p]ara o nosso mútuo presente, seria urgente rever” (LOURENÇO, 1999, p. 144)? Em textos relativamente recentes, em que examina “imagens e miragens da lusofonia” em termos de ressentimento, disparidade dos discursos e unidade lingüística, acusa uma “espessa – e, na aparência, escandalosa – rasura da nossa [portuguesa] existência e da nossa ‘importância’ na consciência do brasileiro comum”, e afirma: “Contam-se pelos dedos de uma só mão os portugueses que sabem até que ponto o Brasil é um país para quem Portugal é um ponto vago num mapa maior chamado Europa, ou vaga

* Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela FACOM/UFBA. Professora Adjunta de Literatura Portuguesa da Universidade Federal da Bahia. fatimari@ufba.br.

reminiscência escolar do sítio donde há séculos chegou um certo Álvares Cabral” (LOURENÇO, 1999, p. 135). Estende tal atitude a “uma parte da *intelligentsia* [sic] brasileira” (LOURENÇO, 1999, p. 144) no discurso cultural sobre Portugal, atribuindo-a a demandas identitárias amplificadas, de tal forma que, segundo ele, “a historiografia e os manuais brasileiros não fazem senão acentuar esse sentimento de uma ausência de laços vivos, e vividos no presente, entre os nossos dois povos” (LOURENÇO, 1999, p. 145).

Nessa até certo ponto inusitada, mas não inconsistente, versão das relações Brasil-Portugal na contemporaneidade, o discurso de Lourenço contrapõe-se à hegemonia da formação discursiva que se disseminou ao longo do século XX dos dois lados do Atlântico, de forma ostensiva até meados do século XX, cujas palavras de ordem eram, justamente, a aproximação entre os dois países e a celebração de laços de parentesco. Em sua contundência, intencionalmente investe contra as leituras idílicas, tanto oficiais quanto afetivas, que acabaram por tornar-se emblemáticas das relações luso-brasileiras. Em lugar de sumária negação, tal posicionamento apresenta-se como leitura suplementar, que permite problematizar, relativizar e, paradoxalmente, abordar criticamente as linhas de forças em questão.

Sobremodo no que concerne ao presente, as palavras de Lourenço ganham ressonância. Fáceis de reconhecer, hoje, no Brasil, o desconhecimento e a desqualificação de Portugal ou da cultura portuguesa, implicados na idéia de “rasura”, envolvem esquecimento e preterição, em dois sentidos – desprover de supremacia anterior e lançar à conta do passado –, sem contudo atingir a negação ou o apagamento totais. Constata-se o afastamento, se não o apartamento, com a diluição progressiva dos laços tão obsessivamente proclamados no passado, ao lado, no entanto, da sua reiteração em segmentos da sociedade brasileira, por entre “brasileiros médios” e intelectuais.

A posição de Eduardo Lourenço parece, acima de tudo, responder reativamente ao esgarçamento das relações culturais luso-brasileiras prevalecentes até 1960, precipuamente perseguidas pelo regime salazarista, dadas as mudanças de tempos e

de vontades, sobretudo dos interesses governamentais de aliança, que as sustentavam e sustentam, e das posicionalidades emergentes de contestação, por longo tempo silenciadas. Leitura contrafeita da descontinuidade histórica nas relações entre o Brasil e Portugal do final do século XX, enfatiza os contrapontos entre centralidade e deslocamento, memória, celebração, denegação e esquecimento, percebidos em termos de perda para um Portugal amoroso e ingênuo.

Atinge-se, entretanto, uma maior compreensão desses textos, se os tomarmos especularmente, como expressão do modo como “uma parte da *intelligentsia*” portuguesa vê o Brasil e as relações bilaterais no final do século passado, e, sobretudo, como expressão da apreensão e desconfiança concernentes à iminência de projetos ditos lusófonos que, em tese, viriam a reaproximá-los em uma comunidade fundada na Língua Portuguesa, no momento em que a ansiada integração portuguesa à União Européia ocupava o centro dos interesses e do debate de idéias em Portugal. Os textos correlatos de Lourenço, além de coincidirem com a data da entrada de Portugal na UE e da regulamentação do último Acordo Ortográfico (1986), que visava à unificação da ortografia nos sete países de Língua Portuguesa, para o que parte da intelectualidade lusitana buscava em vão a aprovação do Brasil, associavam-se também às primeiras confabulações internacionais acerca da fundação de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, temas polêmicos até os dias de hoje. Poder-se-ia aventar, na linha que vai de Michel Foucault a Homi Bhabha, a possibilidade de tratar-se de mais “uma resposta estratégica a uma *necessidade urgente* em um dado momento histórico” (BHABHA, 1998, p. 115). Resposta agônica, suscitada e apoiada por tensões do presente e do devir.

Seus argumentos ancoram, porém, na cena colonial. Lourenço carrega a análise das relações internacionais para o campo das relações familiares, no que apropria a prática recorrente do discurso cultural português do século XX, que intenta deslocar:

Portugal, “raiz” do Brasil, seria mais correto dizer “sangue” do Brasil, desapareceu, por assim dizer, no fabuloso estuário do “sangue outro”, da “memória outra”, do “sonho outro” que

estrutura hoje, simultaneamente, a vida real e a vida simbólica brasileira. De todas as antigas terras de “colonização” europeia, o Brasil é a única que não tem “pai” (LOURENÇO, 1999, p. 156-7).

A opção pela imagem do “pai” entrelaça o que chama de “psicanálise histórica” a um esquecimento do senso histórico na sumária negação do componente multicultural da nacionalidade brasileira, enquanto construção plurívoca:

Salvo para uma consciência índia que só hoje acorda para uma memória que não lhe assegurava nem permanência nem identidade, o Brasil parece assim cometer um parricídio, mesmo inconsciente, vivendo-se, como realmente se vive, nos seus textos, nos seus sonhos, nas suas ambições planetárias, como uma *nação sem pai* (LOURENÇO, 1999, p. 136).

Ao arrolar origens, mito fundador de nacionalidade, paternidade histórica, parricídio cultural, o discurso de Lourenço evoca a autoridade do senhor diante do escravo, que lhe deve, além de respeito e obediência, reconhecimento, nesse caso, incondicional e infinito. Mais ainda, reencena a história colonial, buscando revalidá-la no final do século XX, no que se revela discurso de matriz e matriz colonial. Discurso ressentido e nostálgico do lugar reservado a Portugal e à cultura portuguesa em terras brasileiras até meados do século passado, fortemente marcado, nas entrelinhas, pela visibilidade, prerrogativas e privilégios. Afinal, ressalte-se que Eduardo Lourenço participou ativamente, nos anos 50, dos projetos de difusão da cultura portuguesa pelo mundo, seja como leitor do Instituto de Alta Cultura na França, seja como professor visitante da Universidade da Bahia em Salvador. Em se tratando dos anos cinquenta, em particular, tais relações demonstram a sua força, intensidade e poder de inserção histórico-social, a ponto de o embaixador português Pedro Ribeiro Menezes – mesmo que o faça a título pessoal, conforme salienta – atribuir à década um perfil privilegiado e designá-la como “a ‘década-síntese’ da relação especial” (MENEZES, 1997, p. 36) entre os dois países.

A aproximação entre os dois países articulava-se, explicitamente, à experiência colonial do passado, que era continuamente retomada sob o prisma da rememoração celebratória de um patrimônio histórico-cultural dado como uma realização exclusiva-

mente lusitana. A memória dos vínculos coloniais entre Brasil e Portugal era reforçada pelo discurso apologético da colonização portuguesa. A língua portuguesa, a história da colonização portuguesa na América e a emigração portuguesa para o Brasil forneciam argumentos imediatos para supostas relações diretas, lineares e harmônicas, se não orgânicas ou “naturais”, entre os dois países. As imagens recíprocas traziam à cena um singularíssimo romance familiar, em que as contendas eram estratégica e habilmente sublimadas, quando não alijadas, e a ameaça de uma possível bastardia, afastada, mas ainda não convertida no parricídio imputado.

Nas circunstâncias geopolíticas do pós-guerra, iniciava-se um processo de internacionalização que parece conter, em estágio embrionário, a globalização do final do século XX. A situação periférica de ambos os países no cenário mundial, com o interesse na visibilidade, face à organização da Comunidade Econômica Européia sem a participação portuguesa, as pressões da ONU sobre Portugal por conta do colonialismo na África e na Ásia e os movimentos de libertação do jugo colonial em curso alimentaram os projetos transnacionais de aliança entre Portugal e Brasil, a sustentar diferentes propostas de comunidade luso-brasileira.

O cenário altera-se radicalmente a partir da década de sessenta. Nos desdobramentos da história – leia-se: política exterior independente de Jânio Quadros, Guerra Colonial em “África” –, Brasil e Portugal afastaram-se nos planos diplomático e político; a idéia de comunidade luso-brasileira deslocou-se, transformando-se, sem, todavia, encontrar ancoragem por quase quatro décadas.

Nos anos cinquenta, toda a ênfase estava na construção ou sedimentação da comunidade luso-brasileira. Com a Revolução de Abril e a independência das colônias africanas (1974-1975), houve um interregno em que a questão arrefeceu. Entre 1975 e 1986 há o intervalo em que Portugal se desliga das suas largas fronteiras imperiais e se institucionaliza como membro de outra comunidade – a européia. A sua marca passa a ser os discursos europeístas que proliferam – Eduardo Lourenço, à frente –, ao lado do questionamento das tensões da contemporaneidade.

Em 1986, quando Portugal entrou para a União Européia, fê-lo sozinho, diferentemente da Espanha que impôs os seus vínculos com a América hispânica, inclusive contrariando determinações européias de discriminações aos não-europeus. Portugal passou a fazer parte da nova organização européia exclusivamente com o seu território continental e insular, acatando as fronteiras físicas da Europa. A seguir, diante da fragilidade da posição em que se encontrava e em que se encontra, passou a reinvestir na idéia de comunidade, na perspectiva da (re) união dos países de língua portuguesa, que se configuraria na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com a institucionalização da CPLP, em 1996, assistimos aos investimentos para recuperar a antiga "extensão cultural" e reaproximar-se do Brasil e dos países africanos, assim como paralelamente se desenvolve a atenção sobre antigos enclaves portugueses no Oriente, reportando-se, sob a bandeira da lusofonia, aos duzentos milhões de falantes da língua portuguesa, dos quais menos de 10% se encontram em território português. Tal disposição, porém, conhecerá embaraços diversos, de ambigüidades e ambivalências a resistências e postergações, sobretudo urdidos ao sabor dos projetos políticos, que se fazem acompanhar de tensões.

Tais questões de fundo projetam-se sobre as relações culturais Bahia-Portugal de hoje, necessariamente vistas por entre sucessos e entraves, encontros e desencontros, na linha da diluição dos vínculos do século passado, bem como da sagração da tradição, enquanto núcleo. Embora os discursos oficiais reiterem a necessidade de aproximação, a par da rememoração episódica do papel lusitano na cultura baiana, de que são exemplos os "500 anos" e os quatrocentos e cinquenta da cidade do Salvador, não ganham visibilidade vertentes organizadas e efetivas de intervenção cultural, além de constituírem-se fatos isolados, no mais das vezes com pequena repercussão.

Tais questões de fundo projetam-se sobre as relações culturais Bahia-Portugal de hoje, necessariamente vistas por entre sucessos e entraves, encontros e desencontros, na linha da diluição dos vínculos do século passado, bem como da sagração da tradição, enquanto núcleo

As iniciativas culturais mais freqüentes têm-se relacionado com as áreas de Letras, Artes e Ciências Humanas, nomeadamente a História, articulando o empenho de personalidades individuais a segmentos institucionais das academias baianas, dentre as quais se destaca a Universidade Federal da Bahia, e do governo do Estado. Por algum tempo, receberam apoio do Instituto Camões, órgão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e da Fundação

Calouste Gulbenkian, com o referendo local do Consulado de Portugal para a Bahia e Sergipe e do Gabinete Português de Leitura.

Nas duas últimas décadas, conferências de escritores e intelectuais de vários campos constituíram-se na prática mais contumaz, realizadas em universidades baianas, na Academia de Letras da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico. Ora, eram inteiramente financiadas pelas instituições portuguesas, ora, dessas recebiam subsídios,

sobretudo na concessão de passagens aéreas, que eram complementados com os recursos da UFBA ou do IGH, ao menos no terreno da hospedagem. No mais, conta-se com a boa vontade dos visitantes que declinam de *pró-labore*, in-existent face à penúria em que se encontra, há anos, a universidade, em particular.

Cursos e seminários envolvendo cultura portuguesa têm-se realizado na Universidade Federal da Bahia, ou à sua volta, cada vez com menos freqüência, em virtude da escassez de recursos e de apoio. A partir de 1987, professores de diversas universidades baianas criaram no espaço da UFBA a Associação de Estudos Portugueses Hélio Simões, voltada para a divulgação da cultura portuguesa, em continuação ao antigo Instituto de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia, que, em decorrência da reforma universitária, fora transferido, com o nome de Centro de Estudos Portugueses, para o Gabinete Português de Leitura, por força de convênio com a UFBA. Até alguns anos atrás, recebeu livros do antigo ICALP, da Embaixada de Portugal e da Fundação Gulbenkian. Inúmeros seminários, conferências e visitas de intelectuais voltadas

para as culturas de língua portuguesa realizaram-se na área de Letras por iniciativa da AEPHS ou por sua mediação junto a órgãos de fomento. Hoje, sem recursos próprios e sem apoio, encontra-se em reformulação.

Os Congressos fornecem exemplos dos problemas na área. Poucos baianos devem recordar-se do Congresso de História realizado em novembro de 2000, no MAM, organizado fora daqui, pela Comissão dos Descobrimentos Portugueses de Lisboa, trazido como pacote fechado à participação local, especialmente intelectuais da área, excluídos da programação e esperados apenas como platéia. Curiosamente, a sua ausência seria registrada, a sua presença exigida como sujeito passivo, que deve reverência. Por sua vez, o II Congresso Internacional de Estudos Portugueses, realizado pela UFBA, em setembro de 2000, contou com o apoio das universidades baianas UCSal, UNEB e UEFS, e auxílio da CAPES, enquanto o subsídio oficialmente concedido para a sua organização pelo Instituto Camões, de Lisboa, ficou apenas no papel, sem que fosse oficiada aos organizadores a impossibilidade do seu cumprimento. A participação oficial portuguesa restringiu-se à tradicional concessão de passagens aéreas, em número limitado, sequer equiparando-se à da Fundação Calouste Gulbenkian. Nesse sentido, percebemos indícios de reciprocidade com relação à atitude atribuída por Lourenço ao Brasil.

Nas artes plásticas, adquirem destaque exposições itinerantes de diferentes formatos sediadas no Museu de Arte da Bahia, a exemplo da Carta de Caminha, dos Azulejos e da exposição de Cartografia, a que se somam as instaladas no Museu de Arte Moderna, vincadas por tal característica, ou, em outro nível, haja vista o forte teor didático de difusão cultural, no Gabinete Português de Leitura. O contraste da divulgação e afluência das primeiras com relação às demais pode ser lido como sintoma da ação de interesses e de investimentos oficiais, a estabelecer a inserção do evento na vida cultural baiana.

Nessa área, avulta uma ação diferencial pela implantação social-histórica que alcança, pela importância cultural que representa e pela intervenção de investimentos de empresa privada. Trata-se

dos trabalhos de restauração dos painéis de azulejos da Ordem Terceira de São Francisco pelo Grupo Espírito Santo, que se associa ao restauro da Santa Casa da Misericórdia baiana pela congênere de Lisboa. Iniciativas que precisam ser continuadas, reiteradas e divulgadas, para além das exposições que propiciou.

Destaquem-se ainda as apresentações em Salvador dos grupos Madredeus e O Som da Fala, do balé e do coral da Gulbenkian, do Orfeão Acadêmico de Coimbra e da virtuose Maria João Pires, com diferentes orientações e ressonância na cidade. Casos instigantes quanto ao grau de interlocução entre as duas culturas constituem, sob prismas diversos, o trabalho do músico e cineasta baiano André Luís Oliveira, com o seu *Mensagem*, disco e show, e a filmagem local, se não o próprio filme, de Manoel de Oliveira sobre António Vieira.

De um modo geral, avulta desse quadro a não distinção do tratamento destinado à cultura portuguesa e, vice-versa, do tratamento destinado à Bahia pelos investimentos lusitanos, quanto ao modo pelo qual modernamente vêm-se desenvolvendo as relações culturais da Bahia com outras nações, por que não dizer, marcadamente estrangeiras, que encontram acolhida e incentivo, conforme as ordens econômicas e as prioridades.

Em contraste com as políticas culturais vigentes na Bahia dos anos cinqüenta, divisam-se diferenças significativas nas relações luso-baianas, em termos da intensidade da articulação e do grau de inserção socioculturais alcançado, através do incentivo, apoio e sistematização das iniciativas congêneres, que se fazem acompanhar da repetição, especialmente no que tange aos agentes e às modalidades de atuação.

Na Bahia e, em particular, na Cidade do Salvador dos anos cinqüenta, iniciou-se um processo de internacionalização que, de setores da economia, projetou-se aos da cultura, envolvendo em especial as instituições com propostas universalistas ou destinação internacional, como a Universidade da Bahia, fundada em 1946, ou a já tradicional Academia de Letras da Bahia. Nessas duas instituições, os interesses da época consignaram os redutos da intelectualidade baiana, fazendo convergir na figura do intelectual o papel a desempenhar face à so-

cidade, como também à aliança distendida entre as instituições acadêmicas e o Estado.

As relações luso-baianas nos anos cinquenta encontraram sustentação acadêmica no agenciamento de um intercâmbio cultural levado a efeito em dois níveis. De um lado, tornaram-se determinantes as iniciativas interpessoais envolvendo intelectuais portugueses e brasileiros. De outro, à luz do Acordo de Cooperação Intelectual (1953), consolidou-se a interveniência institucional, em que se destacaram universidades, academias de ciências e letras e organismos internacionais.

No ponto de articulação entre as relações pessoais e a ação das instituições culturais, configuravam-se políticas culturais voltadas para o Brasil e em especial para a Bahia, mesmo quando prescindiam de programas e projetos sistemáticos. Na esfera da ação diplomática, o Acordo de Cooperação e o Tratado de Amizade e Consulta (1960) indicavam as bases e apontavam os meios, dentre os quais as entidades mediadoras, cabendo a essas últimas uma ampla definição de caminhos.

Essa trama pôs em evidência a atuação da Universidade da Bahia, com o seu arrojado projeto de modernização calcado na dialética entre inovação e tradição, e colocou em cena o Instituto de Alta Cultura nomeado pelo Acordo, assim como o Secretariado Nacional da Informação, que, por diferentes maneiras, vincularam-se efetivamente à implementação do intercâmbio luso-brasileiro e baiano, a partir da década de quarenta, o primeiro, e de cinquenta, o segundo. A Fundação Calouste Gulbenkian entraria em cena na década de sessenta.

A atuação da Universidade da Bahia concentrou-se na Faculdade de Filosofia e articulava-se com as atividades do Instituto de Estudos Portugueses, dirigido por Hélio Simões, catedrático de Literatura Portuguesa, a quem se deve a mais intensiva colaboração ao intercâmbio luso-brasileiro na Bahia. Definia-se basicamente pela doação de livros e pela organização de cursos e conferências ministrados por intelectuais portugueses, de passagem por Salvador ou especialmente convidados para tais fins, chegando mesmo alguns a residirem na cidade às expensas da Universidade, como ocorreu com Eduardo Lourenço e Adolfo Casais Monteiro, em 1958-1959.

A Universidade destinava atenção especial ao movimento editorial. No âmbito das relações luso-baianas, conferiu largo incentivo à publicação de obras de autores portugueses ou relacionadas com a cultura portuguesa, a exemplo de Hernani Cidade. A convite da Universidade da Bahia, o catedrático de Lisboa publicou, com os selos da instituição baiana e da Editora Progresso, obra de sua autoria resultante de curso realizado em Salvador – o *Portugal histórico-cultural* – e a editoração de texto inédito, o célebre *P^o António Vieira: Defesa perante o Tribunal do Santo Offício* (1957), que Cidade organizou com base em apócrifos, por encomenda da Universidade.

Essa instituição estendia ainda a Portugal as prerrogativas acadêmicas na esfera da representação através das homenagens oficiais a personalidades portuguesas, de que são evidência os doutoramentos *honoris causa* então largamente concedidos. O regime de reciprocidade vigente produzia como contrapartida dispositivos idênticos e condecorações portuguesas foram conferidas a intelectuais brasileiros e baianos, entre os quais Edgard Santos e Hélio Simões. Apenas em 1959, realizaram-se na Bahia duas cerimônias de doutoramento envolvendo intelectuais de vários países, dentre os quais se destacavam Marcello Caetano, José de Azeredo Perdigão, Reinaldo dos Santos e Álvaro da Costa Pimpão (RIBEIRO, 1999). Expressando o sentido último da outorga, Marcello Caetano afirmaria que “a homenagem que recebia se dirigia menos a ele do que a Portugal e ao povo português” (IV COLÓQUIO, DEA-RJP, Jornal da Bahia, 12.8.1959)¹. Não obstante uma forte impregnação retórica, as palavras que Marcello Caetano reservou à Universidade da Bahia no discurso de agradecimento por ocasião do *Honoris causa* – “A Universidade da Bahia transformou-se numa escola luso-brasileira, órgão dessa Comunidade, que os tratados consagraram” (CAETANO, 1960, p. 8) – definem a imagem que a instituição gozava nos meios governamentais e acadêmicos portugueses.

As realizações da Universidade da Bahia no campo das relações internacionais acompanhavam

¹ Arquivo do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Documentação para a Editoração dos Anais (DEA). Salvador, Universidade Federal da Bahia. A documentação extraída desse arquivo está referenciada por meio do código DEA-RJP = Recortes de Jornais e Periódicos.

de perto o trabalho das chamadas casas de cultura estrangeira, os Institutos de Extensão Cultural, que desempenharam papel decisivo na articulação de forças e no agenciamento cultural. Ao lado do Instituto Franco-Brasileiro (1956), do Instituto de Cultura Hispânica (1956), do Instituto de Estudos Norte-Americanos (1959), do Centro de Estudos Afro-Orientais (1959), diretamente vinculados à Universidade, a que se filiava o Instituto Alemão (1959), o Instituto de Estudos Portugueses (1956) ocupava-se do estreitamento das relações com a cultura portuguesa. Da caracterização das diretrizes comuns a esses centros de ensino e pesquisa, pode-se depreender os caminhos pelos quais ocorria a contribuição sistemática da Universidade da Bahia relativamente a Portugal. Os registros oficiais dão conta de atividades e objetivos:

O ensino da língua de cada país em cursos regulares ou de verão, cursos sobre a cultura, civilização e artes respectivas, e o oferecimento de bolsas-de-estudo para cursos de pós-graduação. Além disso, oferecem serviços de biblioteca e discoteca especializadas, promovem a vinda de autoridades culturais para conferências alusivas aos países que representam, e outras promoções de caráter didático ou cultural (NOTÍCIA, 1967, p. 73).

O Instituto de Estudos Portugueses recebeu da Universidade apoio irrestrito para a consecução dos propósitos a que se vinculava. Embora oficialmente fundado em 1956, o IEP dava continuidade ao antigo Círculo de Estudos Portugueses criado por Hélio Simões em 1949, “órgão de extensão universitária da Cadeira de Literatura Portuguesa”, da Faculdade de Filosofia. O seu estatuto definia desideratos:

o estudo e (...) divulgação dos problemas de Cultura e Civilização portuguesa e destina-se, primordialmente, a provocar e favorecer o intercâmbio espiritual luso-brasileiro, organizar conferências e cursos monográficos e fornecer, sempre que possível, a quem quer que o solicite, informações bibliográficas, iconográficas, estatísticas, etc., referentes ao mundo português (AHS-RJP, *Ocidente*, v. 39)².

Segundo noticiado em jornais portugueses da época, reportando-se a declarações de Hélio Si-

mões, “a sua criação obedece ‘à deliberação, demoradamente ponderada, de criar no ambiente universitário e cultural baiano uma instituição organica que mantenha entre homens de pensamento e estudo a presença efectiva de Portugal’”³. Conforme declarava ainda Hélio Simões, a idéia fora-lhe sugerida por Afrânio Peixoto, a exemplo da criação do Instituto de Estudos Portugueses no Rio de Janeiro em 1943.

Sem pretender estabelecer qualquer prioridade aos estudos portugueses dentro da Universidade, face aos dados examinados torna-se possível dividir no Círculo de Estudos Portugueses o modelo aplicado na década de cinquenta aos institutos de extensão cultural. Quanto ao Instituto de Estudos Portugueses de 1956, desdobramento do Círculo, ressalte-se que a sua instalação ocorreu em novembro de 1955, por ocasião da visita do embaixador português António de Faria à Bahia, integrando as cerimônias comemorativas oficiais, mediante portaria assinada, em ato solene, pelo reitor Edgard Santos. Referindo-se ao Instituto, o diretor da Faculdade de Filosofia Isaías Alves teria afirmado, segundo os jornais, “que lá se há-de formar uma escola de civismo, de cultura e de perfeita integração da espiritualidade luso-brasileira, a bem dos dois povos irmãos” (AHS-RJP, *Voz de Portugal*, 20.11.1955).

O Instituto de Estudos Portugueses, por sob as linhas gerais estabelecidas para os demais, definia por objetivos específicos:

- a) Promover o incremento da investigação no campo da cultura portuguesa;
- b) Promover e organizar cursos monográficos e de especialização sobre assuntos da cultura portuguesa;
- c) Promover a aproximação e cooperação com os centros culturais portugueses procurando, inclusive, obter bolsas de estudo para estudantes ou diplomados, assim como oportunidades de viagens de observação e trabalhos para professores, sempre que possível em regime de reciprocidade (AHS-RJP, *A Voz*, 28.4.1956).

³ O meticoloso aparato da imprensa portuguesa a serviço da difusão de ações culturais de aproximação desnuda-se na pluralidade de edições referentes a uma matéria como essa: cf. JORNAL DE NOTÍCIAS, Porto, 17.dez.1949; A VOZ, O SÉCULO, NOVIDADES, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Lisboa, 18.dez.1949. Cf. também as matérias cognatas no JORNAL DO COMÉRCIO, Porto, 21.dez.1949; DIÁRIO DE LISBOA, 23.dez.1949; VOZ DE PORTUGAL, 25.dez.1949; CORREIO DO PORTO, Porto, A DEFESA, Évora, 5.jan.1950. AHS-RJP.

² Arquivo Hélio Simões. Salvador, Associação de Estudos Portugueses Hélio Simões. A documentação extraída desse arquivo está referenciada por meio do código AHS-RJP = “Recortes de Jornais e Periódicos”, acompanhado da procedência.

Em tais determinações e expectativas perpassava e consolidava-se o projeto universitário concebido por Edgard Santos para a esfera acadêmica, bem como para a sua implantação no mundo histórico-social, no plano das relações internacionais. Assumindo as linhas-mestras do intercâmbio com Portugal, através do IEP realizaram-se cursos e conferências de intelectuais portugueses residentes ou em trânsito em Salvador, bem como o evento de maior envergadura dos reitorados de Edgard Santos: o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Promovido, em 1959, com apoio da UNESCO, constitui a iniciativa mais ostensiva da Universidade com relação a Portugal e aos projetos de luso-brasilidade.

O IV Colóquio, além de dar expressão ao imaginário da comunidade e à sua atualização na forma do intercâmbio, deve ser tomado como um índice do estreitamento de relações internacionais na universidade. O secretário-geral Hélio Simões, lusófilo convicto, considerava-o como “o resultado e de certo modo o coroamento de uma sistemática e pertinaz política universitária de entendimentos e intercâmbio” (IV COLÓQUIO DEA-RJP, *Diário da Manhã*, 24.8.1959), porquanto articulado à política cultural desenvolvida pela Universidade da Bahia. Essa leitura foi levada a público através da imprensa e dos trabalhos do evento.

Nesse sentido, o discurso do Reitor Edgard Santos na Sessão de Abertura é esclarecedor. Ao analisar o patrocínio do Colóquio pela Universidade da Bahia, delineia as diretrizes que animaram o seu projeto desde a sua instalação, “e assim é que se apura, nesta Casa, o ideal de um pensamento mais alto, impregnado ao mesmo tempo de passado e de futuro, atento às realidades ambientes, mas vivamente interessado nas direções do grande mundo” (IV COLÓQUIO DEA-D, f. 3)⁴. Essa articulação entre o local e o global, o regional e o mundial, projeta-se na idéia de “universalidade” que Edgard San-

tos enfatiza sob várias formas, entrelaçando-a à internacionalização como traço marcante da época. As palavras com que analisa o processo revelam uma lúcida visão histórica, assim como permitem divisar, por sob a habilidade de diplomata, o papel reservado às relações Brasil-Portugal:

Estamos, com efeito, vivendo a hora das articulações internacionais. Por uma ou por outra forma, em todo o mundo elas se vão constituindo. Por força ainda de interesses coloniais anacrônicos ou fundamentados em legítimas razões racionalmente defendidas, verdade é que, continentais ou intercontinentais, com a dominância de interesses ora políticos ora econômicos, aqui e ali se vão constituindo blocos de nações, mas a que faltam, todavia, os elementos fundamentais de uma unidade histórica, de uma personalidade multi-secular contínua, que as vicissitudes ocasionais não conseguissem destruir (IV COLÓQUIO DEA-D, f. 4-5).

Relativamente a esse quadro, ressalta como objeto diferido o que reiteradamente denomina de

“a comunidade lusíada”, enquanto “tôdas as áreas demarcadas pela mesma língua de Camões” – incluindo “africanos e asiáticos de formação lusíada” (IV COLÓQUIO DEA-D, f. 5). Em meio ao reconhecimento de vínculos tradicionais e a assunção da modernidade, Edgard Santos considera as “realizações hoje possíveis com fundamento na ciência e na vontade”, apontando para a necessidade imperativa – “então esta é a hora” – de “uma efetiva rearticulação das nossas culturas luso-brasileira, lusíada, ibero-americana”, à custa da “elaboração de um programa de fortalecimento comunitário, consequentemente afirmativo e respeitável” (IV COLÓQUIO DEA-D, f. 7).

As avaliações do Colóquio pelos participantes imbricam no papel da Universidade nas relações culturais luso-brasileiras e baianas coetâneas. Esse é o caso do escritor português e coloquista Joaquim Paço d'Arcos, para quem a atuação da Universidade da Bahia definia-se à conta de Edgard Santos, particularmente empenhado no estreitamento das relações entre Brasil e Portugal. Por ocasião da sua morte, coloca o evento em sintonia com a política universitária desenvolvida pelo reitor: “Essa sua actividade de aproximação com o nosso país culminou em 1959 com a realização na

⁴ Arquivo do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Documentação para a Editoração dos Anais (DEA). Salvador, Universidade Federal da Bahia. A documentação extraída desse arquivo está referenciada por meio do código DEA-D = Discursos.

Bahia do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros” (AHS-RJP, *Diário Popular*, 28.6.1962).

Os anos cinquenta tornam-se momento de atualização, articulação e desintegração de alianças e de confrontos, envolvendo ideários diversos, por entre um magma simbólico abrangente que parecia aproximá-los sob o prisma do discurso humanista iluminista, tanto quanto desautoriza unidade ou uniformidade de leitura. Afinal, esse é um momento de encontro, colóquio e discussão entre figuras tão díspares e contrárias como George Agostinho da Silva, Adolfo Casais Monteiro e Marcello Caetano, bem como de confronto e debate entre traços e facções representativos da tradição e da modernidade, do ímpeto cosmopolita na abertura às relações internacionais e dos influxos nacionalistas e regionais.

Por intermédio do governo do Estado e da Universidade da Bahia, a cidade do Salvador passou a ser palco de uma singularíssima conjugação de ambiência e realizações, marcada pelo encontro de intelectuais e personalidades da cultura, tanto quanto pela intensificação do movimento de circulação dos bens simbólicos e de trânsito efetivo de individualidades. Tomando a expressão de Weber, vários pesquisadores desse período caracterizam-no pela “efervescência cultural”⁵, repetida à exaustão, pelo que revela da articulação das forças postas em cena, especialmente no que se pode flagrar de confluência ou de tensão entre elementos contrários.

A convivência, e mesmo a articulação, entre a tradição e o modernismo, entendido este sob o prisma da novidade e do antipassadismo, é trabalhada por Antonio Risério em *Avant-garde na Bahia*. Atento às instâncias decisórias e às atuações indi-

viduais nos campos da produção e da circulação culturais, equaciona-o enquanto antinomia e paradoxo que, em parte, se resolvem nos termos da “dialética do cosmopolita e do antropológico” que formula (RISÉRIO, 1995).

O seu enfoque é, eminentemente, o de resgatar parte do movimento cultural baiano da época sob o signo da vanguarda, de uma vanguarda que se instala em ambiência de caráter conservador e, como

tal, contrasta com o perfil tradicional da província. Curiosamente, exalta, nas figuras do maestro Hans Joachim Koellreutter e da arquiteta Lina Bo Bardi, a contribuição relativa ao novo – “Com Lina e Koellreutter, a informação vanguardista por excelência fez o seu desembarque” (RISÉRIO, 1995, p. 103) –, reserva tratamento diferenciado e indiferente às figuras já integradas à cidade ou pertencentes aos estratos da cultura local, mas inclui, com destaque, George Agostinho da Silva no centro da cena.

Com Agostinho da Silva defrontamo-nos com o intelectual português que experimentou a inserção mais marcante na vida baiana da segunda metade do século XX. Congrega, de modo inusitado, nexos de tradição e de novidade, pelo que de iconoclasta se mostrava, o que suscitou um círculo de admiradores e seguidores entre a intelectualidade local. À margem das relações luso-baianas oficialmente investidas, por conta da dissidência com o regime salazarista que o trouxe ao Brasil, pode ser tomado por responsável por uma das interlocuções culturais mais fecundas da cultura portuguesa na Bahia.

A figura paradoxal e complexa de Agostinho da Silva remete-nos, de través, à ancoragem na tradição com que se configuravam via de regra as relações Bahia-Portugal à época. Tendência prevalecente, oferecia argumentos, matéria e forma aos discursos de aproximação e de aliança, à retórica da familiaridade e fraternidade entre os dois povos, bem como a projetos de unificação. Dentre esses, ressaltem-se a construção ou consolidação de uma Comunidade luso-brasileira e as propostas de unificação de nomenclaturas científicas na área da medicina, do direito e da

⁵ Torna-se necessário deslocar a apropriação exclusiva da expressão: cf. Heloísa Buarque de HOLLANDA, *Impressões de viagens*; CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. São Paulo: Brasiliense, 1980, e Antonio RISÉRIO, *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995. “Efervescência espiritual” é também expressão utilizada pelo crítico Adalmir da Cunha Miranda para referir-se à agitação cultural da capital baiana: cf. Notícias da província. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18.jul.1959.

arquivística, incluindo-se propostas de unificação de aspectos da prática do Direito entre Portugal e Brasil, em termos de “uma teoria comum”, ou a defesa de uma “medicina luso-brasileira”, levantadas durante o IV Colóquio (RIBEIRO, 1999).

A mostra de modernismo cultural que o Colóquio pode desvelar à leitura ocupava-se quase obsessivamente do período colonial brasileiro e do correspondente epocal português. Nas secções destinadas às letras e às artes, os olhares estavam voltados para os séculos XVI a XVIII – este em sua tardia expressão barroca – para Luís de Camões e António Vieira, para personalidades esquecidas no passar dos séculos. Nas ciências sociais e humanas, mantinha-se ainda o diálogo com a tradição, atenuado nas secções dedicadas às ciências médicas ou ao técnico-instrumental. Em quase todas as secções de comunicações perpassa o fio condutor de um interesse pelo passado histórico e pelas origens de instituições médicas, jurídicas, sociais e culturais.

A “modernidade tardia” dos anos cinquenta na Bahia correspondia à conjugação do prédio da Reitoria da Universidade, recém-construído, em sua retomada do estilo neoclássico – embora Hernani Cidade o remonte às edificações setecentistas portuguesas – e em seu caráter *kitsch* referido, hoje, por Antonio Risério, com o Teatro Castro Alves e o Hotel da Bahia, construídos, à mesma época, segundo o modernismo mais arrojado. Para as questões em tela, interessa-nos uma outra referência que pode ser tomada como ícone do poder de inserção da cultura portuguesa na Bahia, assim como da sua fixação no eixo da tradição associada ao patrimônio cultural: o Museu de Arte Sacra, fundado em 1959.

Até o ano do IV Colóquio, a cidade de Salvador contava apenas com um museu: o Museu de Arte do Estado da Bahia, fundado em 1918, uma vez que o Museu de Arte Moderna da Bahia havia sido criado, por lei, em julho de 1959, mas inaugurado no ano seguinte e funcionava provisoriamente no foyer do Teatro Castro Alves. O quadro será alterado com a criação do Museu de Arte Sacra da Bahia, iniciativa da Universidade da Bahia, inaugurado, durante o Colóquio, como intencional marca dos laços entre as duas culturas, no sentido da configuração reiterada da idéia de luso-brasilidade.

No Museu de Arte Sacra, que acarretou a restauração do amplo complexo seiscentista que abriga capela e museu, mediante convênio entre a Universidade e a Mitra Metropolitana do Salvador (NOTÍCIA, 1967, p. 82-3), foram reunidas para a exposição inaugural desde peças brasileiras e baianas, cedidas pela arquidiocese do Salvador e por particulares, a peças pertencentes a acervos portugueses, a exemplo do Museu de Évora, oficialmente cedidas e especialmente trazidas, fato largamente noticiado pela imprensa. O Museu era o timbre – mais que sinal – da aproximação luso-brasileira, dos vínculos marcados tanto pela história comum, quanto pela natureza profunda da convicção religiosa ali presentificada nas peças brasileiras e portuguesas que se assemelhavam e reuniam. O Barroco, característico da maioria das peças, impunha-se como referência estético-estilística dessa luso-brasilidade.

Os resultados finais, nos dois casos – Reitoria e Museu, para além da analogia que podemos atribuir-lhes por conta das suas funções, remetem à fabricação de corpos compósitos, marcados pelos dois elementos convencionalmente contraditórios. Daí ressalta a lição de, em nome do desenvolvimento local e do entendimento dos “povos-irmãos”, dar-se a introdução de uma novidade cultural com o caráter eminentemente tradicional. Recuperava-se a cultura colonial “brasileira” no que recebia de incentivo e empreendimentos, a modernidade chegava por via da tradição. Recuperava-se também a cultura portuguesa restaurando-a no seio da cultura baiana; a tradição nutrindo-se da modernidade empreendedora daqueles tempos, no entrelaçamento das duas ordens.

Sintomaticamente, a valorização conferida à preservação do patrimônio artístico projetava-se sobretudo sobre o período colonial brasileiro, fazendo-se permear pelo imaginário cultural de viés colonial que envolvia as relações entre Portugal e Brasil à época. Para mais, perpassava, nos registros relativos ao Museu, o mito da *terra-mater*, que, a depender da interpretação era atribuída a Portugal e à Bahia, ou às duas simultaneamente, como convinha a formações luso-brasileiras.

Se, em linhas gerais, o museu representava à época uma função sócio-cultural, os museus de Arte Sacra e de Arte do Estado, vinculados a um lastro

tradicional, integravam-se tanto às atividades de pesquisa e extensão da Universidade quanto ao processo de renovação cultural da cidade, no que concerne à abertura de um espaço entronizado como “lugar de memória” ou Memorial das relações culturais e da ação colonizadora, a associar Brasil, Bahia e Portugal na contemporaneidade.

Com a mediação de Silviano Santiago (1987), apontando uma “tradição da analogia” nas configurações do moderno no Brasil, que relativiza a propalada “tradição da ruptura” modernista, divisamos o traço de neoconservadorismo que marcava a intelectualidade portuguesa e brasileira diretamente empenhada na consolidação das relações luso-brasileiras e baianas.

Afinal, o projeto de uma universidade de “última geração”, atingindo campos ainda inexplorados e arregimentando figuras ilustres e produtivas no sentido da busca da excelência, ultrapassava a esfera acadêmica em direção ao histórico-social e articulava-se a um modelo ditado pelas glórias do passado, como se pode flagrar nas palavras com que Edgard Santos, em 1961, em “carta de despedida” ao Reitor em exercício Orlando Gomes, porquanto não fora reconduzido à reitoria como esperado, definiu como seu “o ideal de uma Universidade que restaurasse o antigo prestígio cultural e científico da Bahia” (NOTICIA, 1967, p. 86).

Estavam em jogo “necessidades *políticas* de legitimar a hegemonia atual mediante o prestígio do patrimônio histórico” (CANCLINI, 1998, p. 51). Para Portugal, em particular, o patrimônio histórico-cultural adquiria um suplemento estratégico:

O patrimônio histórico e as culturas tradicionais revelam suas posições contemporâneas quando, da perspectiva da sociologia política, indaga [sic] de que modo um poder duvidoso ou ferido teatraliza e celebra o passado para reafirmar-se no presente (CANCLINI, 1998, p. 29-30).

As tensões da época respondem à leitura de Canclini, a que se soma, da parte de Portugal, a necessidade estratégica de consolidar a aliança política com o Brasil, tanto quanto a presença cultural vista como continuidade, no que poder-se-ia entrever sinais de perda de prestígio; da parte da Bahia, a similar necessidade de recuperar lugares no cenário nacional e, talvez, assegurar o apoio das elites locais à universidade e ao seu Reitor,

haja vista a oposição que seria alvo, advinda de setores das extremas direita e esquerda.

Capítulo à parte mereceriam a Academia de Letras da Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico e o Gabinete Português de Leitura, detendo-se o olhar sobre as respectivas atuações no período. Sob a perspectiva de incentivo às relações luso-brasileiras no período, a sua participação pode ser vista sobremodo em associação com a Universidade, a par de iniciativas isoladas, em que ainda se mantém o trânsito. A relação dessas instituições com a Universidade da Bahia revelava-se nas atividades de extensão que envolviam os professores convidados, intelectuais e personalidades portugueses ligados ao intercâmbio cultural. De início, basta salientar a assunção cumulativa de cargos de muitos intelectuais baianos como professores e dirigentes, na Universidade e nas demais academias. De resto, os dispositivos até hoje vigentes de atribuição de galardões acadêmicos, cultural e político, através de insígnias e condecorações, agradecimentos e prêmios, reconhecimento e troca.

Face aos conturbados entornos político-econômicos e sociais, a modernização e a renovação cultural, linhas de força dos anos cinqüenta, articulam-se, na Bahia, com o incipiente processo de internacionalização, de cujo trânsito resultam lucros na implantação de recursos e bens, que interferia na *praxis* social e rendia dividendos, traduzidos também em poder, pelas esferas dos negócios e da política, como no terreno das formações simbólicas e culturais. No que tange às relações culturais Bahia-Portugal, modernidade confina com tradição, constata-se a inclinação obsedante pelos dividendos de um repertório tradicional: dos atos oficiais de rememoração a discursos laudatórios do passado, combinados aos apologéticos da aproximação e da familiaridade dos discursos do presente imprime-se e legitima-se a marca definidora das relações possíveis ou convenientes, então, passada, sem maiores alterações, à contemporaneidade.

À maneira de Foucault, pode-se perceber, entre os dois momentos, “a entrada em cena das forças, [assim como] a sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro” (FOUCAULT, 1995, p. 24). Face à descontinuidade histórica, em questão, nela investimos para enfatizar os modos

pelos quais, “através de uma série de ofensivas e contra-ofensivas, de efeitos e contra-efeitos, pôde-se chegar ao tão complexo estado atual de forças e ao perfil contemporâneo da batalha” (FOUCAULT, 1995, p. 150). Com a mudança dos tempos e das vontades, projeta-se a “rasura” da “tradição europeizante” de que se ressentia Lourenço nos anos oitenta, assim como vêm à tona os contradiscursos de teor nitidamente “autonomista”, por vezes antilusitano, que dividem a cena com manifestações “antibrasileiras”.

Na reconfiguração de forças e representações simbólicas atuais, o destaque é conferido à diversidade cultural, em que se esboroam as místicas do uno e do mesmo. Os dispositivos de memória e celebração do passado parecem ceder às tensões de uma temporalidade outra, na forma de signos de esquecimento e secundarização com relação ao que fora dominante e dominador. Na perspectiva de uma revisão crítica atenta à contemporaneidade e desvestida de fluxos de preconceitos e discriminação recíprocos, torna-se mais do que produtivo engendrar relações culturais entre Brasil, Bahia e Portugal diferidas, assentes em diferença, porquanto necessárias e desejáveis. Desse modo, talvez, viessem a superar ressentimentos e a despojar-se dos estigmas do conservadorismo e da “teia hipócrita e nula nos seus efeitos”, não obstante imaginária, em sentido contemporâneo. Afinal, como afirma o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferiorize e de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize” (SANTOS, 1996).

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAETANO, Marcello. *Discurso proferido na Universidade da Bahia por ocasião do seu doutoramento “honoris causa”*. Braga: Livraria Cruz, 1960.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11 reed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagens*; CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MENEZES, Pedro Ribeiro. As relações entre Portugal e Brasil – uma perspectiva pessoal. *Via Atlântica*, São Paulo, USP, n. 1, p. 36, mar. 1997.
- NEMÉSIO, Vitorino. *O segredo de Ouro Preto e outros caminhos*. Lisboa: Bertrand, 1954.
- NOTÍCIA histórica da Universidade da Bahia. Salvador: Departamento Cultural da Reitoria; Universidade Federal da Bahia, 1967.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade, alteridade*. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – FACOM – Universidade Federal da Bahia, 1999.
- RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
- SANTIAGO, Silviano. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *CULTURA Brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; FUNARTE, 1987. p. 111-45.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- TORGA, Miguel. Intervenção nos Encontros Intelectuais da UNESCO. In: *Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais*. São Paulo: Sociedade Paulista de Escritores; Anhembi, 1957.

O Projeto Reconfigurações

A partir do **Projeto Integrado Identidades: reconfigurações de cultura e política**, financiado pela FINEP e pelo CNPq, sob a coordenação geral da Dra. Bela Feldman-Bianco, resultaram inúmeros subprojetos que fazem parte do PRONEX/**Identidades**. Trabalha-se com a multiplicidade e a mobilidade de vozes, valores, imagens e discursos que coexistem e falam, no presente, identidades e pertencimentos, produzindo rearticulações e desarticulações entre elementos fundantes da nacionalidade e do Estado Nacional moderno (a língua comum, a territorialidade e a história compartilhadas) e as vivências e visões atuais.

O projeto de pesquisa **Reconfigurações do imaginário e reconstruções de identidades: produções simbólicas e relações político-culturais contemporâneas que (re)articulam Brasil e Portugal** foi uma vertente desse projeto maior, desenvolvido na UFBA, sob a coordenação da professora titular do Instituto de Letras, Dra. Eneida Leal Cunha.

Entre 1997 e 1998, a equipe de pesquisadores integrada por estudantes-bolsistas, graduandos e pós-graduandos da UFBA e, mais recentemente, da UNEB, dos cursos de Letras, Comunicação, História, Antropologia, Belas Artes e Desenho Industrial, realizou o mapeamento, análise e avaliação de produtos e políticas culturais, em especial aqueles explicitamente vinculados às comemorações dos cinco séculos dos descobrimentos, no Brasil e em Portugal. A partir disso, estão sendo lidas reconfigurações identitárias e relacionais respectivas, que se dão no contexto atual da globalização e da transnacionalidade, empreendendo análise dos documentos divulgados tanto da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil (CNVCDB), foco inicial das comemorações enquanto iniciativa do Estado brasileiro, quanto da Comissão Nacional para Come-

moração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP). Entre 01 de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2000 fez-se o acompanhamento sistemático das repercussões das comemorações na mídia impressa no Brasil e em Portugal, a partir de veículos pré-selecionados: no Brasil, as revistas semanais *Veja* e *Isto É*, os jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* (RJ) e, a partir de 1999, *A Tarde* (BA); em Portugal, o jornal diário *Público* e o periódico quinzenal *Jornal de Letras e Artes*.

Foram lidos, fichados, colecionados e estão sendo atualmente analisados, a partir de recortes específicos, os materiais publicados que abordaram os eventos comemorativos dos descobrimentos e seus desdobramentos; a questão histórica e atual da nacionalidade brasileira e portuguesa; as relações pretéritas e presentes entre Brasil e Portugal; as tensões político-culturais entre esses Estados Nacionais e a ordem transnacional contemporânea; as tensões internas atuais entre as pedagógicas narrativas da nacionalidade (os discursos da unidade e da homogeneidade nacional) e as emergentes interpelações performáticas de segmentos ou grupos que reivindicam a “diferença cultural”, o direito à voz e de auto-representação; os delineamentos e os impasses de uma comunidade política e cultural “lusófona”; as notícias/registros da produção cultural (literatura e cinema, especialmente), vinculadas à temática da “identidade nacional”.

O mapeamento desses materiais na mídia impressa e em outros veículos resultou em vastíssimo acervo de documentos, organizado em um Banco de Dados, capaz de informar tanto ao presente projeto de pesquisa, quanto a pesquisadores e projetos futuros, o “estado da arte” dos debates sobre a questão da nacionalidade, no Brasil e em Portugal, nos últimos três anos, bem como a emergência crescente de discursos e perspectivas só-

cio-político-culturais que se confrontam com as narrativas instituídas da nacionalidade.

O Projeto **Reconfigurações** vem também realizando, ao longo desses anos, uma série de atividades paralelas ao efetivo trabalho da investigação, destinadas tanto à formação de recursos humanos – não só os integrantes da equipe, mas no ambiente acadêmico em que está inserido –, quanto à amplificação dos debates que estão em sua órbita de interesse, ou seja, a formação e as feições atuais da Nação, enquanto “artefato cultural” e “construção discursiva”; as questões identitárias emergentes na contemporaneidade; e a produção cultural que veicula esses tópicos.

Ao eleger, há mais de cinco anos, as comemorações como foco estimulador da reflexão sobre as reconfigurações identitárias que ocorrem na contemporaneidade, o atual projeto apenas presenciou – pode-se dizer hoje – a fertilidade e a amplitude de seu campo de investigação. Os materiais recolhidos e os objetos de estudo que deles emergiram, só parcialmente avaliados até o presente, constituem um manancial de informações e de questões teórico-críticas sobre a problemática política e cultural contemporânea do Estado Nacional, que certamente não poderá ser exaurido, mas que justifica a continuidade dos trabalhos do **Projeto Reconfigurações**.

Familiaridade lusófona

Eneida Leal Cunha*

Resumo

Partindo da leitura das “Jornadas baianas”, relato de viagem do escritor açoriano Vitorino Nemésio publicado no livro *O segredo de Ouro Preto e outros caminhos*, em 1954, e de entrevistas com intelectuais e artistas portugueses gravadas em Lisboa, em 1998, avaliam-se as relações históricas e contemporâneas entre Brasil e Portugal, explorando nexos de aproximação e de desencontro resultantes da ambígua oscilação entre familiaridade e estranhamento, que sempre se pode flagrar nas imaginações recíprocas envolvendo esses dois países historicamente articulados.

Palavras-chave: relações Brasil-Portugal, imaginário colonial, imaginário português contemporâneo, visões da brasilidade, tensões identitárias.

Abstract

The historic and contemporaneous relationships between Brazil and Portugal can be evaluated by reading the “Bahian Journeys”, an account of the journey of the Azorean writer, Vitorino Nemésio, published in the book “The Secret of Ouro Preto and other Paths in 1954 and by listening to interviews with Portuguese scholars and artists recorded in Lisbon in 1998. Thus, it is possible to explore the nexus of proximity and differences arising from the ambiguous oscillation between familiarity and unfamiliarity, which can be detected in the mutual imagination involving these two historically articulated countries.

Key words: Brazil-Portugal relationships, colonial ideal, contemporaneous Portuguese ideal, Brazilianism visions, identity tensions.

*para João Lucas, que faz
sua parte na história outra, nossa,
do trabalho migrante.*

Os meus olhos emigraram
Na barca Flor das Marés.
Minha mãe ficou chorando,
Meu pai, de pobre morreu;
Lá no varejo da Rampa
Aquele moleque sou eu.
.....
Mentira... Não emigrei!
O galeguito foi meu Tio
Que há bons seis anos eu levei
À nossa ilha, tão redonda
Que minha Avó a choraria
Como se lágrima fosse...
“Josézinho foi para a Baía.
Era a sua sorte... Acabou-se!”

Vitorino Nemésio, *Romance do emigrante*

Em 1967, a Universidade Federal da Bahia havia incluído, entre os títulos que deveriam constituir leitura obrigatória para o Exame Vestibular, quatro novos romances – *Vindima* (1945), de Miguel Torga, *A lã e a neve* (1947), de Ferreira de Castro, *Porta de Minerva* (1947), de Branquinho da Fonseca, e *Mau tempo no canal* (1945), de Vitorino Nemésio –, os quais formavam, com outras seis obras, um acervo mínimo da literatura portuguesa, exigido aos candidatos a estudantes universitários. Ao lado desses, estavam Bernardim Ribeiro (*Menina e Moça*), Júlio Dinis (*As pupilas do Senhor Reitor*), Eça de Queirós (*A Ilustre Casa dos Ramires*), e os poetas Antero de Quental e Fernando Pessoa (falta um, que me falha a memória). Nessas circunstâncias, conheci Vitorino Nemésio, ao contrário dos três primeiros, uma leitura a desafiar, a cada página, a cada passo e imagem, quase a cada palavra, o meu exíguo e juvenil quadro de referências, tanto no plano histórico quanto

* Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa; Professora Titular de Literatura Brasileira; Pesquisadora do CNPq. leal@ufba.br.

geopolítico e vocabular. A sumaríssima apresentação ao autor, que nos faziam então as professoras da escola secundária – todas elas inteiramente convencidas das vantagens do New Criticism e da “close reading”, que relega para o último plano a informação contextual ou biográfica –, diziam muito pouco de Nemésio, informavam exclusivamente que se tratava de um escritor açoriano, o que tinha o paradoxal poder de aumentar o estranhamento. Para nós, estudantes do segundo grau, àquela época, Açores constituía um mistério a mais. Percebíamos o mundo de fala portuguesa como instalado em três indubitáveis blocos, isolados em continentes – Portugal, África e Brasil. Ficava aquele território no meio do mar e em meio às dúvidas, se uma colônia a mais, escamoteada nos discursos intrigantes de um Estado que se constituía, ainda àquela época, na descontinuidade territorial, integrado por incompreensíveis “províncias ultramarinas”. Aliás, todo o Portugal era para nós – continua sendo? – um misto de familiaridade e estranhamento, com um agravado: para aqueles anos de intensa escolarização política, da experiência do arbítrio e de total rebeldia contra os governos autoritários, tanto as históricas razões da familiaridade quanto as presentes razões do estranhamento convergiam a alimentar em nós, jovens brasileiros, um impulso da recusa.

Nem uma palavra dita ou escrita a favor da leitura de *Mau tempo no canal*, àquela época, dedicou-se a nos informar que Vitorino Nemésio estivera tão próximo, havia tão pouco tempo; que se tratava de um intelectual vindo à Bahia e à Universidade (à qual pertencia o Colégio onde estudei), como parte da missão ou da itinerância portuguesa, para levar ao mundo o conhecimento da sua alta cultura literária; muito menos nos disse dos seus livros sobre o Brasil, sobre a Bahia, nos quais as visões de viajante poderiam ter nos ajudado a entrever o porto de origem, a experiência do ilhéu e os Açores.

Sinais de um tempo de quando um conjunto significativo de obras da literatura portuguesa compunha, ao lado da literatura brasileira, o elenco de textos – canônico e inexplicado, é bem verdade – que deveria constituir a bagagem mínima de um estudante secundarista. Sinais do tempo, também, as hierarquias duras que tornavam incompatíveis arte e vida, texto e autor, literatura e infor-

mação biográfica, romance e outras histórias. De certa forma, é contra essa tradição de confinamento na textualidade literária que se coloca este breve artigo, provocado pela louvável iniciativa de examinarem-se as articulações entre Bahia e Portugal. Não faço parte da numerosa comunidade de estudiosos do escritor Vitorino Nemésio; lamentavelmente, não faço sequer parte da comunidade de especialistas em Literatura Portuguesa. Entretanto, as relações entre Brasil e Portugal, no plano histórico e no plano cultural, estão no cerne da investigação à qual venho me dedicando, nos últimos cinco anos.

O recorte temático que o título do artigo indicia diz um pouco dos caminhos que me podem levar hoje a Vitorino Nemésio ou a Portugal: sou uma professora de Literatura Brasileira, especialmente interessada em nossa história cultural e identitária; compelida, portanto, a avaliá-la, desde a sua formação, em familiaridade com a tradição histórica, imperial e literária portuguesa; compelida também a repensá-la, hoje, na paisagem formada pelos embates e pelos intercâmbios entre a cultura nacional e as contingências da transnacionalidade; ou, ainda, a atentar para palavras não tão novas, mas que emergem hoje com outros sentidos: a comunidade luso-afro-brasileira, as culturas lusófonas. Deste lugar, leio Nemésio, ou, para ser mais precisa, deste lugar, reli, com prazer, as “Jornadas baianas”, incluídas no seu livro *O segredo de Ouro Preto e outros caminhos*, movida por perguntas bem pontuais, que se desdobram: como esse intelectual e escritor português de Açores, na década de 50, vê a Bahia? Como articula o que vê às imagens desta terra formadas além-mar? Como lida com a continuidade e a descontinuidade que, histórica e incontornavelmente, abarcam Portugal e Brasil? Como tais visões da Bahia dos meados do século passado podem ser relacionadas com outras visões portuguesas do Brasil, mais recentes? Ressalva necessária: não se trata de fazer aqui um exercício de imagologia – palavra terrível, que designa os estudos das imagens que uma cultura, uma literatura, produz sobre outra –, embora seja um exercício de leitura inspirado no que atualmente, no campo das Letras, considera-se próprio da crítica cultural: uma reflexão sobre identidade e alteridade.

Vitorino Nemésio, desde “O Primeiro ‘clichê’ da Baía” – uma Baía em edição portuguesa, sem o ‘h’, que nos surpreende e distancia, – já nas páginas iniciais das “Jornadas”, fala-nos de uma Salvador “remota e utópica”, contemporânea a Vieira, apreendida em livros, nos “tempos heróicos da [sua] iniciação nas coisas de Vera Cruz, 1931”, ano da primeira viagem imaginária sua ao Brasil, capitaneada por Manuel de Souza Pinto e seus “livros brasileiros”. Comenta Nemésio: “Tínhamos a impressão de que Pedro Álvares Cabral era ele mesmo e nós os gajeiros da abordagem”. Manuel de Souza Pinto, titular da Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa, era um “brasileiro do Chiado que, se tinha sotaque, era alfacinha, porém brasileiro firme no bilhete de identidade e na alma. Cálido e sóbrio, um pouco carioca na sua grave elegância...”; o professor figura, para Nemésio, entre “os homens generosos e ilustres da ‘aproximação’ e do ‘intercâmbio’” – palavras dele e por ele aspeadas –, “como um traço de união fundo e afoito” (NEMÉSIO, 1998).

O escritor Vitorino Nemésio também foi um homem da ‘aproximação’ e do ‘intercâmbio’, ou, como afirma Maria de Fátima Ribeiro, em tese recente sobre o IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Salvador em 1959, “Nemésio pode ser visto como uma figura emblemática do sentido de intercâmbio cultural luso-brasileiro, percebido em termos de itinerância enquanto missão e peregrinação a realizar” (RIBEIRO, 1999).

Mas, apesar dos compromissos da missão cultural, tão impregnada dos impasses e do esgotamento da política colonial portuguesa à época; apesar de eventuais alusões a uma repetição, em diferença, da viagem de conquista e formação do império (“cá vamos à vôo, descobrindo o Brasil”, diz ele, em viagem aérea que o impressiona); apesar mesmo da aprendizagem anterior e literária, da Bahia escrita, lida em Vieira, Gregório de Mattos e Boteelho de Oliveira, é outro o foco da proximidade, da continuidade ou contigüidade entre Portugal e Brasil que Nemésio privilegia nas suas visões daquela

“Jornada baiana”. Pois, como adverte: “A história não é só feita de naus, de missões e de Invencíveis”.

As representações da cidade de Salvador na escrita de Nemésio – representações porque são já relato, recuperação de memória – organizam-se todas na confluência de semelhanças e contrastes, entre a Lisboa conhecida e a Bahia por descobrir. É impossível ao leitor de Vitorino Nemésio discernir qual o

movimento dominante do seu olho e em seu texto: se contra um pano de fundo, todo ele constituído por semelhanças, ressaltam, no primeiro plano, as diferenças; ou se é o contrário, ou seja, o foco posto no que é novo, diverso, embora inserido numa paisagem cultural e arquitetônica que lhe parece familiar. Em contrapartida, a genealogia da semelhança ou a história da familiaridade eleita por Nemésio não deixam saldo de dúvidas:

**As representações
da cidade de Salvador
na escrita de
Nemésio – representações
porque são já relato,
recuperação de memória –
organizam-se todas
na confluência de
semelhanças e contrastes,
entre a Lisboa conhecida
e a Bahia por descobrir**

Mas a minha Baía imaginária já vinha traçada de antes. Lembro-me muito bem. Era endereço semestral de meu velho tio José, que veio em menino labutar no atacado de ‘seu’ João Borges do Rego, morador do Caquende, e que de lá reemigrou, ao chamo da borracha, para a Manaus radiosa das peúgas de seda e Ópera de ouro e de mármore. Aqueles Regos formavam uma sólida estirpe rural na ilha Terceira (...) A minha velha Baía decorada e mandada pelo correio, vejo agora que talvez não sejam de todo inexata.¹

Nas ruas da cidade brasileira onde mais nítidos, acintosos mesmo, são os traços da herança colonial, Nemésio tem a percepção fina de uma outra história familiar, construída cotidianamente por anônimos imigrantes portugueses, uma história sem heróis, sem grandes conquistas ou fatos monumentais, modo geral pouco lembrada, condenada a ficar numa zona de sombra, quando se pensa nas relações entre Brasil – ou Bahia – e Portugal. A continuidade entre Europa e Novo Mundo, é certo, foi instalada por uma eficaz e violenta ação colonizadora, mas se dá no presente – naquele presente vivido aqui por Nemésio – não mais exclusivamente

¹ As citações são de “Jornada Baiana”, de Vitorino Nemésio. In: NEMÉSIO, Vitorino. *Os segredos de Ouro Preto e outros caminhos*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

como saldo da experiência colonial pretérita, e sim como experiência atual, atualíssima, ainda na década de 50, do trânsito intenso dos portugueses que emigram, que vêm e retornam – ou eventualmente não. A familiaridade principal e mais viva, para o autor açoriano, decorria dessas viagens em mão dupla:

Agora já sei tudo. A 'dança de pretos' que o Luís Inácio ensaiava na ilha da minha meninice, às vozes de '*ginga, minha negra!*', não era mais do que a batucada baiana aprendida nos seus tempos de 'maroto'... Levava semanas e semanas a recrutar entre a rapaziada ilhoa da lavoira e da pesca os futuros negros da dança e as negrinhas roliças e gingonas. Saíam a campo pelo Entrudo. Mas às vezes o suor do batuque também armava em pintor, e as caras imberbes listavam-se de um branco inoportuno.... E Luís Inácio, sacando o berimbau, manobrava a capoeira entre as alas do povo boquiaberto.

Ou ainda:

Os quintais ilhéus lá tinham o araçazeiro em flor, e logo seus frutos perfumados. Um ou outro curioso, recém-chegado 'de lá', semeava a pequena goiabeira, que abria seu fruto cor-de-rosa... Depois, o tacho de cobre fervia e a goiabada esfriava nas latas redondas da dispensa.

Memórias de um açoriano, poder-se-ia dizer, imaginações próprias de uma tradição de ilhéus e migrantes. Mas não é esse o quadro que nos fornece Nemésio. Percorre e vive a Bahia, registrando a cada passo o encontro com esses outros construtores da familiaridade, com "o rapaz de honra e coragem que vinha continuar a seu modo, com rosairinho e os tamancos, a obra outrora magnífica do jesuíta e do emboaba". A continuidade que interessa a Nemésio não é, portanto, a plasmada pela dominação e administração colonial, mas a construída "de baixo", quase sem interrupção, desde o século XVII, quando Portugal começa a ser menos uma metrópole imperial e mais e mais um país de emigração, do qual se sai em busca de trabalho. De onde se chega, já nos meados do século XIX, para disputar com os escravos libertos as escassas oportunidades de trabalho, nas ruas do Rio de Janeiro. Um Portugal que encontrara já no táxi, antes de chegar à Bahia – "o motorista é firme – firme e falador. É brasileiro nato e carioca legítimo. O pai, português, de Santa Comba, orgulhoso de Salazar, do bairro do Vimeieiro..." .

E ainda:

À mesa do almoço, uma descoberta americana: o criado que me serve é baiano, mas filho de galegos, trabalhou muitos anos em Lisboa, num hotel meu conhecido. O seu sotaque é português, e é com vogais fechadas que me diz que o cozinheiro é de Vila Nova de Gaia.

Talvez porque a atual familiaridade tenha sido compreendida como resultado do trabalho contínuo de pequenos e anônimos atores sociais, Nemésio, ao referir-se à continuidade lingüística, possa propor uma alteração do lugar comum ou do nome próprio que a designa: a língua já não é a de Camões e Machado, mas, como diz, "de Caminha e Euclides", que escreveram seus testemunhos, como ele próprio, Nemésio, em viagem de trabalho.

Mas há ainda outra – ou outras – descobertas americanas. Uma segunda, previsível, ocupa largo espaço ou constitui muitos passos das "Jornadas". A Bahia quase toda negra, africana, nos corpos, nos costumes de rua, nos odores – "quem pôs esta loura angélica no chocolate humano do bonde?" , pergunta e ele mesmo responde:

"A mesma mãe das raças, que decorou de guarda-chuvas os braços roliços das negrinhas; isto é: a Baía.(...) E se comprássemos já o xerê sacral para o candomblé? A cabacinha mágica para os defumadores propícios.... Mas não, ainda é cedo. Tudo requer seu tempo e sua iniciação. Vou mirando, entretanto, os frascos de pimentinha, recolhendo os primeiros flagrantes do bate-papo da negrada. A mulatinha de tranças passou, batendo o chinelo; o cais é um mar de cor, de labuta e de detritos (...) Já lá está uma baiana a rigor, vendendo acarajé; uma negrinha elegantíssima põe por um instante uma nota azul no tabuleiro, outra perpassa luzindo os seus totós de carapinha, que parecem sabugos de uma cabrinha mocha – Cabrocha! – julgo ouvir; mas isto é já literatura.

A Bahia certamente foi (tem sido) muito mais a madrastra, possessiva e cruel, do que a mãe dos negros, que não vieram aqui "a trabalho", como os imigrantes, mas foram trazidos para o trabalho escravo. Vitorino Nemésio os vê, sem dúvida, no quadro dos estereótipos retirados em grande parte da literatura, como honestamente adverte. Mas os vê, os reconhece em toda parte como a mais sensível, provavelmente até a mais palpável diferença entre a paisagem de lá e as paisagens de cá. E isso não é pouco, além de ser flagrantemente diverso de uma outra visão da demografia brasileira, que nos diz:

A única coisa extraordinária (em relação ao Brasil) é – mas eu nunca estudei isso, vocês devem saber isso muito melhor do que eu – é que houve no processo de... eu ia dizer europeização, mas também há japoneses, e há libaneses, e há outros povos, mas, basicamente, de europeização. Como é que conseguiram e quando é que conseguiram saltar de um “recrutamento” exclusivo de colonos portugueses, o que nunca permitiria que o Brasil tivesse hoje à volta de 180 milhões de habitantes ou coisa que o valha. Houve ali uma diversificação, que também há no Uruguai, na Argentina, mas nunca pode ter sido quantitativamente tão expressivo quanto foi no Brasil, porque senão o Brasil não tinha podido em tão pouco tempo atingir a demografia que tem hoje.²

Esta é uma das visões do Brasil tomadas em depoimento gravado, pelo projeto de pesquisa *Reconfigurações do imaginário e reconstruções de identidades: produções simbólicas e relações político-culturais contemporâneas que (re)articulam Brasil e Portugal*, que ora nos ocupa. Foram entrevistados em Lisboa, em 1998, portugueses que cabem, modo geral, na ampla rubrica dos ‘intelectuais’ em missão cultural – na qual se inseria também Vitorino Nemésio, nos meados do último século: escritores, artistas, professores, jornalistas, diplomatas, direta ou indiretamente vinculados, como planejadores ou executores, às iniciativas culturais patrocinadas em nossos dias pelo Estado Português³. Foram todos instigados a falar, entre outros itens, sobre a sua visão do Brasil e sobre as relações, presentes e pretéritas, entre Brasil e Portugal. Seus depoimentos contrastam radicalmente com o de Nemésio, porque, é claro, contrastam os tempos.

Se para os anos 50 e 60 a ênfase em uma renovada, revitalizada, “comunidade luso-brasileira” estava no cerne da política cultural portuguesa – que Nemésio integra, à época –, constituindo um dos primeiros esboços de uma perspectiva da geopolítica transnacional, nos dias de hoje a transnacionalidade que se experimenta é outra, efetiva,

Nessa nova e contemporânea existência portuguesa, as visões do Brasil são pouco nítidas, expressam mais o desconhecimento e a perplexidade do que a antiga familiaridade

já não se expande através do Atlântico, nem Portugal está mais de “costas para a Europa”, como disse um dos entrevistados. Nessa nova e contemporânea existência portuguesa, as visões do Brasil são pouco nítidas, expressam mais o desconhecimento e a perplexidade do que a antiga familiaridade. Sintomaticamente, as visões atuais recalcam tanto os aspectos que podem trazer à tona o parentesco do Brasil com a África, que a história colonial

promoveu e reforçou, como os dilemas da diáspora reversa, dos imigrantes vindos das ex-colônias, inclusive do Brasil, que se dirigem para Lisboa, pois se a economia transnacional ou globalizada é livre – libérrima, diria ao modo de Castro Alves – para a circulação dos capitais, a circulação atual da força de trabalho ou dos trabalha-

dores sofre restrições intensas e cada vez mais institucionalizadas, mais bem acordadas entre os países europeus.

Já no abrir da década de 60 Vitorino Nemésio se defrontava com os sinais de que “A velha Lusitânia [está] golpeada em toda orla e orbe” – palavras dele, em carta dirigida a Hélio Simões. Se a constatação de que “o modo como a comunidade se esboroa dói à nossa criação duma utopia que, decididamente, só poderá subsistir num saudosismo livresco...” (RIBEIRO, 1999)⁴, hoje, para o Portugal integrado em outra comunidade, membro da União Européia ou como o país que “retornou à Europa” – expressão freqüente nas entrevistas que realizamos – a experiência quotidiana do Brasil se faz para além daquela familiaridade propalada até quase o final do século XX. Conhece-se o Brasil hoje, em Portugal, não mais através das suas altas construções literárias, mas através da mídia televisiva e da chamada cultura popular e massiva. Viajam de Portugal para o Brasil não mais os homens que trabalham, mas os investimentos de capital. Convive-se com os brasileiros que já não são exclusivamente trazidos em visita pelos laços de parentesco, mas pelo muito próspero mercado do turismo ou pela

² Entrevista realizada em Lisboa, em agosto de 1998, com alto funcionário do Governo Português, à época.

³ Essas entrevistas, realizadas conjuntamente com a Dra. Izabel Margato (PUC-RJ), estão sendo editadas e negociadas com os entrevistados para publicação em livro. Como parte delas ainda não tem autorização a sua publicação, omitem-se aqui os nomes dos entrevistados.

⁴ Em sua tese a pesquisadora reproduz e analisa parte da correspondência entre Vitorino Nemésio e o intelectual baiano Hélio Simões.

contingência migrante nova, ameaçadora, porque resulta na disputa dos valorizados postos de trabalho na Europa de hoje.

É neste cenário pouco ameno, ou pelo menos distante da antiga familiaridade, que se dão atualmente as relações entre Bahia, Brasil e Portugal, que me fizeram reler Vitorino Nemésio, um Nemésio a nos provocar, perguntando-nos se o saldo que nos resta de aproximação e intimidade está mesmo confinado entre o saudosismo livresco e as determinações do deslocamento dos capitais ou dos investimentos no mercado turístico.

REFERÊNCIAS

NEMÉSIO, Vitorino. Jornada Baiana. In: *Os segredos de Ouro Preto e outros caminhos*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: relações culturais, identidade, alteridade*. Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – FACOM – Universidade Federal da Bahia, 1999.

Considerações sobre a atual crítica ao cinema brasileiro exibido em Portugal

Regina Gomes*

Resumo

Este trabalho se propõe a discutir a recepção (crítica) de filmes brasileiros exibidos em Portugal na década de 1990. Inferimos que, nos textos atuais de críticos portugueses, existe uma preocupação demasiada em analisar os filmes brasileiros à luz de referenciais que remetem aos anos 60, isto é, ao movimento conhecido por Cinema Novo. A crítica, enquanto registro da história dos efeitos da obra, talvez esteja excessivamente vinculada a um período restrito (anos 60-70), onde as estéticas cinematográficas consagradas historicamente permanecem como modelos absolutos de qualidade e de contestação às grandes produções, sobretudo hollywoodianas. Outra questão observada, a priori, nas críticas analisadas diz respeito às freqüentes remissões a um enquadramento entre os novos filmes e as telenovelas brasileiras exibidas em Portugal.

Palavras-chave: comunicação, cinema brasileiro, crítica, recepção, relações internacionais.

Abstract

This paper intends to discuss the reception (review) of the Brazilian movies exhibited in Portugal in the 1990s. The present Portuguese reviews are deeply concerned in analyzing Brazilian films under the influence of the movement of the sixties known as Cinema Novo (New Cinema). This criticism is strongly bound to a restricted period (60s and 70s), where the historically renowned cinematographic aesthetics remains as absolute quality models in opposition to the big productions, especially the ones from Hollywood. Another question that was observed in the analyzed reviews is concerned with the attempt of fitting into the same categories the new films and the Brazilian soap operas exhibited in Portugal.

Key words: communications, Brazilian cinema, film criticism, reception, international relationships.

O trabalho propõe discutir a recepção de filmes brasileiros exibidos em Portugal na década de 1990, período compreendido como a época da retomada do cinema no Brasil. Trata-se de um projeto ainda em curso, mas que já apresenta algumas considerações provisórias relevantes à reflexão sobre a atmosfera cinematográfica luso-brasileira. Aqui, é importante compreender o cinema como lugar de exercício teórico para o debate acerca da recepção de obras artísticas, debate este considerado como

elemento central para o conhecimento e a interpretação do processo cinematográfico.

O desejo de saber como os diversos espectadores recebiam a obra cinematográfica ao longo de um determinado período histórico revelou meu interesse em realizar este projeto, cuja intenção era investigar como os espectadores portugueses têm recebido os filmes brasileiros.

Neste contexto, importava a análise de filmes brasileiros exibidos em Portugal, a recepção e o impacto que estas obras causaram aos espectadores lusos. Investigar qual a posição da crítica especializada portuguesa em relação a esses filmes e se, de algum modo, isso veio a influenciar na aceitação

* Mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e professora do curso de Comunicação Social da Universidade Católica do Salvador. reginagomesbr@yahoo.com.br.

ou não destas obras, traduziu-se num desafio. Este espectador será reconhecido, sobretudo, enquanto sujeito histórico nas críticas analisadas. A crítica como representante de um horizonte de expectativas da época.

É importante observar que este texto tem um caráter declaradamente preliminar e exploratório e irá assentar-se em algumas hipóteses mais adiante descritas. Assim, propomos começar nossa análise a partir de textos veiculados em publicações eletrônicas destinadas a crítica cinematográfica. Entretanto, um breve histórico do cinema brasileiro desde os anos 60 faz-se necessário e esclarecedor.

No início da década de 60, o Cinema Novo surge como um movimento político-estético que ressalta a importância do autor e rejeita o predomínio do produtor e da indústria na realização de um filme. Jovens cineastas propõem a elaboração de obras voltadas à realidade brasileira e defendem uma linguagem mais adequada à situação social do país.

Primeira experiência importante no cinema do terceiro mundo, o Cinema Novo pode ser considerado como a tradução brasileira de estéticas cinematográficas nascidas no pós-guerra, como o Neorealismo italiano e a *Nouvelle Vague* francesa. Filmes como *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha, principal nome do Cinema Novo, *Os fuzis* (1963), de Ruy Guerra, considerados como obras-primas da cinematografia brasileira, dão início ao movimento cuja temática inicialmente centraliza-se no trabalhador rural e na miséria da região nordeste do Brasil.

Este movimento estético irá representar a afirmação cultural do cinema brasileiro que passou a ser internacionalmente considerado como um dos mais revolucionários focos de criação do cinema moderno. Em muitas salas européias, estes filmes ganham exibição e notoriedade por parte da crítica especializada. Em 1962, o filme *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, ganha a Palma de Ouro no Festival de Cannes e, em 1967, *Terra em transe*, de Glauber Rocha, consagra-se como um dos melhores filmes do mundo.

Segundo Ruy Castro (2001, p. 16), discutir cinema nos anos 60 era uma questão de vida ou morte. Estudantes, intelectuais, cinéfilos e até os próprios

críticos e cineastas envolvidos num painel histórico rico e criativo¹, olhavam o cinema como uma fascinante experiência de vanguarda.

Entre os anos 70 e 80, o Brasil amargou um regime autoritário-militar que, embora sob o peso de uma censura ideológica estúpida, acabou por caracterizar-se pelo desenvolvimento de um parque industrial de cultura que promoveu produções como *Dona Flor e seus dois maridos*, de Bruno Barreto, em 1976, que estoura nas bilheteiras e vira produto de exportação especialmente para as salas de cinema da Europa. Em 1981, o Brasil real surge nas telas com *Eles não usam black-tie*, de Leon Hirszman, vencedor do Leão de Ouro em Veneza. Neste mesmo período, o mercado internacional absorve fitas como *Memórias do cárcere*, de Nelson Pereira dos Santos, *Pixote, a lei do mais fraco*, *O beijo da mulher aranha*, ambos de Hector Babenco e *Eu sei que vou te amar*, de Arnaldo Jabor.

Apesar da grande quantidade de produções nesta época, o cinema vai tomar rumos bem diferentes da fase anterior e adotar uma postura mais comercial iniciada pelo cinema americano hollywoodiano convertido em espetáculo.

Entretanto, a defesa de um cinema anticomercial com aspirações identitárias e politicamente engajado, fazia parte dos calorosos debates promovidos pelos órgãos de cultura. Cineastas presos a uma visão exclusivista da função social da obra de arte, exigiam do cinema uma natureza de crítica social. Para André Parente (1998, p.131), na década de 80 o cinema vai adotar uma “estética nickel” que faz os objetos brilharem como na publicidade, a ponto de Jean-Luc Godard² afirmar que “o cinema já não faz mais parte da indústria da comunicação, mas sim da indústria do cosmético”.

Os movimentos de vanguarda dos anos 60 eram utilizados como parâmetro e modelo basilar para repudiar o lixo de Hollywood e, dessa forma, o cinema brasileiro do período passou a ser considerado como mero dublador dos colonizadores que não sabem impor o desejo do novo, como fizera Glauber

¹ Neste período surge o movimento da *Nouvelle Vague* francesa, formado por ex-críticos convertidos em diretores. A guerra do Vietnã não saía das manchetes internacionais e o movimento da contracultura pregava a resistência ao consumismo.

² GODARD, Jean-Luc. *Histoires du cinema*, 1989.

Rocha anos antes. André Parente, chega a afirmar: “O cinema dos anos 80 representa um retrocesso imenso em relação à tradição inventiva dos movimentos e momentos do modernismo brasileiro, a força de copiar as cópias dos outros.”

Os anos 90 foram particularmente singulares para o cinema brasileiro. Marcado inicialmente por uma retração na produção de títulos nacionais – causada pela política de privatizações do governo do presidente Fernando Collor de Mello³ –, este cinema passa por uma renovação, especialmente a partir de 1995, e a produção de obras de qualidade tornam-se viáveis com o grande número de prêmios alcançados neste período. Filmes como *Terra estrangeira* (1995)⁴ e *Central do Brasil* (1998)⁵, ambos de Walter Salles

Júnior, implementam uma nova dimensão à cinematografia brasileira, que ganha espaço nas salas do velho continente, especialmente nas grandes capitais como Lisboa, Paris e Madrid.

A formação de um público fiel ao cinema brasileiro cresce auxiliando o processo de revitalização da auto-estima perdida no começo dos anos 90. Em Portugal, os filmes brasileiros que conseguiram driblar o rigoroso monopólio das redes distribuidoras, foram exibidos principalmente nas cidades de Lisboa e Porto. Contudo, há também um crescimento do número de críticas desfavoráveis ao Novo Cinema, sempre utilizando como baliza as cinematografias dos anos 60, reconhecidas como de tradição inventiva e experimentalista, ao contrário de hoje, quando não há nada a ser dito ou criado.

Após este breve painel histórico é importante ressaltar que percebemos nos textos atuais de críticos de cinema portugueses uma demasiada preocupa-

ção em analisar os filmes brasileiros, notadamente à luz de referenciais que remetem aos anos 60, ou seja, ao movimento conhecido por Cinema Novo, desqualificando toda a cinematografia posterior a essa escola. Assim, o crítico de cinema português João Lopes⁶ (*Diário de Notícias*), descreve o filme *O Xangô de Baker Street*, do diretor Miguel Faria Júnior:

Um exemplo patético de um cinema de cauções culturais (Sherlock Holmes, etc) supostamente transfiguradas por um humor ... libertador. O tom é de telenovela requentada e até a qualidade técnica não ultrapassa o nível do amadorismo bem intencionado. Cinema brasileiro? Revejam Glauber – este é um filme de academismo.

A crítica, enquanto registro da história dos efeitos, talvez esteja excessivamente vinculada a um período restrito (anos 60-70), quan-

do as escolas estéticas cinematográficas consagradas historicamente permanecem como referenciais absolutos de qualidade e de contestação às grandes produções, sobretudo hollywoodianas. O também jornalista, crítico de cinema, e editor de Artes e Multimedia do *Diário de Notícias*, Eurico de Barros⁷ fez o seguinte comentário sobre *Central do Brasil*, de Walter Salles:

Central do Brasil não vem revolucionar o cinema brasileiro, como pretendem alguns críticos locais (e não só), que não souberam pôr travão ao seu entusiasmo pelo filme.

Longe disso, trata-se de uma fita que combina os valores narrativos e dramáticos da telenovela e os do cinema realista de recorte documental, onde duas grandes atrizes (Fernanda Montenegro e Marília Pêra) reafirmam os seus talentos (mas isso nós já sabíamos da televisão.) e onde Salles oscila, com previsibilidade, entre o humanismo de pé descalço e o telenovalesco controlado, não evitando seqüências bastante maçadoras.

Diz o ditado que “em terra de cego quem tem olho é rei”. No caso vertente, em terra de cinema atrofiado, quem tem *Central do Brasil* é campeão de ginástica.

Nota-se que a ruidosa crítica alimenta a idéia de um “cinema atrofiado” com um dos filmes mais premi-

³ Primeiro presidente eleito a governar o Brasil após o regime autoritário-militar em 1990. Durante seu governo foi extinto o Ministério da Cultura e criada uma Secretaria que liquidou a Embrafilme e o Concine e algumas leis que defendiam o cinema nacional. Segundo algumas estatísticas do próprio governo foram produzidos apenas 17 filmes em 1991 e nos anos posteriores esta produção cai para abaixo da dezena.

⁴ Grande Prêmio de Público – Encontros Internacionais de Cinema de Paris – Paris Film Fórum – França – 1995. Também Grande Prêmio de Público – Festival de Cinema de Bérghamo – Itália – 1996.

⁵ Urso de Ouro (melhor filme) Festival de Berlim – Alemanha – 1998. Globo de Ouro – Melhor Filme Estrangeiro – Hollywood Foreign Press Association – USA – 1998, o que lhe valeu uma indicação ao Oscar do mesmo ano.

⁶ Crítica publicada no site www.cinema2000.pt. O referido filme foi exibido em Portugal no ano de 2001, porém, dado o conteúdo significativo do discurso da crítica, também esta foi incluída em nossa pesquisa.

⁷ Crítica publicada no site www.cinema2000.pt.

ados do Brasil. A complexidade, a simbologia, o desconcerto, e o hermetismo, característicos de filmes como *Terra em transe*, de Glauber Rocha, cederia lugar à idéia generalizante de que tudo é clichê.

Sobre o mesmo filme o crítico de cinema Antônio Roma Torres⁸ declarou:

O cinema brasileiro conseguiu com este filme um sucesso internacional marcado, nomeadamente com nomeações para os globos de ouro e os oscars americanos e uma exploração comercial em todo o mundo incluindo o habitualmente fechado mercado americano, e é aliás por essa via que chega até nós.

(.....) Mas o período de grande prestígio do cinema brasileiro continua a ser o dos anos sessenta, o que mesmo internacionalmente foi designado por “cinema novo”, e onde pontificam nomes como Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra e muito principalmente Glauber Rocha, que defendeu num ensaio o que ele designou por estética da fome. Esse período caracterizou-se por uma contribuição estética mais significativa, mas principalmente por um evidente empenhamento político revolucionário.

A crítica à continuidade e ao ilusionismo narrativo, a valorização da riqueza de experimentação estética, a defesa da política de autores, o realizador visto como um construtor do texto fílmico sem obrigações com as regras padronizadas do mercado, e bandeiras defendidas pelo teóricos do movimento cinemanovista, voltam a aparecer nos discursos dos críticos contemporâneos lusos.

Como observa Tito Cardoso e Cunha (1996, p. 190), “houve tempos em que num filme se procurava aquilo a que se chamava a ‘mensagem’ do autor, explícita ou implícita, consciente ou inconsciente, manifesta ou latente, dependente ou não da vontade deliberada do seu autor”. Isto foi muito comum nos anos 60/70, quando o horizonte da crítica se mostrava a favor de um cinema revolucionário de cauções marxistas/estruturalistas, defendido particularmente pelas revistas *Cahiers du Cinema*⁹ e *Cinéthique*. Tal-

vez como legítimos herdeiros desta escola histórica que formou críticos em todo o mundo e, sem dúvida, foi muito importante para a crítica cinematográfica mundial e para a teoria do cinema, a crítica lusa atual ainda preserve traços desta abordagem ideológica centrada na chamada política de autores.

Ainda segundo o professor Tito Cardoso e Cunha (1996, p. 190), o exercício da discursividade crítica passa por três pontos fundamentais: *Valor*, *Contexto* e *Significado*, que solicitam os atos de julgar, informar e interpretar, respectivamente. No caso das críticas aqui analisadas, o julgamento supera em muito os atos de informação e interpretação da obra. Se o discurso crítico cinematográfico deve ser compreendido como a expressão de um juízo de valor, seja ele estético, ético ou político do filme, este juízo deve fundamentar-se na argumentação, após passar ao processo de busca de sentido da obra, a fim de trazer ao leitor uma certa clareza no processo de interpretação.

Nossa segunda hipótese diz respeito às frequentes remissões a um enquadramento entre os novos filmes e as telenovelas brasileiras exibidas em Portugal. “Tom de telenovela requentada” e “combina os valores narrativos e dramáticos da telenovela”, são críticas que revelam um traço peculiar à cultura portuguesa contemporânea com a ‘invasão’ de narrativas seriadas brasileiras a partir do início da década de 1990, através da entrada de redes privadas de televisão no país.

Chegando a Portugal em doses abusivas, as telenovelas traduziram um modelo de dramaturgia próprio da linguagem televisiva com seus planos fechados e a redefinição do conceito de enquadramento, “estes determinados pelo jogo de convenções da lógica dialogal, sem fora-de-campo nem perspectiva”, como observa Francisco Rui Cádima (1996, p. 176). Isto trouxe consequências à produção audiovisual portuguesa que se por um lado, através da leitura diária de um produto simbólico, revelou um pouco da cultura (muitas vezes estereotipada) brasileira, por outro vai traduzir-se como modelo paradigmático de produção audiovisual daquele país, que fica internacionalmente conhecido através de sua teledramaturgia.

Entretanto, afora o fato de cineastas como Orson Welles, Jean-Luc Godard e o próprio Glauber Rocha

⁸ Crítica publicada em seu site pessoal: <http://www.terravista.pt/Enseada/1014/cinema.htm>.

⁹ Segundo Serge Toubiana, a revista *Cahiers du Cinema*, essencialmente formada por críticos-realizadores, representou, ao longo de seu percurso como publicação destinada à crítica de cinema, uma luta permanente entre, por um lado, a afirmação de um gosto e de uma estética, predominante nos anos 50 até o início dos anos 60, de submeter os filmes a uma certa análise por tema, por autor e gênero. Vale salientar que, nesta altura, a revista presta seu apoio às novas cinematografias de outros países como Brasil (Cinema Novo), Itália (Neo-realismo). E por outro lado, entre 1969 e 1975, a revista assume uma vocação mais política e teórica centrada nas preocupações extracineamatográficas que se afirmaram em detrimento do gosto. São notórias as influências da filosofia de inspiração marxista althusseriana, da psicanálise e da semiologia. Serge Toubiana em entrevista a D’ÁVILA, Antônio. A trajetória dos Cahiers du Cinema. In: *Revista Filme Cultura*. Rio de Janeiro, Embrafilme, n. 45, março de 1985.

terem feito trabalhos para a televisão, entendida também como espaço de experimentação do audiovisual, a telenovela em particular, enquanto gênero televisual, possui características próprias baseadas numa estrutura narrativa recorrente e na serialização.

Em suas reflexões sobre o cinema e a televisão, Francisco Rui Cádima (1996, p. 177) salienta:

No campo da representação é comum identificar a perda de dimensão psicológica dos personagens como mais um dos específicos da ficção televisiva. Deste ponto de vista, é notória a recorrência a uma esquematização de arquétipos, de estereótipos (veja-se designadamente o modelo de *soap opera*).

Ora, tanto em *Central do Brasil* como em *O Xangô de Baker Street* os personagens têm uma forte carga dramática o que lhes confere a apresentação de um perfil psicológico bastante definido. Além disso, trata-se, sobretudo, de estéticas diferenciadas, os planos abertos e longos de *Central do Brasil*, evocando a dimensão espacial característica do Nordeste brasileiro em nada se compara aos cortes excessivos e aos planos mais cerrados da estética televisiva. Assim, parece-nos inadequado a comparação generalizante entre as duas formas de expressão, cuja produção cinematográfica brasileira, de antemão, se vê carimbada pelo emblema das telenovelas.

Ademais, não se propõe aqui entrar no mérito do julgamento do filme, de procurar a significação na obra, da liberdade de interpretação. Antes, definir um tipo de prática discursiva que, representando a recepção e seu tempo, mostra-se como um objeto de investigação rico para entender o processo cinematográfico na relação entre Brasil e Portugal.

A relevância de um projeto que dê visibilidade a reflexão sobre a atmosfera cinematográfica de culturas tão próximas e tão distantes deve ser considerado, já que muito pouco se tem fundamentado teoricamente sobre o assunto. As trocas não podem efetivar-se somente no âmbito das estruturas comerciais, mas no campo das relações pragmáticas, circulares ou reflexivas, excluindo, desde então, a visão instrumental da comunicação.

Este olhar estético na comunicação, a saber, como os espectadores portugueses recebem um tipo de cinematografia que por si só lhes remete a

uma cultura familiar e estranha, oferece um horizonte acadêmico privilegiado para uma investigação desta natureza. Esta pesquisa, portanto, busca contribuir para o intercâmbio de investigações científicas na área da recepção de filmes entre Brasil e Portugal.

A delimitação temporal (anos 90) ao nosso objeto de investigação não foi, ademais, aleatória. Este período representou mudanças substanciais na produção de filmes brasileiros que culminará, a partir de 1995, num processo de renovação da cinematografia deste país, promovendo a sua difusão pelos sítios de língua portuguesa. O público português conhece obras como *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* (1994), de Carla Camurati, *O quatrilho* (1995), de Fábio Barreto, e *O que é isso, Companheiro?* (1997), de Bruno Barreto, os dois últimos indicados para o Oscar de melhor filme estrangeiro.

A análise da recepção (crítica) dos filmes brasileiros exibidos em Portugal permite revelar como o público luso estabeleceu um diálogo com seu tempo. A crítica, efetivamente, documenta a história dos efeitos da obra, todavia, ela está inserida no mesmo horizonte de expectativas e tem uma parcela de responsabilidade por esses mesmos efeitos, enquanto formadora de opinião, de conceitos. Recepção, como assinala Regina Zilberman (1989, p. 114), “refere-se à acolhida alcançada por uma obra à época de seu aparecimento e ao longo da história. Em certo sentido, dá conta de sua vitalidade, verificável por sua capacidade de manter-se em diálogo com o público”.

Entretanto, num sentido mais técnico/específico utilizamos a definição sobre crítica de mídia de Maria Regina de Paula Motta¹⁰, como aquela produzida por jornalistas especializados nas áreas de cultura, veiculada nos espaços reservados à crítica de mídia na grande imprensa, publicações eletrônicas, revistas de cultura e semanários de variedades destinadas ao público leitor de jornais e revistas de informação.

Vale ressaltar que talvez, a recepção (crítica) não esteja ainda aberta às narrativas brasileiras

¹⁰ In: *Crítica de Mídia – um diálogo possível?* 9º. COMPÓS, GT – Fotografia, Vídeo e Cinema. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

atuais, cuja abordagem difere tanto quanto ao argumento – adoção de temáticas mais urbanas, menor politização de discurso – como às técnicas utilizadas, ampliação de mercado, internacionalização da produção, daquelas consagradas historicamente. Conforme Ismail Xavier em *O cinema brasileiro moderno* (2001, p. 44), um traço marcante desta cinematografia na década de 1990 foi “a diversidade, não apenas tomada como fato, mas também como um valor”. Esta apropriação de elementos diversos não se vinculou à uma luta contra a padronização do mercado cinematográfico, como defendiam os realizadores das décadas anteriores, antes, pelo contrário, o novo cinema brasileiro mostrou-se mais aberto a parcerias, menos ambicioso em suas propostas, e com um certo pragmatismo na construção de um centro de qualidade na produção.

Por fim, indagamos que pode estar por se construir um tipo de crítica que se fundamente em seus próprios referenciais, reconhecendo, obviamente, o horizonte de expectativas da época, como uma atualização da própria dinâmica histórica.

Afinal, não podemos esquecer que a crítica põe em destaque uma relação comunicativa, estabelecida seja com os espectadores, seja com o próprio filme. E a ruptura com os modelos clássicos de cinema, que pareciam nos mostrar o “verdadeiro mundo”, deve ser vista como uma possibilidade de amadurecimento desta comunicação.

REFERÊNCIAS

7ª. ARTE. Disponível em: <www.7arte.net>. Acesso em: outubro 2002.

CÁDIMA, Francisco Rui. O cinema, o público, a televisão: para uma ontologia da série televisiva e do telefilme. In: GRILO, João Mário; MONTEIRO, Paulo Filipe (Org.). *O que é o cinema?* Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CASTRO, Ruy (Org.). *Um filme é um filme*: o cinema de vanguarda dos anos 60. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CDECRTICA. Disponível em: <www.cdecritica.com>. Acesso em: outubro 2002.

CINECARTAZ. Disponível em: <http://cinecartaz.publico.pt>. Acesso em: outubro 2002.

CINEMA. Disponível em: <http://cinema.sapo.pt>. Acesso em: outubro 2002.

CINEMA 2000. Disponível em: <www.cinema2000.pt>. Acesso em: outubro 2002.

CINEMA PORTUGUÊS. Disponível em: <www.cinemaportugues.net>. Acesso em: outubro 2002.

CUNHA, Tito Cardoso. Cinema, crítica e argumentação. In: GRILO, João Mário; MONTEIRO, Paulo Filipe (Org.). *O que é o cinema?* Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

D'ÁVILA, Antonio. A trajetória dos Cahiers du Cinema. *Revista Filme Cultura*, Rio de Janeiro: Embrafilme, n. 45, mar. 1985.

ESTREIA ONLINE. Disponível em: <www.estreia.online.pt> Acesso em: outubro 2002.

FERREIRA, Jairo. *Cinema de invenção*. São Paulo: Limiar, 2000.

MOTA, Maria Regina de Paula. Crítica de mídia. Um diálogo possível? In: COMPÓS, 9. GT- Fotografia, Vídeo e Cinema. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

MOTA, Regina. *A épica eletrônica de Glauber*: um estudo sobre cinema e TV. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PARENTE, André. *Ensaaios sobre o cinema do simulacro*: cinema existencial, cinema estrutural e cinema brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Pazulin, 1998.

PTGATE. Disponível em: <www.marcoscopio.com>. Acesso em: outubro 2002.

RAMOS, Fernão. *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: SENAC, 2000.

SESSÕES. Disponível em: <www.sessoes.com>. Acesso em: outubro 2002.

TORRES, A. Roma. Cinema: crítica de filmes. Disponível em: <http://www.terraviva.pt/Enseada/1014/cinema.htm>. Acesso em: outubro 2002.

VIANY, Alex. *Introdução ao cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 1987.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

Salvador, a Lisboa brasileira

Edson Tomaz de Aquino*

Resumo

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre uma história comum unindo Bahia a Portugal, que ao longo de séculos, desde a chegada dos navegadores portugueses, vem sendo contada por personagens que deixaram suas marcas nos dois lados do Atlântico. A herança portuguesa na Bahia pode ser facilmente percebida na arquitetura colonial e na literatura barroca. No entanto, o legado cultural torna-se propulsor a outras manifestações de afinidades e de solidariedade entre a Bahia e Portugal, numa época em que as caravelas dão lugar à *internet* e outras novas tecnologias de “navegação”. A globalização permite maior interatividade e dinamismo onde os laços culturais se mostram mais fortes, abrindo maiores possibilidades de cooperação em suas mais diversas modalidades.

Palavras-chave: relações luso-brasileiras, cultura, herança portuguesa, laços culturais, globalização.

Abstract

The objective of this paper is to discuss the common history that has united Bahia and Portugal for centuries. A story being told by the characters that have imprinted their marks on both sides of the Atlantic, since the arrival of the Portuguese navigators. The Portuguese heritage in Bahia can be easily perceived in the colonial architecture and baroque literature. However, the cultural heritage triggers other forms of affinity and solidarity between Bahia and Portugal, at a time when the Portuguese Man-of-War gives place to the Internet and other “surfing” technologies. Globalization enables higher interactivity and dynamism, thus strengthening cultural ties, opening up several other ways for better cooperation possibilities.

Key words: Portuguese-Brazilian relationships, culture, Portuguese heritage, cultural ties, globalization.

Quando, em 1500, Pedro Álvares Cabral avistou o litoral do estado que hoje conhecemos como Bahia, certamente ele jamais sonharia que sua descoberta resultaria num fantástico legado cultural lusófono para o mundo.

Antes mesmo da fundação da cidade de Salvador, a presença portuguesa já deixava sua marca na história. Em 1510, o português Diogo Álvares, naufrago de uma nau francesa, foi acolhido por indígenas Tupinambás da região e chamado de Caramuru. Posteriormente, tornou-se membro influente da comunidade, formou as primeiras roças de cana-de-açúcar e algodão, e casou-se com uma índia da tribo, batizada com o nome de Catarina Paraguaçu.

Caramuru desempenhou importante papel na implantação do Governo Geral, liderado por Tomé de Sousa (PRADO, 1966).

Salvador nasceu portuguesa, e ainda hoje é uma das cidades mais lusitanas fora de Portugal. Isso pode ser facilmente constatado desde os remanescentes de sua arquitetura colonial até os fortes laços culturais que continua mantendo com a outrora metrópole.

Por mais de 100 anos como capital do Brasil e primeira metrópole lusitana fora de Portugal pelo mesmo período, Salvador possui uma arquitetura que a torna muito semelhante à Lisboa e ao Porto. Porém, nada de admirar se lembrarmos que, no século XVII, em função da luta contra os holandeses que invadiram e destruíram Salvador, a cidade viria a ser reconstruída e, já em meados do século XVIII, se tornaria uma espécie de réplica de Lisboa.

* Bacharel em Relações Internacionais e Mestre em Relações Internacionais pela PUC-SP. Professor do curso de Relações Internacionais das Faculdades Jorge Amado. etomaz18@hotmail.com.

Personalidades históricas luso-brasileiras também deram sua contribuição à cultura baiana e reforçaram essa peculiar cultura dentro do universo brasileiro. Um bom exemplo a citar é a notória capacidade que o povo baiano tem de rir de si próprio, característica esta que bem pode ter sido primeiramente notada nas obras do poeta luso-baiano Gregório de Mattos, o chamado “Boca do Inferno”, que tempos depois viria a ser reconhecido como um importante poeta do período barroco. Gregório de Mattos teve, até certa altura, sua vida dividida entre a antiga metrópole e a Bahia, onde viria a tornar-se um tanto quanto cáustico poeta.

Quando Gregório de Mattos retorna à Bahia, transferido para ocupar o cargo de arcebispo, depois de 32 anos de prestígio junto à corte portuguesa da época, rebela-se contra as autoridades eclesiásticas, sendo destituído da cúria baiana. É a partir desse momento que Gregório de Mattos começa a se expressar como poeta cetra da sociedade local, fato que a muitos incomodou. Por conta disso, sua permanência em terras baianas não durou por muito tempo. O poeta envolveria-se em problemas de política, sendo forçado pelas autoridades a deixar Salvador. Assim, ele veio a falecer no Recife algum tempo depois (SÁTIRA, 2002).

Outra personalidade luso-baiana a ser citada é o padre Antônio Vieira, orador sacro e escritor português do século XVII que emigrou ainda menino para a Bahia, onde se tornou jesuíta. Padre Antônio Vieira teve uma história similar ao do poeta Gregório de Mattos, dividindo sua vida entre os dois lados do Atlântico. Também para a Bahia retornaria mais tarde, depois de uma carreira de sucesso em Portugal.

Apesar de bem sucedido junto à corte portuguesa do rei D. João IV como orador sacro, pregador da corte e um dos mais ricos escritores do idioma português, padre Antônio Vieira também demonstrava ser homem muito envolvido com as questões sociais da Bahia ao opor-se à escravidão dos índi-

os e por não concordar com certos aspectos da política inquisitorial vigente em sua época. Após a morte do regente e seu protetor D. João IV, padre Antônio Vieira viria a ser perseguido por seus opositores e cairia em desgraça ao ser condenado à prisão pelo Santo Ofício. Anistiado, depois de anos encarcerado, voltou à Bahia, terra onde seus talentos de jovem orador floresceram e onde mais tarde veio a falecer (SÁTIRA, 2002).

Se, por um lado, Bahia e Portugal estão entrelaçados pelas obras literárias de Gregório de Mattos e do padre Antônio Vieira, por outro, com o fim da relação colônia-metrópole e até meados do século XX, a produção literária brasileira permanecia praticamente desconhecida em Portugal. No Brasil, ao contrário, as obras portuguesas eram amplamente conhecidas e influenciavam largamente a própria produção literária brasileira.

A divulgação da literatura brasileira em Portugal tem seu início em 1915, com a criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras em uma das faculdades de Letras do país. Se-

guem-se outras iniciativas de âmbito acadêmico e editorial, mas a penetração literária brasileira em Portugal se consolida, não de outra forma do que pelo talento de escritores como Érico Veríssimo, Euclydes da Cunha e daqueles já consagrados como José de Alencar e Machado de Assis (CERVO; MAGALHÃES, 2000).

Mas também a Bahia dá a sua contribuição à aproximação de Brasil e Portugal através da memorável obra de Jorge Amado. Além de ter influenciado largamente a literatura brasileira, também tem reconhecida sua influência sobre a geração do neo-realismo português. Dentre suas obras traduzidas e distribuídas em mais de 50 países, contam os romances *Os Velhos Marinheiros*, *Os Pastores da Noite*, *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Tenda dos Milagres*, *Tieta do Agreste*, dentre outros.

Como poucos, ele soube tornar íntima a atmosfera baiana ao leitor. Transportada para as telas da

Personalidades históricas luso-brasileiras também deram sua contribuição à cultura baiana e reforçaram essa peculiar cultura dentro do universo brasileiro. Um bom exemplo a citar é a notória capacidade que o povo baiano tem de rir de si próprio, característica esta que bem pode ter sido primeiramente notada nas obras do poeta luso-baiano Gregório de Mattos, o chamado “Boca do Inferno”

TV, *Gabriela* iniciava a influência das novelas brasileiras na cultura portuguesa. Apesar dos repetidos protestos de lingüistas e educadores portugueses, os jovens, principalmente, começavam a imitar o descontraído linguajar, o qual os portugueses chamam de “brasileiro”.

Muitos portugueses talvez já não se lembrem mais do seu enredo, mas *Gabriela* impunha seu ritmo ao cotidiano de Portugal. À hora da novela, tarefas domésticas eram interrompidas e as ruas ficavam desertas. Todos seguiam as peripécias do *Bar Vesúvio*, propriedade do sírio *Nacib*; as receitas culinárias de *Quinquina* e *Florzinha*; as tramas políticas de *Mundinho*; as aventuras amorosas extraconjugais de *Tonico Bastos*; as noites quentes do *Bataclan*; e, sobretudo, a brejeirice de *Gabriela*. Até mesmo o Parlamento terminava mais cedo suas sessões para que os deputados pudessem assistir calmamente ao enredo desenrolado na progressista Ilhéus.

Alguém disse, e assim ficou, que *Gabriela* fez mais pela mentalidade de Portugal do que uma revolução com tanques de guerra (A OUTRA, 2001). Muitas outras novelas seguiram-se, mas as saudades da trama criada por Jorge Amado permanecem.

Em 1994, Jorge Amado recebe o Prêmio Camões, consolidando seu nome como um dos mais respeitados escritores lusófonos da atualidade, tendo dado inestimável contribuição para a difusão da literatura brasileira em Portugal.

Ainda no campo da literatura, a Bahia volta a fazer parceria com Portugal com o recente lançamento de uma antologia chamada *Vozes Poéticas da Lusofonia*, que reúne poetas de língua portuguesa, incluindo dois baianos, Ruy Espinheira Filho e Luís Antônio Cajazeira Ramos, que honram a Bahia ao participar com suas obras no capítulo dedicado aos poetas brasileiros.

Mas não só as letras unem a Bahia a Portugal. Outra personalidade portuguesa de nascença que contribuiu para a divulgação da cultura baiana foi a cantora Carmem Miranda, que viveu parte de sua

vida no Brasil, porém nunca na Bahia. Apesar disso, Carmem Miranda soube captar como poucos o caráter alegre e festivo do povo baiano. Também soube divulgar o “modo baiano de ser” pelo mundo afora, através de seu sucesso como estrela de cinema na Hollywood dos anos 40. Costumava se apresentar como uma baiana estilizada e fez da música *O que é que a baiana tem?*, de autoria do ícone cultural baiano Dorival Caymi, um de seus maiores sucessos, até hoje muito popular.

Com seu estilo alegre, rico de expressão corporal e facial, acabou fixando no imaginário nacional a figura do baiano alegre e amigoso. Também representou o próprio espírito do povo brasileiro no exterior.

Seu adereço mais marcante e famoso, um turbante enfeitado com a imitação de várias frutas tropicais, trazia à memória uma cornucópia, sugerindo a fartura da natureza tropical baiana. Essa imagem

exótica, latina, alegre e festiva de uma dançante Carmem Miranda, foi extraordinariamente bem aceita pela então conservadora Hollywood, e acabou inspirando muitas estórias vividas por ela em vários de seus filmes americanos, onde invariavelmente interpretava a boa amiga, que, com seu espírito latino, juntava corações apaixonados, tal como inspira a atmosfera baiana.

Nestes tempos atuais, não se poderia deixar de mencionar um dos maiores expoentes da música baiana e brasileira, que também é considerada um fenômeno de sucesso em Portugal. Daniela Mercury, que por sinal o pai é português, é a artista brasileira mais famosa em Portugal. Ela teve sua popularidade atestada naquele país quando se apresentou nas comemorações dos 500 anos do “achamento” do Brasil, como dizem os portugueses.

Através dos séculos, Salvador cresceu e amadureceu como importante pólo cultural do Brasil. Com sua rica cultura e história, também se tornou uma de nossas mais importantes vitrines para o mundo e especialmente para Portugal.

Nesses recentes anos, a cidade tem se conscientizado de sua crescente importância turística e

de seus efeitos positivos na economia local, por isso tem prestado mais atenção à preservação de todo seu patrimônio humano, cultural e histórico, resultando na melhoria de seu parque hoteleiro. Assim, vem servindo de exemplo para outras localidades brasileiras com potencial turístico semelhante. Salvador tem atraído cada vez mais turistas de todas as partes do mundo, e em especial de portugueses que aqui parecem se sentir em casa.

A este propósito, a descrição feita por duas estudantes universitárias portuguesas sobre sua estada em Salvador é ilustrativa. Elas contam ao jornal da Cidade Universitária de Lisboa, de forma bem humorada, sobre suas experiências em pleno inverno tropical baiano, que, para elas, tinha sabor de férias de verão. Vieram acompanhadas de um grupo de estudantes. “Alegria, alegria, nós estivemos na Bahia”, começa o artigo, no qual discursam sobre sua estada em terras baianas num tom entusiasmado, fazendo comentários divertidos e positivos de suas experiências de férias. Demonstram, ao final, uma ponta de tristeza, dizendo que embarcaram de volta a Portugal “a chorar” (FACTUS, 1995).

Não surpreende, portanto, que os visitantes portugueses se sintam tão à vontade na Bahia. Para confirmar esta impressão, é comum ouvir comparações entre certas localidades de Salvador com outras de Lisboa, especialmente o bairro do Carmo, que lembraria os bairros lisboetas de Alfama ou Alcântara, ou a vida boêmia do bairro de Mouraria, que lhes traz à memória o burburinho jovem da cidade alta de Lisboa.

Como se sabe, a cultura baiana é basicamente o resultado de uma mistura da indígena, africana e portuguesa, mas certamente a tônica dessa civilização está nessa interessante simbiose sempre observada entre a terra baiana e seus filhos adotivos portugueses. A presença portuguesa no cotidiano baiano se dá, portanto, de forma natural. Várias instituições merecem destaque, a exemplo do tradicional e famoso Gabinete Português de Leitu-

ra, mantido pelo Instituto Camões, o Hospital Português da Bahia, a nova Câmara de Comércio, além do recém-firmado convênio de cooperação acadêmica, científica e cultural entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Federal da Bahia. O recém-empossado diretor do Instituto Camões do Brasil, Rui Rasquilho, também sócio-correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, deseja estreitar ainda mais os laços de Portugal com Salva-

dor, que ele considera ser “uma cidade culturalmente original no espaço da lusofonia”.

Hoje vivemos num mundo globalizado. As distâncias entre países e culturas distintas diminuíram e o fluxo de informação e de capital é instantâneo. A Bahia, outrora conhecida pelos portugueses como terra exótica e distante, hoje está mais próxima de Portugal e daqueles empreendedores que buscam oportunidades.

Desde a Revolução dos Cravos, em 1974, e sua inclusão na União Européia, Portugal se

transformou num “pequeno notável”. A mentalidade lusitana de hoje não mais se restringe à manutenção de laços culturais com suas ex-colônias, embora não menos primordiais. Portugal, tal qual foi em seus gloriosos dias em que conquistava os mares, hoje se lança à conquista de novos mercados. Nesse aspecto, o Brasil, e em especial o estado da Bahia, destacam-se como um destino natural por tudo o quanto já foi mencionado até aqui. A Bahia, com sua atmosfera lusitana, coloca-se de forma privilegiada como porta de entrada para os interesses portugueses no Atlântico Sul.

Segundo Rui Rasquilho, do Instituto Camões do Brasil, Brasil e Portugal são os únicos países em que a língua portuguesa materna é o português. Em países da África e Ásia, é uma língua veiculada. Chamam-se países de expressão oficial portuguesa. Por exemplo, a criança, quando recém-nascida num desses países, não é embalada em português, mas numa de suas línguas indígenas. Só mais tarde, já fora do lar, o português assume importância na vida do indivíduo. Deste modo, entende-se

**Portugal, hoje se lança
à conquista de
novos mercados.
Nesse aspecto, o Brasil,
e em especial o estado
da Bahia, destacam-se
como um destino natural.
A Bahia, com sua
atmosfera lusitana,
coloca-se de forma
privilegiada como porta
de entrada para os
interesses portugueses
no Atlântico Sul**

que a língua portuguesa é universal no Brasil, o que vem a facilitar a introdução de produtos e serviços portugueses no mercado consumidor brasileiro (LINHAS, 2000).

Salvador já deu seu primeiro passo nesse sentido e já conta com um importante instrumento para desenvolver uma maior aproximação entre o estado da Bahia e Portugal. Trata-se da Câmara de Comércio Brasil-Portugal, instalada no dia 17 de fevereiro deste ano, que tem como principal meta promover e incentivar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas e sociais, além do intercâmbio tecnológico, cultural e turístico entre os dois países.

O governo do estado tem garantido que dará todo o apoio e incentivos necessários para o sucesso do novo organismo. Segundo fontes do próprio governo, os números atuais da corrente de comércio entre Bahia e Portugal mostram que há um grande potencial para o crescimento dos negócios de ambos os lados.

Essas iniciativas sociais comprovam o que já é sabido: que junto a seu orgulho de serem nacionais portugueses, a laboriosa comunidade também nos deixa sua contribuição, tornando-se parte integrada da sociedade baiana.

Além de marcar presença na economia baiana nos setores da agropecuária e serviços, os portugueses também vêm se destacando como grandes empreendedores do setor imobiliário. O Grupo Lena já entregou cinco obras residenciais de alto padrão em Salvador, com outras cinco em fase de acabamento (PORTUGUESES, 2003). Aos poucos, os portugueses vão descobrindo *o que é que a Bahia tem*, como colocado de forma insinuante por Carmem Miranda.

Os vínculos históricos e culturais que ligam Portugal ao Brasil e, especificamente à Bahia, contribuem significativamente para o florescimento de uma integração que transcende os vínculos contratuais e acordos baseados na formalidade. Surge, de forma natural, espaços para diálogos políticos e negócios.

Atento às possibilidades que se criam pelo compartilhamento de uma mesma língua e de um legado histórico e cultural, que tem na Bahia sua expressão maior, o governo português já conta com a expansão de seus negócios no Brasil. Com a Alca,

o Brasil poderá se tornar uma base para os interesses portugueses no continente americano, tanto pela dimensão de sua economia como pelo fato de ser o único de expressão portuguesa do hemisfério.

Da mesma forma, um acordo entre Mercosul e União Européia poderia abrir um leque de oportunidades em ambos os lados do Atlântico, com amplas possibilidades de termos Bahia e Portugal como portas de entrada para um mundo novo.

Assim é a Bahia, uma terra que tem sua origem e seu destino entrelaçados aos de Portugal, que sem a contribuição de seu legendário romantismo saudosista do além-mar, não se conceberia a Bahia como hoje a conhecemos, uma terra encantadora, que continuamente tem inspirado a arte em todas as suas expressões e onde por séculos ecoam-se as *Saudades* de Portugal.

REFERÊNCIAS

- CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: UnB/IBRI, 2000. p. 356-357. 402p.
- FACTUS Jornal dos Estudantes da F.C.T./U.N. Lisboa, dez. 1995.
- LINHAS divisórias. *Correio Braziliense*, Brasília, 09 nov. 2000.
- A OUTRA face de Jorge Amado. *Diário de Notícias*, 03 mar. 2001.
- PORTUGUESES lançam projetos com alto padrão. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 10 abr. 2003.
- PRADO, J. F. de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil – 1500-1530*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996. p. 66-67. 244p.
- SÁTIRA e religião marcam literatura baiana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 2002.

ÍNDICE GERAL*

v.12, n.1-4, jun. 2002/mar. 2003

ASSUNTO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BAHIA v.12, n.2, p.83-90, set.2002 v.12, n.2, p.91-100, set.2002	COOPERATIVISMO v.12, n.1, p.25-34, jun.2002 v.12, n.1, p.59-76, jun.2002 v.12, n.1, p.77-84, jun.2002	ECONOMIA INTERNACIONAL v.12, n.3, p.9-18, dez.2002 v.12, n.3, p.19-35, dez.2002 v.12, n.3, p.37-49, dez.2002
AGRICULTURA – GASTOS PÚBLICOS v.12, n.4, p.133-154, mar.2003	CPE ver COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO	ECONOMIA POPULAR ver ECONOMIA SOLIDÁRIA
AGRICULTURA FAMILIAR – BAHIA v.12, n.3, p.105-117, dez.2002	CREDIBAHIA ver PROGRAMA DE MICROCREDITO DO ESTADO DA BAHIA	ECONOMIA SOCIAL ver ECONOMIA SOLIDÁRIA
AGRONEGÓCIO – BRASIL – 2002 v.12, n.3, p.93-103, dez.2002	CRÉDITO v.12, n.1, p.127-130, jun.2002 v.12, n.1, p.131-140, jun.2002 v.12, n.1, p.141-148, jun.2002 v.12, n.1, p.149-152, jun.2002	ECONOMIA SOLIDÁRIA v.12, n.1, p.9-19, jun.2002 v.12, n.1, p.21-23, jun.2002 v.12, n.1, p.25-34, jun.2002 v.12, n.1, p.35-45, jun.2002 v.12, n.1, p.47-56, jun.2002 v.12, n.1, p.77-84, jun.2002 v.12, n.1, p.85-92, jun.2002 v.12, n.1, p.121-126, jun.2002 v.12, n.1, p.141-148, jun.2002 v.12, n.1, p.149-152, jun.2002
AJUSTE FISCAL v.12, n.4, p.121-132, mar.2003	CRISE ECONÔMICA v.12, n.3, p.9-18, dez.2002 v.12, n.3, p.19-35, dez.2002 v.12, n.3, p.37-49, dez.2002	ECONOMIA SOLIDÁRIA – BAHIA v.12, n.1, p.59-76, jun.2002 v.12, n.1, p.93-101, jun.2002 v.12, n.1, p.103-105, jun.2002 v.12, n.1, p.107-110, jun.2002 v.12, n.1, p.111-119, jun.2002 v.12, n.1, p.131-140, jun.2002
APAEB ver ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE	DÉFICIT PÚBLICO v.12, n.4, p.47-60, mar.2003 v.12, n.4, p.121-132, mar.2003	EMPRESA PÚBLICA – REGULAMENTAÇÃO v.12, n.4, p.183-189, mar.2003
ASSOCIAÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS – BAHIA v.12, n.1, p.131-140, jun.2002	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – BAHIA v.12, n.2, p.7-13, set.2002 v.12, n.2, p.139-152, set.2002 v.12, n.3, p.71-84, dez.2002	ENSINO SUPERIOR v.12, n.3, p.143-157, dez.2002
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE – BAHIA v.12, n.1, p.111-119, jun.2002	DESENVOLVIMENTO LOCAL v.12, n.1, p.77-84, jun.2002 v.12, n.1, p.111-119, jun.2002 v.12, n.1, p.149-152, jun.2002 v.12, n.1, p.153-161, jun.2002	ESPAÇO REGIONAL v.12, n.2, p.179-193, set.2002
BANSOL ver ASSOCIAÇÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS	DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL v.12, n.2, p.57-70, set.2002	ESTADO (NAÇÃO) – HISTÓRICO – BRASIL v.12, n.4, p.9-24, mar.2003
BARREIRA COMERCIAL v.12, n.3, p.119-134, dez.2002	DESENVOLVIMENTO RURAL – BAHIA v.12, n.3, p.105-117, dez.2002	EXPORTAÇÃO – BAHIA v.12, n.3, p.119-134, dez.2002
CADEIA PRODUTIVA ver PRODUÇÃO EM CADEIA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL v.12, n.1, p.93-101, jun.2002 v.12, n.2, p.71-73, set.2002 v.12, n.2, p.75-81, set.2002	FEDERALISMO – BRASIL v.12, n.4, p.61-67, mar.2003 v.12, n.4, p.69-80, mar.2003
CAPITALISMO v.12, n.3, p.19-35, dez.2002 v.12, n.3, p.37-49, dez.2002 v.12, n.3, p.51-60, dez.2002 v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	DISPARIDADE REGIONAL v.12, n.4, p.69-80, mar.2003	FINANÇAS MUNICIPAIS v.12, n.4, p.81-91, mar.2003 v.12, n.4, p.109-117, mar.2003
CIDADES – PLANEJAMENTO v.12, n.2, p.179-193, set.2002	DLIS ver DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL	FINANÇAS PÚBLICAS v.12, n.4, p.25-43, mar.2003 v.12, n.4, p.191-201, mar.2003
COMÉRCIO EXTERIOR – BAHIA v.12, n.3, p.119-134, dez.2002	ECONOMIA – BRASIL v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO – BAHIA v.12, n.2, p.7-13, set.2002		
COOPERATIVA DE CRÉDITO v.12, n.1, p.131-140, jun.2002 v.12, n.1, p.141-148, jun.2002		

* Trabalho realizado por Marília Torres, bibliotecária da SEI.

FPE ver FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA – BAHIA v.12, n.2, p.15-22, set.2002	PLANEJAMENTO – INTERVENÇÃO DO ESTADO v.12, n.2, p.23-36, set.2002 v.12, n.2, p.37-55, set.2002
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS v.12, n.4, p.69-80, mar.2003	INTEGRAÇÃO REGIONAL v.12, n.3, p.61-67, dez.2002	PLANEJAMENTO ECONÔMICO v.12, n.2, p.7-13, set.2002 v.12, n.2, p.37-55, set.2002 v.12, n.4, p.165-181, mar.2003 v.12, n.4, p.191-201, mar.2003
GASTOS PÚBLICOS – AGRICULTURA v.12, n.4, p.133-154, mar.2003	INVESTIMENTOS – BAHIA – 1992/2001 v.12, n.2, p.167-178, set.2002	PLANEJAMENTO REGIONAL v.12, n.2, p.71-73, set.2002 v.12, n.2, p.75-81, set.2002 v.12, n.2, p.179-193, set.2002
GASTOS PÚBLICOS – FONTES DE FINANCIAMENTO – BAHIA v.12, n.2, p.153-165, set.2002 v.12, n.2, p.167-178, set. 2002	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL v.12, n.4, p.47-60, mar.2003	PLANEJAMENTO URBANO v.12, n.2, p.179-193, set.2002
GEOINFORMAÇÃO ver INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	LIBERALISMO v.12, n.2, p.37-55, set.2002	PLANO PLURIANUAL v.12, n.2, p.83-90, set.2002 v.12, n.4, p.165-181, mar.2003 v.12, n.4, p.191-201, mar.2003
GEP ver GRUPO DE ECONOMIA POPULAR	MEIO AMBIENTE – CONSERVAÇÃO v.12, n.1, p.93-101, jun.2002	POBREZA v.12, n.1, p.21-23, jun.2002 v.12, n.2, p.57-70, set.2002
GLOBALIZAÇÃO v.12, n.3, p.9-18, dez.2002 v.12, n.3, p.37-49, dez.2002 v.12, n.3, p.51-60, dez.2002	MERCADO DE TRABALHO – ÁREA METROPOLITANA – SALVADOR – BAHIA v.12, n.3, p.85-91, dez.2002	POLÍTICA COMERCIAL v.12, n.3, p.119-134, dez.2002
GRUPO DE ECONOMIA POPULAR – VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA v.12, n.1, p.103-105, jun.2002 v.12, n.1, p.107-110, jun.2002	MERCADORIA v.12, n.1, p.85-92, jun.2002	POLÍTICA DE EMPREGO – COMUNIDADE EUROPÉIA v.12, n.1, p.153-161, jun.2002
ICMS ver IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	MERCOSUL v.12, n.3, p.61-67, dez.2002	POLÍTICA ECONÔMICA – BRASIL v.12, n.2, p.23-36, set.2002
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E DE COMUNICAÇÃO v.12, n.4, p.93-108, mar.2003	MIGRAÇÃO – BAHIA v.12, n.3, p.179-189, dez.2002	POPULAÇÃO RURAL – BAHIA v.12, n.3, p.179-189, dez.2002
IMPOSTOS – DESCENTRALIZAÇÃO v.12, n.4, p.61-67, mar.2003 v.12, n.4, p.93-108, mar.2003	MUNICÍPIOS – FINANÇAS v.12, n.4, p.81-91, mar.2003 v.12, n.4, p.109-117, mar.2003	PPA ver PLANO PLURIANUAL
INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA v.12, n.2, p.125-137, set.2002 v.12, n.2, p.139-152, set.2002	ORÇAMENTO v.12, n.2, p.83-90, set.2002 v.12, n.4, p.9-24, mar.2003 v.12, n.4, p.121-132, mar.2003	PREVIDÊNCIA SOCIAL v.12, n.3, p.191-198, dez.2002 v.12, n.4, p.155-162, mar.2003
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA – PARTICIPAÇÃO NO LUCRO – BAHIA v.12, n.3, p.167-177, dez.2002	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA v.12, n.1, p.103-105, jun.2002	PRIVATIZAÇÃO – EMPRESA PÚBLICA v.12, n.4, p.183-189, mar.2003
INDUSTRIALIZAÇÃO – BAHIA v.12, n.2, p.139-152, set.2002	ORGANIZAÇÃO NÃO – GOVERNAMENTAL v.12, n.1, p.93-101, jun.2002 v.12, n.1, p.103-105, jun.2002 v.12, n.1, p.111-119, jun.2002 v.12, n.1, p.141-148, jun.2002 v.12, n.3, p.211-219, dez.2002	PRODETUR ver PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
INFORMAÇÃO v.12, n.2, p.15-22, set.2002	OSCIP ver ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PRODUÇÃO EM CADEIA v.12, n.1, p.121-126, jun.2002
INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – BAHIA v.12, n.2, p.115-123, set.2002	PDRS ver PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – BAHIA v.12, n.2, p.71-73, set.2002 v.12, n.2, p.75-81, set.2002
	PLANEJAMENTO – AVALIAÇÃO v.12, n.2, p.83-90, set.2002 v.12, n.2, p.91-100, set.2002	PROGRAMA DE MICROCRÉDITO DO ESTADO DA BAHIA v.12, n.1, p.127-130, jun.2002
	PLANEJAMENTO – BAHIA v.12, n.2, p.15-22, set.2002	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA nFAMILIAR v.12, n.2, p.57-70, set.2002 v.12, n.3, p.105-117, dez.2002

	AUTOR	
PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – BAHIA v.12, n.2, p.101-114, set.2002	ACCARINI, José Honório v.12, n.2, p.57-70, set.2002 v.12, n.4, p.165-181, mar.2003	CERQUEIRA, Patrícia da Silva v.12, n.3, p.105-117, dez.2002
PROJETO AMAZON v.12, n.2, p.139-152, set.2002	ALBAN, Marcus v.12, n.2, p.139-152, set.2002	CORRAGIO, José Luis v.12, n.1, p.35-45, jun.2002
PRONAF ver PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	ALMEIDA, Paulo Henrique de v.12, n.3, p.143-157, dez.2002	COSTA, Otávio Gondim Pereira da v.12, n.2, p.57-70, set.2002
RECÔNCAVO – BAHIA v.12, n.2, p.179-193, set.2002	ALVES, Luís André de A. v.12, n.3, p.191-198, dez.2002	COSTA, Vinícius Mendes da v.12, n.4, p.25-43, mar.2003
REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL v.12, n.3, p.51-60, dez.2002	ANDRADE, Magda Maria Guimarães de v.12, n.2, p.115-123, set.2002	COUTO, Vítor de Athayde v.12, n.3, p.93-103, dez.2002
REFORMA TRIBUTÁRIA – BRASIL v.12, n.4, p.61-67, mar.2003	ARRUDA, Marcos v.12, n.1, p.47-56, jun.2002	DELGADO, Guilherme Costa v.12, n.4, p.155-162, mar.2003
SEI ver SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE (BAHIA) v.12, n.1, p.111-119, jun.2002	FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de v.12, n.1, p.9-19, jun.2002
SETOR ELÉTRICO – PRIVATIZAÇÃO v.12, n.3, p.159-166, dez.2002	ÁVILA, Seráfita v.12, n.4, p.109-117, mar.2003	FREITAS, Mário Sebastião Nogueira de v.12, n.4, p.9-24, mar.2003
SISTEMA FINANCEIRO – BRASIL v.12, n.3, p.199-210, dez.2002	BAHIENSE, Daniella Azeredo v.12, n.3, p.159-166, dez.2002 v.12, n.4, p.183-189, mar.2003	GASQUES, José Garcia v.12, n.4, p.133-154, mar.2003
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA v.12, n.2, p.15-22, set.2002	BALANCO, Paulo v.12, n.3, p.37-49, dez.2002	GÓIS, Zélia v.12, n.3, p.211-219, dez.2002
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – BAHIA v.12, n.2, p.115-123, set.2002	BARRETO, Raniere Muricy v.12, n.3, p.167-177, dez.2002	GONÇALVES, Augusta Lorena Santana v.12, n.2, p.101-114, set.2002
TERCEIRO SETOR v.12, n.1, p.9-19, jun.2002 v.12, n.3, p.211-219, dez.2002	BORGES, Luciano Diniz v.12, n.3, p.135-141, dez.2002	GREVE, Caio Márcio Ferreira v.12, n.1, p.127-130, jun.2002
TRABALHADOR RURAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL v.12, n.4, p.155-162, mar.2003	BRANDÃO, Maria de Azevedo v.12, n.2, p.179-193, set.2002	GUIMARÃES, José Ribeiro Soares v.12, n.3, p.179-189, dez.2002
TRABALHO E TRABALHADORES v.12, n.1, p.85-92, jun.2002	BRITO, Carlos Alberto de v.12, n.4, p.81-91, mar.2003	GUIMARÃES, Murilo v.12, n.1, p.107-110, jun.2002
TRABALHO VOLUNTÁRIO v.12, n.1, p.25-34, jun.2002	CAFFÉ, Jorge Tadeu Dantas v.12, n.2, p.71-73, set.2002	JOAQUIM, João v.12, n.1, p.141-148, jun.2002
TURISMO – PLANEJAMENTO v.12, n.2, p.101-114, set.2002	CAMPOS, Marília Jane Dourado v.12, n.4, p.81-91, mar.2003	JUNCAL, Benito Muñfos v.12, n.1, p.153-161, jun.2002
TURISMO – SALVADOR – BAHIA v.12, n.3, p.135-141, dez.2002	CARNEIRO, Roberto Antônio Fortuna v.12, n.2, p.91-100, set.2002	KRAYCHETE, Gabriel v.12, n.1, p.85-92, jun.2002
URBANIZAÇÃO – BAHIA v.12, n.3, p.179-189, dez.2002	CARVALHO, Edmilson v.12, n.3, p.19-35, dez.2002	LAVILLE, Jean - Louis v.12, n.1, p.25-34, jun.2002
ZONA RURAL – POBREZA v.12, n.2, p.57-70, set.2002	CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de v.12, n.2, p.15-22, set.2002	LEAL NETO, Leonel v.12, n.3, p.61-67, dez.2002
	CARVALHO NETO, José Francisco de v.12, n.2, p.7-13, set.2002	LOURENÇO, Roberta v.12, n.1, p.93-101, jun.2002
	CAVALCANTE, Luiz Ricardo v.12, n.3, p.199-210, dez.2002	LUSTOSA, Paulo Henrique v.12, n.2, p.83-90, set.2002
		LUZ, Everaldo M. v.12, n.4, p.121-132, mar.2003
		MANCE, Euclides André v.12, n.1, p.121-126, jun.2002

MARGARETHE, Ana v.12, n.2, p.167-178, set.2002	SANTOS, Reginaldo Souza v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	Banssol: uma nova experiência em finanças solidárias. v.12, n.1, p.131-140, jun.2002
MEIRA, Ludmila v.12, n.1, p.77-84, jun.2002	SANTOS, Thiago Chagas Silva v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	Os caminhos futuros da geoinformação na Bahia. v.12, n.2, p.115-123, set.2002
MELLO, Leila Pondé de v.12, n.4, p.191-201, mar.2003	SILVA, Moyses Antônio Carneiro da v.12, n.2, p.153-165, set.2002	O combate à pobreza e suas vítimas. v.12, n.1, p.21-23, jun.2002
MENDONÇA, Joseanie v.12, n.1, p.93-101, jun.2002 v.12, n.3, p.211-219, dez.2002	SILVA, Sérgio Berbert da v.12, n.4, p.191-201, mar.2003	Considerações a respeito da previdência social no Brasil: alguns aspectos relevantes para a discussão. v.12, n.3, p.191-198, dez.2002
MENEZES, Ana Maria Ferreira v.12, n.4, p.47-60, mar.2003	SINGER, Paul v.12, n.1, p.21-23, jun.2002	A consolidação institucional do planejamento na Bahia. v.12, n.2, p.7-13, set.2002
MORA, Mônica v.12, n.4, p.109-117, mar.2003	SOUZA, Laumar Neves de v.12, n.1, p.93-101, jun.2002 v.12, n.3, p.51-60, dez.2002 v.12, n.3, p.85-91, dez.2002	A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador. v.12, n.1, p.59-76, jun.2002
MOURA, Maria Suzana v.12, n.1, p.77-84, jun.2002	SOUZA, Roberta Lourenço de v.12, n.3, p.119-134, dez.2002	CREDIBAHIA: o programa de microcrédito do Estado da Bahia. v.12, n.1, p.127-130, jun.2002
NASCIMENTO, Anna Cristina Rollemberg v.12, n.4, p.69-80, mar.2003	SUGIMOTO, Dora v.12, n.1, p.103-105, jun.2002	Crise, ciclo e globalização: estagnação e turbulência no capitalismo contemporâneo. v.12, n.3, p.37-49, dez.2002
NASCIMENTO, Carla Janira Souza do v.12, n.3, p.71-84, dez.2002	VASCONCELOS, Nilton v.12, n.1, p.131-140, jun.2002 v.12, n.2, p.125-137, set.2002	A crise estrutural do capital. v.12, n.3, p.19-35, dez.2002
NUNES, Débora v.12, n.1, p.59-76, jun.2002	VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro v.12, n.2, p.37-55, set.2002	De mão em mão a família vira Estado. v.12, n.1, p.107-110, jun.2002
OLIVEIRA, Carlos Fernandes de v.12, n.4, p.69-80, mar.2003	VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro v.12, n.3, p.119-134, dez.2002	Desafios da gestão de empreendimentos solidários. v.12, n.1, p.77-84, jun.2002
PÁDUA NETO, Antônio de v.12, n.3, p.167-177, dez.2002	VILLA VERDE, Carlos Monteiro v.12, n.4, p.133-154, mar.2003	Descentralização fiscal e reforma tributária: a difícil tarefa do federalismo brasileiro. v.12, n.4, p.61-67, mar.2003
PAIM, Zélia Maria de Abreu v.12, n.1, p.149-152, jun.2002	TÍTULO	Desenvolvimento local integrado sustentável no Brasil (DLIS): reflexões. v.12, n.2, p.57-70, set.2002
PEDRÃO, Fernando v.12, n.2, p.23-36, set.2002 v.12, n.3, p.9-18, dez.2002	A agricultura familiar e o PRONAF: elementos para uma discussão. v.12, n.3, p.105-117, dez.2002	Discussão sobre os critérios de partilha do ICMS para os municípios dentro do atual pacto federativo: o caso da Bahia. v.12, n.4, p.93-108, mar.2003
PESSOTI, Gustavo Casseb v.12, n.4, p.81-91, mar.2003	Aonde vai a ONG? v.12, n.3, p.211-219, dez.2002	Distintos conceitos para o entendimento da economia solidária. v.12, n.1, p.35-45, jun.2002
PRINCHAK, Rogério de Faria v.12, n.4, p.93-108, mar.2003	APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do município de Valente. v.12, n.1, p.111-119, jun.2002	Economia baiana: em compasso de recuperação. v.12, n.3, p.71-84, dez.2002
RIBEIRO, Carlos Antonio de Campos v.12, n.2, p.75-81, set.2002	Aparato de regulação econômica: as agências reguladoras. v.12, n.4, p.183-189, mar.2003	
RIBEIRO, Elizabeth Matos v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	A avaliação do PPA e do orçamento como instrumentos de gestão – os desafios para o governo do Estado da Bahia. v.12, n.2, p.83-90, set.2002	
RIBEIRO, Mônica Matos v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	Avaliação: elemento vital e constituinte do planejamento e da gestão de resultados. v.12, n.2, p.91-100, set.2002	
ROCHA, Alynson dos Santos v.12, n.3, p.93-103, dez.2002		
ROCHA, Ana Georgina v.12, n.3, p.105-117, dez.2002		
SANTOS, Luiz Carlos Ribeiro v.12, n.4, p.61-67, mar.2003		

Economia política e finanças públicas no Brasil: a recuperação de um debate. v.12, n.4, p.25-43, mar.2003	Informação, planejamento e instituições de pesquisa. v.12, n.2, p.15-22, set.2002	A política pública e o seu processo de formulação: o caso da indústria automotiva brasileira na década de 90. v.12, n.2, p.125-137, set.2002
A economia popular ganha vida no sudoeste baiano. v.12, n.1, p.103-105, jun.2002	A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural da Bahia. v.12, n.3, p.179-189, dez.2002	Políticas comerciais, barreiras e as exportações baianas. v.12, n.3, p.119-134, dez.2002
Entraves ao agronegócio brasileiro em 2002. v.12, n.3, p.93-103, dez.2002	Investimento no setor público nos anos 1990: o caso do Estado da Bahia. v.12, n.2, p.167-178, set.2002	É possível planejar as regiões para o desenvolvimento sustentável – a experiência da Bahia. v.12, n.2, p.75-81, set.2002
Essência x aparência: o fenômeno da globalização. v.12, n.3, p.51-60, dez.2003	As limitações estruturais e políticas do Mercosul como elementos condicionantes da reduzida distribuição dos seus benefícios pelas diversas regiões brasileiras. v.12, n.3, p.61-67, dez.2003	A produção de mercadorias por não-mercadoria. v.12, n.1, p.85-92, jun.2002
A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. v.12, n.3, p.143-157, dez.2002	Microcrédito não é crédito pequeno – vamos fortalecer a solidariedade? v.12, n.1, p.149-152, jun.2002	Redes de trocas e cadeias produtivas: limites e alternativas. v.12, n.1, p.121-126, jun.2002
Fato associativo e economia solidária. v.12, n.1, p.25-34, jun.2002	El pacto territorial de empleo como herramienta del desarrollo local: una aproximación entre Europa y Latinoamérica. v.12, n.1, p.153-161, jun.2002	As relações intergovernamentais no Brasil e a lei de responsabilidade fiscal. v.12, n.4, p.47-60, mar.2003
O financiamento da previdência rural: situação atual e perspectivas. v.12, n.4, p.155-162, mar.2003	Participação nos lucros ou resultados (PLR) nas empresas petroquímicas da Bahia. v.12, n.3, p.167-177, dez.2002	Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. v.12, n.4, p.9-24, mar.2003
Florescendo solidariedade. v.12, n.1, p.93-101, jun.2002	O perfil financeiro dos municípios baianos: retrospectiva 1996-1999. v.12, n.4, p.81-91, mar.2003	Relembrando nossa história... v.12, n.1, p.141-148, jun.2002
O FPE e os desequilíbrios regionais. v.12, n.4, p.69-80, mar.2003	Planejamento econômico no Brasil: ainda um desafio. v.12, n.4, p.165-181, mar.2003	A retomada do planejamento regional e o desenvolvimento sustentável. v.12, n.2, p.71-73, set.2002
Os “fundamentos” do nosso mercado de trabalho. v.12, n.3, p.85-91, dez.2002	O planejamento socialmente necessário. v.12, n.2, p.23-36, set.2002	Revisões e reajustes tarifários no setor elétrico brasileiro pós-acionamento. v.12, n.3, p.159-166, dez.2002
Gastos públicos na agricultura: evolução e mudanças. v.12, n.4, p.133-154, mar.2003	Planejar qualidade: em favor dos sistemas urbanos-regionais. v.12, n.2, p.179-193, set.2002	A secularização da disputa mundial. v.12, n.3, p.9-18, dez.2002
Gastos públicos no Estado da Bahia: perfil distributivo, natureza e fontes de financiamento. v.12, n.2, p.153-165, set.2002	Do plano ao mercado e ... quem sabe, de volta ao plano? v.12, n.2, p.37-55, set.2002	Sistema financeiro no Brasil: uma breve análise de sua evolução. v.12, n.3, p.199-210, dez.2002
A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade. v.12, n.1, p.47-56, jun.2002	Plano plurianual e finanças públicas: uma relação de íntima dependência. v.12, n.4, p.191-201, mar.2003	Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. v.12, n.1, p.9-19, jun.2002
A importância do planejamento governamental do turismo: o PRODETUR na Bahia. v.12, n.2, p.101-114, set.2002	Podem os programas de ajuste fiscal dos Estados ajudá-los na busca de uma execução orçamentária não geradora de déficits fiscais persistentes? v.12, n.4, p.121-132, mar.2003	O turismo em Salvador e as imposições externas. v.12, n.3, p.135-141, dez.2002
Índice de qualidade dos municípios – sustentabilidade fiscal. v.12, n.4, p.109-117, mar.2003		
A industrialização baiana e o Amazon: dos bens intermediários aos bens finais. v.12, n.2, p.139-152, set.2002		